

LUCIENE PEREIRA

MÍMICA, SUPLEMENTO, CARNAVALIZAÇÃO

UMA LEITURA DE *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
DEZEMBRO/2010**

LUCIENE PEREIRA

MÍMICA, SUPLEMENTO, CARNAVALIZAÇÃO
UMA LEITURA DE *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras – Estudos Literários.

Área de concentração: Teoria da Literatura

Linha de pesquisa: Poéticas da Modernidade

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Myriam Corrêa de Araújo Ávila
Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE
DEZEMBRO/2010



Faculdade de
Letras da UFMG



Programa de Pós-
Graduação em Letras:
Estudos Literários

Dissertação intitulada *Mímica, suplemento, carnavalização: uma leitura de “Grande Sertão: Veredas”*, de autoria de LUCIENE PEREIRA, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^ª. Dr^ª. Myriam Corrêa de Araújo Ávila – FALE/UFMG – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Campos Soares – FALE/UFMG

Prof^ª. Dr^ª. Telma Borges – UNIMONTES

Prof^ª. Dr^ª. Leda Maria Martins
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2010.

MÍMICA, SUPLEMENTO, CARNAVALIZAÇÃO
Uma leitura de *Grande Sertão: Veredas*
Luciene Pereira

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

R788g.Yp-m Pereira, Luciene.
Mímica, suplemento, carnavalização [manuscrito] : uma leitura de Grande sertão : veredas / Luciene Pereira. – 2010.
176 f., enc.

Orientadora : Myriam Corrêa de Araújo Ávila.

Área de concentração : Teoria da Literatura.

Linha de Pesquisa : Poéticas da Modernidade.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 169-176.

1. Rosa, João Guimarães, 1908-1967. – Grande sertão: veredas – Crítica e interpretação – Teses. 2. Bhabha, Homi K., 1949- – Crítica e interpretação – Teses. 3. Derrida, Jacques, 1930- – Crítica e interpretação – Teses. 4. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975 – Crítica e interpretação – Teses. 5. Modernidade – Teses. 6. Mímica – Teses. 7. Carnavalização (Literatura) – Teses. 8. Viagem na literatura – Teses. 9. Literatura brasileira – Historiografia – Teses. 10. Regionalismo na literatura – Teses. I. Ávila, Myriam Corrêa de Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

MÍMICA, SUPLEMENTO, CARNAVALIZAÇÃO
Uma leitura de *Grande Sertão: Veredas*
Luciene Pereira

PARA MINHA MÃE:
ELIZABETE,
PELA PRESENÇA CONSTANTE,
PELO AMOR, PELAS ORAÇÕES.

AGRADECIMENTOS

À professora Myriam Ávila, pela competência e pesquisa exemplares, pela segurança na orientação, pela generosidade com que me acolheu na UFMG;

à professora Telma Borges, pela competência, pelo norte, pela confiança, pela amizade, pela torcida sincera;

à professora Cláudia Campos Soares, pela gentileza de aceitar o convite para compor a banca de exame e por colaborar para o enriquecimento deste trabalho;

à professora Marli Fantini, parecerista do projeto final;

à minha mãe e irmãos, pelas lições de vida;

à minha sobrinha Ana Luíza, meu pequeno grande amor, pelos momentos de descentração;

à minha grande amiga e professora Elza Maria da Silva, pela sabedoria, pela significativa presença no curso da minha vida em momentos de conflitos e crescimento pessoal, pela torcida sincera e vibrante, por tantas vezes ter apontado caminhos e assumido incansavelmente o posto de anjo da guarda;

aos meus queridos e impagáveis professores da graduação, na Universidade Estadual de Montes Claros: Andréa Martins, Dirlenvalder Loyolla, Geraldo Cruz e Keli Souto, pela competência a toda prova, pelas palavras de incentivo, esperança e paz, por todos os anos de amizade, pela fé que depositam em meu trabalho, por estarem sempre comigo;

aos meus amigos do coração, da vida inteira: Rogério Oliveira e Daniele Ferreira, pela “estranha mania” de ter fé na minha vida;

aos amigos, ex-colegas de graduação: Jacira Ferreira e Fernando Martins, pela lembrança, pela torcida, pela escuta, pela cumplicidade, pela amizade sincera;

às grandes amigas Sônia Lara, Helizabeth Martins, Cristiane Viana, Lucilena Nunes, Isabel Lara e Cylmara Librelon a minha eterna gratidão, por terem sonhado o mesmo sonho comigo, pela torcida sincera e energias sempre positivas;

às amigas Débora Raíza e Luíza Chaves, pela acolhida em Belo Horizonte e pela cumplicidade nestes dois anos de intenso crescimento, alegrias, sonhos e “safra razoável” de pesadelos;

a todos aqui elencados e àqueles que contribuíram de alguma maneira para tornar real este trabalho e fim de curso, que a providência divina aponte-me formas de agradecimento e retribuição possíveis, já que as palavras pouco valem para estas finalidades.

Até nos tempos mais sombrios temos o direito de esperar ver alguma luz. É bem possível que essa luz não venha tanto das teorias e dos conceitos como da chama incerta, vacilante, e muitas vezes tênue, que alguns homens e mulheres conseguem alimentar.

Hannah Arendt

Não é só no escuro que a gente percebe a luzinha dividida?

João Guimarães Rosa

A luz das pessoas me faz crer e eu sinto que vamos juntos...
...nem o tempo amigo, nem a força bruta pode um sonho apagar.

Beto Guedes/Ronaldo Bastos

RESUMO

Esta dissertação visa a realizar uma leitura do romance *Grande Sertão: Veredas* (1956), escrito por João Guimarães Rosa (1908-1967), à luz dos conceitos: mímica (H. K. Bhabha), suplemento (J. Derrida) e carnavalização (M. M. Bakhtin). Nessa discussão, os três conceitos norteiam a lógica argumentativa da análise do romance com o sentido de discutir as relações de força articuladas na escrita literária no momento em que esta tem de se medir direta ou indiretamente com questões da ordem do poder. Além dos três conceitos em questão, apontamentos em torno de temas como dialogismo, autoridade, tradução cultural, literatura de viagem, história oficial, historiografia literária brasileira, estranhamento, subalternidade, hegemonia, ambivalência e zona cinzenta, permitem argumentar que ao representar uma outra face da história do sertão mineiro – que no universo extraliterário apresenta-se silenciosa, apócrifa e proscrita – a narrativa opera um aproveitamento de elementos dessa história e local de cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Guimarães Rosa; modernidade; poder; suplemento; carnavalização; mímica.

ABSTRACT

In this dissertation I analyze the novel *Grande sertão: veredas* (1956), written by João Guimarães Rosa (1908-1967), in the light of the following concepts: mimicry (H. K. Bhabha), supplement (J. Derrida) and carnivalization (M. Bakhtin). The discussion proposed is steered by the three concepts above with the aim of questioning the relations of force articulated in literary writing as it directly or indirectly addresses issues of power. Besides the concepts mentioned above, themes such as dialogism, authority, cultural translation, travel literature, official history, Brazilian literary historiography, alienation, subordination, hegemony, ambivalence and grey area will be touched on in order to argue that, by representing another face of the history of Minas Gerais' backlands – one which in the extra-literary universe remains silent, apocryphal and banned – the narrative makes use of undercurrent elements of that history and local culture.

KEYWORDS: Guimarães Rosa; modernity; power; supplement; carnivalization; mimicry.

SUMÁRIO

AO INFINITO

A RESPONSABILIDADE NA LEITURA DE ROSA	10
---	----

CAPÍTULO I

O MODERNO, A MÍMICA, O GRANDE TEMPO

I.1. – O MODERNO	22
------------------------	----

I.1.1 – Do conceito de moderno e suas variações na modernidade.....	22
---	----

I.2 – A MÍMICA E O GRANDE TEMPO EM JOÃO GUIMARÃES ROSA	32
--	----

I.2.1 – A mímica.....	32
-----------------------	----

I.2.2 – O grande tempo.....	44
-----------------------------	----

CAPÍTULO II

O SUPLEMENTO, A VIAGEM, A ESCRITA

II. 1 – O SUPLEMENTO	62
----------------------------	----

II. 1.1 – Viagem e escrita: “um jogo que verte e reverte”	62
---	----

II. 2 – VIAGEM E MODERNIDADE	68
------------------------------------	----

II. 2.1 – James Wells no Brasil.....	73
--------------------------------------	----

II. 2.2 – <i>Três mil milhas através do Brasil</i> e seu tempo.....	85
---	----

II. 3 – POÉTICA DO ESTRANHAMENTO EM <i>GS: V</i>	97
--	----

II. 3.1 – (Des) encontros com o estrangeiro	97
---	----

II. 3.2 – Um inglês no Grande Sertão.....	112
---	-----

CAPÍTULO III

A CARNAVALIZAÇÃO, A FAZENDA SEMPRE-VERDE, A CASA DOS TUCANOS

III. 1 – A CARNAVALIZAÇÃO	123
---------------------------------	-----

III. 1.1 – Re-belum: guerra e carnavalização em <i>GS:V</i>	123
---	-----

III. 2 – DA FAZENDA SEMPRE-VERDE À CASA DOS TUCANOS	143
---	-----

III. 2.1 – “Falso, verdadeiro, inventado”	143
---	-----

“VONTADE DE FIM”	166
------------------------	-----

Referências bibliográficas	169
----------------------------------	-----

AO INFINITO

A RESPONSABILIDADE NA LEITURA DE ROSA

Em *Estética da Criação Verbal*, Mikhail Bakhtin adverte:

por mais monológico que seja o enunciado (por exemplo, uma obra científica ou filosófica), por mais concentrado que esteja no seu objeto, não pode deixar de ser em certa medida também uma resposta àquilo que já foi dito sobre dado objeto, sobre dada questão, ainda que essa responsividade não tenha adquirido uma nítida expressão externa: ela irá se manifestar na tonalidade do sentido, na tonalidade da expressão, na tonalidade do estilo, nos matizes mais sutis da composição. O enunciado é pleno de tonalizações dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado. Porque a nossa própria idéia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento¹.

Não obstante o considerável esforço por parte da crítica literária produzida sobre *Grande Sertão: Veredas* (doravante, *GS:V*), no sentido de estabelecer para seu autor João Guimarães Rosa um lugar compartilhado por poucos criadores – operando-se repetidamente o gesto de desenraizamento do romance em relação à historiografia literária – muito também já foi e tem sido considerado no que diz respeito às raízes dessa produção no âmbito do sistema literário, do espaço, do tempo e da cultura da qual advém e da qual seu instrumental estético é tributário. Por considerar, como ensina Bakhtin, que as obras literárias não podem ser desvinculadas do contexto pleno da cultura que lhes dá formação², este trabalho será desenvolvido na perspectiva da segunda proposta. Desenvolve-se aqui uma leitura do romance que põe em evidência as relações dialógicas que se fazem presentes no mesmo, de forma mais ou menos cifradas. Privilegia-se na abordagem seu caráter de representação e resposta aos problemas culturais, sociais, históricos e políticos brasileiros que se acumulam desde a colonização portuguesa. Na leitura proposta, o foco principal é lançado para as relações de poder criadas, mantidas e/ou modificadas no âmbito do sertão norte de Minas Gerais, palco de memoráveis conflitos entre bandos de jagunços e entre estes e o Estado de Lei, conflitos que enchem as páginas de *GS:V*. Tais respostas apresentam-se no romance entrelaçadas dialogicamente aos inumeráveis discursos inscritos no tecido narrativo de Riobaldo e desafiam a historiografia tradicional praticada até então sendo capazes de fissurá-

¹ BAKHTIN, 2003, p. 298.

² BAKHTIN, 2003, p. 359-366.

la permitindo que venham à tona outras histórias apócrifas e proscritas. A representação dessas histórias contribui para a desconstrução da prioridade histórica demandada pela historiografia tradicional e, ainda que no nível da fabulação, são capazes de suplementar tal historiografia pondo em evidência o sinal de subtração existente nas suas estruturas originais, denunciando, pois, seus defeitos e lacunas, a despeito da pretensão totalizante do metarrelato em que se fundamentam.

Considerando que, nos termos de Bakhtin, essa responsividade dialógica do romance de Rosa vai nele se inscrever “nos matizes mais sutis da composição”³, faz-se necessário um constante diálogo com outras disciplinas além da literatura, sua teoria e crítica. Por esta razão, quando se fizer necessário, pressupostos de disciplinas como História, Filosofia e Estética serão arregimentados para se estabelecer um constante diálogo neste trabalho, haja vista o elo que estabelecem entre si e com a literatura, numa interdisciplinaridade cujo caráter multicultural não se poderá olvidar. Aliás, esse caráter multicultural será facilitador para o tráfego entre os desdobramentos do tema a ser abordado, uma vez que a desvinculação do texto literário à sua matriz cultural, a fim de se preservar uma leitura pautada pelo critério da literariedade, já se faz, por demais, ultrapassada e nos termos aqui propostos se configura como insatisfatória para o tratamento do *corpus*.

Esse pensamento não pode, naturalmente, negar suas dívidas com autores que guiaram muitos dos passos dados para a construção deste texto, tais como: Myriam Ávila (2008), Silviano Santiago (1978, 1982, 1989), Marli Fantini (2004, 2008), Telma Borges (2006, 2007) e Eneida Maria de Souza (2002, 2007). O diálogo com o pensamento desses autores justifica-se por acreditar que a perspectiva teórico-crítica por eles adotada favorece o avanço dos estudos sobre literatura, no sentido de corroborar as análises que levam em conta o substrato cultural do produto literário. Afinal, essa vertente crítica conduz à “desvinculação do caráter fechado e auto-suficiente do texto literário, abandonando-se os critérios de literalidade, pela ampliação do conceito de texto”⁴. Uma tendência crítica a se sofisticar amplamente em decorrência da própria “quebra de hierarquia dos discursos”, pela “interdisciplinaridade”, pelo “multiculturalismo”, pela “relativização do lugar da literatura e de seu valor como prática intersubjetiva”⁵. A fim de travar este diálogo com os autores anteriormente elencados, soma-se a esta análise de cunho culturalista, uma leitura de cunho

³ BAKHTIN, 2003, p. 298.

⁴ SOUZA, 2002, p. 19.

⁵ SOUZA, 2002, p. 21.

sociológico, histórico e político à luz do que propõem os autores Willi Bolle (2004) e Heloísa Starling (1999).

Além de pôr-se a pinçar as respostas de Rosa à historiografia tradicional em seu romance, através deste trabalho, põe-se a escutar as outras vozes que nele se inscrevem, as formações discursivas que a ele subjazem, a ver e tentar entender a representação dos sujeitos que nela ganham visibilidade, considerando-se que muitos destes, mais ou menos sutilmente, vêm à tona de forma inédita, cada qual à procura da sua legitimação, do alcance da sua hora e da sua vez, permitindo que feixes de luz sejam lançados sobre suas culturas sobreviventes até então relegadas à cegueira por culturas hegemônicas e de prestígio.

Como nos sugere o título dado a essa dissertação, para desenvolver esta leitura do *corpus*, partimos de três conceitos: mímica, suplemento, carnavalização. Cada conceito é tratado em um capítulo específico, nesta mesma sequência. A mímica abordamo-na tendo por base o pensamento do indo-britânico Homi K. Bhabha; o suplemento tributário do desconstrucionismo proposto pelo argelino J. Derrida; a carnavalização oriunda das investigações do russo Mikhail Bakhtin. Mas como sustentar ou mesmo provar a validade da escolha e da ordenação desta disposição para o desenvolvimento da argumentação neste trabalho ante a aparente ausência de critérios e leis que tal disposição e escolha conotam?

Sem tentar oferecer uma resposta imediata a esta questão, é curioso pensar que tais autores, teóricos e críticos, debruçaram-se, eles também, sobre a noção de ordem, sobre as relações de força e poder inscritas nos mecanismos de ordenação e sobre o discurso e a autoridade das vozes que nele se inscrevem e que subjazem a tais mecanismos, desenvolvendo, todos os três, investigações pautadas pela tentativa de entender os motivos cifrados na legitimação do saber peculiar à moderna tradição logocêntrica europeia.

Ademais, as ordens empíricas são a todo instante avalizadas no âmbito das culturas em que vêm à tona a fim de que sejam ajustadas à lei imanente, à organização da tradição, dos códigos fundamentais da cultura em questão: “aqueles que regem a sua linguagem, os esquemas perceptíveis, as suas permutas, as suas técnicas, os seus valores, a hierarquia das suas práticas”⁶. Foucault diz ainda em *As palavras e as coisas* – que, relembre-se, deveria ter vindo a público, não aleatoriamente, sob o título *A ordem das coisas*:

[...] nada de mais incerto, nada de mais empírico (pelo menos na aparência) do que a instauração de uma ordem entre as coisas [...]. A ordem é a um tempo o que se oferece nas coisas como a sua lei interior, a rede secreta segundo a qual

⁶ FOUCAULT, 1990, p. 8.

elas se olham de algum modo umas às outras, e o que não existe senão através de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem [...]⁷

Logo, em cada cultura, o que se vê é uma relativização das ordens e do sistema de normas empíricas, bem como dos poderes que envolvem essas ordens e esse sistema. Nessa relativização, os indivíduos passam a discernir quanto às ordens e às normas que devem vigorar em seu meio para que seus interesses sejam resguardados. “É nesse domínio que uma cultura [...] liberta-se o bastante para verificar que essas ordens [empíricas] talvez não sejam as únicas possíveis nem as melhores”⁸.

A literatura representa a grande diversidade de ordens e normas que envolvem, não apenas as diversas culturas, mas também suas manifestações culturais, constituindo-se em material representativo das lutas e subversões próprias aos indivíduos organizados cultural e socialmente e desejosos do estabelecimento – ainda que tácito ou apócrifo – de um código de ordens e de normas em que estejam inscritos os ideais do grupo que compõem. No âmbito da literatura, as ordens e normas inscrevem-se ainda na representação das atitudes críticas que cada escrita mobiliza e recria, haja vista o seu caminhar *pari passu* com a epistemologia. Em cada época vê-se a reinvenção, no âmbito do sistema literário, de formas, estilos e gêneros que buscam representar as diversas tensões que se estabelecem no espaço social.

Muito embora esta reflexão não responda diretamente à questão acima formulada, ajuda a compreender o porquê de tais conceitos terem sido trazidos à baila das discussões deste trabalho e constituírem-se, na forma como estão dispostos, em chaves do encadeamento da argumentação discursiva que aqui se propõe. Como cada conceito será tratado sistematicamente em um capítulo, pode-se eventualmente conceber a leitura da dissertação como o *Jogo da amarelinha*, do escritor Cortázar. Não obstante, como é misturadamente tributário do pensamento moderno e pós-moderno, estrutural e pós-estruturalista, não podendo seus autores delimitar uma linha firme entre um e outro, esclarece-se que tais conceitos servem por isso mesmo de guias para o encadeamento discursivo que aqui se propõe desenvolver. Tais conceitos constituem-se em centros que permitem a montagem da coerência do sistema, orientando e organizando tal sistema. Entretanto, vale considerar, como ensina Derrida, que “o centro de uma estrutura permite a livre interação de seus elementos dentro da forma total”, bem como que “o centro é também um impedimento à livre interação que ele estabelece e torna possível”⁹. Logo, o centro, em sua especificidade de visar a regência da

⁷ FOUCAULT, 1990, p. 8.

⁸ FOUCAULT, 1990, p. 09.

⁹ DERRIDA, 1976, p. 260.

estrutura, escapa da estruturalidade, razão pela qual está paradoxalmente dentro e fora da estrutura. Em palavras derridianas, “o centro não é o centro”¹⁰. Daí o fato de o conceito de estrutura centrada representar muito mais que a coerência da epistemologia filosófica ou científica e expressar a coerência em contradição constituindo-se, “na verdade, [n]o conceito de uma livre interação estabelecida numa base fundamental, uma livre interação constituída sobre uma imobilidade fundamental e uma certeza confirmada que está fora do alcance da livre interação”¹¹.

É certo que se intenta aqui dominar a ansiedade advinda do jogo, da tentativa de ordenação das ideais, da prática das estratégias pensadas, mas como essa sensação só advém do fato de se estar em jogo, no próprio jogo cuja partida aqui apenas se inicia, têm-se desde já as condições em que esta certeza toma corpo: a precariedade em traçar linhas rigorosamente firmes, razão pela qual nossos centros, isto é, nossos conceitos sucedem uns aos outros, na ordem do tratamento, mas oscilam, entrelaçam e imbricam na tessitura dos capítulos que se vão formando, em favor da interação da significação, resvalando para certo, mas nem por isso inconsequente, descentramento. Afinal, por mais “[con] centrado que esteja no seu objeto”¹², é imprescindível pôr em perspectiva o diálogo entre conceitos, isto é, entre centros, a fim de que a estrutura do trabalho que se inicia possa assumir uma forma coesa. Nessa perspectiva, na tentativa de desenvolver a leitura do romance pautando-nos pelos três conceitos acima arrolados, esta dissertação seguirá o seguinte plano:

No Capítulo I, detemo-nos de forma mais demorada na discussão sobre aspectos da modernidade e da representação praticada nesse tempo. Essa discussão é articulada com a finalidade de discutir como se dá a representação da modernidade no romance *GS:V*, considerando-se que tal representação, longe de seguir os parâmetros da imitação moderna, opera neste modelo um desvio capaz de inscrevê-lo na ordem de um arremedo crítico.

Na primeira seção do Capítulo I, discutimos as variações do conceito de moderno que subjazem à análise desenvolvida nesta dissertação. Tentamos recuperar, através das variações aqui elencadas a discussão acerca da insuficiência e falência de um projeto maior, o projeto da modernidade concebido nos moldes iluministas, que deu sustentação a esse conceito desde o século XVIII. Assim, noções como progresso, rigor científico, grande relato são recorrentemente recuperadas por estarem sistematicamente envolvidas na discussão que se propõe no trabalho como um todo.

¹⁰ DERRIDA, 1976, p. 261.

¹¹ DERRIDA, 1976, p. 261.

¹² BAKHTIN, 2003, p. 298.

Na segunda seção do Capítulo I, recuperamos o conceito de mímica da teoria do discurso colonial de Homi K. Bhabha, a fim de analisar a consciência crítica que o autor João Guimarães Rosa inscreve no romance *GS:V*. O conceito é trazido à luz no Capítulo IV de *O local da cultura* (2007). Nesse texto, Bhabha considera que a mímica consiste em uma “dupla articulação” constituindo-se ainda em uma “das estratégias mais arditas e eficazes do poder e do saber coloniais”, exercendo sobre a autoridade e a lógica do discurso hegemônico um efeito “profundo e perturbador”¹³. Articulado esse conceito à análise que se propõe, procura-se evidenciar a visão dupla de João Guimarães Rosa através da qual se torna possível revelar a ambivalência do discurso do poder representado em *GS:V*. Para levar adiante este argumento, considera-se que o discurso assumido por Rosa, longe de pautar-se pela lógica do discurso colonial, inscreve-se nas dimensões do discurso pós-colonial, pondo em questão, por antecipação à estética pós-moderna, a validade dos parâmetros da tradição logocêntrica europeia, seu poder e seu saber. Leva-se em conta que esse arremedo crítico ao poder de ser modelo do discurso colonial revela sua ambivalência e representa o processo de recusa à autoridade desse discurso, revelando o deslocamento profundo dos seus “saberes normalizados” e de seus “poderes disciplinares”. Nessa seção, esse argumento é desenvolvido através da articulação entre os seguintes textos: *O pudor da história*, escrito por Jorge Luiz Borges, pertencente ao livro *Outras inquisições* (2000), pelo qual nos interessamos em virtude da recuperação, por parte do autor, do aparecimento do “segundo ator” no drama grego, a partir do teatro de Ésquilo; “Da mímica e do homem: a ambivalência do discurso colonial”, capítulo IV do livro *O local da cultura*, de autoria de Homi K. Bhabha, pelo qual nos interessamos em virtude de sua teoria do discurso colonial e em especial o conceito de mímica e *O Brasil não é longe daqui* (2000) de Flora Süssekind, a partir do qual levamos em conta o diálogo estabelecido entre literatura de viagem e a literatura ficcional em prosa desenvolvida no Brasil. Com esse aparato teórico-crítico discutimos que, em *GS:V*, a inversão de papéis entre Riobaldo – aqui entendido como sertanejo e subalterno, classe que não conta com uma agência legítima e possível no universo extraliterário – e o viajante estrangeiro, em curso pelo sertão – que até então, no âmbito da literatura brasileira, roubara a cena com a narrativa de suas viagens maravilhosas pelo país – reorienta o foco discursivo do romance rosiano, fazendo com que o viajante assuma nesse texto uma “presença fantasmática” – termo de Arlindo Daibert em *Caderno de escritos* (1995) – e Riobaldo possa ser entendido como narrador possível, ou “segundo ator” capaz de articular em sua narrativa uma discursividade

¹³ BHABHA, 2007, p. 137.

que se apresenta em muitos níveis, para além do diálogo face-a-face. Conclui-se que essa discursividade, ao imitar o discurso moderno do viajante, opera um desvio no modelo imitado, desvio que nele se apresenta em tons de arremedo crítico.

Na terceira seção do Capítulo I, a partir da articulação dos temas dialogismo, tempo, vida e cultura desenvolvidos no texto “Os estudos literários hoje”, que integra o livro *Estética da criação verbal* (2003), que reúne textos escritos pelo filósofo russo Mikhail M. Bakhtin, realizamos uma abordagem sobre a consciência crítica que João Guimarães Rosa inscreve em seus textos ficcionais, de forma geral e, especificamente em *GS:V*. Entende-se que essa consciência é significativa para que o referido romance tenha ingressado no “grande tempo”, superando as limitações e proselitismos de sua época.

No Capítulo II, recuperamos o conceito de suplemento da teoria de Jacques Derrida, discutindo sua peculiaridade de colocar em pauta, ainda que sob o signo do atraso, aquilo que na pauta não constava, por subtração e incompletude. Alçar esse conceito permite-nos discutir como as narrativas pós-coloniais das quais *GS:V* é representativa, ao virem à tona, são capazes de recuperar questões que se inscrevem no texto colonial e ampliar o escopo interpretativo que sobre elas lançaram os seus autores. Acredita-se que a operação realizada pelos autores pós-coloniais, ainda que não seja necessariamente equivalente ao ato de somar, altera o cálculo¹⁴, permite pôr em evidência que aquilo que ingressa primeiro no ordenamento histórico não é suficiente, não é totalizador e, via de regra, precisa de algo que o complete. Dessa forma, reafirma-se que *GS:V*, ao operar uma tradução do discurso colonialista inquirindo essa tradição, põe em questão conceitos caros à tradição logocêntrica europeia, tais como originalidade, autonomia, primeiridade, totalidade.

O Capítulo II é dividido em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo, em sua única seção – a partir de uma discussão realizada com base nos textos “O pós-estruturalismo”, incluído em *Teoria da literatura: uma introdução* (2006), de Terry Eagleton e “Este perigoso suplemento” incluído na segunda parte do segundo capítulo da *Gramatologia* (2006) de Jacques Derrida – alçamos o conceito de suplemento e discutimos como a experiência com o ato de escrever pode se apresentar, em algumas circunstâncias, como um suplemento da experiência obtida no ato de viajar. Para abordarmos especificamente essa relação, analisamos duas passagens dos textos dos viajantes e autores James William Wells (1995) e João Guimarães Rosa (*apud* OLIVEIRA, 2008) a fim de verificar como o deslocamento de ambos torna-se determinante para a produção de seus textos escritos. Nessa seção esse deslocamento

¹⁴ Cf. BHABHA, 2007, p. 219.

é aqui entendido, especificamente, com relação aos dois autores e viajantes, no sentido denotativo do termo, movimento pelo espaço. Sabemos que esse deslocamento pode ser compreendido no sentido conotativo, como um tropo, afinal, ao incursionarem pela tradição de textos literários e relatos de viajantes esses autores têm seus textos contaminados pela leitura feita, apresentando-se como subsidiários de viagens por outros textos escritos. Esse aspecto será discutido nas seções posteriores a essa, ainda nesse capítulo.

Na primeira seção, do segundo subcapítulo, do Capítulo II, a partir de uma discussão em torno do desenvolvimento do gênero romance, por distinção ao gênero relato de viagens, apresentamos um perfil de James William Wells. Sobre esse viajante e autor, os apontamentos aqui realizados têm por objetivo evidenciar no seu diário de bordo a mescla de uma linguagem objetiva com uma dicção literária. Parte-se da hipótese de Flora Sússekind em *O Brasil não é longe daqui* e da hipótese de Myriam Ávila em *O retrato na rua* e argumenta-se a respeito do aproveitamento de potencialidades estéticas e de sentido presentes nos relatos de viajantes estrangeiros (em *Três mil milhas através do Brasil*, especificamente) por João Guimarães Rosa (especificamente no romance *GS:V*). Em suas pesquisas, Myriam Ávila levanta a hipótese de que “vários títulos relevantes da literatura mineira do período pós-colonial nascem como uma certa resposta, ou, no mínimo, sob a influência dos relatos estrangeiros sobre Minas”¹⁵. A pesquisadora identifica no jovem engenheiro inglês James William Wells um interlocutor em potencial para Riobaldo em *GS:V*. Wells percorreu o Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão, para cumprir o trabalho de levantamentos e agrimensuras necessários para a construção da estrada de ferro Pedro II, no século XIX, tendo permanecido no país por 17 anos (1869-1886). O viajante organizou em *Três mil milhas através do Brasil* (originalmente publicado em 1886), os relatos da sua expedição, que contou com uma longa temporada por Minas Gerais (1873-1875). O registro dessa experiência não se constituiu em simples observação. Em *Três mil milhas através do Brasil*, a experiência individual e a memória coletiva também se imbricam e produzem, à sua maneira, fissuras no discurso historiográfico oficial. Em seu relato, Wells se apresenta como um narrador que está longe de manter a objetividade, a imparcialidade e a transparência exigidos no relato objetivo, tornando seu texto também subjetivo, impuro e opaco, de forma similar ao narrador ficcional. Tudo isso é sintomático da escrita ficcional que o vitoriano irá apresentar um ano após a publicação de seu diário de viagens em *A voz de Urbano*: um romance de aventura na Amazônia.

¹⁵ ÁVILA, 2008, p.102.

Na segunda seção, do segundo subcapítulo, do Capítulo II, antes de iniciarmos propriamente a aproximação entre o texto de Wells e o texto de Rosa, realizamos um parêntese que tem por objeto o cotejo entre a visão de Wells e a visão de um brasileiro que, tendo atravessado a sociedade brasileira do século XIX de uma ponta a outra, é capaz de fornecer respostas, no calor da hora, aos questionamentos de Wells acerca da formação deste país: Machado de Assis. Se os caminhos percorridos por Machado de Assis e James W. Wells se cruzaram, acreditamos que isso não tenha ultrapassado o trecho da estrada de ferro Pedro II, que consistia na via de acesso que mais facilmente ligara o Rio de Janeiro à Barra do Piraí em 1864. Talvez tenha sido esse percurso, recentemente inaugurado, à época, que permitiu a Machado de Assis, que sequer era dado a viagens, chegar em Barra do Piraí e lançar seu primeiro livro de versos, *Crisálidas*. A este ponto Wells só chegou tardiamente, anos depois, em seu trajeto para Juiz de Fora, onde se despede de um inglês companheiro de viagem, cujo nome lhe escapa no ato da escritura. Não obstante esse desencontro, é Machado de Assis quem nos permite realizar um exercício comparativo, no sentido de tornar mais evidentes os problemas levantados por Wells quando da sua passagem pelas cidades do Rio de Janeiro e Juiz de Fora, cidades cujo aspecto modernizante irá contrastar com tudo o mais que virá o viajante inglês em sua viagem pelo Brasil. Nessa altura da viagem é que podemos melhor delinear o caráter de Wells como inglês vitoriano e toda a “carapaça ideológica”¹⁶ que lhe é peculiar em virtude da formação que lhe foi conferida pelos padrões da tradição do ensino formal do ocidente.

É na primeira seção, do terceiro subcapítulo, do Capítulo II, que se procede a uma análise comparativa e crítica entre o discurso do narrador Riobaldo e o discurso do narrador James Wells, pondo em evidência o caráter de “resposta”¹⁷ que *GS:V* parece assumir em relação a *Três mil milhas através do Brasil*. Entende-se que, com relação ao gênero relato de viagens, Rosa opera em sua escrita literária um aproveitamento de “potencialidades estéticas e de sentido” jacentes em tais relatos e até então não plenamente conscientizados ou aproveitados¹⁸. Esta análise teve em vista os seguintes aspectos: a representação do (des) encontro com o estrangeiro e o desenredo que se manifesta na construção discursiva de ambas as narrativas, em decorrência desse (des) encontro. Nossa hipótese, com relação a Wells, é a de que a ambivalência (Bauman) que se instaura em seu discurso na representação do sertanejo brasileiro não é por ele plenamente conscientizada, o que faz com que, no decorrer

¹⁶ ÁVILA, 2008, p. 112.

¹⁷ ÁVILA, 2008, p. 102-103.

¹⁸ BAKHTIN, 2003, p. 363-364.

de todo o relato, seu discurso oscile entre uma apologia e uma condenação das “formas e condições de humanidade”¹⁹ que encontra pelo caminho. Com relação a Rosa, acreditamos que este, ao operar uma leitura marcada por um olhar deslocante e desconstrutor do relato de viagem praticado no século XIX, foi capaz de se conscientizar da presença de tal ambivalência e do desenredo que provocou em tais relatos. Considera-se que Guimarães Rosa, ao escrever *GS:V*, representar o sertanejo mineiro e dramatizar o enunciado do narrador, “deleitando nesta falta”²⁰ de objetividade do viajante inglês, operou um aproveitamento positivo da potencialidade estética e de sentido de tal ambivalência em favor da construção de seu romance *GS:V*. Para dar cabo desse propósito, realiza-se um confronto e uma análise crítica de alguns fragmentos do romance de Rosa e do diário de James Wells. Nessa perspectiva, espera-se demonstrar que o caráter suplementar da narrativa de *GS:V* permite re(inventar) a escrita do relato de Wells, este aqui entendido como viajante “esclarecido” percorrendo os sertões mineiro e goiano com lentes objetivas e construindo, a contragosto, um discurso eivado de carga ambivalente e subjetiva.

Na segunda seção, do terceiro subcapítulo, do Capítulo II, identificamos e analisamos a presença de dois estrangeiros no sertão de Rosa. Vimos que a apresentação do perfil desses estrangeiros e seus aspectos ideológicos são trabalhados por Rosa de forma a apresentar ao público a representação literária da adequação dos brasileiros às formas de vida das civilizações estrangeiras. Essa abordagem tem em vista a análise realizada por Walnice Galvão, do conto “Orientação”. Acreditamos que assim como o chinês Quim, Wups e Wababa fogem à identidade do viajante “metamorfoseado em colonizador” – e se constituem exceções à regra geral prevista por Silviano Santiago que entende como colonizador o viajante aventureiro que se torna sedentário, constitui família patriarcal, subjuga o Outro, desvirtua a ética da aventura utilizando-a como justificção para o seu desejo de mando e poder²¹. Já, na segunda seção, propomo-nos deter na plausibilidade da hipótese de um outro estrangeiro no sertão rosiano: James William Wells.

No Capítulo III, tentamos identificar os índices significativos que podem apontar para o processo de carnavalização, tal qual o descreve Bakhtin em *Problemas da Poética de Dostoievski* (2005) e *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (2008).

Na primeira seção do Capítulo III, a partir de uma discussão envolvendo o conceito de zona cinzenta (LEVI, 1990), revisitamos a Crítica a *GS:V* e discutimos como esse

¹⁹ WELLS, 1995, v.1, p. 34.

²⁰ ÁVILA, 2008, p. 105.

²¹ SANTIAGO, 1989, p. 189-205.

conceito pode-se mostrar satisfatório à análise do romance quando o abordamos através do tema: poder e violência. De fato, em *GS:V*, e de forma exemplar, na representação do jagunço sertanejo é possível, em vários momentos do texto, verificar os contornos mal definidos desta zona incerta que envolve a construção da narrativa. A partir dessa discussão, vamos ao encontro do pensamento de Hannah Arendt em seu artigo “Da violência”, para analisar a representação rosiana da especificidade do sistema de governo estabelecido no Ocidente, um sistema que articula a violência como uma “flagrante manifestação de poder” do próprio Estado. Em seguida, recuperamos o pensamento de Giorgio Agamben no seu texto “O que resta de Auschwitz” (2008) em que o pensador italiano considera, de forma audaciosa, que o paradigma do espaço político contemporâneo não mais consiste na *polis* grega, mas no campo de concentração. Analisando o espaço do sertão norte mineiro, em seus encarniçados conflitos entre bandos de jagunços e entre estes e os soldados do governo, argumentamos sobre a plausibilidade de reconhecer na representação do espaço em *GS:V* o paradigma moderno de governo aludido por Agamben: o campo, espaço onde a lei parece não estar presente, não conseguir ingressar, mas onde, na verdade, ingressa em estado de suspensão, isto é, um espaço onde a lei não está revogada, mas excetuada, sempre dentro, ainda que fora, produzindo “a combinação de regimes modernos e arcaicos de poder” e articulando em um mesmo governo “formas inesperadas de disciplinaridade e governamentalidade”²². Essa discussão leva-nos ao encontro do pensamento de Vladimir Safatle (2008) quando retoma a problematização do conceito de carnavalização (oriundo do pensamento de Bakhtin 2005, 1987) – feita por Agamben (2004) à luz de Meuli (1975)²³. Acreditamos que a problematização desse conceito é oportuna para o estudo das relações de poder no âmbito do sertão rosiano. Concordamos com Agamben que no processo de carnavalização não se revogam “as leis, proibições e restrições, que determinavam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extracarnavalesca”, menos ainda “o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta”²⁴, como pensou Bakhtin, pelo contrário, “a suspensão irônica da Lei não significaria necessariamente sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é desprovida de relações com a ordem jurídica”. Dessa forma, muito embora “o ordenamento jurídico ‘socialmente pressuposto’ reconhecesse que a suspensão da lei é fenômeno interno ao próprio processo de efetivação da lei [...] a alternância entre ordem

²² Bhabha utiliza-se, em *O local da Cultura*, Capítulo IX, do argumento de Partha Catterjee que diz que “a genealogia do poder de Foucault tem utilidade limitada no mundo em desenvolvimento”. BHABHA, 2007, p. 269.

²³ MEULI, K. *Gesammelte Schriften*. Basel-Stuttgart, Schwabe, 1975. 2 v, *apud* AGAMBEN, 2004, p. 109.

²⁴ BAKHTIN, 2005, p. 122-123.

e desordem não põe em xeque a coesão de formas de vida”²⁵. Afinal, após o processo de coroação-destronamento definitivo de Bebelo, em relação ao bando antes chefiado por Medeiro Vaz e Joca Ramiro, por exemplo, o que se vê é a ascensão de um outro grande chefe: Riobaldo, o então, Urutu Branco, formado chefe, por semelhança ao antecessor.

Na segunda seção do Capítulo III, analisamos ponto a ponto os episódios do romance de João Guimarães Rosa ocorridos na Fazenda Sempre-Verde e na Casa/Fazenda dos Tucanos. Nessa análise tentamos identificar os índices significativos que podem apontar para o processo de carnavalização, tal qual o descreve Bakhtin em *Problemas da Poética de Dostoievski* (2005) e *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento* (2008). Nessa abordagem, detemo-nos especialmente na identificação das quatro categorias imprescindíveis ao processo de carnavalização descrito pelo filósofo russo, a saber: *o livre contato familiar entre os homens, as excentricidades, as mésalliances e a profanação*, afinal, como todas as quatro categorias foram transpostas para a literatura ao longo dos tempos, “especialmente para a linha dialógica de evolução da prosa artística romanesca”²⁶, acreditamos que elas se fazem presentes na literatura desse escritor que tão enfaticamente dialoga com a prosa artística desenvolvida no Ocidente. Além das quatro categorias, realizamos apontamentos sobre os seguintes elementos constitutivos da carnavalização literária: batalhas alegres; ritual de louvor e injúria; grosserias-destronamento; atualidade; experiência e a fantasia livre; pluralidade de estilos e a variedade de vozes.

Finalmente, espera-se que através desta abordagem tenha sido realizado um estudo que contribua para as investigações recentes acerca do romance de João Guimarães Rosa demonstrando como este autor, ao escrever *GS:V*, deu origem a uma narrativa que desafia e suplementa a historiografia oficial, ao mobilizar narrativas proscritas. Tal narrativa inaugura novas rotas para a literatura brasileira, uma vez que traz à luz uma outra versão da história do norte mineiro, pondo em evidência os sinais de ambivalência e mutação/desarticulação das estruturas da racionalidade ocidental subjacentes às formas de poder e seus discursos, irremediavelmente postos em prática.

²⁵ AGAMBEN, *apud* SAFATLE, 2008, p. 104.

²⁶ BAKHTIN, 2005, p. 124.

CAPÍTULO I

O MODERNO, A MÍMICA, O GRANDE TEMPO

Os dias passam, e os meses, e os anos, e as situações políticas, e as gerações e os sentimentos, e as idéias. Cada olimpíada traz nas mãos uma nova andaina do tempo. O tempo, que a tradição mitológica nos pinta com alvas barbas, é pelo contrário um eterno rapagão, rosado, gamenho, pueril; só parece velho àqueles que já o estão; em si mesmo traz a perpétua e versátil juventude.

Machado de Assis

I.1- DO CONCEITO DE MODERNO E SUAS VARIAÇÕES NA MODERNIDADE

Com o advento do século XVIII e do Iluminismo, seguido da Revolução Industrial, à concepção de novo, relacionada ao moderno, somou-se a noção de progresso, de progressiva racionalização. Michael Löwy relembra que desde o século XVIII “o progresso por excelência é aquele que se manifesta na novidade industrial, técnica e científica — assim como nas transformações sociais, políticas e culturais correspondentes: urbanização, racionalização, democratização, secularização”²⁷. É no correr desse século que o limiar histórico iniciado no século XVI é compreendido como o começo de uma época distinta da anterior. Nesse período, relembra-nos Jacques Le Goff, os desdobramentos do conceito de moderno conduzem à modernidade, à modernidade epistemológica, à modernização e ao modernismo²⁸.

G. W. F. Hegel, “o primeiro filósofo que desenvolveu um conceito claro de modernidade”²⁹, emprega-o, antes de qualquer coisa, em um contexto histórico, para ele os “novos tempos” são os “tempos modernos”. Jürgen Habermas relembra que, para Hegel, por volta de 1800, essas duas expressões designam os três séculos que o antecedem e que

²⁷ LÖWY, M, s/d, p. 119.

²⁸ LE GOFF, Jacques, 1984, v. 1. *apud* RIBEIRO, Marília Andrés, 2007, p. 116.

²⁹ “Hegel também utiliza esses termos, em suas lições sobre a filosofia da história, para delimitar o mundo germânico-cristão que, por sua vez, se originou da Antiguidade grega e romana. A classificação, ainda hoje usual (p.ex., para a caracterização de disciplinas históricas), em Idade Moderna, Idade Média e Antiguidade (respectivamente História moderna medieval e antiga), só pôde se compor depois que as expressões “novos tempos” ou “tempos modernos” (“mundo novo” ou “mundo moderno”) perderam o seu sentido puramente cronológico, assumindo a significação oposta de uma época enfaticamente ‘nova’”. HABERMAS, 2002, p. 8.

constituem a Idade Moderna inaugurada pela descoberta do “Novo Mundo”, pelo Renascimento e pela Reforma³⁰.

Ao fim do século XVIII e início do século XIX, de acordo com Michel Foucault, o homem se dá conta da necessidade de desenvolver a sua própria analítica; vê-se então, diante do espelho, tal qual um objeto a ser investigado e a partir daí, “entra, e pela primeira vez, no campo do saber ocidental”³¹; reflete acerca de si e do outro, busca por conhecimento e representa o ser do homem, na tentativa de desenvolvimento do seu projeto de emancipação plena. Essa emancipação, por sua vez, leva-o à secularização de todos os domínios do conhecimento humano. A partir desse momento, o homem elabora uma nova concepção de mundo, um mundo em que a razão, elevada à condição de essência da natureza humana, auxiliada pela observação e pela experiência, vai se constituir em instrumento fundamental para a produção de todos os conhecimentos, de todos os valores e de todas as normas que dizem respeito a ele próprio. Configura-se aí o esforço de unificação da imagem e do pensamento do homem e do mundo, bem como o mapeamento e mensuração do espaço e do conhecimento com que sonharam Bacon, Descartes, Newton e seus pares. É nesse cenário que nascem as Ciências Humanas.

Ao início do século XIX, verifica-se, nos termos de Foucault em *As palavras e as coisas* (2000), a mudança radical no âmbito da mentalidade científica do Ocidente, por ocasião do advento do pensamento sobre o homem como sujeito e objeto do conhecimento. Essa mudança permitirá cunhar para o termo moderno uma outra variação: a Modernidade Epistemológica. Por ocasião da soma das Ciências Humanas ao conjunto das positividades e decorrente alteração do cálculo epistemológico até então operado, a epistemologia passa de clássica a moderna. As delimitações da epistemologia clássica em que “todo conhecimento, qualquer que fosse, procedia às ordenações pelo estabelecimento das diferenças e definia as diferenças pela instauração de uma ordem”³² começam a entrar em crise e a se desordenarem. O advento das Ciências Humanas, ao início do século XIX, dar-se-á em um local precariamente delimitado e sem destino certo. Essas ciências se circunscrevem numa posição fronteira em relação ao triedo do saber então estabelecido, nos termos de Foucault³³. Tal

³⁰ HABERMAS, 2002, p. 9-11.

³¹ FOUCAULT, 1990, p. xxi.

³² FOUCAULT 1990, p. 478.

³³ Foucault (1990, p. 479), considera que a episteme moderna deve ser compreendida como um espaço “volumoso e aberto segundo três dimensões: a dimensão das ciências matemáticas e físicas em que a ordem constitui-se num encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas; a dimensão das ciências da linguagem, da vida, da produção e distribuição de riquezas que estabelecem relações entre elementos descontínuos mas análogos, relações causais e constantes e estrutura; a dimensão da reflexão filosófica, que se desenvolve no âmbito do pensamento”.

posição que fez com que as Ciências Humanas, aos olhos das ciências propriamente ditas fossem tidas “perigosas e em perigo” foi central para que a modernidade epistemológica inaugurasse um tempo marcado por uma “mobilidade inesperada” em que todas as ciências iniciaram o movimento de desvio umas em relação às outras³⁴.

Entre as novas ciências, a História figura como uma das mais representativas de toda essa efervescência epistemológica do princípio da Idade Moderna, pois a partir de então, e, somente a partir de então, no rol das reestruturações do pensamento ocidental, o homem dar-se-á conta da necessidade das descrições da evolução dos acontecimentos e de seu pensamento através da linearidade temporal, conscientizando-se de que, oriundo de um passado, volta-se para o futuro, um aparentemente simples movimento que particulariza a moderna consciência histórica. Conforme Habermas, “constitui-se então a representação da história como um processo homogêneo, gerador de problemas; de modo concomitante, o tempo é experienciado como um recurso escasso para a resolução dos problemas que surgem, isto é, como pressão do tempo”³⁵.

Verifica-se que consciência histórica e modernidade caminham *pari passu*. A modernidade relacionada ao *modus vivendi* do homem do século XIX designa, portanto, neste período, os gostos e costumes daquele que habita as metrópoles, local em que o tempo e os acontecimentos que nele se inscrevem estão em aceleração; em que se efetiva a percepção de que todas as coisas estão em permanente e rápida transformação. É dessa percepção que advém a sensação de um tempo aberto para o futuro. Essa aceleração do tempo faz emergir uma necessidade crescente de racionalização, de resolução objetiva das questões. Ainda de acordo com Habermas, sabemos que é a racionalização que permitirá o desenvolvimento característico à sociedade moderna estruturada em torno da empresa capitalista e do aparelho burocrático do estado, geradora da institucionalização de uma ação econômica e administrativa racional, o que conduz à gradual dissolução das formas de vida desenvolvidas tradicionalmente³⁶. De acordo com Karl Marx e Engels, a modernidade,

é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos...Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar...³⁷

³⁴ FOUCAULT, 1990, p. 297

³⁵ HABERMAS, 2002, p. 10

³⁶ HABERMAS, 2002, p. 4-5

³⁷ MARX e ENGELS, 1973, p. 70 *apud* HALL, 2006, p. 14.

Esse celebrado movimento das sociedades modernas é fundamental na modernização que, para Habermas, consiste em

um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc.³⁸

Habermas informa ainda que “uma vez que o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si”³⁹, é dessa perspectiva que advém o conceito de uma modernidade autocertificada, que pressupõe um tempo que, ao romper com o passado, cria seus próprios parâmetros e é por eles pautado, sem a necessidade de uma normatividade que lhe seja exterior. Esse conceito é problemático e divide opiniões acerca da vulnerabilidade ou não das abordagens interpretativas de sua constituição.

Dado que epistemologia e procedimento artístico também caminham *pari passu*, o problema de fundamentação da modernidade será percebido de forma inédita no âmbito da crítica estética. Se Hegel foi o primeiro filósofo a conceituar a modernidade, Charles Baudelaire será o primeiro artista a fazê-lo, também no século XIX. Para ele, informa Habermas, a “experiência *estética* confundia-se, nesse momento, com a experiência *histórica* da modernidade”. Seu pensamento estético referente a esta conceituação gira em torno do eixo atualidade e eternidade, sendo resumido por sua badalada oração: “a Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”⁴⁰. Ao proferir esse conceito, o poeta se refere à eternidade da beleza que acompanha a efemeridade da vida moderna. Conforme seu pensamento, a atualidade, isto é, a modernidade, só pode existir enquanto ponto de intersecção entre eternidade e efemeridade. Nesse ponto, Baudelaire recupera a célebre querela entre antigos e modernos em que os modernos voltam-se contra os clássicos franceses por acreditarem que a beleza é sempre relativa ou condicionada pelo tempo, ao contrário do postulado clássico da beleza absoluta, supratemporal. Uma concepção de modernidade que, em seu cerne, contraria os princípios

³⁸ HABERMAS, 2002, p. 5.

³⁹ HABERMAS, 2002, p. 10.

⁴⁰ BAUDELAIRE, 1996, p. 24.

mais divulgados da modernidade, quais sejam: o de exatidão e certeza, formando uma imagem a que Benjamin irá se referir posteriormente como uma imagem dialética, uma imagem símbolo da obra de arte moderna. Leia-se então que, muito embora a estética e a epistemologia caminhem nos mesmo passos, a estética rompe com o rigor exato da ciência, conferindo aos objetos artísticos genuinamente modernos a peculiaridade da dialética: a de se inscrever em um local intermediário entre dois polos.

Nessa perspectiva, o conceito de modernismo, por sua vez, chega na segunda metade do século XIX ao continente europeu como o móvel do rompimento com o passado e a construção de uma nova arte. Assim, conforme relembra Marília Andrés Ribeiro, romantismo, impressionismo e pós-impressionismo vêm à tona com propostas afins, quais sejam: a revisão das tradições acadêmicas e oficiais. Uma vez que todos estão fundados nos pressupostos da autonomia e liberdade, interrogam a originalidade da obra de arte, a genialidade do artista, a inovação da forma com o foco para a renovação da estrutura e a fundação de uma nova estética pautada pela teoria da arte pela arte. Com Gautier, Manet e Mallarmé têm-se então referências para a cunhagem do conceito de autonomia da arte, um conceito fundamental aos procedimentos artísticos das primeiras décadas do modernismo europeu, signo da reflexão burguesa e intensificação da experiência estética isolada e contemplativa. Em uma outra vertente, Courbet e Daumier opostos a tal autonomia e seu esteticismo desenvolvem pela primeira vez na história da arte a sua função social, dando corpo ao realismo⁴¹.

Robert Musil, ao tematizar a dissolução da ordem antiga da tradição europeia e a transformação da consciência do indivíduo na sociedade em falência, apresenta-nos, em sua obra-prima, as “meditações sobre os erros do mundo” desenvolvidas por seu personagem Lindner:

Uma pessoa dada à luz, por hipótese em 1871 – ano de nascimento da Alemanha – poderia, chegada à casa dos trinta, constatar que, durante sua vida, a malha ferroviária fora triplicada na Europa e mais que quadruplicada no mundo inteiro, enquanto o movimento postal se elevava ao triplo e as linhas de telégrafo tinham chegado a crescer sete vezes, tendência de desenvolvimento que se repetira em muitos outros campos. A eficiência das máquinas de força passara de 50% a 90%; o lampião a querosene fora substituído sucessivamente pela chama de gás, camisa incandescente e eletricidade, que produz sempre novas formas de iluminação; o cavalo, que subsistira durante milênios, dera lugar ao carro a motor, e os engenhos voadores não tinham apenas surgido, mas saído dos cueiros. A duração média de vida, por seu turno, aumentara de maneira notável graças aos progressos da

⁴¹ RIBEIRO, 2007, p. 117.

medicina e da higiene, e o relacionamento entre os povos se tornara mais ameno e confiante desde as últimas confrontações bélicas. Vivendo tudo isso, o ser humano podia perfeitamente acreditar que, afinal, começara a era do progresso contínuo da humanidade, por tanto tempo esperada; e quem não gostaria de ver com esses olhos a época de sua própria vida!

Parece, entretanto, que essa prosperidade burguesa e espiritual se baseava em pressupostos bem determinados e nada perenes [...]. Hoje, é praticamente impossível fazer entender como era natural a crença de então na continuidade do progresso, e a opinião de que prosperidade e espírito seriam algo que, como o capim, se espalha quando não é propositalmente extirpado.⁴²

Se é possível admitir, arrolados os ícones representativos do processo de modernização tais e quais foram sonhados pelos construtores da vida moderna no ambiente urbano, que há uma correspondência no plano científico e industrial, no âmbito da Europa entre ideias modernizadoras e processo de modernização, verifica-se que, no plano espiritual e progressista, tal correspondência não pode ser postulada. Se por um lado, a racionalização da experiência não conduz à paz interior, como a narrativa de Musil sublinha de forma monumental, por outro lado as facilidades de produção e aquisição materiais que a modernidade propicia tampouco conduzem ao progresso pleno. Daí a dificuldade em se textualizar, ordenar ou mesmo compreender e fazer compreender a lógica progressista aludida por R. Musil.

Se entram em crise a ciência e verdade modernas autocertificadas (com que sonharam os filósofos metafísicos modernos herdeiros dos iluministas), naturalmente entrarão em crise também as formas de revelação ou representação das mesmas. É nessa perspectiva que Jean François Lyotard, em *A condição pós-moderna*⁴³, trata acerca da crise do grande relato, flagrando a perda de sua credibilidade e o declínio do poder unificador e legitimador do mesmo. No campo epistemológico é possível constatar que após a reorientação das ciências provocada pelo surgimento das Ciências Humanas no início do século XIX, ao final desse século, ocorrem nos campos do saber os “impactos das transformações tecnológicas” que, de acordo com Wilmar do Valle Barbosa em *Tempos pós-modernos*, levaram a “uma modificação na natureza mesma da ciência”, assistindo-se então à “‘crise da ciência’ e da verdade”⁴⁴. Nesse cenário, os ideais de uma razão científica totalizadora do conhecimento com o que sonharam os iluministas são amplamente revistos. De acordo com Eneida Maria de Souza, “o discurso da ciência positivista, com vistas a reconstruir totalidades, revelou-se

⁴² MUSIL, 1989, p. 1249-1250.

⁴³ LYOTARD, 2002.

⁴⁴ BARBOSA, in LYOTARD, 2002, p. viii.

inoperante, exigindo-se a gradativa mudança de paradigma e de recorte analítico”⁴⁵. Essas transformações nos campos do saber vão percorrer toda a modernidade e terão como uma de suas consequências o esgotamento do paradigma metafísico da filosofia, que por tanto tempo tornou-se, ainda conforme Barbosa, “metadiscorso de legitimação da própria ciência”⁴⁶. Percebe-se que se por um lado, a falência deste modelo torna inoperantes “conceitos caros ao pensamento moderno, tais como ‘razão’, ‘sujeito’, ‘totalidade’, ‘verdade’, ‘progresso’”⁴⁷, por outro lado leva à busca por novos enquadramentos teóricos. Dessa forma, com a crise da noção de ordem, que pode aqui ser entendida como metonímia da crise moderna,

assistimos à rediscussão da noção de ‘desordem’, o que por sua vez torna impossível submeter todos os discursos (ou jogos de linguagens) à autoridade de um metadiscorso que se pretende a síntese do significante, do significado e da própria significação, isto é, universal e consistente. Por isso mesmo é que as delimitações clássicas dos campos científicos entram em crise, se desordenam⁴⁸.

É somente a partir do século XX que as reflexões em torno da modernidade e do modernismo serão intensificadas. Nesse século, surgem então reflexões em torno das vanguardas artísticas, “termo apropriado pelos artistas que viveram entre as duas grandes guerras, no século XX, para denominar os movimentos artísticos modernos que acompanharam as utopias revolucionárias nos diversos países europeus”. O surgimento das vanguardas – futurismo italiano, expressionismo alemão, construtivismo russo, dadaísmo, surrealismo e seus desdobramentos na Europa e nas Américas – vai dar corpo ao segundo momento da história da arte moderna, sendo necessário, portanto, pensar as vanguardas como procedimentos artísticos tributários de uma mentalidade, incluída em uma sociedade de plena modernização cultural, política e econômica.

Delineiam-se as seguintes características das vanguardas: possuem o caráter militante, revolucionário e utópico, acreditando que a arte tem a missão de construir um novo homem, um novo mundo e uma nova ordem social; usam palavras de ordem, manifestos, estratégias de choque e produção de eventos provocativos; articulam-se como um grupo de artistas em torno de um líder intelectual, visando à realização de ações que integram as várias manifestações artísticas; questionam a instituição artística burguesa, o circuito artístico e as categorias da obra de arte, rompendo a distância entre a arte e a vida⁴⁹.

⁴⁵ SOUZA, 2007, p. 21.

⁴⁶ BARBOSA, in LYOTARD, 2002, p. viii.

⁴⁷ BARBOSA, in LYOTARD, 2002, p. viii.

⁴⁸ BARBOSA, in LYOTARD, 2002, p. xi.

⁴⁹ RIBEIRO, 2007, p. 118.

Não obstante essas características gerais que conferem certa unidade às vanguardas europeias, estas foram constituídas sob o signo de uma ambiguidade que as levou ao esgotamento de seus procedimentos. Se por um lado assumiam uma postura antiestética, por outro lado voltavam-se para as propostas de uma utopia revolucionária sendo direcionadas para os valores da sociedade industrial capitalista, a exemplo caricato do futurismo. Sintomático desse direcionamento é o esgotamento do paradigma vanguardista que conduziu ao surgimento de um paradigma pós-vanguardista, em meados do século XX, por ocasião, sobretudo, da crise da utopia e dos governos totalitários do continente europeu.⁵⁰

Esse cenário ao qual Lyotard denomina pós-moderno, vai se caracterizar pela perda da crença no paradigma moderno instaurando uma incredulidade que atinge não apenas o “metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes”, mas todos os dispositivos de legitimação da modernidade, uma vez que esta crise se funda em uma das noções centrais da modernidade: “a noção de ordem”⁵¹.

Ambivalência: este é o verdadeiro produto que obtivemos da promessa de clareza e transparência pregadas pela modernidade e sua razão. Conforme aponta Zygmunt Bauman esta “desordem específica da linguagem”, isto é, esta “falha na função nomeadora (segregadora)” da linguagem cindiu também os sujeitos modernidade afora⁵². Se a noção de ordem constituiu-se no pilar da modernidade, a ambivalência revela as contradições do projeto moderno em seu cerne, em suas fundamentações. Até onde é possível o estabelecimento de ordens e classificações? Como nomear? A crise da função representativa da palavra atinge de imediato o discurso que se quis controlado cientificamente e capaz de totalizar as intenções de seus produtores. Desse modo, o metarrelato, ao ser revisado, põe em perspectiva a hibridização entre o saber científico e o saber narrativo, hibridização esta que, no âmbito do saber científico moderno, fundado no enquadramento metafísico, foi constantemente rasurada.

Lyotard relembra que o saber narrativo é, por natureza, avesso a uma totalização e unificação, sendo a sua natureza contrária ao discurso legitimador do conhecimento, dos valores e das normas. Esse saber é constituído de forma preeminente sob os domínios do saber tradicional, daí o fato de que o relato⁵³ tenha se tornado a forma por excelência do saber

⁵⁰ RIBEIRO, 2007, p. 115-125.

⁵¹ BARBOSA, in LYOTARD, 2002, p. vii.

⁵² Cf. BAUMAN, 1999.

⁵³ Esta é a definição de Lyotard ao relato: “estas histórias populares [que] contam o que se pode chamar de formações (*Bildungen*) positivas ou negativas, isto é, os sucessos ou os fracassos que coroam as tentativas dos

narrativo, em muitos sentidos. Essa forma, que permite uma série de jogos de linguagem, obedece “a regras que lhe fixam a pragmática”. Como saber pragmático o que “se transmite com os relatos é o grupo de regras pragmáticas que constitui o vínculo social”⁵⁴.

O saber científico, por sua vez, está “submetido à regra: um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico”⁵⁵. Da mesma forma que na promulgação da lei por um legislador, o cientista deve ser “autorizado a prescrever as condições estabelecidas [...] para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica”⁵⁶.

Se o saber científico constitui-se no saber legítimo, o saber narrativo constitui-se no não saber por excelência, em saber bastardo. Tudo estaria bem resolvido se o par binário saber científico/saber narrativo tivesse, de fato, fronteiras muito bem demarcadas. Mas o que acontece é que tanto há uma convergência entre os dois saberes que o problema da legitimação que atravessa o saber científico, na pós-modernidade, está longe de se tratar de uma fraqueza “no jogo de linguagem da ciência”, constituindo-se, na verdade, como “instrumento heurístico”⁵⁷. O saber científico vale-se do saber narrativo de forma inevitável, na medida em que se mantenha a verdade dos enunciados e que este jogo não legitime esta verdade através dos seus próprios recursos. Afinal, “o saber científico não pode saber e fazer saber que ele é o verdadeiro saber sem recorrer ao outro saber, o relato, que é para ele o não-saber”. Entendida dessa forma, “a narração deixa de ser um lapso da legitimação”⁵⁸. O autor relembra que desde Platão a questão da legitimação encontra-se ligada à da legitimação do legislador. Como relembra ainda Jonathan Swift em *Viagens de Gulliver*, no episódio de Lagado, quando pesquisadores investem contra os monarcas na criação de planos que visam a persuadi-los da escolha dos ministros “entre os mais sábios, honestos e capacitados”. Após o susto passado por Gulliver, diante de tamanha perda de juízo, o viajante inglês tem a oportunidade de reconhecer que “nem todos na escola são tão loucos” e descreve a proposição de um “médico engenhosíssimo que descobriu o segredo da cura de todas as mazelas que afetam o governo”, partindo do pressuposto da identidade entre o “corpo físico e o corpo político” e propõe a cura de ambos os corpos “pelas mesmas receitas”. Leia-se:

heróis; e estes sucessos ou fracassos ou dão sua legitimidade às instituições da sociedade (função dos mitos), ou representam modelos positivos ou negativos (heróis felizes ou infelizes) de integração às instituições estabelecidas (lendas, contos)”. LYOTARD, 2002, p. 40.

⁵⁴ LYOTARD, 2002, p. 40.

⁵⁵ LYOTARD, 2002, p. 13.

⁵⁶ LYOTARD, 2002, p. 13.

⁵⁷ LYOTARD, 2004, p. 53-54.

⁵⁸ LYOTARD, 2004, p. 53-54.

propunha o doutor que um grupo de médicos assistisse durante três dias às sessões do Senado. Ao fim dos debates de cada dia, esses médicos examinariam os senadores e discutiriam entre si as doenças encontradas. No quarto dia, voltaria ao Senado com os remédios, antes que os senadores se reunissem, os fariam tomar analgésicos, lenitivos, aperitivos, corrosivos, adstringentes, paliativos, laxativos, icterícios, apoflegmáticos, acústicos e assim por diante, de acordo com cada caso.

Além de ser um método barato, seria de grande utilidade para o bom funcionamento do Senado: encurtaria os debates, provocaria a unanimidade, abriria algumas bocas excessivamente fechadas e fecharia outras excessivamente abertas; acalmaria a insolência dos moços e corrigiria a teimosia dos velhos; despertaria os estúpidos e tranquilizaria os impertinentes⁵⁹.

A essa altura vale recuperar a origem do termo *legítimo*, central no texto de Lyotard. Derivado do latim *legitimus*, de *lex*, exprime, de modo geral, “tudo o que está conforme as leis ou que se apresenta cumprindo as determinações legais”. O termo está diretamente relacionado com a ideia de pureza, perfeição, regularidade e validade. O legítimo está vinculado à norma, às exigências legais, valendo como direito. ‘É o que *procede legalmente*, que é *lícito*, é *permitido*, é *autorizado*, o que, aliás, redundava sempre na exata expressão: *é legal*, porque, *procede da lei*, está permitido ou autorizado em lei, é amparado e apoiado em lei. [...]’⁶⁰.

Razão seja dada a Lyotard, afinal a legitimidade parlamentar da proposta descrita por Swift e decorrente sucesso entre os habitantes de Lagado pode-se justificar ainda por suas palavras: “o direito de decidir sobre o que é Verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o que é justo”, pois que são “saber e poder as duas faces de uma mesma questão: quem decide o que é saber, e quem sabe o que convém decidir?”⁶¹.

É contra essa autoridade legitimada oficialmente que os textos dos autores aqui arrolados investem.

⁵⁹ SWIFT, 2008, p. 149-150.

⁶⁰ PLÁCIDO E SILVA, 1963, grifos do autor, *apud* GOMES, 2009.

⁶¹ LYOTARD, 2002, p. 14.

I.2. – A MÍMICA E O GRANDE TEMPO EM JOÃO GUIMARÃES ROSA

A racionalidade mímica, como atividade de articulação personificada na metáfora da linguagem, altera o sujeito da cultura, transformando-o de uma função epistemológica em uma prática enunciativa.

Homi K. Bhabha

I.2.1 – A MÍMICA

Entre as *Outras inquisições* de Jorge Luiz Borges ao projeto da modernidade destacamos o texto “O pudor da história”⁶². O texto contempla as sucessivas práticas governamentais em forjar ou simular as jornadas históricas. Suspeitando de que a história, a verdadeira, “é mais pudorosa”⁶³, Borges pondera que as datas essenciais para a mudança da ordem das coisas permanecem, não raro, durante muito tempo, secretas, pois que “os olhos vêem o que estão habituados a ver”⁶⁴. É uma “frase casual” e “ligeiramente enigmática” com que o escritor argentino se depara ao folhear uma história da literatura grega que o desperta para essa questão, qual seja, “ele trouxe um segundo ator”⁶⁵. Recorde-se, é Esquilo quem aí assume o local do sujeito pronominal. Detendo-se, Borges constatou que a mesma informação consta da *Poética* de Aristóteles, aquele mesmo filósofo grego que classificou os gêneros como produtos da voz, com base no modo de representação mimética. Naquela que se tornou obra fundamental da teoria clássica dos gêneros, Aristóteles afirma também ser Ésquilo aquele que “elevou de um a dois o número de atores”⁶⁶. Esse novo personagem promove uma profunda variação na estrutura do drama grego e abala a soberania do único ator – este chamado: “o *hipócrita*, alçado pelos coturnos, trajando preto ou púrpura e com o rosto aumentado por uma máscara, dividia a cena com os doze indivíduos do coro”; aquele *outro ator* surgiu e instalou-se em cena sem cerimônias de anúncio; com ele “entraram em cena o diálogo e as indefinidas possibilidades da reação de uns personagens sobre outros”⁶⁷.

Borges é tomado pela surpresa com que passara pudorosamente aquele acontecimento de rara importância para o universo artístico e não apenas descreve o acontecimento de forma a contextualizá-lo nas conjunturas históricas dos procedimentos da

⁶² BORGES, 2000, p. 120-123.

⁶³ BORGES, 2000, p. 120.

⁶⁴ BORGES, 2000, p. 120.

⁶⁵ BORGES, 2000, p. 120.

⁶⁶ BORGES, 2000, p. 120.

⁶⁷ BORGES, 2000, p. 121.

arte, mas também o revisa. Pondo em perspectiva o olhar desconstrutor de seu tempo, inquire: “naquele dia de uma primavera remota, naquele teatro da cor do mel, o que eles terão pensado, o que sentiram exatamente?”⁶⁸. Do mesmo modo como não é possível saber ao certo quais terão sido as reações da espetacular aparição do *outro ator* diante do público grego, tampouco é possível acertar em qual teria sido a reação do mentor desta feita; sobre Ésquilo “nunca saberemos se pressentiu, sequer de modo imperfeito, quão significativa era essa passagem do um ao dois, da unidade à pluralidade, e assim até o infinito”⁶⁹. Também não ultrapassariam o nível da especulação as questões que pudessem ser levantadas sobre a consciência da importância de sua incorporação ao espetáculo, por parte do ator que naquele momento representou o *outro*. A evidente inoperância da faculdade de julgar por parte de autor, ator e público nesse episódio é sintomática da ordem geral do pensamento ocidental aludida por Bhabha, ao lembrar que “o signo da história não consiste em uma essência do acontecimento em si, nem exclusivamente na *consciência imediata* de seus agentes e atores, mas em sua forma enquanto *espetáculo* – espetáculo que significa *por causa do* distanciamento e deslocamento entre o acontecimento e seus espectadores”⁷⁰.

Não sendo possível daí obter um consenso, resta-nos o nível da interpretação teórica. Se se recuperam tais questões em termos benjaminianos, retornando à ligação entre verdade e contingência proposta pelo frankfurtiano, pode-se então corroborar a defesa de Borges de que a incorporação do segundo ator ao drama, por parte de Ésquilo, consiste em um verdadeiro signo da história. Afinal, para Benjamin “a verdade não seria uma construção do conhecimento, mas um *insight* independente de qualquer intenção: ‘sem que ele [o sujeito histórico]’ tenha consciência disso”⁷¹.

Desta feita, podemos verificar a consciência de Jorge Luiz Borges acerca da urgência de se pôr em questão a oficialidade dos discursos que legitimam o fazer artístico e o fazer histórico. Além do mais, ao recalcar de modo precário o sujeito textual em *O pudor da história*, Borges, sem nenhum pudor, opera uma imitação burlesca dos postulados do padrão textual nos quais originalmente circulam as questões de ordem das jornadas históricas, construindo seu texto num “entre-lugar”⁷² dos gêneros ficcional e histórico, para horror da historiografia tradicional. Essa leitura operada por Borges oferece uma nova possibilidade de se pensar a escrita da história, no sentido de reinventá-la a partir de um olhar aberto para

⁶⁸ BORGES, 2000, p. 121.

⁶⁹ BORGES, 2000, p. 121.

⁷⁰ BHAHBA, 2007, p. 335. *Grifos do autor*.

⁷¹ BENJAMIN, *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 1994, p. 224 *apud* ÁVILA, 2008, p. 170.

⁷² Cf. SANTIAGO, 1978.

outras formas de vida que difiram daquelas edulcoradas pela prática historiográfica, em busca de espetáculos e monumentos. Esse olhar aberto de Borges serve-nos aqui de motivos para a retomada da discussão sobre autoria, consciência crítica e a legitimação das práticas artísticas.

Vemos que, com o ingresso do *segundo ator* no drama grego, é possível aí identificar uma *outra cena* que representa alteridades interditas, invisibilizadas, silenciadas; são outras as agências que a partir da emergência do *segundo ator* adquirem representação, cidadania e legitimidade no palco grego e se articulam em favor de uma consciência histórica aberta a outras formas de vida.

Se Ésquilo não demorou em suas reflexões acerca da importância dessa “outra cena” que introduzira na Antiguidade, na Contemporaneidade é Homi K. Bhabha em seu texto “Da mímica e do homem: a ambivalência do discurso colonial”, capítulo IV do seu livro *O local da cultura* quem reflete e teoriza acerca de uma não menos importante “outra cena”, qual seja, “a cena do desejo europeu do século XIX por uma consciência histórica autêntica”⁷³. Bhabha articula essas reflexões à sua teoria do discurso colonial e defende que é o discurso colonial o que possibilita a emergência dessa outra cena do desejo europeu. Uma vez que a emergência dessa cena está relacionada com a constituição da identidade do sujeito colonial e com a representação da imagem desse sujeito, Bhabha conclui que a sua emergência requer uma análise sistemática, haja vista que ela permite pôr em perspectiva a articulação de agências proscritas. O teórico indiano considera que o processo relacional de constituição das identidades no âmbito da colônia pressupõe um acordo irônico representado pela mímica. Como a mímica consiste na representação de uma diferença que se constitui como uma recusa, o sujeito colonial, uma vez que se reconhece como ser cuja identidade é marcada pela falta de algum traço presente em seu *Outro*, recusa a sua imagem e busca incansavelmente, no outro, o preenchimento dessa falta. Assim, se a mímica é signo de uma dupla articulação e do inapropriado, seu efeito sobre a autoridade do discurso colonial é profundo e perturbador; sua manifestação torna necessária a intensificação da vigilância dos saberes normalizados e dos poderes disciplinares no âmbito da colônia, a fim de se evitar sublevações por parte dos colonizados. Afinal, os colonizados, ao se valerem dos recursos da mímica, põem em xeque o valor do discurso colonial. Logo, a relação dos colonizados para com os postulados dos colonizadores se torna uma relação de submissão parcial. De forma geral Bhabha pressupõe que, para o sucesso do discurso colonial, é necessária, no âmbito da própria colônia, a proliferação de elementos inapropriados, isto é, elementos que compõem o

⁷³ BHABHA, 2007, p. 137.

jogo de poder, ou seja, um jogo pensado para garantir a hegemonia dos colonizadores e o fracasso prévio e estratégico deste mesmo poder. Assim, se os colonizados necessitam se submeter às regras do jogo da metrópole, fazem isso abrindo margem para a manifestação de elementos que perturbam a ordem e a lógica do sistema que lhes é imposto. Daí mais uma vertente do processo relacional do sistema de formação de identidades coloniais. Daí a definição de Bhabha, para a distinção entre a mimese e a mímica, ao tratar acerca da representação: “o que emerge entre a mimese e mímica é uma *escrita*, um modo de representação, que marginaliza a monumentalidade da história, que muito simplesmente arreda seu poder de ser modelo, poder esse que supostamente a tornaria imitável”⁷⁴.

Logo, a mímica se caracteriza como uma visão dupla que, por revelar a ambivalência do discurso colonial, desestabiliza a sua autoridade. A mímica consiste, finalmente, no reconhecimento parcial do poder hegemônico que articula as perturbações da diferença cultural, racial e histórica. Por tudo isso, esse discurso é produzido no lugar da interdição, não deve vir à luz de forma clara. Vigê, mas de forma velada. “Deve ser mantido oculto, um discurso proferido nas entrelinhas e, como tal, tanto contra as regras quanto dentro delas”⁷⁵. Esse discurso produz ‘efeitos de identidade’ “conflituosos, fantásticos e discriminatórios”⁷⁶. Nessa perspectiva, levanta questionamentos graves acerca da legitimação das representações, reavaliando “os saberes normativos da prioridade da raça, da escrita, da história”⁷⁷. Desse modo, “a ambivalência da autoridade colonial repetidamente passa de mímica – que é quase nada, mas não exatamente – a ameaça – uma diferença que é quase total, mas não exatamente”⁷⁸.

Muito embora Bhabha utilize o conceito de mímica para se referir especificamente ao discurso do espaço colonial, podemos pensá-lo no âmbito do espaço moderno e, de forma específica, no que diz respeito às relações de poder aí também inscritas. Nesse exercício podemos enxergar que a mímica ao mesmo tempo em que viabiliza essa *outra cena* permitindo “tornar visível o que não é visto pode também significar uma mudança de nível, dirigindo-se a uma camada de material que, até então, não tinha pertinência alguma para a história e que não havia sido reconhecida como tendo qualquer valor moral, estético ou histórico”⁷⁹.

⁷⁴ BHABHA, 2007, p. 132.

⁷⁵ BHABHA, 2007, p. 138.

⁷⁶ BHABHA, 2007, p. 138.

⁷⁷ BHABHA, 2007, p. 138.

⁷⁸ BHABHA, 2007, p. 138.

⁷⁹ FOUCAULT, *apud* SPIVAK, 2010, p. 61

Essa “outra cena”, a cena do “não-pensado”, do “impensado” em termos foucaultianos ao ser recuperada do ostracismo a que foi relegada até o século XIX, propicia a emergência de *outras histórias* dignas de cidadania no âmbito da modernidade. Essas outras histórias, ao virem à tona no universo artístico, tornam possível constituir um lugar que confira visibilidade aos seus *outros atores*.

Spivak relembra que o fato “consistentemente problemático” nesse processo “é o deslize entre tornar o mecanismo visível e tornar o indivíduo vocal”⁸⁰. Tendo em vista a tese de Spivak de que o subalterno não pode falar, de que ele está condenado a habitar um “centro silencioso e silenciado” em que se constituem “as margens do circuito marcado por essa violência sistêmica”⁸¹, acreditamos ser possível identificar no discurso literário de João Guimarães Rosa em *GS:V*, o lugar de representação dessa agência. Se essa agência, por si, não adquire “caráter dialógico”⁸² no universo real, acreditamos que é no nível da fabulação que ela adquirirá a sua articulação. Conforme já mencionara Walnice Nogueira Galvão: “sendo a literatura espaço privilegiado da utopia, é esse mesmo sertão múltiplo que realça o tratamento riquíssimo que Guimarães Rosa dá à alteridade”⁸³.

Nos “patamares da fabulação”⁸⁴, formam-se lugares em que se torna possível dizer ‘o que se recusa a dizer’, para lembrar as palavras de Macherey⁸⁵. No romance

⁸⁰ SPIVAK, 2010, p. 61

⁸¹ SPIVAK, 2010, p. 54

⁸² ALMEIDA, in SPIVAK, 2010, p. 14

⁸³ Galvão aí menciona três níveis em que Rosa textualiza sua preocupação com o outro, em especial com o sujeito tantas vezes silenciado, em textos e lugares diversos:

“Em primeiro lugar, salta aos olhos a alteridade de gênero: ocupa a linha de frente da narrativa a personagem de Diadorim. Desde o momento em que entra em cena, reconhece-se uma donzela-guerreira saída da grande tradição épica, descendente das baladas dos *rimances velhos ibéricos*, em que uma filha vestida de homem e destra em armas assume como missão vingar a morte do pai abatido em luta. Ao apaixonar-se por ela, sem duvidar de seu disfarce, Riobaldo torna-se presa de elucubrações sobre as ambigüidades entre a diferença e a semelhança.

Em segundo lugar, mas não de menor relevância, vem a alteridade de classe social, que mostra os jagunços como soldados rasos *versus* os latifundiários comandantes, ou, em outros termos, a plebe *versus* a oligarquia. Desenrola-se uma reflexão sobre o sistema de dominação que rege esse arranjo, através do recurso de fazer de Riobaldo alguém que transita entre as duas classes. Pois, filho bastardo de fazendeiro, depois de ascender de peão a chefe de bando herdará fazendas, desprendendo-se da camada subalterna.

Mas há uma outra, menos perceptível: enquanto aquelas duas predominam, ocupando toda a extensão do romance, surge ainda a alteridade de origem nacional, e aliás de uma maneira bem curiosa. Em Currealinho, convivem o Alemão Vúpes e São Assis Wababa, pai de Rosa’Uarda, primeira namorada de Riobaldo. Constatasse ali o contraste entre duas formas de civilização, encarnadas nesses dois expatriados, a saber, o nomadismo do alemão, caixeiro-viajante a disseminar novidades tecnológicas, e o sedentarismo do árabe dono da casa-de-comércio ‘O Primeiro Barateiro da Primavera de São José’. São grandes amigos e dão exemplo de afabilidade entre dessemelhantes. Ao falar deles, Riobaldo avança a observação: ‘Toda vida gostei demais de estrangeiro...’” GALVÃO, 2006, p. 32.

⁸⁴ GALVÃO, 2006, p. 32.

⁸⁵ ‘O que é importante em um trabalho é o que ele não diz. Não é o mesmo que a observação descuidada de que é ‘o que se recusa a dizer’, embora isso seja, por si só, interessante: um método pode ser construído sobre isso, com a tarefa de *medir os silêncios*, sejam esses reconhecidos ou não. Mas, mais do que isso, o que o trabalho *não*

rosiano, em que também se “medem os silêncios”, é possível ao subalterno conquistar um lugar para articular a sua agência banida da ordem do discurso hegemônico, fazendo-se sujeito inapropriado por excelência.

Assim, no sertão mineiro, ainda na década de cinquenta, Riobaldo articulará também uma *outra cena*. O sertanejo que ocupa no romance rosiano o local de enunciação ficcional volta-se também para acontecimentos aparentemente menores aos olhos da historiografia tradicional para constatar que, na narrativa dos acontecimentos, “o que vale, são outras coisas”⁸⁶. Sua narrativa, que é envolta pelo cunho confessional, está preocupada com outras verdades, isto é, com verdades diversas daquelas sobre as quais se debruçam o historiador. Para o sertanejo, os acontecimentos não apenas preservam seu signo, mas também o sentimento que advém da vivência dos mesmos. Essas “lembranças da vida”, que “se guarda[m] em trechos diversos”, pautam-se pelo “sucedido desgovernado”⁸⁷ e, longe de favorecerem o ordenamento da narrativa, cindem o tecido histórico mal cosido pela cronologia e pelo registro oficial e revelam a superficialidade dos mecanismos que os tentam pôr em prática, trazendo à tona uma memória que se manifesta tanto de forma individual quanto coletiva.

Se o ato de Ésquilo ao ser recuperado por Borges remete-nos à sugestão de Foucault, para quem o signo da modernidade é uma forma de deciframento e, como tal, deve ser procurado nos acontecimentos “aparentemente sem significado nem valor – vazios e excêntricos – em acontecimentos que são exteriores aos ‘grandes acontecimentos’ da história”⁸⁸, em um plano que é individual/local/universal, o romance rosiano o atesta comprovando que nos “trechos diversos” em que a memória se fixa “tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras, de recente data”⁸⁹.

Quando outrora Riobaldo declarou: “o senhor não me pergunte nada”, “coisas dessas não se perguntam bem”, “sei que estou contando errado, pelos altos”, “desemendo”⁹⁰, o narrador imitou o conhecido tom da hospitalidade sertaneja nela operando um desvio que, ao mesmo tempo em que lhe permitiu tratar com certa urbanidade o visitante, permitiu-lhe também negar o estabelecimento de um diálogo face-a-face. Em *GS:V* verifica-se a operação inversa àquela desenvolvida no texto de Ésquilo. Se a ação de incorporação do segundo ator

pode dizer é importante, pois aí a elaboração da declaração é executada em um tipo de jornada ao silêncio’. MACHEREY. *A Theory of liberary Production*, p. 87, *apud* SPIVAK, 2010, p. 64.

⁸⁶ ROSA, 2001, p. 132.

⁸⁷ ROSA, 2001, p. 132.

⁸⁸ FOUCAULT, M. *The art of telling the truth*, p. 90, *apud* BHABHA, 2007, p. 335.

⁸⁹ ROSA, 2001, p. 132.

⁹⁰ ROSA, 2001, p. 131.

ao drama, por Ésquilo, permitiu que o diálogo face-a-face ingressasse nesse gênero e fosse repetido “por multidões de aparências futuras: Hamlet, e Fausto, e Sigismundo, e Macbeth, e Peter Gynt, e outros que nossos olhos ainda não podem discernir”, como porventura tivesse anunciado um “espectador profético” diante do teatro grego, no romance *GS:V*, ao ingressar em cena o “segundo ator”, invertem-se as posições de dominador e subalterno ou, como quer Ésquilo, do “hipócrita” e do “segundo ator” e tal diálogo direto é interrompido⁹¹. Mas nem por isso cessa o diálogo no texto rosiano, pelo contrário. Em *GS:V* esse diálogo será feito em muitos outros e sutis níveis de construção discursiva, sendo a inversão de falas entre “segundo ator” e “hipócrita”⁹² talvez a possibilidade menos previsível e de maior impacto no romance. Na esteira de Bakhtin, Márcia Marques de Moraes em seu ensaio “Sujeito e Discurso: algumas considerações sobre a análise do discurso do narrador em ‘Grande Sertão: Veredas’” já nos lembrou que muito embora não possamos destacar a enunciação direta do interlocutor de Riobaldo – esse ‘senhor’ com ‘suma doutoração’ que “seria o cidadão para a Crítica em geral” – seu discurso não está ausente do plano narrativo. E é esse “cidadão”

que enceta o diálogo com o sertanejo, tornando o espaço e o tempo textuais, lugares de cruzamento, diálogo e, mais que isso, embate entre dois cronotopos diversos, um tempo arcaico e lugar ‘sertão’ e um tempo moderno e lugar ‘cidade’, para falar no ‘mundo sertão’, usando expressão de Riobaldo e homenageando Antonio Candido.

[...]

É esse mesmo esquema narrativo que se desdobra em uma multivocidade ímpar, fazendo dialogar, vozes de muitos sujeitos cujas memórias, pertencendo a classes, lugares e tempos distintos, faz que se cruzem, no romance, vozes individuais e coletivas, pessoais e sociais, míticas e históricas, regionais e universais, cuja explicitude não seria suficiente para perscrutar os efeitos de sentido que por eles se multiplicam. Faz-se mister operar com as relações que entre essas diferentes linguagens estabelece a ‘heteroglossia dialógica’, atentando mesmo para outros recursos além dos ‘benvenisteanos’ de que se vale a ‘subjetividade’ discursiva para processar sentidos. Fiquemos por ora apenas com a questão do gênero, em homenagem a Bakhtin.

[...]

Assim sendo, os gêneros clássicos, o épico, o lírico e o dramático que, já em Aristóteles, serviam mesmo era para dar uma procedência a certa voz (a do ele, a do eu, e a do tu, respectivamente), na sempre polifonia de quaisquer textos, entretecidos no discurso do narrador fazem dialogar entre si, a história e a ideologia que carregam em sua memória de voz (e há trechos explícitos sobre isso na fala de Riobaldo). Claro que há outras misturas produzidas por

⁹¹ BORGES, 2000, p. 121.

⁹² BORGES, 2000, p. 120-123.

essa clássica tripartição e que seriam as misturas das “espécies” discursivas: há o discurso jurídico; há o discurso epistolar; o religioso; o literário numa operação de “mis-en-abyme”; o histórico; o filosófico; o geográfico, etc, etc, trazendo cada um a sua ideologia, o que torna o romance enciclopédico e passível de diversas interpretações. Não é aqui o caso de se deter sobre cada um deles ou sobre eles – tarefa hercúlea. Essa referência se faz para defender a idéia de que a ‘heteroglossia dialógica’ potencializa, inclusive, a possibilidade de contradição pela qual chamou Benveniste na crítica a Freud e na ênfase à ‘a-historicidade’ lacaniana, e se defenda aqui também que a assunção da contradição (contra-dicção) é ela mesma uma categoria histórica e não só retórica. Assim é que o *G.S.V* é emblematicamente uma narrativa do ‘tudo é e não é’ que contradiz à máxima shakespeariana do ‘to be or not to be’, em termos intertextual, literário e histórico mesmo, história tomada como relação movimento e processo e não como referencialidade⁹³.

Em sua proposta de abordagem do gênero romance, Bakhtin afirma categoricamente que “o romance, tomado como um conjunto, caracteriza-se como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal”⁹⁴ e continua:

O romance é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais. A estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos), enfim, toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado que sua existência interna constitui premissa indispensável do gênero romanesco. E é graças a este plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orchestra todos os seus temas, todo seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo. O discurso do autor, os discursos dos narradores, os gêneros intercalados, os discursos das personagens não passam de unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance.

[...]

A estilística tradicional desconhece este tipo de combinação de linguagens e de estilos que formam uma unidade superior. Ela não sabe abordar o diálogo social específico das linguagens do romance. Por isso, a sua análise estilística

⁹³ MORAIS, M. M. Sujeito e Discurso: algumas considerações sobre a análise do discurso do narrador em “Grande Sertão: Veredas”. s/d. Disponível em: <http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Marcia/Falar%20de%20sujeito%20e%20discurso.pdf>. Acessado em 12.05.2007.

⁹⁴ BAKHTIN, 1998, p. 72-73.

Em seu texto “O discurso no romance” pertencente ao livro *Questões de literatura e de estética*, Bakhtin defende de forma sistemática o que já vinha dito em textos anteriores acerca da necessidade de que a análise do discurso no gênero romance seja desvinculada de uma “estilística tradicional”, pois que essa sempre se apresentou “desprovida de uma autêntica abordagem filosófica e sociológica para seus problemas” e, dessa forma, apresenta-se, via de regra, como “‘arte caseira’ que ignora a vida social do discurso fora do *atelier* do artista, nas vastidões das praças, ruas, cidades e aldeias, grupos sociais, gerações e épocas” Para Bakhtin essa insuficiência da “estilística tradicional” foi um fato determinante para que “até o século XX” não houvesse “uma colocação nítida dos problemas estilísticos do romance”. BAKHTIN, 1998, p. 71.

orienta-se não para o conjunto do romance, mas tão-somente para uma ou outra particularidade básica do gênero romanesco, substituindo o objeto de seu estudo e, ao invés do estilo do romance, ele analisa, em essência, algo completamente diverso, como se transcrevesse para o piano um tema sinfônico orquestrado⁹⁵.

Por tudo isso, consideramos que Riobaldo, ao assumir as rédeas do discurso e inverter a lógica do discurso colonial, realiza uma operação monumental sem par na literatura brasileira. Seu olhar “nítido como um girassol”⁹⁶ é capaz de deslocar o colonizador da autoridade de seu local de observador para o de observado; sua voz, ainda que ao contar perca o fio linear da narrativa, aspecto muito peculiar daquele que ainda tateia o solo em que lançará as sementes de seu discurso, é capaz de deslocar a posição do enunciador do discurso hegemônico para o do ouvinte, tecendo “a sua estória puxando fio do discurso prévio do seu ouvinte, bordando embora toda uma outra trama, em que a antiga enunciação mal pode se reconhecer no novo desenho”⁹⁷. A visibilidade que o narrador aí conquista, qual a de um “segundo sol”⁹⁸, é capaz de realinhar a órbita das funções dos personagens do texto narrativo; sua “sombra exemplar”⁹⁹ obscurece posições seculares na enunciação ficcional, a exemplo da enunciação ficcional do viajante estrangeiro em curso pelo sertão que por tanto tempo roubou a cena da literatura ficcional brasileira, narrando suas aventuras pelos confins do país, como já nos alertou Sússekind:

É sobretudo num jogo de contrastes e imitações entre prosa de ficção e literatura de viagens, descritivismos e paisagismo, que ele [o narrador de ficção em prosa da literatura brasileira] parece se destacar com maior nitidez nesse quadro. Assim como é com a retomada em sentido diverso de tais interlocutores pela prosa brasileira sobretudo entre os anos 60 e 80 que tenderá a se transformar essa sua primeira figuração próxima à de um cartógrafo. Pois, mesmo mantendo a ligação estreita com viajantes e paisagistas, as trilhas da ficção brasileira da segunda metade do século XIX apresentam lá seus desvios, inclusive nas figurações (historiador, cronista, ‘ao redor de si mesmo’), por vezes semelhantes, por vezes nem tanto, que nelas assume o narrador¹⁰⁰.

⁹⁵ BAKHTIN, 1998, p. 74-75.

⁹⁶ PESSOA, 2006.

⁹⁷ ÁVILA, 2008, p. 106.

⁹⁸ ELLER, C. *O segundo Sol*. Composição Nando Reis. Disponível em <http://letras.terra.com.br/cassia-eller/12570/>. Acessado em 30.04.2010.

⁹⁹ ELLER, C. *O segundo Sol*. Composição Nando Reis. Disponível em <http://letras.terra.com.br/cassia-eller/12570/>. Acessado em 30.04.2010.

¹⁰⁰ SÜSSEKIND, 2000, p. 20. Como exemplo mais significativa desses “desvios” aludidos por Sússekind, após a segunda metade do século XIX, devemos mencionar a presença de Machado de Assis e a re-configuração que este confere à literatura brasileira, sobretudo no que diz respeito à sua ficção “pós-Brás Cubas”. Cf. SÜSSEKIND, 2000, p. 265.

Ainda que Sússekind não mencione em seu texto – *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem – a inscrição dos narradores rosianos na genealogia do narrador brasileiro em diálogo com viajantes, podemos cogitar que Riobaldo também enfatiza a “perda da aura das histórias de viagem”¹⁰¹, à sua maneira, como outrora fizera o narrador machadiano. Podendo, quem sabe, a manipulação dos elementos específicos aos relatos de viajantes estrangeiros, em suas narrativas, constituir em uma das evidências da “troca de bastões”¹⁰² que imagina Marli Fantini entre o escritor carioca e o escritor mineiro, haja vista que no texto rosiano pode-se ler todo um trabalho com “um legado colonial recorrentemente enfocado por Machado a ser suplementado pelo escritor mineiro”¹⁰³:

Se possível seria o caso de se propor uma passagem imaginária entre dois séculos da literatura brasileira: em 1908, poucos instantes antes de morrer, Machado de Assis, o mestre da literatura do século XIX, assim como o fez seu ‘defunto autor’, faria da própria ‘campa’ um ‘outro berço’, deixando seu legado para Guimarães Rosa que, por sua vez e no mesmo ano, nascia para se tornar o maior prosador do século XX¹⁰⁴.

Para tanto, um dos principais subterfúgios de Rosa na reorientação das rotas e metas do narrador ficcional da literatura brasileira parece consistir na sua “capacidade de dar visibilidade a potencialidades não-realizadas; de agenciar novas redes de sentido; de conciliar experiência e discurso”¹⁰⁵. Riobaldo, certamente o mais representativo dos narradores da poética rosiana, é capaz de tornar a presença do viajante invisível e abafadas as suas palavras. Partindo desse pressuposto, acreditamos que do diálogo, no sentido bakhtiniano, entre Riobaldo e o viajante estrangeiro em trânsito pelo sertão, longe de permitir-nos visualizar um consenso, é possível daí inferir um confronto. Confronto que está dentro e ao mesmo tempo fora dos limites do texto rosiano, não apenas por recuperar o secular diálogo entre literatura e relato de viagem, mas também por recuperar o processo de desenvolvimento do narrador de ficção no Brasil.

A respeito desse tema, Santiago entende como “escritura sobre escritura” o texto escrito no espaço do neocolonialismo, texto “segundo”, mas nem por isso menor. Exemplo desse texto segundo parece-nos o texto de João Guimarães Rosa, afinal, conforme já alertou Santiago:

¹⁰¹ SÚSSEKIND, 2000, p. 278.

¹⁰² FANTINI, 2008, p. 9.

¹⁰³ FANTINI, 2006, p. 47.

¹⁰⁴ FANTINI, 2008, p. 9.

¹⁰⁵ FANTINI, 2008, p. 11.

O texto segundo se organiza a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira sobre o primeiro texto, e o leitor, transformado em autor, tenta surpreender o modelo original nas suas limitações, nas suas fraquezas, nas suas lacunas, desarticula-o e o rearticula de acordo com as suas intenções, segundo sua própria direção ideológica, sua visão do tema apresentado de início pelo original. O escritor trabalha *sobre* outro texto e quase nunca exagera o papel que a realidade que o cerca pode representar na sua obra. Nesse sentido, as críticas que muitas vezes são dirigidas à alienação do escritor latino-americano, por exemplo, são inúteis e mesmo ridículas. Se ele só fala da sua própria experiência de vida, seu texto passa despercebido [*sic*] dos seus contemporâneos. É preciso que aprenda primeiro a falar a língua da metrópole para melhor combatê-la em seguida. Nosso trabalho crítico se definirá antes de tudo pela análise do uso que o escritor fez de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público, do partido que ele tira, e nossa análise se completará pela descrição da técnica que o mesmo escritor cria no seu movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único e de reprodução impossível. O imaginário, no espaço do neocolonialismo, não pode ser mais o da ignorância ou da ingenuidade, nutrido por uma manipulação simplista dos dados oferecidos pela experiência imediata do autor, mas se afirmaria mais e mais como uma escritura *sobre* outra escritura. A obra segunda, já que ela em geral comporta uma crítica da obra anterior, se impõe com a violência desmistificadora das planchas anatômicas que deixam a nu a arquitetura do corpo humano. A propaganda torna-se eficaz porque o texto fala a linguagem do nosso tempo.

O escritor latino-americano brinca com os signos de um outro escritor, de uma outra obra. As palavras do outro têm a particularidade de se apresentarem como objetos que fascinam seus olhos, seus dedos, e a escritura do texto segundo é em parte a história de uma experiência sensual com o signo estrangeiro¹⁰⁶.

Verifique-se que, mesmo sem conquistar plasticidade no romance, o viajante não sai de cena. Ele ingressa no romance, em diálogo com o narrador Riobaldo, como uma “presença negativa”, uma imagem “fantasmática”, para usar uma expressão de Arlindo Daibert¹⁰⁷. Entende-se aqui que esse “fantasma da imagem”, uma vez que não nos apresenta sua face, pode ser tomado como a presença de inúmeros outros viajantes estrangeiros que no sertão mineiro aportaram, por ele se deslocaram e representaram, seguindo o programa do discurso colonialista, a imagem do sertanejo e a imagem do país. Considera-se, pois, que o viajante no romance de Rosa faz-se também sujeito pré-determinado ou, como quer Bhabha, uma “prática enunciativa”. Considera-se que essa imagem fantasmática acaba por revelar a

¹⁰⁶ SANTIAGO, 1982, p. 13-24

¹⁰⁷ “Riobaldo inicia seu relato para o interlocutor invisível e silencioso. Até o final o livro se constituirá no desenhar desse fio enredado que é a vida do ex-jagunço. Contar é rever, e sobretudo, reviver. [...]. O desenho procura resgatar essa interpolação de planos discursivos que, por vezes, permanecem quase ‘invisíveis’, confundindo-se com o fundo básico sobre o qual a imagem se apóia: o fantasma da imagem encarna a memória do discurso de Riobaldo” DAIBERT, 1995, p. 31.

precariedade do discurso do narrador rosiano em concretizar o ato de apagamento/arquivamento/rasura do discurso do viajante no discurso literário. Esse esforço não elimina a sua significativa presença, pelo contrário, sua ausência poderia acenar para a impossibilidade da narrativa, tal como ela se nos apresenta. Assim como já alertara Fantini:

[Riobaldo] não possui a autoridade da narrativa épica ou da crônica oficial, e seu testemunho só se tornará exemplar e só terá assegurada sua aura, caso entre em interlocução com uma voz que legitime sua experiência.

É sobretudo nesse sentido que o romance se constrói como um grande diálogo com um homem que, nas palavras de Riobaldo, possui “suma doutorção”, o que pode conferir ao testemunho riobaldiano legitimidade e difusão¹⁰⁸.

É por tudo isso que acreditamos que essa imagem fantasmática do interlocutor de Rosa que está fora, mas ao mesmo tempo dentro do discurso de Riobaldo, fora/dentro do horizonte de expectativas do leitor do romance, será sempre simbolizadora da imagem do estrangeiro em trânsito, pelo sertão, operando o jogo de proximidade e distanciamento, confrontando com o familiar o estranho. Afinal, conforme ainda relembra-nos Sússekind,

diferem os perfis, mas o diálogo persistente com o relato de viagem e o paisagismo – que se procurará examinar aqui – parece sugerir, entre outras coisas, que essas figuras de narrador necessitaram obrigatoriamente de um olhar-de-fora e de uma exibição – consciente ou não – de certa ‘sensação de não estar de todo’ na sua composição. Necessidade que funciona como uma espécie de indicador prévio de deslocamento, distância, desenraizamento, marcas registradas – ora presentes sem que seus autores se apercebam disso, ora trabalhadas propositadamente por eles – da escrita de ficção brasileira. Como se o narrador literário procurasse por vezes incorporar à sua voz por desejo próprio, como traço a ser minuciosamente modulado, desterro – para empregar expressão de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* –* que de qualquer modo o acompanharia. Sobretudo em se tratando, de um lado, de uma sociedade em que literatos parecem sempre falar entre si, sem maiores aproximações com outras camadas sociais que não a burocracia a que pertencem ou a classe senhorial de que dependem, e, do outro, de país também dependente, como é o caso do Brasil¹⁰⁹.

¹⁰⁸ FANTINI, 2006, p. 42-43.

* N. A.: A expressão encontra-se no primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, 1973, p. 3.

¹⁰⁹ SÜSSEKIND, 2000, p. 20-21.

I.2.2 – O GRANDE TEMPO

A respeito dos temas: cultura, diálogo e tempo que aqui vimos desenvolvendo, relembro o texto de Mikhail Bakhtin, escrito em 1970, intitulado “Os estudos literários hoje”. Nesse texto o autor responde a uma pergunta pontual elaborada pelo conselho editorial da revista russa *Novi Mir*. A questão versava sobre sua avaliação dos estudos literários então praticados. O texto curto sintetiza aspectos fulcrais do seu pensamento, que vinham sendo amadurecidos desde *Para uma filosofia do ato*, escrito em 1919. O pensamento bakhtiniano aí inscrito faz-se pertinente ainda hoje e aqui nos interessa para pensar acerca da poética rosiana.

Bakhtin, no auge da sua maturidade intelectual e consciência crítica acerca dos acontecimentos que marcaram o século XX, atenta para a necessidade de que os estudos literários mantenham vínculos mais estreitos com a história da cultura¹¹⁰. Para o teórico, a literatura é inseparável da cultura e os estudos que a tem por objeto não podem, logo, olvidar tal vínculo: “é inaceitável separá-la [a literatura] do restante da cultura e, como se faz constantemente, ligá-la imediatamente a fatores socioeconômicos”¹¹¹. Não obstante, a literatura não pode ser associada exclusivamente às questões culturais da sua atualidade, é necessário que se considerem seus vínculos com o “grande tempo” (expressão que recupera dos textos de Fadei F. Zielínski). Muito embora as abordagens realizadas acerca de autores e obras estejam relacionadas recorrentemente ao passado imediato e/ou à atualidade dos mesmos, [no caso de uma crítica literária brasileira de cunho tradicional que, por tanto tempo, vigorou na academia explorando temas relacionados à historiografia ou biografias] deve-se abordar o passado distante das obras literárias, haja vista que estas, sobretudo as “grandes

¹¹⁰ O direcionamento dado por Mikhail Bakhtin ao seu texto relacionando literatura e cultura já vinha sendo operado por inúmeros outros autores teóricos e críticos desde o final da Segunda Guerra Mundial quando despontam textos como *The uses of literacy* (1957), de Richard Hoggart, *Cultura e Sociedade* (1958) de Raymond Williams e *The making of the English working-class* de E. P. Thompson (1963) e se fundam espaços para se pensar nas relações entre a cultura contemporânea, a sociedade e sua história como o *Centro para os Estudos Culturais Contemporâneos – CCCS* – na Inglaterra. Textos e lugares onde se operam a leitura crítica da trajetória de exclusão de grupos de indivíduos e de suas culturas consideradas subalternas aos olhos das culturas oficiais. A partir daí os estudos que receberam o rótulo de culturalistas ganham repercussão internacional e advogam a favor de uma reorientação da interpretação das culturas sobreviventes, para voltar ao termo de Bhabha, como culturas que necessariamente devem ser compreendidas como dignas de cidadania e de ter seus produtos culturais e sujeitos sociais habilitação para circular onde antes circulavam apenas culturas de prestígio social. Para os Estudos Culturais, urge pensar a cultura numa perspectiva desconstrucionista e multicultural como um “conjunto de bens de identificação de um grupo dado, podendo esse grupo variar enormemente em amplitude, indo desde uma pequena comunidade geograficamente determinada até todo um gênero, como as mulheres”. ÁVILA, 2008, p. 159.

¹¹¹ BAKHTIN, 2003, p. 360.

obras da literatura são preparadas por séculos; na época da sua criação colhem-se apenas os frutos maduros do longo e complexo processo de amadurecimento”¹¹².

Marli Fantini, em “*Outras margens: a poética migrante de Guimarães Rosa*”, sua recente organização de textos críticos relacionados ao referido autor, afirma que há vozes críticas que ao serem articuladas são capazes de elencar e analisar agudamente “características que estão relacionadas à qualidade de uma obra e que contribuem para manter viva a criação, mesmo depois da morte de seu criador”¹¹³. Em relação a João Guimarães Rosa, a vultosa fortuna crítica que sua poética angariou desde os primeiros textos permitiu, inegavelmente, que esse autor sobrevivesse “mesmo depois de sua morte”. Fantini afirma acreditar que sua poética, em específico o romance do escritor mineiro, assumiu a “vocalização das grandes obras”, qual seja, a de “sobreviver ao tempo em que foram produzidas e continuar provocando identificações e questionamentos, insuspeitados à época de sua criação”¹¹⁴ e por seu turno fazem de Guimarães Rosa “um escritor de obras destinadas a se revelarem, em diferentes tempos e distintas formas de recepção, sempre novas, inesperadas, inéditas”¹¹⁵.

É um outro texto de Marli Fantini que nos permite articular o pensamento desenvolvido por Mikhail Bakhtin em *Os estudos literários hoje* com um dos maiores culturalistas da América Latina: Angel Rama. Em “Águas turvas, identidades quebradas”¹¹⁶ Fantini recupera as teses de Rama defendidas em seu magistral *Transculturación narrativa en América Latina*, originalmente publicado em 1982. A leitura operada pela pesquisadora a respeito do texto de Rama permite-nos identificar convergências entre as ideias de Bakhtin e as ideias desse intelectual latinoamericano, a começar por sua concepção de que “todo exame da literatura deveria caracterizar-se pela ‘perspectiva culturalista e histórica’”¹¹⁷. Esse pensamento vai ao encontro do pensamento do filósofo russo, sobretudo se consideramos um conceito seminal para as teses de Rama, qual seja, o de sistema literário. Como se sabe, esse conceito é pensado tendo em vista que a literatura deve ser compreendida não através de suas obras isoladas, mas através de sistemas em que cada obra se inscreve em um encadeamento inescapável. Cada sistema trata-se de uma “totalidade coerente, sendo ‘nitidamente diferenciáveis, com estrutura interna própria, constelação temática, sucessão estilística, operações intelectuais peculiares e historicamente reconhecíveis’”¹¹⁸. Muito embora Bakhtin

¹¹² BAKHTIN, 2003, p. 362.

¹¹³ FANTINI, 2008, p. 10.

¹¹⁴ FANTINI, 2008, p. 10.

¹¹⁵ FANTINI, 2008, p. 11.

¹¹⁶ FANTINI, 2004, p. 159.

¹¹⁷ FANTINI, 2004, p. 164.

¹¹⁸ FANTINI, 2004, p. 165.

esteja longe de operar em seu texto a noção de sistema desenvolvida por Rama, o filósofo russo avalia que na abordagem literária e cultural o observador/investigador consegue penetrar mais profundamente os sentidos de uma obra. Se se trata de uma grande obra esta tem “uma vida mais intensiva e plena”¹¹⁹ em épocas futuras que na sua própria atualidade. As abordagens que consideram essa dissolução das fronteiras temporais e inscrição da mesma no “grande tempo” permitem verificar que as grandes obras, “no processo de sua vida *post mortem* se enriquecem com novos significados, novos sentidos; é como se essas obras superassem o que foram na época de sua criação”¹²⁰. Quando de suas abordagens tendo como inscrição temporal o “grande tempo”, é que podem ser extraídos seus “tesouros de sentidos potenciais”¹²¹. Tais sentidos permanecem velados à espera da tomada de consciência crítica capaz de deslindar suas significações, sendo que muito do que é dito não pode ser decifrado na atualidade da obra em si. Tais sentidos vigem em estado de latência, à espera não apenas do aperfeiçoamento dos estudos literários, mas de modo precípua à espera dos contextos culturais aptos à sua decifração. Essa parece ser a prova de que a literatura não é indiferente aos processos culturais, bem como de que os estudos literários não podem se abster do aparato cultural para a sua interpretação. Desse modo, as possibilidades de sentidos são sedimentadas em cada cultura e são conscientizadas ao longo do desenvolvimento histórico de tal cultura. Esse desenvolvimento liberta o autor da prisão de sua atualidade. Segundo Bakhtin, “o autor é um prisioneiro de sua época, de sua atualidade. Os tempos posteriores o libertam dessa prisão, e os estudos literários têm a incumbência de ajudá-lo nessa libertação”¹²².

Sabemos hoje que Rosa imaginava um dia encontrar a sua redenção. Afinal foi exatamente isso o que afirmou em correspondência ao seu tradutor Meyer-Clason. Conforme lembrou Fantini, Rosa não escrevia simplesmente para a sua atualidade, para ele, ‘a gente tem de escrever para setecentos anos. Para o Juízo Final. Nenhum esforço suplementar fica perdido’¹²³.

Acredita-se hoje, após tantos anos do falecimento de João Guimarães Rosa e do contínuo retorno por parte da crítica acadêmica às suas obras literárias, que as palavras de Bakhtin em *Os estudos literários hoje* se encaixam também perfeitamente à literatura e à vida do autor brasileiro que, enquanto intelectual e homem público, passara por tantas etapas atribuladas. Acreditamos que essas duras etapas, ainda que porventura tenham embaraçado-

¹¹⁹ BAKHTIN, 2003, p. 362.

¹²⁰ ROSA, 2003, p. 363.

¹²¹ BAKHTIN, 2003, p. 364.

¹²² BAKHTIN, 2003, p. 364.

¹²³ MEYER-CLASON. *João Guimarães Rosa e a língua alemã*. (xérox do texto original fornecido pelo autor, em 1998), p. 111 (N. A) FANTINI, 2008, p. 11.

lhe o processo de escrita literária, serviram-lhe também para a observação profícua da realidade e das ‘formas e condições de humanidade’¹²⁴ que posteriormente seriam vertidas para sua produção artística, como ele próprio afirma na famosa entrevista que concedeu em Gênova, em 1965, a Günter Lorenz, seu tradutor para o alemão:

fui médico, rebelde, soldado. Foram etapas importantes de minha vida, e, a rigor, esta sucessão constitui um paradoxo. Como médico conheci o valor místico do sofrimento; como rebelde, o valor da consciência; como soldado, o valor da proximidade da morte...[...] é uma escala de valores¹²⁵.

Dito isso, Rosa admite ainda na mesma entrevista serem esses conhecimentos “a espinha dorsal” de seu romance *GS:V*. Esta consiste, inegavelmente, numa exemplar capacidade de verter sua experiência pessoal em matéria para sua produção ficcional, altamente eivada de criticidade e consciência dos problemas que assolaram o século XX.

Rosa, muito embora tivesse consciência da sobrevivência de sua obra à sua própria época de criação, não disfarçou a angústia que já começara sentir nessa vida por pensar em viver na imortalidade. Mesmo em ato público, não pôde disfarçar isso. Como ocorreu por ocasião de sua posse para a Academia Brasileira de Letras e, já em uma carta a Edoardo Bizzarri, seu tradutor para o italiano, inicia seu apelo por redenção. Se lermos essa carta nos termos do “auto-informe-confissão” aludidos por Bakhtin, quem sabe não podemos entendê-la também como uma carta cheia de “necessidade de perdão e redenção como *dádiva* absolutamente *pura* (não por méritos), de graça e felicidade axiológicas oriundas do outro mundo”; parece-nos e por que não, “um apelo súplice para fora de si”, quem sabe, como quer Bakhtin, “para Deus”¹²⁶.

¹²⁴ WELLS, 1995, v. 1, p. 34.

¹²⁵ LORENZ, 1994, p. 67.

¹²⁶ Ele [o auto-informe-confissão] supera coerentemente todas as esferas axiológicas, que poderiam me obrigar a coincidir comigo mesmo, e essa mesma superação não pode realizar-se, terminar de forma justificada e tranquilizar-se. No entanto, essa impossibilidade de tranquilização e essa inconclusibilidade em si são apenas um aspecto do auto-informe-confissão, apenas um dos limites a que ela aspira em seu desenvolvimento concreto. A negação da justificação religiosa; o auto-informe-confissão está cheio de necessidade de perdão e redenção como *dádiva* absolutamente *pura* (não por méritos), de graça e felicidade axiológicas oriundas de outro mundo. Essa justificação não é imanente ao auto-informe mas se situa além de suas fronteiras, no futuro não predeterminado e arriscado do real acontecimento, como realização real do pedido e da súplica – realização dependente de vontade alheia –, situa-se além das fronteiras do próprio pedido, da própria súplica, de forma transgrediente a eles; o pedido e a súplica permanecem abertos, inacabados, como que se fragmentam em direção ao futuro não predeterminado do acontecimento. É o momento propriamente confessional do auto-informe-confissão. É impossível o auto-informe puro, isto é, o apelo axiológico só pra si mesmo na solidão absoluta, ou seja, por um apelo súplice para fora de si, para Deus. Com os tons de arrependimento se entrelaçam os tons de súplica-oração. BAKHTIN, 2003, p. 132.

Rio, 7 de março de 1965.

Meu caro Bizzarri,

Desolo-me de ter demorado tanto esta resposta, à sua, estimadíssima, datada de 18 de fevereiro. Pois, Você, meu caro Bizzarri, é para mim uma das pessoas mais importantes, Você ocupa um dos primeiríssimos lugares, na minha gratidão, admiração, esperança e amizade. Mas, por outro lado, Você não faz, não, não imagina, não pode fazer idéia do estado em que tenho vivido, arrastado, premido, abafado, atormentado, sob o peso de tamanhas coisas, que quase não aguento. Tudo isto, com pouca saúde, pressão alta, não podendo cortar nas horas de sono, não podendo atropelar-me nem angustiar-me, me contendo, me amparando a mim mesmo, segurando-me contra as sacudidas. Assim foi que regressei de Gênova: a viagem, se, quanto à parte literária, foi próspera e ótima, esbandalhou-me bastante, no físico. O Embaixador em Roma, meu velho amigo, insistiu para que eu ficasse em Roma pelo menos uma semana, preparou-me apartamento magnífico de hóspede, na Embaixada, programou passeios e divertimentos úteis, mandou-me buscar no aeroporto. E eu, que adoro Roma – e Roma estava primaveral e belíssima – só pude ficar com ele menos que um dia. O Embaixador em Lisboa, antigo chefe meu, muitíssimo amigo, telefonou e telegrafou e escreveu, para Gênova, convidando-me a passar uma semana em Lisboa, como seu hóspede – e a convite de várias entidades culturais portuguesas, e do meu editor, Souza-Pinto. Tive de recusar. Achava-me na "última lona". E, pois bem, ao chegar aqui, fui 'engolido' por uma montanha de tarefas. Entre elas, as incessantes consultas (quase palavra por palavra) da minha amiga e tradutora do 'Sagarana' para o inglês. Ela é admirável pessoa, adorando meus livros; mas, *ohimé*, não é Bizzarri... Tenho o trabalho no Itamaraty, de 10 da manhã às 7 da noite. E a correspondência com as Editoras estrangeiras (assinei contrato com a editora Zora, de Zagreb, para a edição do 'Grande Sertão : Veredas', em sérbio-croata ; com a Albert Bonnier's de Stockholm, para a sueca ; o tradutor espanhol me escreve ; e o alemão, querendo que eu leia as provas do 'Corpo de Baile' – tive de recusar-me, não posso) e vêm pessoas, querem autógrafos, querem ver-me, conversar bobagens literárias, e tudo. Fico abalado, combalido. A coisa é dura, Bizzarri, é duríssima.

Ainda agora, estou vou-não-vou a Paris, onde se dá, nesta semana, o lançamento do 'Grande Sertão : Veredas', pela Albin Michel. A Embaixada de lá quer que eu vá, o Departamento Cultural aqui me incita e intima de ir ; reluto. Mas, se se positivar o convite do Departamento Cultural do Quais d'Orçais, não poderei fugir, principalmente se eles mandarem logo as passagens de ida-e-volta pela Air France, como ameaçam fazer. Ando tonto. Tudo é bom, ótimo. Mas terrível.

Tudo para demonstrar a Você que não poderia ir aí a 25 deste, como meu coração quereria e me parece mais que um dever. Como é que eu poderia recusar a Você qualquer coisa, neste momento, e coisa tão sã e plausível, e simpática e honrosa? O que há, porém, Bizzarri, é o diabo. (Desculpe-me botá-lo assim encostado a Você). Principalmente, por outro motivo. Principalmente, por se tratar de coisa a ser depois publicada. A responsabilidade é real. Eu não teria tempo? Mas tempo a gente estica, fabrica, arranja, faz. Eu não teria cabeça. Soterrado, agora, debaixo de coisas tão diversas, como iria eu improvisar sobre a grandiosa figura do Poeta? É terrível.

Acresce, ainda, impedimento pior. Você sabe, entre as coisas que me atormentam, está, vultosamente, o assunto da posse na Academia Brasileira de

Letras. Fui eleito em agosto de 1963, o fardão foi oferecido pelo Estado de Minas Gerais, já está pronto e pago, e eu ainda não posso marcar a data. Nem pude pensar em começar o discurso. Não tenho cabeça, nenhuma folga. A respeito, fala-se, inventam razões, especulações, criam teorias. Amarram-me a cara, interpelam-me, fazem blagues, alguns realmente se ressentem. O pior, porém, é que começo a me sentir culpado, ingrato. Porque o discurso será para retratar e exaltar a pessoa do meu grande amigo e ex-chefe, João Neves da Fontoura, e sinto-me urgente devedor do que estou deixando longamente de pagar, de cumprir. Com tudo isto, imagine, se eu fosse agora a São Paulo, para falar em sessão dantesca? Me linchavam, moralmente. Não me perdoariam. E, será que eu me perdoava? Perdoe-me Você, sim?

Está Você vendo? E, note, no meio de tudo isto, minha atividade própria literária está bloqueada, e as coisas de dentro, querendo sair e fazer-se capítulos e livros, mais ainda contribuem para aumentar minha angústia. Debato-me. Tenha Você pena de mim.

Deixe-me para uma das sessões finais, no fim do ano, no encerramento. Até lá, penso poder ter-me livrado um pouco, melhorado, desoprimido. Terei tomado posse, ou, pelo menos, marcado a data. E combinaremos a ida com o nosso antigo projeto, de condecoração e entrega, com alegria. Isto, sim, será mais fácil, mais ameno, menos esmagador. Você sabe, eu não improviso coisas escritas, sou lento, atormentado, sou o antijornalista. Tenho, apenas, boa vontade. E preciso respirar ainda um pouco, ganhar pé, sair do brejo. Sei que Você está comigo, me compreende. Tornarei a escrever.

Mas, creia. Tudo aqui é sinceridade. Estou triste. Sinto-me agora culpado perante Você, o que é o *fim* – o "phym". Redimir-me-ei, entretanto. Não duvide¹²⁷ [...]

A distância que hoje temos dessas palavras ditas por Rosa dois anos antes de falecer e a proximidade cada dia maior com os “tesouros de sentidos potenciais”¹²⁸ que nos legou em sua poética certamente nos levam a constatar a redenção do autor e obra, não apenas da “angústia” e do “tormento” que marcara a vida do escritor, intelectual e homem público naqueles anos finais; ambos libertaram-se, finalmente, da prisão da sua atualidade.

Parece-nos que também no plano literário é possível ler o apelo de Rosa por redenção, através das palavras de Riobaldo, principalmente se nos baseamos nas próprias afirmações de João Guimarães Rosa em sua entrevista a Günter Lorenz. Nessa entrevista, Rosa já dizia que “é impossível separar minha biografia de minha obra”¹²⁹ e no que compete a Riobaldo, pronunciou-se o autor: “provavelmente eu seja como meu irmão Riobaldo”¹³⁰. Em *GS:V* vemos, assim como na carta de Rosa a Bizzarri, infinitas súplicas do narrador ao seu

¹²⁷ BIZZARRI, p. 82-83.

¹²⁸ BAKHTIN, 2003, p. 364.

¹²⁹ ROSA in LORENZ, p. 66

¹³⁰ ROSA, in LORENZ, p. 73

interlocutor, tais como: “o senhor tolere”¹³¹; “o senhor estude”¹³²; “o senhor entenda”¹³³; “o senhor não duvide”¹³⁴; “não me assente o senhor por beócio”¹³⁵; “o senhor me desculpe”¹³⁶; “o senhor pense outra vez, repense o bem pensado”¹³⁷; “desculpa me dê o senhor, sei que estou falando demais, dos lados”¹³⁸; “o senhor me socorre”¹³⁹; “o senhor vá pondo seu perceber”¹⁴⁰.

Se entendemos a narrativa riobaldiana também como um auto-informe-confissão, nos termos de Bakhtin, em que a narrativa, representa a superação de “todos os momentos transgredientes da justificação e do juízo de valor possíveis na consciência dos outros indivíduos”, podemos perceber no interlocutor de Riobaldo o papel de um juiz,

que deve me julgar como eu mesmo me julgo, sem me estetizar, [juiz] necessário para destruir sua possível influência sobre minha própria auto-avaliação, para através da minha auto-humilhação perante ele, libertar-me dessa influência da posição axiológica dele que está situada fora de mim, e das possibilidades vinculadas a essa distância (não temer a opinião das pessoas, superar a vergonha)¹⁴¹.

Em *GS:V* o interlocutor é constantemente interpelado pelo narrador e podemos notar o louvor à sua instrução e personalidade, assim como na carta de Rosa a Bizzarri, note-se: “as idéias instruídas do senhor me fornecem paz [...] o senhor me dê o lícito”¹⁴²; “o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda.”¹⁴³. Todos esses elogios enunciados por esse narrador “muito pobre coitado”¹⁴⁴, mas também, “sofismado de ladino”¹⁴⁵ são dirigidos ao homem “soberano, circunspecto” que vai ouvindo calado Riobaldo contar fatos “só em romance descrito[s]”¹⁴⁶, “os centos milhares de assuntos certos que parecem mágica de rastreador” e com os quais o

¹³¹ ROSA, 2001, p. 03.

¹³² ROSA, 2001, p. 04.

¹³³ ROSA, 2001, p. 05.

¹³⁴ ROSA, 2001, p. 09.

¹³⁵ ROSA, 2001, p. 14.

¹³⁶ ROSA, 2001, p. 28.

¹³⁷ ROSA, 2001, p. 148.

¹³⁸ ROSA, 2001, p. 198.

¹³⁹ ROSA, 2001, p. 853.

¹⁴⁰ ROSA, 2001, p. 85.

¹⁴¹ BAKHTIN, 2003, p. 131.

¹⁴² ROSA, 2001, p. 48.

¹⁴³ ROSA, 2001, p. 134.

¹⁴⁴ ROSA, 2001, p. 12.

¹⁴⁵ ROSA, 2001, p. 13.

¹⁴⁶ ROSA, 2001, p. 180.

tal senhor “podia recheiar livro”.¹⁴⁷ E não se trata de um livro qualquer, mas aquele que se constrói pela contemplação do ato mesmo da narrativa riobaldiana, uma vez que quando “o contemplador começa a tender para a autoria, o sujeito do auto-informe-confissão se torna personagem”¹⁴⁸. Ao personagem Riobaldo, o contemplador reage em ato responsivo¹⁴⁹ de ir escrevendo no caderno, “sete páginas”¹⁵⁰, sob o apelo: “o senhor me ponha ponto”¹⁵¹; “vinte páginas...”¹⁵² e “o senhor forme uma cruz, traceje”¹⁵³. Isso se estende até uma das inquisições finais: “o senhor crê na minha narração?”¹⁵⁴. Parece-nos que, diante dessa inquisição, Riobaldo vê falhar sua capacidade de realizar suposições, estas que recorrentemente são inscritas no romance através das quais imagina os juízos de seu interlocutor. Ao reger a narrativa riobaldiana, Rosa leva Riobaldo a perceber também que “a vida não é entendível”¹⁵⁵ e que “dia da gente desexistir é um certo decreto”¹⁵⁶. Daí Riobaldo acreditar que sobre o que narrou é seu interlocutor, quem “talvez até ache mais do que eu, a minha verdade”¹⁵⁷. Daí tornar-se inapropriado o seu julgamento ao fim da narrativa, quando profere nas linhas finais: que ali a “estória acaba”¹⁵⁸. Essa sua afirmação só poderia soar aos nossos ouvidos como algo pouco confiável, tão pouco confiável que Riobaldo, esse que tantas vezes fez-se contumaz traidor, é traído no ato mesmo da narrativa tanto pelas palavras que enuncia, tendo elas se feito signos arredios, quanto pelo signo visual do uroboró posposto às suas palavras, por um não menos infiel enunciador: João Guimarães Rosa. Afinal, conforme Bakhtin já notara “o auto-informe-confissão por princípio não pode ser concluído por não haver para ele elementos transgredientes que lhe dêem acabamento”. Parece-nos, finalmente que em se tratando de João Guimarães Rosa, quando da representação do universo verbal, assim como no universo real,

minha própria palavra sobre mim mesmo não pode ser essencialmente a última palavra, a que me conclui; para mim, minha palavra é um ato, e este só vive no acontecimento singular e único da existência; é por isso que nenhum ato pode dar acabamento à própria vida, pois ele a vincula à infinitude aberta

¹⁴⁷ ROSA, 2001, p. 568.

¹⁴⁸ BAKHTIN, 2003, p. 136.

¹⁴⁹ Cf. BAKHTIN, 2003, p. 137.

¹⁵⁰ ROSA, 2001, p. 716.

¹⁵¹ ROSA, 2001, p. 760.

¹⁵² ROSA, 2001, p. 783.

¹⁵³ ROSA, 2001, p. 785.

¹⁵⁴ ROSA, 2001, p. 840.

¹⁵⁵ ROSA, 2001, p. 210.

¹⁵⁶ ROSA, 2001, p. 191.

¹⁵⁷ ROSA, 2001, p. 863.

¹⁵⁸ ROSA, 2001, p. 863.

do acontecimento da existência. O auto-informe-confissão não se isola desse acontecimento único, daí ser potencialmente infinito¹⁵⁹.

Até onde sabemos, Rosa também não pôde sobre a sua vida ter enxergado com clareza a totalidade do que ela foi; mesmo assim, parece-nos ter percebido, como outrora percebeu Brás Cubas que, ao viver: “o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência”¹⁶⁰. Como não é possível saber se Rosa pôde, finalmente, exclamar abertamente, a diferença, a liberdade e o desabafo acentuados pelo defunto-autor, em suas *Memórias Póstumas* e como não nos foi possível conferir esses seus instantes pós-vida, nos bastidores, em que Rosa também “pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lentejoulas, despregar-se, despintar-se, desafeitar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser” e averiguar o seu “incomensurável desdém dos finados”¹⁶¹, ficamos aqui, desse lado da vida, a aguardar para a sua “indubitável obra-prima” o “Juízo final”, como já lembrou Fantini, “derradeiro julgamento no juízo eterno, numa espécie de acertos de contas com Deus ou mais provavelmente com o diabo, se tivermos em vista o grande pacto com esse entabulado no interior de *Grande Sertão: Veredas*”¹⁶².

Disso tudo pode-se constatar que, após os cem anos de nascimento de João Guimarães Rosa e após mais de cinquenta anos de publicação de *GS:V*, a distância em relação ao autor e obra é absolutamente necessária para o aperfeiçoamento de nossas concepções de sentido e torna-se fundamental para a compreensão da cultura e seu “grande tempo”. Esse distanciamento note-se, ultrapassa o escopo interpretativo dos estudos literários praticados por Bakhtin e se inscreve no próprio plano da cultura. Afinal, conforme Bakhtin acrescentará, adiante, no mesmo texto, “no campo da cultura, a distância é a alavanca mais poderosa da compreensão. Não apenas a compreensão criativa de uma obra literária se revela em profundidade maior aos olhos da outra época cultural futura, “a cultura do outro só se revela com plenitude e profundidade [...] aos olhos de outra cultura. Um sentido só se revela as suas profundidades encontrando-se e contactando com outro, com o sentido do outro”¹⁶³.

Nas linhas finais de *Os estudos literários hoje* pode-se observar a retomada do conceito de “*exotopie*”, tradução operada por Tzvetan Todorov¹⁶⁴ do termo russo”

¹⁵⁹ BAKHTIN, 2003, p. 131-132.

¹⁶⁰ ASSIS, 2006, Cap. XXIV.

¹⁶¹ ASSIS, 2006, Cap. XXIV.

¹⁶² FANTINI, 2008, p. 11-12.

¹⁶³ BAKHTIN, 2003, p. 366.

¹⁶⁴ Cf. TODOROV, in BAKHTIN, 2003, p. XIX.

vnienakhodímst”, ou “*distantsia*”, como o próprio Bakhtin transcreve entre parênteses em seus textos originalmente escritos em russo. É por meio da exotopia, como quer Todorov, ou distância como quer Bakhtin, que uma cultura pode ser melhor interpelada e ter suas possibilidades semânticas melhor deslindadas. A partir desse distanciamento é possível colocar

para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades de sentido. Sem levantar nossas questões não podemos compreender nada do outro de modo criativo (é claro, desde que se trate de questões sérias, autênticas)¹⁶⁵.

No encontro entre duas culturas, elas “não se fundem nem se confundem”, ambas se enriquecem e ficam inviabilizadas visões da cultura estrangeira inscritas sob o signo do estereótipo ou do narcisismo, como recorrentemente ocorreu em diversos episódios da história ocidental. Marli Fantini, ao tratar também do encontro e hibridismo culturais que se desenvolvem por ocasião da migração de elementos, através das fronteiras construídas pelos homens, para nos separar do *Outro*, é quem nos recorda a função dos intelectuais como homens transculturadores, isto é, intelectuais que

viveram um período decisivo de sua infância e adolescência em regiões isoladas das grandes metrópoles – a exemplo da Minas Gerais de Guimarães Rosa, da costa colombiana de García Márquez, ou da Jalisco de Juan Rulfo. Tendo desenvolvido práticas autônomas e endogâmicas, tais regiões se isolaram do processo de modernização ocidental*; quando os escritores delas oriundos se integraram a centros urbanos, puderam absorver novas influências, sem contudo perder as marcas profundas de sua cultura regional. Servir de mediadores entre sua região de origem e a ordem supra-regional é uma das mais importantes tarefas que eles, enquanto escritores e intelectuais, viriam posteriormente a desempenhar¹⁶⁶.

Esses intelectuais, entre os quais Rama destaca a presença de Rosa, são, nos termos de Fantini, dotados de grande capacidade de “transitar ‘entre duas águas’, ou seja, entre esferas distanciadas entre si, como o local e o universal, a voz e a letra”¹⁶⁷. O “transculturador é aquele que desafia a cultura estática a desenvolver suas potencialidades e produzir novos significados sem, contudo, perder sua textura íntima”. Suas narrativas “são

¹⁶⁵ BAKHTIN, 2003, p. 366.

* RAMA, 1989, p. 95-6.

¹⁶⁶ FANTINI, 2004, p. 165-166.

¹⁶⁷ FANTINI, 2004, p. 165.

escritas entre os pólos de resistência tradicionalista e do impulso modernizador”¹⁶⁸. Fantini enfatiza ainda que esses intelectuais operam um

produtivo intercâmbio a desencadear a transitividade entre culturas diferenciadas, sem resultar em perdas importantes para nenhuma das partes, a transculturação é um processo de assimilação e resistência que, ao agenciar o princípio de ‘plasticidade cultural’, legitima-se como uma resposta criativa do continente latinoamericano à modernidade europeia. Angel Rama postula que Riobaldo (narrador-protagonista do romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa), não diferentemente de outros mediadores culturais latinoamericanos, é uma emblemática encarnação do ‘transculturador’. De fato, nota-se que, além de habitar as fronteiras de distintos espaços e culturas, de fazer um pacto ficcional com um interlocutor que, diferentemente dele, retém um saber formal e se identifica com normas urbanas, o ex-jagunço se coloca entre bandos antagônicos, entre diferentes naturezas de amor, entre as águas de dois rios, entre a oralidade e a escrita, entre Deus e o demo, e seu relato, ao se dividir em duas partes, duplica a narrativa do romance, reproduzindo e reafirmando, na própria estrutura, o processo de transitividade operado no campo linguístico e cultural¹⁶⁹.

Nesses termos, parece-nos pertinente pensar que o gesto de Rosa em tornar cinzentas as fronteiras entre um elemento e outro desses binarismos, ao “demonstrar como um termo de uma antítese está *secretamente presente* no outro”¹⁷⁰, inscreve em seu romance, por antecipação, o gesto crítico revisionista dos parâmetros da Modernidade; gesto a ser operado por tendências críticas pós-modernas como a desconstrução, que se tornou tão pertinente e recorrente no tratamento de assuntos literários e filosóficos. Fato que o coloca em uma posição *entre* as estéticas modernas e as estéticas pós-modernas. Esse pensamento leva-nos novamente ao encontro do pensamento de Marli Fantini, em seu texto escrito por ocasião do 50º de *GS:V*:

Em vista de preocupações literárias culturais e políticas como essas, mas também de seu refinamento técnico; de seu políglotismo; da criativa conjunção entre as formações discursivas da tradição oral e os recursos poéticos das vanguardas europeias; da desmarcação dos limites territoriais e da cor local do nosso regionalismo naturalista; da utilização de procedimentos recursivos capazes de agenciar novas redes de sentido e de trocas culturais – Guimarães Rosa criou muitos paradigmas estéticos, que em muito o puseram à frente de seu tempo, tornando-se contemporâneo ao século XXI. Por isso e pela grande rede de sentidos com que sua obra institui novas formas de comércio simbólico e cultural entre o sertão e o mundo, Guimarães Rosa marcou para sua “aldeia”, um exponencial e honroso lugar na galeria da literatura universal.¹⁷¹

¹⁶⁸ FANTINI, 2004, p. 166.

¹⁶⁹ FANTINI, 2004, p. 166.

¹⁷⁰ EAGLETON, 2006, p. 200. *Grifos meus*.

¹⁷¹ FANTINI, 2006, p. 49-50.

Nessa perspectiva, Rosa inscreve em seu romance um gesto crítico que pretende recolocar os problemas subjacentes ao tempo de escrita. Para tanto, parte sempre de ponto de vista pós-colonial. Entende-se que a crítica interna ao paradigma moderno operada por Rosa em *GS:V* se estabelece numa imitação burlesca, uma vez que opera um desvio na estrutura imitada, por meio de um arremedo crítico, que faz com que *Grande Sertão: Veredas* ganhe ares de grande relato, mas não se configure exatamente como tal. Isto é, parece-nos que no âmbito do romance rosiano instaura-se uma “visão dupla”, que ao mesmo tempo em que demonstra a ambivalência do poder de legitimação do discurso hegemônico, inscrito no metarrelato da historiografia ficcional, deslegitima a autoridade do mesmo¹⁷². Nesse processo ocorre o rompimento da narrativa monológica “que contesta as genealogias de ‘origem’, que levam a reivindicações de supremacia cultural e prioridade histórica”¹⁷³.

No romance de Rosa, a questão da legitimidade do saber eurocêntrico é recolocada, mas agora colocada em outros termos, perturbou-se o *locus* do saber canonizado na modernidade, na Metrópole, na colônia, fazendo ascender uma deslegitimação do saber que reflete o afrouxamento da “trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar”¹⁷⁴. Lembre-se que esse afrouxamento desloca as fronteiras das ciências e confunde os territórios entre o saber legítimo, o científico e o ilegítimo, o narrativo, permitindo a insurgência de outras histórias antes invisibilizadas, apócrifas e proscritas, problematizando a noção de cultura, que é agora capaz de declarar o seu processo de constituição por complementaridade, contaminação e disseminação.

São as lacunas que se abrem no esfacelamento da intenção totalizadora do discurso colonial que permitem a outras vozes virem à tona, estas que circunscrevem um local de enunciação que altera o tom do discurso colonial. São nessas lacunas que Rosa se detém para a escrita do seu romance, revelando como a subalternidade se inscreve no sertão de forma desviada dos padrões postulados pelos colonizadores, pondo em perspectiva uma imitação burlesca a tais padrões por parte dos sertanejos.

Por tais razões, Rosa antecipa em seu romance uma das principais características que marcam a pós-modernidade, nos termos de Lyotard: a crise de legitimação do grande relato, crise esta que define uma relação totalmente outra entre relato e experiência, na condição pós-moderna. Em muitas passagens do texto nota-se a estrutura fragmentária e circular sob a qual toda a narrativa é construída o que é sintomático da dificuldade em

¹⁷² BHABHA, 1998, p. 133.

¹⁷³ BHABHA, 1998, p. 222.

¹⁷⁴ LYOTARD, 2002, p. 71.

transmissão da narrativa sentida pelo próprio personagem narrador, dificuldade forjada, naturalmente, por Rosa. Essa dificuldade atribui ao narrado a aparência de uma representação feita para dizer sobre a impossibilidade de representar, um relato que trata da impossibilidade de relatar.

Considere-se que o próprio Guimarães Rosa se define como um “contista de contos críticos” (sua produção é por ele avaliada como “contos nos quais se unem a ficção poética e a realidade”). Esse juízo revela o fato de Rosa ter feito do conto a sua forma máxima de expressão poética; o romance *GS:V* constitui-se numa sequência de pequenas histórias, nos termos do próprio autor, um romance que mais apropriadamente caracteriza-se como uma lenda, um conto maravilhoso e até mesmo como um poema¹⁷⁵. Essa fragmentação do grande relato reflete a fragmentação do próprio sujeito moderno, tantas vezes incapaz de pôr linearidade em suas memórias, representando um dos tantos sujeitos que, para descobrir a constituição da sua identidade precisam não apenas falar de si, mas sobretudo, falar com o outro como se estivessem falando consigo mesmos, em um discurso que no lugar de se estabelecer face-a-face constitui-se num diálogo interno que responde às questões que o próprio sujeito (ficcional ou não) coloca, para recolocá-las instantes depois.

Por tudo isso, acreditamos que o romance de Rosa, que foi publicado originalmente em 1956, inscrito, portanto, em termos historiográficos, no alto-modernismo brasileiro¹⁷⁶, ou nos termos de Stuart Hall, nas modernidades tardias¹⁷⁷, parece não se restringir à estética moderna, ultrapassando os instrumentais estéticos do seu tempo e lugar de produção, antecipando elementos da estética da pós-modernidade em uma série de aspectos; sobretudo no que diz respeito à crítica da estética moderna e de toda estrutura da modernidade.

É na certeza de que a história não pode ser integralmente contada que Rosa permite aos personagens subalternos do sertão virem à tona; estes representando aquele povo “implicado nos saberes narrativos tradicionais, os quais, como se disse, não requerem nenhuma deliberação instituinte, nenhuma progressão cumulativa, nenhuma pretensão à

¹⁷⁵ LORENZ, 1983, p. 70.

¹⁷⁶ O Modernismo Brasileiro é aqui compreendido na perspectiva de Moriconi (2004): “entendo por modernismo uma constelação cultural cuja presença dominante na cena brasileira estende-se por espectro temporal bem amplo, abrangendo três fases: o primeiro modernismo dos anos 20, marcado emblematicamente pela *Paulicéia Desvairada* de Mário de Andrade, pela Semana de Arte Moderna de 22 e pela adesão in-contrastável de Manuel Bandeira ao novo modo, no fundamental *Libertinagem*; em seguida o modernismo dos anos 30, em que toda uma geração entra em cena e consolida a nova linguagem (Drummond, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Cecília, Vinícius de Moraes, entre muitos outros); finalmente, o modernismo canônico de meados dos anos 40 até fins dos 60, momento de nosso alto modernismo (*high modernism*, como diz a crítica anglo-saxônica)” MORICONI, 2004.

¹⁷⁷ Cf. HALL, 2006.

universalidade”¹⁷⁸. É esse povo que permite a Rosa a elaboração de suas primeiras, terceiras, outras estórias, de suas veredas e tutameíces, que tornarão sua escrita declaradamente subtraída à pretensão totalizante e aberta à imitação burlesca, paradoxos, elipses, (dis) simulações, ausências, irregularidades, silêncios, enfim, a um universo de (re) invenções que a torna singular e multívoca. O romance de Rosa comprova, pois, as palavras de Santiago:

o texto descolonizado (frisemos) da cultura dominada acaba por ser o mais rico (não do ponto de vista de uma estreita economia interna da obra) *por conter em si uma representação do texto dominante e uma resposta a esta representação no próprio nível da fabulação*, resposta esta que passa a ser um padrão de aferição cultural da universalidade tão eficaz quanto os já conhecidos e catalogados.

[...] nas culturas periféricas, os textos descolonizados questionam, na própria fatura do produto, o seu estatuto e o estatuto do avanço cultural colonizador”¹⁷⁹.

No romance de Rosa o que se verifica é a co-existência de uma série de outras histórias que em outros lugares não haviam emergido do silenciamento e da proscrição. Tratam-se de histórias que se vinculam de modo muito específico ao seu local de cultura, qual seja, o espaço sertanejo do norte de Minas Gerais. É desse espaço que os personagens do sertão norte-mineiro “começam a furar o tecido da tradição [de prestígio social] com vozes que falam de diversos lugares etnoculturais, como é o caso dos jagunços, dos loucos, da criança, das prostitutas e dos negros”¹⁸⁰.

Em *GS:V* o próprio narrador assume um local de enunciação inusitado. Riobaldo, no início do romance, encontra-se na condição de ex-jagunço que vive sua velhice enriquecido e proprietário de terras; relata a história da sua vida a um viajante com carta de doutor, trazendo à tona a história da jagunçagem de uma Minas Gerais cujo tempo narrado se estende das duas últimas décadas do império às primeiras décadas do Brasil República (período que no romance é textualizado até aproximadamente a década de 30 do século vinte).

Diante desses apontamentos, é possível verificar que no romance rosiano é desafiada tanto a legitimidade da “Lei”, em um sentido sócio-político, quanto a legitimidade da “Forma” da literatura, a normalização da narrativa tradicional. Anita Moraes¹⁸¹ já havia atentado para o fato de que “a composição do romance de Rosa subverte as formas; as fôrmas,

¹⁷⁸ LYOTARD, 2002, p. 55.

¹⁷⁹ SANTIAGO, 1982, p. 13-24.

¹⁸⁰ BORGES, T. 2007, p. 174.

¹⁸¹ MORAES, 2008, p. 100.

do pensamento em que se firma a noção de progresso”, isto é, subverte dispositivos que conferem legitimidade às noções de ordem e progresso, próprias à razão moderna; podemos afirmar que essa mesma composição “subverte as formas; as fôrmas” da técnica composicional de uma narrativa literária tradicional, evidenciando, pois, a representação da crise do imaginário moderno. Afinal, “contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância”. Do “contar enviesado” de Riobaldo, Moraes infere ainda que a narrativa se torna um

símbolo, símbolo de si mesma. A fala de Riobaldo não segue uma estrutura linear [...] não há uma sucessão de eventos com significados fechados ou a se fechar no final da narrativa [...]; Riobaldo lança, a todo momento, pequenos enigmas (palavras, frases, digressões e até mesmo estórias), cujo lampejo de sentido apenas se produz na relação, teias armadas pela narrativa, que só se percebem no movimento de retorno, quando o leitor se deixa engolfar – movimento para o infinito, circular e inesgotável¹⁸².

Assim, muito embora Riobaldo goze da prerrogativa de poder “falar a esmo leve”¹⁸³, seu testemunho é marcado por uma negociação entre a apresentação de um fluxo de consciência e uma tentativa (ainda que não muito bem sucedida) de realizar uma remontagem das cenas vividas para exposição das suas verdades.

Por um lado, Riobaldo desestabiliza a ordem dos acontecimentos para persecução de seus objetivos e impactos estéticos, dispondo amplamente de licenças poéticas e dezenas de provas retóricas remetidas ao leitor, artifícios próprios de quem pede passagem para que a tradição sertaneja norte-mineira conquiste o seu lugar de enunciação na narrativa ficcional brasileira. Nas palavras de Bolle, Riobaldo assume o discurso de “jagunço letrado, narrador pactário e também professor”, “mergulhando em seu discurso que, frequentemente, se confunde com o discurso oficial do poder, com sua retórica da simulação e dissimulação”¹⁸⁴. Por outro lado, em muitos momentos tem-se a impressão de que ele está de fato, nos termos de Seligmann-Silva, submetido a “uma lei emocional” que faz com que conte, antes, “as coisas que formaram passado para mim com mais pertença”¹⁸⁵, uma vez que em sua narrativa “trata-se da apresentação e simultânea construção de um *espaço mnemônico intenso*, sem começo ou fim, com uma temporalidade apenas parcialmente cronológica e muito mais emocional”¹⁸⁶. Desse modo, a tentativa de textualização da experiência por parte de Riobaldo

¹⁸² MORAES, 2008, p. 96.

¹⁸³ ROSA, 2001, p. 196-197.

¹⁸⁴ BOLLE, 2007, p. 156

¹⁸⁵ ROSA, 2001, p. 134

¹⁸⁶ SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 33. *Grifos do autor.*

revela a angústia do mesmo ante a tentativa de organização e entendimento do que ele viveu. Falando do que não sabe, Riobaldo espera encontrar, na sua exposição, o sentido das coisas, muito embora acabe tão recorrentemente nelas encontrando o seu não-sentido. Riobaldo que, para contar, “desemenda” a narrativa, é consciente do desvio das estruturas de seu relato em relação à sequência linear tradicionalmente cultivada por seu interlocutor e seus pares no ambiente citadino da educação formal. Ainda que considere sua narrativa um “contar errado” e sinta pesar por não possuir a fórmula acertada do narrar, não se pauta pelo modelo tradicional, antes o desconstrói.

Sobre a (des) construção em Guimarães Rosa, resta-nos aqui uma observação pertinente realizada por Marli Fantini em seu livro *Fronteiras, Margens, Passagens*. Lembra a pesquisadora que “não obstante o espírito inovador” de Guimarães Rosa há ainda uma “outra face do escritor” à qual Fantini concebe como “preconceituosa e iluminista”. É o próprio Guimarães Rosa quem afirma: “a palavra de ordem é: construção, aprofundamento, elaboração cuidadosa e dolorosa da ‘matéria-prima’, que a inspiração fornece, artesanato!”¹⁸⁷. Rosa diz isso:

desalentado com a ‘vergonha e miséria da Língua Portuguesa tal qual empregada na literatura brasileira, ‘empobrecimento de vocabulário, rigidez de fórmulas e formas, estratificação de lugares-comuns, como caroços num angu ralo, vulgaridade, falta de sentido de beleza, deficiência representativa’, Rosa postula, ‘por elementar patriotismo’, o dever de restaurar a ‘língua’, no seu entendimento, o único instrumento capaz de dar dignidade à nossa literatura¹⁸⁸.

É por tudo isso que concordamos mais uma vez com Fantini, quando a pesquisadora afirma que

as conquistas formais, a utilização de paradigmas estéticos relacionais – procedimentos rosianos que contribuem para a formação do cânone literário brasileiro em particular e do latinoamericano como um todo – não resultam apenas da genialidade do escritor ou de sua criativa assimilação das vanguardas europeias. Todo o rico manancial de manuscritos, incluindo cartas, depoimentos, entrevistas, cadernetas de notas, diários de viagem, anotações pessoais, além, é claro, de sua fortuna literária, atestam que a competência para aliar intuição e pesquisa, arte e ciência são qualidades não suficientes, mas cruciais à criação de um escritor clássico¹⁸⁹.

¹⁸⁷ GUIMARÃES, V. P: *Infância de Guimarães Rosa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1972, p. 132 *apud*, FANTINI, 2004, p. 62.

¹⁸⁸ FANTINI, 2004, p. 62-63.

¹⁸⁹ FANTINI, 2004, p. 47.

Desta exposição introdutória à abordagem do romance rosiano, pode-se reiterar que muito embora *GS:V* esteja classificado, no âmbito da historiografia da literatura brasileira, como pertencente a uma estética moderna, que só viria a ser substituída pela pós-moderna a partir da década de 70, verifica-se que o romance traz em seu bojo elementos que ultrapassam as questões estéticas modernas e que, no âmbito da produção literária brasileira, realizam-se de forma mais recorrente na pós-modernidade.

Se aos seus próprios olhos “a pós-modernidade é antitotalitária, isto é, democraticamente fragmentada, e serve para afiar a nossa inteligência para o que é heterogêneo, marginal, marginalizado, cotidiano, a fim de que a razão histórica ali enxergue novos objetos de estudo.[...]”¹⁹⁰, conforme a perspectiva de Silviano Santiago, note-se que a escrita rosiana se aproxima recorrentemente da pós-modernidade. Ao construir sua narrativa sob o signo do fragmento e do desvio à estrutura clássica e modelar, Rosa estabelece um constante diálogo com narrativas menores. Esse diálogo favorece o exercício de revisão dos parâmetros da narrativa modelar, permitindo a reflexão sobre a especificidade do texto literário e sobre a supervalorização humanística da literatura, pela função hegemônica a ela conferida, no interior das ciências humanas, por ela se revelar na sua capacidade heurística¹⁹¹.

Relembre-se que a escrita literária, por incorporar o pequeno relato, relativiza a estrutura narrativa modelar legitimada pela tradição literária, uma vez que a estrutura narrativa ficcional modelar selecionada ou conservada mas também legítima pela tradição literária imiscui-se a gêneros menores, menos valorizados por esta tradição. Ocorre então que a narrativa literária não apenas se torna fragmentada, heterogênea e multívoca, como se põe a desafiar uma tradição que tende a representar a lógica da narrativa monumental. Nessa perspectiva, estabelece-se, dentro da própria obra de arte literária, a revisão dos seus princípios de constituição.

Evidenciam-se através desta discussão os paradoxos da modernidade brasileira em que a racionalidade da modernidade se sustenta na sua própria irracionalidade, em que a forma do romance moderno ridiculariza a forma do romance moderno.

Infere-se dessa narrativa rosiana problematizadora e desconstrutora da utópica tentativa de totalização, originalidade, legitimidade e centralidade modernas, uma tentativa de preenchimento do vazio deixado no “lugar-fetiche do aristocrata saber europeu”¹⁹² assumido por narradores pretensamente oniscientes, objetivos e imparciais. O preenchimento desse

¹⁹⁰ SANTIAGO, in LYOTARD, 2002, p. 167.

¹⁹¹ Cf. SOUZA, 2002, p. 83.

¹⁹² SANTIAGO, 1978, p. 11-28.

vazio é capaz de fornecer a Lyotard uma resposta à sua questão: como encontrar novas formas narrativas legítimas com a crise do metarrelato? Acredita-se que as narrativas rosianas conferem visibilidade a narradores capazes não apenas de ascender em uma cena discursiva de dimensão mais ampla, mas também trazer à tona “documentos, evidências ou testemunhas”¹⁹³ imersas na obscuridade e cujas narrativas são capazes de suplementar fontes históricas tradicionais contribuindo para recontar a história sob um ponto de vista deslocado da “Voz da História” e reorientado para o ideal da “heteroglossia”, (para voltar ao termo de Bakhtin).

Rosa, através dessa representação (que longe de se manter fiel aos modelos imitados, deles se desvia) volta ao seu texto “a título de convidado”, nele inscrevendo-se “como uma das personagens, desenhadas no tapete” (para lembrar os termos de Barthes [1988], recuperados por Souza [2007])¹⁹⁴ e declara a sua crítica à estrutura moderna imitada e não somente põe em evidência a falência de tal estrutura, como propõe uma outra via para fugir aos ideais do projeto moderno.

¹⁹³ BORGES, T. 2006, p. 40.

¹⁹⁴ BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 76. *apud* SOUZA, 2007, p. 20.

CAPÍTULO II

O SUPLEMENTO, A VIAGEM, A ESCRITA

II. 1 – O SUPLEMENTO

II.1.1 - VIAGEM E ESCRITA: “UM JOGO QUE VERTE E REVERTE”

Terry Eagleton, em seu texto “O pós-estruturalismo”, incluído em “*Teoria da literatura: uma introdução*” (2006) faz uma leitura crítica do pensamento do filósofo francês Jacques Derrida, sobretudo no que diz respeito à metafísica e ao estruturalismo. Para alçar uma discussão representativa do pensamento de Derrida, Eagleton recupera a querela acerca da primazia da fala sobre a escrita, sobretudo no que esta diz respeito ao impasse acerca da presença ou ausência do sujeito da enunciação no discurso quando da “fala viva” e quando da “escritura”. Terry Eagleton lembra que a linguagem escrita sempre foi alvo da profunda desconfiança por parte da filosofia ocidental. “De Platão a Lévi-Strauss” a escrita sempre foi criticada “como uma forma de expressão sem vida, alienada”, por outro lado, essa mesma filosofia apresentou-se ‘fonocêntrica’, sempre elogiando a ‘voz viva’¹⁹⁵. Destaca ainda que “atrás desse preconceito está uma visão específica e ideológica do ‘homem’: o homem é capaz de criar espontaneamente e de expressar suas próprias significações, de estar em plena posse de si mesmo, e de dominar a linguagem como um veículo transparente de seu ser mais íntimo¹⁹⁶”. Dessa forma, além de a filosofia ocidental ter sido predominantemente ‘fonocêntrica’, foi também ‘logocêntrica’, isto é, “dedicada à crença em uma ‘palavra’, presença, essência, verdade ou realidade derradeira, que agirá como a base de todo o nosso pensamento, linguagem e experiência”¹⁹⁷. Eagleton lembra que, para a filosofia ocidental, assim praticada,

minhas palavras faladas parecem imediatamente presentes à minha consciência, e minha voz se torna seu veículo íntimo, espontâneo. De outra parte, quando escrevo, minhas significações parecem escapar ao meu controle: entrego meus pensamentos ao veículo impessoal da letra impressa, e como um texto impresso tem uma existência durável, material, pode ser sempre

¹⁹⁵ EAGLETON, 2006, p. 196.

¹⁹⁶ EAGLETON, 2006, p. 196.

¹⁹⁷ EAGLETON, 2006, p. 196.

circulado, reproduzido, citado de várias maneiras por mim nem previstas nem pretendidas. Escrever parece ser um ato que me rouba de meu ser: é um modo de comunicação alternativo, uma transformação pálida e mecânica da fala e, portanto, sempre a uma certa distância de minha consciência¹⁹⁸.

Essa querela entre a escrita e a fala está na base das análises do livro *Gramatologia* de Jacques Derrida. Em seu texto “Este perigoso suplemento”, pertencente ao livro citado, Derrida retorna a Rousseau e lembra que esse pensador “condena a escritura como destruição da presença e como doença da fala”¹⁹⁹. Assim, Rousseau acredita que na escritura há a ausência do *Eu* transcendental do sujeito que articula sua própria fala que, para ele, está presente apenas no ato da fala em si. O que Rousseau parece ignorar é que “na alocação, a presença é ao mesmo tempo prometida e recusada. A fala que Rousseau elevou acima da escritura, é a fala tal como deveria ser, ou antes, tal como ela *teria devido ser*”²⁰⁰. É somente em suas *Confessions* que Rousseau realiza uma espécie de acerto de contas com a escritura. Ao descrever como se tornou escritor, o autor não esconde que vê na escrita a possibilidade de “restauração”, isto é, “escrever é, então, o único modo de preservar ou de retomar a fala pois essa se recusa ao se dar”; assim, ao retomar a fala, retoma-se também a presença do sujeito na escritura²⁰¹. Eis aí a

lição da escritura na existência de Jean-Jacques. O ato de escrever seria essencialmente – e aqui de forma exemplar – o maior sacrifício visando à maior reapropriação simbólica da presença. Deste ponto de vista, Rousseau sabia que a morte não é o simples fora da vida. A morte pela escritura também inaugura a vida. ‘Comecei a viver somente quando me dei como um homem morto’²⁰².

Em virtude desse pensamento, Rousseau vê na escritura um “meio perigoso”, um “socorro ameaçador”, “a resposta crítica a uma situação de miséria. Quando a natureza, como proximidade a si, vem a ser proibida ou interrompida, quando a fala fracassa em proteger a presença, a escritura torna-se necessária”²⁰³. Logo, a escritura não assume uma característica natural, mas se apresenta como uma “imagem”, “representação”, “ardil artificial e artificioso para tornar a fala presente quando ela está, na verdade, ausente”. A escritura apenas *supre* a fala, no entanto, nela “há uma necessidade fatal” – a de que “o substituto faça esquecer sua

¹⁹⁸ EAGLETON, 2006, p. 196.

¹⁹⁹ DERRIDA, 2006, p. 174.

²⁰⁰ DERRIDA, 2006, p. 173. Grifos do autor.

²⁰¹ ROUSSEAU, *apud* DERRIDA, 2006, p. 175.

²⁰² ROUSSEAU, *apud* DERRIDA, 2006, p. 175.

²⁰³ DERRIDA, 2006, p. 177.

função de vicariância e se faça passar pela plenitude de uma fala cuja carência e enfermidade ele, no entanto só faz *suprir*²⁰⁴. Assim, a escrita torna-se suplemento da fala, um “perigoso suplemento”, diga-se. O suplemento apenas se apresenta pela “falta anterior de uma presença”. Daí o seu perigo perturbador. De acordo com esse pensamento, o elemento natural, “inocente e bom”, não possui completude total, apresenta uma falha em sua própria natureza. Essa falha precisa ser suprida por algo que lhe seja exterior e, logo, aí entendido, um “mal”, “instância subalterna que substitui”, “fora da positividade à qual se ajunta”, “estranho ao que, para ser por ele substituído, deve ser distinto dele”, “um acidente e um afastamento da natureza”²⁰⁵.

Homi Bhabha relembra que a estratégia do suplemento “é semelhante ao que o procedimento inglês reconhece como uma questão suplementar”. Uma questão é suplementar por não constar na pauta oficial para ser examinada pelo ministro. “O fato de vir ‘depois’ do original ou como ‘acréscimo’ dá à questão suplementar a vantagem de introduzir um sentido de ‘secundariedade’ ou de atraso [*belatedness*] na estrutura do original”. Assim a estratégia suplementar, que não consiste exatamente numa adição, é capaz de alterar o cálculo²⁰⁶.

Parece-nos possível pensar que assim como a escrita apresenta-se como um suplemento da fala, a escrita pode se apresentar também como um suplemento das demais experiências do ser, um suplemento de suas vivências gerais. A experiência com o ato de articulação de sua fala é uma entre as inúmeras experiências possíveis. Entre essas experiências, destacamos a experiência da viagem, haja vista que através da escrita o mesmo ser que viaja textualiza a sua experiência. A escrita supre a deficiência natural em reter as cenas vividas pelo *Eu* que experimenta com seu próprio ser, com seu próprio corpo, o deslocamento.

No caso específico que aqui nos interessa, qual seja: os viajantes e seus diários de bordo, talvez a principal especificidade do relato por eles escrito seja a de materializar aquilo que se teme cair no esquecimento, aquilo que se esforça para manter na memória. Nesse caso, o relato torna-se fonte material para o ato de lembrar e relembrar. Suplemento absolutamente necessário, pois, conforme Márcia Tiburi, “é preciso um grande esforço para organizar nossos níveis de memória”²⁰⁷. Não obstante, mesmo necessária, a escrita parece-nos precária, um “substituto pobre” do ato da viagem, da experiência em si. Afinal, nesse caso, a escrita da viagem vem à tona como uma consequência da viagem e, ainda que o relato conquiste uma

²⁰⁴ DERRIDA, 2006, p. 177.

²⁰⁵ DERRIDA, 2006, p. 178-179.

²⁰⁶ BHABHA, 2007, p. 218-219.

²⁰⁷ Cf. TIBURI, 2006.

ampla aceitação, tal aceitação parece-nos nem se comparar às dimensões da expectativa e experiência da viagem para aquele que a executa. A fim de averiguar a validade dessas afirmações, recuperamos abaixo duas cenas que nos parecem exemplares para refletir acerca das questões elencadas na presente seção: na primeira cena temos um fragmento do texto de Rosa escrito após uma de suas inúmeras viagens por Minas Gerais. Essa viagem que lhe serviu para “matar saudades” da sua região e “rever velhos poemas naturais” da sua terra; rendeu-lhe também subsídios para a escrita de textos literários. Na segunda cena temos um fragmento do texto de James W. Wells, um engenheiro inglês que viaja pelas terras brasileiras e que, mesmo estando imbuído de toda a “carapaça ideológica”²⁰⁸ que é peculiar à sua formação europeia nas melhores escolas do logocentrismo, confessa também em seu diário a sua sedução pelo horizonte e considera difícil conceber que “a paisagem toda arrumadinha”, fosse obra da natureza e não de “um paisagista”. Leiam-se:

De início, o amor da Geografia me veio pelos caminhos da poesia – da imensa emoção poética que sobe da nossa terra e das suas belezas: dos campos, das matas, dos rios, das montanhas; capões e chapadões, alturas e planuras, ipuêiras e capoeiras, caatingas e restingas, montes e horizontes; do grande corpo, eterno do Brasil. Tinha que procurar a Geografia pois. Porque, “para mais amar e servir o Brasil, mister se faz melhor conhecê-lo”; já que, mesmo para o embevecimento do puro contemplativo, pouco a pouco se impõe a necessidade de uma disciplina científica. Desarmado da luz reveladora dos conhecimentos geográficos, e provido tão só da sua capacidade receptiva para a beleza, o artista vê a natureza aprisionada no campo punctiforme do momento presente. Falta-lhe saber da grande vida, envolvente, do conjunto. [...] Ainda agora, faz menos de uma semana, acabo de regressar de uma excursão de férias, extenuante mas proveitosa, realizada apenas para matar saudades da minha região natal e para rever velhos poemas naturais da minha terra mineira. Quanta beleza!²⁰⁹

Eu fazia caminhadas diárias ao nascer e pôr-do-sol até a cachoeira e o parque detrás do meu rancho. Nesses horários, o Brasil, em toda parte, assume seu traje mais belo; o clarão inclemente e duro e a ausência de sombras do meio-dia dá lugar a cores róseas e quentes e longas massas oblíquas de sombra, enquanto o sol se levanta ou se põe atrás de árvores e montes. [...] O que se pode chamar de ‘o parque’, são os terrenos ao fundo do meu rancho, distantes dele umas duas centenas de jardas através do mato e árvores. Esta é uma área que é peculiar ao lugar e excepcional em seus encantos. Depois das chuvas, um relvado macio verde-claro aparece no terreno suavemente ondulado; na terra levemente mais alta que limita o vale há capões (moitas e touceiras de árvores), cada uma franjada por uma variedade de flores e samambaias, arões arborescentes, a paisagem toda tão arrumadinha que é difícil conceber que seja obra da natureza e não de um paisagista. Entre as árvores, são mais conspícuas

²⁰⁸ ÁVILA, 2008, p. 112.

²⁰⁹ Fragmento do discurso de João Guimarães Rosa publicado originalmente na Revista da Sociedade Brasileira de Geografia. Tomo LIII. Rio de Janeiro, 1946, p. 96-97 *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 32-33.

as grandes massas de cor da begônia de flores púrpuras, o ipê, as flores douradas da caraíba do campo, e pindaíbas, aroeiras, palmeiras e acácias. Quem segue a vereda sinuosa entre esses bosques sente-se em um verdadeiro paraíso. Ao pôr-do-sol o ar é doce, oloroso e fragrante com o rico perfume das muitas moitas de mirciá em flor. [...] Ai de mim! É muito bonito, mas tão solitário e tedioso; tenho de voltar ao meu rancho e, como um Robinson Crusoe, conversar com meu papagaio e cachorro, ou com a macaca, Dona Chiquinha, que sempre franze a boca e emite um rugido compreensivo quando me dirijo a ela, pois somos agora os melhores dos amigos, e ela perdeu toda a selvageria anterior [...] serve para preencher com diversão muitos momentos de ócio²¹⁰.

É possível verificar nas passagens acima recuperadas de Rosa e Wells, viajantes e escritores, a textualização da viagem que eles realizam pelo Brasil, bem como a inscrição de ambos os autores nas cenas recuperadas. Além do mais, nelas, a escrita da viagem permite observar que por ela torna-se obsoleta a oposição binária que a filosofia ocidental estabeleceu entre, de um lado, a presença do autor na fala viva e, de outro, a ausência do autor no texto escrito. Afinal, ainda que de forma mais ou menos marcada, como negar a textualização da consciência que o escritor tem de si nas citações de João Guimarães Rosa e James William Wells? Onde se pode ler nos textos de Rosa e Wells acima recuperados a “transformação pálida e mecânica da fala”, da qual se ressentia a filosofia ocidental, quando do ato de escrever? Se para Guimarães Rosa a textualização dos sentimentos, que lhe advêm com o experimento do espaço pelo qual se desloca, pode ser lida por nós como sintomática da sua formação de escritor e humanista claramente interessado em utilizar-se da experiência da viagem para o exercício de sua escrita ficcional e, se por tudo isso, podemos aceitar naturalmente que ele volte ao seu texto “a título de convidado”²¹¹, o que dizer da textualização de sentimentos e emoções por parte de Wells? Se a filosofia ocidental estava certa, não deveria haver aí o recalque da subjetividade do sujeito textual em favor da objetividade do enunciado? O que dizer, nesse mesmo texto, da quebra da distância entre o pesquisador, observador – que a filosofia ocidental quis que ocupasse um lugar panóptico – e o observado, como sugere a conversa que Wells pretende entabular com seu papagaio, cachorro e macaca de estimação, quando voltar ao seu rancho, estes se constituindo seus “melhores amigos”? E, como entender a comparação que Wells estabelece entre ele e Robinson Crusoe? Parece-nos que muito mais que relato de divulgação de seus trabalhos pelo Brasil, o relato de Wells é, não apenas seu relato em específico, mas os relatos de viagem de

²¹⁰ WELLS, 1995, v. 1, p. 273.

²¹¹ BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 76, *apud* SOUZA, 2007, p. 20.

modo geral, como afirma Maria Rosa Duarte de Oliveira, apresentam-se numa zona de fronteira entre o que o estrangeiro viveu e o que este mesmo estrangeiro imaginou no percurso da viagem. Em Wells, na citação acima recuperada, isso fica claramente comprovado pela metáfora do paraíso e por sua comparação com Robinson Crusoé, haja vista que aí se evidenciam também suas intenções literárias. Afinal,

a presença da mediação é um fator de metamorfose do visto e vivido pelo olhar, perspectiva e valoração do discurso do narrador-viajante, que contamina com sua subjetividade a objetividade do real.

Nesse deslocamento, que toda viagem implica, há que se considerar a relação eu-outro, o próprio e o alheio, a diferença e a contaminação um jogo constante entre a identidade e a alteridade na produção do sentido. Trata-se de um processo dialógico e de apropriação do outro para uma nova simbiose que seja capaz de manter viva a tensão entre forças centrípetas e centrífugas em contínuo trânsito entre a concentração e a dispersão²¹².

Oliveira concorda com Paul Zumthor que

a escrita permanece e estagna, a voz multiplica. Uma se pertence e se conserva; a outra se expande e destrói. A primeira convence e a segunda apela. A escrita capitaliza aquilo que a voz dissipa; ela ergue muralhas contra a movência da outra. No seu espaço fechado, ela comprime o tempo, lamina-o, força-o a se estender em direção ao passado e ao futuro: do paraíso perdido e da utopia. Imersa no espaço ilimitado, a voz não é senão presente, sem estampilha, sem marca de reconhecimento cronológico: violência pura. Pela voz, permanecemos da raça antiga e poderosa dos Nômades²¹³.

E é por concordar com Zumthor que Oliveira concebe como um “entre-lugar” o lugar onde a viagem encontra “no nomadismo da voz – que transita entre o silêncio e o som, o timbre e o gesto, o corpo e a palavra –, a essência do poético”. Assim, o deslocamento da voz no tempo-espaço “é a história de uma movência entre texto e obra, escrito e performance, por meio de intérpretes variados, num jogo dialético entre identidade e alteridade”²¹⁴. E Oliveira conclui, com base nas ideias de Krysinski²¹⁵:

Vista sob o ângulo de operador cognitivo, dentro do processo de criação literária, a viagem pode adquirir o sentido de nomadismo, o que implicaria a

²¹² OLIVEIRA, 2008, p. 29.

²¹³ ZUMTHOR, *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 30.

²¹⁴ OLIVEIRA, 2008, p. 30. Grifo meu.

²¹⁵ A autora parafraseia o autor Wladimir Krysinski nas linhas anteriores através do texto: Discours de voyage et sens de l’alterité. In: *Viagem na literatura*. SEIXO, M. Alzira (Org.) Lisboa: Publicação Europa-América, 1997, p. 236-263.

construção de um texto literário nômade, no qual as categorias estão em processo de mutação e deslizamento de fronteiras entre realidade-ficção; autor-narrador-personagem; voz-oralidade-escritura; tradição e reinvenção de novas formas; regional e universal²¹⁶.

Por tudo isso, concordamos com Ávila quando esta afirma que o relato de Wells é “singular por ele ser mais jovem, não ser cientista, diplomata, nobre nem ter qualquer destaque na comunidade de origem e – como é mais importante – possuir ambições literárias”²¹⁷. Ainda conforme Ávila, essas ambições literárias se apresentam já na fatura do relato, uma vez que esse texto se mostra “mais cru, menos resguardado, já que [James W. Wells] não se encontrava em missão oficial, e ao mesmo tempo [o relato se apresenta] muito mais vivo, recheado de diálogos e personagens como um romance”²¹⁸. As ambições literárias de Wells podem ser confirmadas ainda, através da publicação de *A voz de Urbano*: um romance de aventura na Amazônia, de 1887, um ano depois da publicação de seu relato de viagens pelo Brasil. Esses dados permitem-nos afirmar que a escrita de Wells também possui um sentido nômade, nomadismo que se apresenta no tráfego pela dicção da linguagem literária e pela dicção da linguagem objetiva.

Além disso, outro fato que nos interessa e que será sistematicamente abordado neste capítulo é o aproveitamento por parte da tradição literária brasileira de potencialidades estéticas e de sentido jacentes nos relatos de viajantes estrangeiros em trânsito pelo Brasil. Como nos parece ser o caso de João Guimarães Rosa em relação à tradição dos relatos de viagens de modo geral e, de modo específico, em relação a James William Wells e seu relato *Três mil milhas através do Brasil*.

II. 2 – VIAGEM E MODERNIDADE

A aceleração do tempo que pode no século XIX ser sentida em todos os níveis sociais do continente europeu, simbolizada pela imagem da locomotiva, inscreveu-se de forma indelével na consciência histórica do Ocidente. Se o tempo histórico é o que confere ordem ao conhecimento e legitima o que deve ser conhecido, é a aceleração do tempo que permite à modernidade, a partir do século XIX, conceber que as mudanças se processam sobre todas as coisas, a todo momento.

²¹⁶ OLIVERIRA, 2008, p 31.

²¹⁷ ÁVILA, 2008, p. 127.

²¹⁸ ÁVILA, 2008, p. 127.

A elaboração de narrativas ficcionais, se se quer verossímil, não pode se abster da representação do tempo histórico e de tal aceleração. Tais narrativas, ao recuperar a percepção do homem acerca do espaço-tempo em que vive recorrentemente têm de representar a velocidade do compasso que este imprime a tal interação, pondo em questão o andamento que nelas se inscreve. Considerando os sujeitos reais como ponto de partida para a construção dos sujeitos ficcionais e considerando o discurso literário um conjunto de referências discursivas, as narrativas literárias podem fruir de uma série de recursos para apreender a percepção do espaço e das relações interpessoais desenvolvidas pelos sujeitos que nele atuam. Como nos relembra Habermas:

Por meio de muitos testemunhos literários sabemos como as primeiras estradas de ferro revolucionaram a experiência de espaço e tempo dos seus contemporâneos. A estrada de ferro não criou a moderna consciência do tempo; mas, no curso do século XIX, torna-se literalmente o veículo por meio do qual a consciência moderna do tempo se apodera das massas; a locomotiva torna-se o símbolo popular de uma mobilização vertiginosa de todas as relações da vida, interpretada como progresso. Já não são apenas as elites intelectuais que vivenciam o fim dos limites temporais dos mundos da vida fixados pela tradição²¹⁹.

Por outro lado, note-se que essa preocupação assumida pela escrita ficcional em representar a aceleração do tempo, parece não se restringir aos ficcionistas e nem inscrever-se exclusivamente no horizonte de expectativas do leitor de textos ficcionais. Escrito para informar fatos e dados de expedições por aqueles que as executa, o relato de viagens não pode negar sua especificidade de se entender como narrativa de experiências significativas para os sujeitos que os desenvolvem, nem mesmo negar o vínculo com a representação do imaginário.

No livro *O controle do imaginário & a afirmação do romance*, a mais recente versão das teses de Luiz Costa Lima acerca do controle do imaginário na ficção e que tem por objeto evidenciar como tais formas de controle praticadas nos séculos XVI e XVII ficaram evidentes, a partir principalmente do fim do século XVIII, “quando as artes se separaram das instituições a que serviam nas sociedades de corte anteriores”²²⁰, Costa Lima investiga um evento pouco discutido: a intensificação das viagens ao Novo Mundo enquanto o móvel para a modificação do discurso dos “livros das maravilhas” e surgimento do romance. O autor relembra que desde os fins da Antiguidade até o século XVII o diário de viagem era constituído sob o critério da veracidade. O relato desse período forjava a imagem de “uma

²¹⁹ HABERMAS, 2002, p. 85.

²²⁰ COSTA LIMA, 2009, orelha do livro.

peregrinação ideal”, isto é, o viajante confirmava, *in loco*, a veracidade dos fatos narrados na Bíblia. Logo, o controle da veracidade era executado pela função religiosa que o relato possuía, o que impedia que neles ingressassem elementos que contrariassem o insofismável texto bíblico. Daí o fato de que livros como os de Marco Pólo e de Mandeville, “fossem lidos, *como* se seguissem o mesmo padrão, embora também dessem vazão à curiosidade pelo estranho, até porque seus autores não pressupunham uma função religiosa”²²¹.

Já no século XVI, por ocasião das expedições marítimas rumo ao Novo Mundo, modifica-se a função do relato de viagem. Esse gênero desliga-se de sua função religiosa, ou de sua veiculação de fatos maravilhosos, passando então a ter a função comunicativa, uma função factual. Por eles os tripulantes deviam informar a coroa sobre os fatos da expedição. Costa Lima argumenta que o rigor científico que desponta no Renascimento, delineando as nuances da modernidade e que se intensifica ao longo do século XVII, propicia um clima favorável para o aparecimento dos primeiros questionamentos acerca da veracidade dos relatos de viagens, no âmbito da Inglaterra. Como uma resposta imediata, surgem tentativas públicas e reiteradas, por parte de relatores e editores, de justificar a veracidade das narrativas publicadas. Afinal,

agora, ao contrário, os relatos de viagem concernem a empreendimentos materializados, muitos dos quais financiados pela própria Coroa, que pressionam em prol do estabelecimento de marcas discursivas que singularizem o fato. Essas marcas discursivas eram decisivas por motivos de ordem estritamente econômica: se os sinais do factual não forem bem decifrados e seguidos, se não indicarem o passível de ser comprovado, os viajantes podem sair em busca do ouro onde ouro não há²²².

É nesse momento que desponta o relato de viagem de cunho científico e o romance, de cunho ficcional. Costa Lima acredita que a diferenciação dos relatos de viagens da escrita ficcional através desses postulados é um exemplo da existência de indicadores positivos de controle no âmbito da prática escriturística. Nesse caso, o controle é positivo por inibir a desorientação dos sujeitos modernos no espaço desconhecido. A diferença entre relatos de viagem e ficção aí inaugurada respalda a função “pragmática” do relato de viagem, função que será incrementada pelas cartas geográficas e pelas enciclopédias que à época proliferavam. Assim, pode-se visualizar nos relatos escritos por ocasião da descoberta do Novo Mundo um conjunto de marcas necessárias a tais documentos, quais sejam: “primado

²²¹ COSTA LIMA, 2009, p. 184.

²²² COSTA LIMA, 2009, p. 186.

do factual, do passível de ser examinado e constatado” e “substituição das tópicas retóricas e a consequente adequação do enunciado ao dado da experiência”.

Seguindo os passos de Luiz Costa Lima, mas desfazendo seus traços, na investigação das relações entre relato de viagens e formação de gêneros literários, Flora Süssekind realiza em *O Brasil não é longe daqui* um movimento diverso ao de *O controle do imaginário*. Süssekind aborda não as distinções, mas as relações entre diários de viagens e a delimitação do gênero romance perscrutando em tais relações a genealogia do narrador dos romances brasileiros. Conforme pudemos ver no Capítulo I deste trabalho, a autora assegura que a formação da literatura brasileira se dá “sobretudo num jogo de contrastes e imitações entre prosa de ficção e literatura de viagens, descritivismos e paisagismo, [é por este jogo] que ele [o narrador de ficção na prosa brasileira] parece se destacar com maior nitidez”²²³. Verifica a pesquisadora que o que ocorre no cenário brasileiro é um “diálogo persistente” entre esses insurgentes narradores de ficção e os relatos de viagens e o paisagismo. Argumenta também que tais narradores “necessitaram obrigatoriamente de um olhar-de-fora e de uma exibição – consciente ou não – de certa “sensação de não estar de todo” na sua composição”, sensação específica ao estrangeiro. Süssekind permite perceber que de forma mais ou menos consciente, esse deslocamento, por parte dos autores brasileiros, entre um e outro gênero faz-se uma constante na prosa de ficção desenvolvida no país, ao longo de sua história.

Pode-se notar que o surgimento do romance permitiu a elaboração de uma forma de abordagem que melhor atendia às necessidades recorrentemente sentidas pelos viajantes em ficcionalizar a experiência da viagem e dramatizar o enunciado. Em virtude do controle positivo operado em tais relatos, entende-se aqui, seguindo os passos de Costa Lima, que “a arte [romanesca] adquiria dignidade porque se compreendia que, sem ela, o mundo humano permaneceria unilateralmente tratado”²²⁴. Isto é, a arte romanesca desenvolvida a partir do século XVII permite que luzes, ainda que tremeluzentes e foscas, fossem lançadas sobre outros discursos e outras formas de vida, não suficientemente abordadas por meio dos relatos de viagem que, não raro, apresentavam-se em seu aspecto de comunicação oficial. Para melhor desenvolver esta questão, tomemos emprestadas as palavras de Marquard: “esta virada para a estética é de todo modo uma questão memorável [...] Não se refere à arte para

²²³ SÜSSEKIND, 2000, p. 24.

²²⁴ Cf. COSTA LIMA, 2009, p. 179.

compreender a arte senão que o mundo. E não se refere ao artista para compreender o artista senão que para que compreendesse o homem”²²⁵.

Na literatura brasileira é o Novo Mundo, agora visto pela lente dos homens brasileiros, que se desvenda através do surgimento do narrador de ficção brasileira. E são os olhares desses escritores traduzidos em palavras que nos permitem analisar o amadurecimento de uma intelectualidade brasileira interessada em retraduzir para nossa língua e sistemas de valores os textos de viajantes estrangeiros escritores de diários de bordo.

Se nos detemos um pouco mais nas relações entre o relato de viagens de cunho científico e a prosa de ficção na literatura, podemos ir novamente ao encontro do pensamento de Bakhtin, que nos alerta:

nenhum gênero artístico novo suprime ou substitui os velhos. Ao mesmo tempo, porém, cada novo gênero essencial e importante, uma vez surgido, influencia todo o círculo de gêneros velhos: o novo gênero torna os velhos, por assim dizer, mais conscientes, fá-los melhor conscientizar os seus recursos e limitações, ou seja, superar a sua *ingenuidade*. Assim ocorreu, por exemplo, com a influência do romance, enquanto gênero novo, em todos os velhos gêneros literários: na novela, no poema, no drama, na lírica. Além disso, é ainda possível a influência positiva do novo gênero sobre os velhos gêneros, evidentemente na medida em que isso seja permitido pela natureza do gênero; assim pode-se falar, por exemplo, de certa ‘romancização’ dos velhos gêneros na época do florescimento do romance. A influência dos novos gêneros sobre os velhos contribui, na maioria dos casos*, para a renovação e o enriquecimento destes²²⁶.

Esse pertinente pensamento de Bakhtin, para concluir seu livro sobre a poética de Dostoiévski, permite-nos recuperar a tendência apresentada por muitos relatores de viagens do século XIX de assumirem em seus escritos, de forma mais ou menos consciente, uma escrita em que se mesclam a dicção científica e a dicção ficcional, seja através da utilização de recursos da linguagem figurativa, da descrição subjetiva de fatos, cenários e cenas que tem às vistas, da inscrição autoral no texto ou da textualização da consciência que tem de si o escritor.

Nesse sentido, parece-nos oportuno o que nos diz Moacyr Campos quando informa que se se quer entender a história do Brasil “enquanto parte efetiva da história universal” deve-se levar em conta o “mundo da imaginação, muito mais vago, movediço e

²²⁵ MARQUARD, O.: Kant und die Wende zur Ästhetik (1960), p. 21 in *Aesthetica und Anaesthetica*. Philosophische Überlegungen, Ferdinand Schöningh, Paderborn – Munique – Viena – Zurique, 1989. *apud* COSTA LIMA, 2009, p. 179. Da primeira recepção da Terceira Crítica Kantiana.

* Caso eles não morram de ‘morte natural’. (N. A.).

²²⁶ BAKHTIN, 2005, p. 274.

fugidio, mas nem por isso menos significativo, e no qual surgem, desenvolvem-se, modificam-se, interpenetram-se, sucedem-se idéias”. Parece-nos que era isso que tinha em mente os viajantes estrangeiros ao textualizarem suas experiências pelo Brasil. Afinal, o que nos parece é que, via de regra, já em uma primeira leitura desses relatos, é possível notar que os diários de bordo estão envoltos não apenas pelos novos ares das ciências, mas também pelo “mundo da imaginação”, aludido por Campos²²⁷, haja vista o diálogo, ainda que tímido ou contingente, que se estabelece em tais relatos entre a dicção científica e a dicção ficcional.

Christopher Hill já lembrou que no território inglês, “desde os primórdios do século XIX”, os escritos sobre o Brasil “tomam a forma de literatura de viagem ou literatura de descoberta científica”²²⁸. O historiador inglês lembra ainda que, se por um lado, temos autores nos quais é possível verificar que os objetivos exploratório-científicos estão mais fortemente marcados, sejam menos desviantes – como em um George Gardner, cujas expedições motivadas pelo interesse em botânica e geologia realizadas entre 1836-1841, rendeu-nos *Viagens no interior do Brasil* (1846); H. W. Bates que compilou *O Naturalista no Rio Amazonas* (1859), viajando pelo Brasil entre 1848-1859; Hasting Charles Dent que após sua viagem pode publicar *Um ano no Brasil: com notas sobre a abolição da escravatura, as finanças do Imperador, religião, meteorologia, história natural, etc.*²²⁹ – por outro lado, é possível encontrar os registros de uma escrita mais fortemente instaurada em uma zona de fronteira entre o que viveu o viajante e o que este imaginou como no caso de um Richard F. Burton, autor do celebrado clássico *Explorações nos planaltos do Brasil* (1869) que, mesmo sendo interessado em descrever a relação das minas de ouro e diamante no Brasil, era também “um homem de vastos interesses literários, e em seu tempo livre publicou uma tradução completa das *Mil e Uma Noites*; traduziu ainda todas as obras de Camões”²³⁰.

II.1.1 – JAMES WELLS NO BRASIL

Entre os inúmeros viajantes ingleses que aportaram seus navios na costa brasileira e que se propuseram a revelar à sua terra as aventuras passadas por aqui, um nos chama atenção especial. Tal interesse certamente não se justifica pelo fato de seus relatos se pautarem pela manutenção de uma assinatura que siga o padrão da objetividade, ou por sua

²²⁷ CAMPOS, 2004, p. 40.

²²⁸ HILL, 1995, v. 1, p. 21.

²²⁹ HILL, 1995, v.1 p. 24.

²³⁰ HILL, 1995, V.1, p. 24.

linguagem se impor absoluta. O que nos interessa em tais relatos são os desvios que permitem a esse viajante exceder o rigor científico. Da leitura de seus textos constata-se que é justamente nos pontos cegos do seu discurso colonial e pré-determinado de viajante estrangeiro que podemos encontrar o traço de sua personalidade e o resíduo de seu imaginário marcado por leituras literárias de toda sorte. É nesses lugares, pontos clarividentes da tradução que aí opera de sua experiência na leitura ficcional, que é possível enxergar a presença sistemática de elementos da tradição literária ocidental em seus escritos²³¹. Os apontamentos que aqui se realizam acerca desse viajante corroboram o atual pensamento vigente no âmbito da teoria literária de tratar o gênero relato de viagem como uma construção em trânsito capaz de re (a) apresentar tanto identidades quanto alteridades. Como ambas sofrem dos percursos da viagem, apresentam-se também inscritas sob o signo do nomadismo e são (re) formuladas pela viagem em si.

Estamos falando do inglês James William Wells, um jovem engenheiro civil que veio para o Brasil por volta de 1869, contratado por uma firma inglesa de construção de ferrovias (*Public Works Construction Company*), com o objetivo de fazer os levantamentos e agrimensura necessários para o posterior assentamento dos trilhos, daquela que viria a se constituir a Estrada de ferro Pedro II. Wells compila em *Três mil milhas através do Brasil* os relatos da sua expedição desenvolvida entre o Rio de Janeiro e o Maranhão. Seus relatos sobre Minas Gerais foram escritos entre os anos de 1873-1875, sendo publicados juntamente com outros relatos que somam o percurso completo. Ao todo, o viajante permaneceu no Brasil por 17 anos (1869-1886).

O livro de Wells, publicado em dois volumes, contou com “aparentemente três edições em língua inglesa”²³² (1886 e 1887) e uma versão brasileira (1995), desenvolvida a partir da edição de 1887²³³, por meio da editora da Fundação João Pinheiro, para compor a coleção Mineiriana, com tradução de Myriam Ávila e prefácio do celebrado historiador

²³¹ Sobre esse tema, diz Ávila: “A escrita de Wells é, por exemplo, mais leve e menos técnica do que a de Richard Burton, sua ironia menos resguardada, a presença do autor no texto mais marcada. Fica ainda evidente o seu tributo ao estilo de Dickens, cujo romance *Martin Chuzzlewit* funciona como uma espécie de bússola para a viagem textual de *Três mil milhas através do Brasil*. O seu livro muitas vezes explora o teatral e o grotesco à maneira dickseniana, mas, diferentemente do seu paradigma, Wells não encadeia os elementos de suas frases de forma subordinativa, utilizando a construção sindética, enumerativa, e a sinonímia, até a exaustão. O recurso, que não incomoda no inglês, tornaria a leitura desagradável e até obscura se reproduzido na tradução e, assim, foi necessário limitar o seu uso em alguns casos”. ÁVILA, 1995, p. 18.

²³² Cf. MARTINS, R. 1995, p. 10. Roberto Martins diz ainda que “a primeira foi em Londres, em 1886, por Sampson, Low, Marton, Searle and Riving, em dois volumes, com mapas e ilustrações do autor. Deve ter feito algum sucesso, pois no mesmo ano saiu uma edição americana (Filadélfia: J. B. Lippincott Company) e no seguinte uma segunda edição revista, pelo mesmo editor londrino”.

²³³ “A tradução foi feita a partir da segunda edição revista de *Exploring and travelling three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão*, publicada por Sampson Low, Marton, Searle & Rivington em 1887”. ÁVILA, 1995, p. 19.

Christopher Hill. Como se vê, Wells aguardou cento e nove anos para se fazer ouvir no país que lhe serviu de objeto de estudo e de acolhida. Muito embora o livro desse viajante tenha sido levado a público em finais do século XIX, e a tradução para o português tenha sido feita há quinze anos, o livro sofre de uma quase miséria crítica tanto no Brasil quanto fora dele. Os únicos estudos que o tem por objeto resumem-se aos ensaios bem concebidos, de autoria da professora e tradutora Myriam Ávila, reunidos em 2008, em seu livro *O retrato na rua*.

No que diz respeito aos dados biográficos do autor, não se sabe exatamente “nem onde nasceu ou morreu, onde se formou, ou o que mais fez na vida, no Brasil ou fora dele”²³⁴. O que se sabe, no Brasil, sobre James Wells foi obtido por uma carta datada de 16 de junho de 1995 de autoria de John Hemming, então diretor da *Royal Geographical Society* (RGS). A referida instituição londrina publicou os trabalhos de Wells acerca do Brasil e acolhe os únicos textos manuscritos do autor dos quais se tem notícia. A carta em questão é escrita numa resposta à solicitação feita pela presidência da Fundação João Pinheiro e endereçada a Paulo Tarso Flecha de Lima, então embaixador do Brasil na Inglaterra. A pedido do embaixador, Hemming pesquisou com esforços consideráveis a respeito da vida de Wells, “revirou arquivos, consultou outros membros da sociedade e tentou localizar uma neta de Wells, da qual a RGS tinha um endereço antigo, quase inteiramente em vão”²³⁵. Os dados substanciais da carta constam de um texto de duas páginas “Notas biográficas sobre o autor”, que sucedem o relato em forma de apêndice.

Fora isso, o que sabemos acerca do viajante nos é oferecido pelos apontamentos do próprio autor em seu relato pelo Brasil, apontamentos que, mesmo sob o signo da brevidade, do imediato e irrefletido, permitem verificar que por eles “a personalidade de Wells emerge muito claramente em seu livro”²³⁶. É seguindo essas pistas dispersas e aparentemente obscuras, mas que para nós se fazem feixes de luz, que tentamos construir para ele uma nota biográfica que permita distinguir em sua escrita o esboço do perfil do futuro autor de *A voz de Urbano: um romance de aventura na Amazônia*²³⁷.

²³⁴ MARTINS, in WELLS, 1995, v. 2. p. 322.

²³⁵ MARTINS, in WELLS, 1995, vol. 2, p. 322.

²³⁶ Cf. HILL, 1995.

²³⁷ Sobre esse romance, Christopher Hill comenta: “Em 1888, Wells publicou um romance, *The voice of Urbano: a Romance of Adventure on the Amazons*. [*A voz de Urbano: um Romance de Aventura na Amazônia*]. A cópia que li na Biblioteca Bodleiana de Oxford permanecerá lá por mais de um século com suas páginas sem cortar. Não é, admita-se, um grande romance. Baseia-se substancialmente nas próprias viagens de Wells ao Brasil, o que é natural, embora os acontecimentos do romance tenham lugar em um ponto mais ao norte do que o que Wells atingira. A história diz respeito a negociantes estrangeiros em busca de borracha. No decorrer do romance, surge um interesse amoroso, e os estrangeiros – em seu próprio interesse – provocam uma revolta dos índios. Uma sentença final resume a meta subsidiária do romance, idêntica àquela de *Três mil milhas através do Brasil*: duas coisas o herói ‘tinha sempre em mente – a negligenciada riqueza vegetal natural daquelas regiões selvagens

Na falta de dados biográficos, é através do retorno de Wells ao seu texto “a título de convidado”, (para lembrar os termos de Barthes 1988, recuperados por Souza 2007)²³⁸, que podemos desenhar um perfil para esse bom vitoriano. Durante todo o trajeto do viajante inglês, pudemos perceber pela leitura de *Três mil milhas através do Brasil* que quando o relator trata de temas pessoais ou sociais realizando seus palpites, apontamentos, descrições e lampejos críticos, pode-se visualizar que a textualização da sua experiência com os espaços e tempos disjuntivos da Inglaterra e do Brasil no século XIX permite a James Wells inscrever em seu livro opiniões que oscilam entre a posição de vitoriano colonizador e a posição de observador estarecido com a paisagem e modos de vida singulares do Novo Mundo.

Relembre-se que o cenário inglês do século XIX que deu formação a James W. Wells é aquele que Bhabha recupera ao retomar o processo de colonização da Índia pela Inglaterra, circunstância em que os ingleses fabricaram em sua colônia uma imagem pautada pela superioridade de sua linhagem, em detrimento da imagem dos nativos que, por vezes, sublevavam-se em tom revoltoso contra a colonização. Essa imagem, lembra Bhabha, é epitomizada pela elevação por decreto da rainha Vitória à condição de Imperatriz da Índia. Bhabha recorda ainda que, ao mesmo tempo em que essa “imagem-máscara” é fabricada pelos ingleses na Índia, “na Europa a Inglaterra se vangloriava de ser uma nação e uma cultura moderna, berço do liberalismo democrático europeu e seguidora dos ideais das filosofias iluministas e humanistas do século XVIII”²³⁹. Assim, ao mesmo tempo em que a Inglaterra constituía a imagem de uma nação moderna no âmbito do continente europeu, na Índia, a Inglaterra produz uma “mímica de si mesma numa tentativa desenfreada de convencer a si própria e aos indianos de sua suposta superioridade cultural e política”²⁴⁰.

No texto de Wells, a indeterminação e o ruir do discurso colonial podem ser lidos por toda parte. Através da recuperação de uma breve passagem do seu relato de viagens é possível verificar a mesma contradição da modernidade em dar linearidade a seu discurso e operar o anseio de totalização que se arroga capaz de levar a cabo. Essa impossibilidade da narrativa científica pautada pelo rigor objetivo é representada na citação abaixo pela dificuldade do engenheiro-viajante inglês em textualizar sua experiência sem ceder aos desvios que aí se impõem. Verifique-se o fragmento:

e o poder latente que existia entre os índios, que necessitavam apenas de tratamento justo e humano para se tornarem cidadãos úteis ao Império’ (p. 379). HILL, 1995, p. 30-31.

²³⁸ BARTHES, R. *O rumor da língua.*, p. 76. *apud* SOUZA, *Tempo de pós-crítica*, 2007, p. 20.

²³⁹ MENEZES DE SOUZA, 2004, p. 122.

²⁴⁰ MENEZES DE SOUZA, 2004, p. 122.

eu pretendia a princípio escrever uma obra versando mais genericamente sobre o País, e de forma mais abstrata; mas o tema é tão vasto, e existiriam tantos desvios opostos de qualquer linha precisa e firme que eu pudesse traçar da natureza do País e do seu povo, que o resultado de um tal esforço seria necessariamente enganoso e insatisfatório. Consequentemente, adotei a conduta de tentar delinear o aspecto de uma dada feição do País com suas sempre variadas cenas e diferenças de clima, os incidentes da vida dura no interior e as muitas 'formas e condições' de humanidade encontradas pelo caminho²⁴¹.

Na introdução ao seu relato, Wells tenta se posicionar no local de um sujeito crítico às suas próprias memórias e ainda que não tenha se dado conta da profundidade das questões que a introdução do seu relato tangencia, é possível identificar agudos problemas que hoje são colocados em relação ao seu tempo, problemas que recorrentemente giram em torno de um específico, qual seja: como pode o sujeito manter um distanciamento rigorosamente científico em relação ao seu objeto de estudo? Não obstante a sua pouca ou nenhuma consciência sobre esse problema, Wells parece pressentir que a dificuldade em textualizar sua viagem pelo Brasil torna-se ainda maior, uma vez que o objeto em questão são suas próprias recordações relatadas em seu diário de viagens, escrito para dar conta da textualização da paisagem e dos modos de vida singulares do Novo Mundo, àquela época, ainda não plenamente desvendados pelos europeus. Sabe-se hoje que essa sua posição de sujeito e objeto do conhecimento, assumida em seu texto introdutório, reporta à grande problemática que permitiu ao século XIX conduzir-nos à modernidade e choca-se com outros grandes problemas modernos, tais como: de que forma representar a experiência? Qual distanciamento manter em relação a essa representação?

Nesses termos, a recuperação da passagem pertencente ao texto introdutório dos relatos de viagem de Wells permite recuperar também problemas subjacentes ao imaginário moderno europeu dos fins do século XIX, tais como: a partir de qual lugar de enunciação a narrativa da experiência torna-se possível e legítima? Como, tendo em vista a natureza e ordem das coisas de um novo mundo, conferir valor de verdade ao narrado, sem se esquivar do imperativo de tingir tais coisas com as cores que lhe são peculiares?

A esta altura do século XXI, recuperar passagens da produção do saber moderno como essa passagem do texto de Wells e levantar questões que permitam desconstruir o discurso legitimador que a elas subjaz, pondo em evidência o que é dito e o que é recalcado em tal discurso, contribui para pôr em evidência também a fragilidade que vige no interior das

²⁴¹ WELLS, 1995, v. 1, p. 33.

normas anunciadas pela própria modernidade, normas estas que cnicamente regem a produção de conhecimentos no âmbito da própria modernidade²⁴².

Pode-se inferir da citação de Wells, quando este chama atenção para as formas em que tencionou escrever seus relatos, o confronto das duas formas de saber enfocadas por Lyotard. Essas formas já se encontravam em constante embate ao fim do século XIX, denunciando a fragmentação do homem no âmbito da modernidade, a despeito do esforço da própria modernidade de unificar não apenas a imagem do homem, mas também o seu pensamento. A primeira forma de saber que se infere do pensamento de Wells, a do saber científico, a mais genérica e “mais abstrata”, eleita de início pelo bom vitoriano para a textualização de sua experiência, remete o leitor aos resquícios de um esforço científico em tornar as coisas rigorosamente ordenáveis, mensuráveis e passíveis de racionalização, esforços que remontam ao iluminismo que dá formação ao viajante. A segunda, a forma do saber narrativo, em que a tentativa de “delinear o aspecto de uma dada feição do país”, que, diga-se, ingressa na textualização de forma contingente, subtrai de seu relato o rigor científico, a abstração científica do saber e do olhar do pesquisador positivo e se volta para o gesto de “permanente construção do objeto de análise”²⁴³. Ao optar pela segunda forma, sob a justificativa de que a primeira lhe parecia demasiado “enganosa e insatisfatória”, Wells põe em evidência um problema geral referente à mutação nas estruturas de racionalidade postas em prática na modernidade, problema que Vladimir Safatle denuncia, contemporaneamente, como sendo da ordem do cinismo e da falência da crítica²⁴⁴. Afinal, a constatação de Wells permite provar que relatar uma experiência vivida com pretensões de que seu relato se tornasse rigorosamente científico, abstrato e genérico põe em evidência as restrições de tal anseio de totalização. A partir daí é possível inferir que há um modo cínico de funcionamento da razão totalizadora, que põe em evidência a crise de legitimação do grande relato e de erosão da substancialidade normativa da ciência, revelando a insuficiência dos modelos de que dispõe para dar conta da realidade que pretende textualizar.

Parece ser esta uma boa hora para lembrar Adorno em *Mínima Moralia*, quando de sua afirmação: “a modernidade é uma categoria qualitativa, não cronológica”: essa frase permite que se recupere o fato de que o conceito de moderno, ainda que inscrito num conjunto de acepções mais ou menos fixas, relacionadas à noção de novidade e progressão, está em permanente reconstrução, fazendo-se categoria alternativa, líquida, deslocada nos diversos

²⁴² Cf. SAFATLE, 2008.

²⁴³ SOUZA, 2004, p. 56.

²⁴⁴ Cf. SAFATLE, 2008.

espaços e tempos em que se desenvolve. Continuando o seu pensamento sobre as moralidades mínimas, segue o crítico alemão: “quanto menos [a modernidade] se deixa persuadir pela forma abstracta, tanto mais necessária lhe é a renúncia à composição convencional de superfícies, à aparência de harmonia, à ordem confirmada pela mera cópia”²⁴⁵. Os desvios à forma abstrata, ainda que fujam “completamente aos objetivos que o autor se traçara”, e aconteçam “dentro do texto como corpos estranhos, impondo um desvio ao curso principal determinado por uma visão de mundo que faz tudo para ignorá-los”²⁴⁶ permite a Wells, abandonar uma exposição das superfícies da paisagem brasileira, ao contrário do que fizeram muitos dos seus pares, viajantes estrangeiros, e averiguar com maior minúcia as “muitas formas e condições de humanidade encontradas”²⁴⁷, o que lhe parece, fundamentalmente, mais honesto e exequível. Assim, “da mesma maneira que transforma aquilo que vê, o olhar do estrangeiro sofre todo um reajuste por parte do que é visto, e que interfere em seu campo de visão deslocando sua mira para fora do foco pretendido”²⁴⁸.

Dessa segunda alternativa, pode-se inferir claramente o espaço de escrita de Wells no âmbito da produção do seu tempo, uma vez que dela pode-se depreender com mais clareza a relação entre experiência e saber, uma relação que nos relatos de Wells não é olvidada como o foi em tantos outros textos, em virtude do processo de apagamento do sujeito no âmbito da forma de saber científico em que prima o rigor da objetividade. Veja-se que a articulação de ideias, a construção sintática e textual, a correção linguística, conforme um parâmetro modelar, denunciam o lugar de onde fala Wells, qual seja: um engenheiro, detentor de um especializado conhecimento técnico-científico, que se investe da posição de escritor, que relata à sua pátria as aventuras vividas na América, levadas a cabo para a perseguição dos interesses de seu país. Frise-se que Wells produz um relato para a perseguição de esclarecimentos acerca do novo mundo que tem às vistas, esclarecimentos estes que permitirão a posterior produção de novas formas de dominação e dependência dos brasileiros pelos europeus, sobretudo ingleses. Veja-se que mesmo que Wells assuma esse local de enunciação, o relator não deixa de confessar a impossibilidade de se traçar “qualquer linha precisa e firme” acerca da natureza do país e de seu povo. Nessa perspectiva, Wells ver-se-á ocupando, por inúmeras vezes um “entre-lugar” (para lembrar o termo de Santiago), uma posição fronteira entre rigor técnico-científico e subjetividade. Assim, ainda que não abandone as descrições físicas e objetivas acerca dessas terras, Wells ver-se-á impelido a não

²⁴⁵ ADORNO, 1993, p.112.

²⁴⁶ ÁVILA, 2008, p. 109.

²⁴⁷ WELLS, 1995, v.1, p. 34.

²⁴⁸ ÁVILA, 2008, p. 109.

deixar escapar “a encenação de histórias e a dramatização de enunciados, procedimento que revitaliza a dimensão experimental e provisória do relato de experiência, por se distinguir do caráter demonstrativo e fechado dos tratados”²⁴⁹. Nesses termos, se Wells vê diante de si a impossibilidade de uma descrição objetiva, sua descrição subjetiva lhe fala em alto e bom som conferindo aos relatos uma forma narrativa e ensaísta que se inscreve na ordem do “precário e inacabado”²⁵⁰.

Assim, ainda que Wells não tenha se dado conta da amplitude desses adjetivos que utiliza para caracterizar o relato objetivo, a lembrar: “enganoso e insatisfatório”, na contemporaneidade é possível observar a pertinência desses adjetivos para a caracterização do anseio de totalização do conhecimento, anseio tão caro à modernidade. Afinal, foi esse necessário confronto com o moderno um dos propulsores da cultura ocidental à nossa atual condição pós-moderna. Não obstante, nem por isso podemos concordar com Wells ao fim da escrita de sua jornada quando este a avalia como “longa e tediosa”. Ao contrário do “que benção!” que Wells diz “ouvir o leitor dizer”, acreditando que “ele o diria ainda com mais fervor se tivesse tido de compilá-la”, exclamamos aqui, do outro lado da modernidade: “que sedutores relatos!”, “que escrita elegante!” e, finalmente, “que pena haver tão pouco aproveitamento de uma matéria tão substancial para a operação da revisão crítica do discurso da modernidade!”.

Conclui-se que o breve fragmento da introdução de Wells acima recuperado permite verificar que, por um lado, seu texto introdutório dialoga com os diversos enunciados que advêm de seu tempo e espaço de enunciação, como prevê Bakhtin. Por outro lado, no mesmo gesto com que se inscreve em seu tempo, dialogando com ele, o relato de Wells se projeta também para o futuro, favorecendo sua recuperação em outros tempos e lugares, haja vista que

nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado: a compreensão ativamente responsiva do ouvido (...) pode realizar-se imediatamente na ação (...), pode permanecer de quando em quando como compreensão responsiva silenciosa (...), mas isto, por assim dizer, é uma compreensão responsiva de efeito retardado: cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte²⁵¹.

²⁴⁹ SOUZA, 2000, p. 20.

²⁵⁰ SOUZA, 2004, p. 56.

²⁵¹ BAKHTIN, 2003, p. 272.

Parece evidente que é essa compreensão de efeito retardado, em outros termos, essa “delonga na resposta”²⁵², a consciência tomada *a posteriori* dos verdadeiros e representativos signos da história que Ávila, na trilha de Süsserkind, tem em vista ao afirmar que “vários autores da literatura mineira do período pós-colonial escreveram seus títulos em caráter de resposta ou mesmo sob a influência dos relatos estrangeiros sobre Minas Gerais”. Aqui é possível ver um outro sintoma do atraso na tomada de consciência dos signos da história por parte do Ocidente, a que Bhabha aludiu, e que recuperamos anteriormente.

Se à época da compilação de seus relatos de viagens, os viajantes estrangeiros que aportaram no Brasil não se deram conta da amplitude de seus escritos para a interpretação das formas de vida no país e se do mesmo modo o receptor de tais escritos não havia se conscientizado imediatamente de tal importância, passando os relatos de viagens pudorosamente pela história, os escritores brasileiros do período pós-colonial, ao encontrar em tais relatos interlocutores em potencial para sua escrita ficcional, operam a estratégia de deciframento aludida por Foucault, trazendo à tona acontecimentos “aparentemente sem significado nem valor” que ocupam uma posição fora dos grandes acontecimentos históricos, mas que são de rara importância para o cosimento do tecido histórico, como também o fez Jorge Luiz Borges.

Não por acaso, é nessa perspectiva que Ávila, em *O retrato na rua*, encontrou nos relatos de Wells um interlocutor em potencial para Riobaldo. A partir desse achado de rara importância para a recente interpretação do romance, pode-se verificar que quando Wells pergunta “é aqui o Sertão?”²⁵³, sua pergunta ressoa aos ouvidos de Riobaldo que, ao repeti-la, num tom que, menos que imitação, faz-se arremedo crítico, responde em sua faceirice de interlocutor sofismado de ladino: ‘lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho da autoridade (...). Esses gerais são sem tamanho’²⁵⁴.

Se em *Ésquilo*, de sua revisão dos parâmetros norteadores do drama então postos em prática não se pode provar a sua consciência da dimensão do ato que praticara, em Rosa, este, ao inscrever em seus textos uma invenção dos parâmetros pelos quais as obras literárias tradicionais foram pautadas, concomitantemente, inscreve em seus textos uma posição revisionista do projeto da modernidade, colocando-lhe desafiadoras questões. Tal revisão

²⁵² ÁVILA, 2008.

²⁵³ WELLS, 1995, v.1, p. 204.

²⁵⁴ ROSA, J. G. *apud* ÁVILA, 2008, p. 107.

torna-se por dizer, ainda mais sintomática da crise dos fundamentos da modernidade, uma vez que evidencia as contradições da modernidade e do modernismo à época mesma do alto-modernismo (Moriconi)²⁵⁵ e pelos próprios frutos da produção artística desse período.

Ao contrário do que ocorre no clássico texto de Ésquilo, essa consciência revisionista é norteadora das inquisições rosianas e borgianas e aí é preciso apontar para a correspondência do tempo histórico em que se inscrevem ambos os autores, qual seja, as modernidades tardias, nos termos de Stuart Hall. Ambos os escritores, ao escreverem sobre seu tempo, nele se inscrevem, colocando o homem em confronto com a Idade Moderna, esse mesmo período que lhe permitiu ao final do século XVIII e início do século XIX tornar-se num ato duplo sujeito e objeto do seu próprio conhecimento.

Bhabha já observara que a “cultura como lugar enunciativo, promulgador” é capaz de abrir “a possibilidade de outros ‘tempos’ de significado cultural (retroativo, prefigurativo) e outros espaços narrativos (fantasmático, metafórico)”²⁵⁶. Considera-se que Rosa, ao colocar em perspectiva a agência subalterna, inscrevendo em sua narrativa moderna e pós-colonial a sua resposta ao século XIX e ao discurso colonial, em que o sertanejo e, em especial o jagunço, permaneceu emudecido, reinventa a lógica “fantasmática, metafórica” inscrita nesse espaço-tempo. A partir daí, a escrita rosiana torna possível a representação ideal de “um processo pelo qual outros objetificados possam ser transformados em sujeitos de sua história e de sua experiência”²⁵⁷.

Tendo surgido às margens da modernidade e da modernização peculiares à Europa, o texto de Rosa põe em questão a problemática do descompasso entre as ideias modernizantes e o processo de modernização da América Latina, demonstrando como tais ideias residem nesse espaço-tempo “fora do lugar”, para voltar ao termo de Schwarz²⁵⁸. Constata-se da leitura dos mesmos que se, mesmo vivendo o processo de modernização e a aplicação das ideias do progresso contínuo da humanidade no solo Europeu, o ser humano não pode continuar a acreditar na continuidade de tal progresso, como já foi aludido por Musil, em solo latinoamericano. Esse descompasso produzido pelo anseio da modernização sem a implantação efetiva de tal projeto só poderia conduzir ao fim das ilusões dos mais esclarecidos e ao reforço do sentimento de subdesenvolvimento pelos mais dependentes do *modus vivendi* europeu. Se os últimos continuaram desolados por tal sentimento, os primeiros fizeram do fim das ilusões um motivo para colocar em prática uma nova leitura do

²⁵⁵ MORICONI, 2004.

²⁵⁶ BHABHA, 2007, p. 248.

²⁵⁷ BHABHA, 2007, p. 248.

²⁵⁸ SCHWARZ, 2000.

modernismo, pondo em revista seus fundamentos, sobretudo suas bases contraditórias, de forma a atualizar sua prática artística e crítica, quer estejam estas últimas escritas em textos críticos ou em produtos artísticos.

Como não foi possível a Rosa responder à acusação indireta de Sússekind de que vários autores do período pós-colonial foram influenciados pelos relatos dos viajantes, tal qual o fez Mário de Andrade com a publicação no *Diário Nacional* de sua resposta ao então amigo Raimundo Moraes, por ocasião da negativa de Moraes sobre os boatos de que *Macunaína* seria tributário dos relatos do viajante alemão Koch-Grünberg²⁵⁹, a partir dos textos de Ávila, que tratam da interlocução entre *Três mil milhas através do Brasil* e *GS:V*, é possível apontar vários fragmentos denunciadores da interlocução que Rosa opera com os textos dos viajantes europeus, sobretudo, com relação ao diário de viagem aqui em foco.

O diálogo que aqui se cogita entre o romance rosiano e o relato de Wells, não se deve por termos comprovado a leitura de Rosa do texto de Wells, muito embora não descartemos essa possibilidade em virtude das várias viagens que Rosa fez à Inglaterra e em virtude da sua incansável consulta bibliográfica realizada em bibliotecas brasileiras e estrangeiras. Entretanto, como não possuímos provas concretas e objetivas da leitura de Rosa do texto de Wells, o que podemos afirmar até este momento é que, uma vez que Rosa e Wells foram ambos leitores vorazes de relatos de viagens, o que por parte da crítica rosiana atual é indiscutível, e o que por parte de Wells pode-se comprovar pelas referências que faz aos seus pares ingleses, esses mesmos autores puderam comungar do tratamento de elementos e temas em seus textos. Tratamento que recebe tons distintos pelo conjunto de referências discursivas apropriadas por um e outro em seus respectivos locais de cultura.

Em Rosa, essa interlocução é reveladora do processo de transculturação do texto estrangeiro para o produto cultural brasileiro, antropofagicamente. A prática aí desenvolvida por Rosa põe em evidência a profícua dialogicidade operada no romance rosiano, capaz de desafiar não apenas o narrador dos relatos de viagens, como, também, e de forma monumental, o projeto da modernidade interrogando-os sem, contudo, fornecer qualquer resposta que não se apresente como provisória e/ou ultrapasse o nível do contingente.

²⁵⁹ Por curiosidade, retomemos as palavras de Mário de Andrade: “Copiei, sim, meu querido defensor. O que me espanta e acho sublime de bondade, é os maldizentes se esquecerem de tudo quanto sabem, restringindo a minha cópia a Koch-Grünberg, quando copiei todos. E até o sr., na cena da Boiúna. Confesso que copiei, copiei às vezes textualmente. Quer saber mesmo? Não só copiei os etnógrafos e os textos ameríndios, mas ainda, na Carta pras Icamíabas, pus frases inteiras de Rui Barbosa, de Mário Barreto, dos cronistas portugueses coloniais, e devastei a tão preciosa quão solene língua dos colaboradores da *Revista de Língua Portuguesa*”. ANDRADE, Mário, A Raimundo Moraes. *Diário Nacional*. São Paulo, 20 set. 1931; *Notas diárias*. Mensagem, a. 2, nº 26. Belo Horizonte, 24 jul. 1943, apud LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Nos caminhos do texto*. Disponível em http://www.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/filologica/filologic_6.pdf Acessado em 15.02.2010.

Em Wells, sua escritura evidencia que sua passagem pelo Brasil, atravessando-o do Sudeste ao Norte, permitiu uma reorientação do olhar do estrangeiro. Reorientação esta que o coloca entre duas posições: a de inglês vitoriano e a de um viajante solitário pelos confins de um país estrangeiro. Essa posição ambivalente faz com que Wells se veja na obrigação de manter relações mais ou menos duráveis com os rudes sertanejos que encontra pelo caminho, criando situações que ora revelam sua soberba inglesa, ora flagram apologias ao sertanejo e suas formas de vida por ele mesmo execradas.

Se a passagem do texto introdutório de Wells permite-nos flagrar a impossibilidade da narrativa científica, o romance de Rosa, ao recuperar o mesmo “desemendo” da narrativa científica em que a narração funciona como um lapso, oferece respostas desafiadoras ao viajante inglês, como se pode ver na passagem abaixo:

O senhor não me pergunte nada. Coisas dessas não se perguntam bem.

Sei que estou contando errado, pelos altos. Desemendo.(...) E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. (...) Sendo isto. Ao doido, doideiras digo. Mas o senhor é homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda. Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredzinhas. O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.(...) Ou conto mal? Reconto (...) Conto para mim, conto para o senhor. Ao quando bem não me entender, me espere²⁶⁰.

Por um lado, o texto de Wells permite perceber que a transposição para o solo latinoamericano dos pressupostos da tradição logocêntrica europeia não será feita sem a negociação da legitimidade dessa tradição outrora operada pelos vitorianos, estes aqui entendidos como povo que “difere completamente daquele que está implicado nos saberes narrativos tradicionais”²⁶¹, consistindo-se naquele *outro* que é “o nome do herói”, aquele que faz do “sinal da legitimidade” o seu consenso, que delibera suas normas e as aperfeiçoam, tais e quais os cientistas revisam as regras do seu consenso “à luz dos seus conhecimentos produzindo novos paradigmas”, um povo que acumula as leis civis, como os cientistas acumulam as leis científicas²⁶².

Por outro lado, a leitura realizada por Rosa da tradição literária dos relatos de viajantes estrangeiros permitiu ao autor a instauração de um diálogo com esses relatos em que

²⁶⁰ ROSA, 2001, p. 131.

²⁶¹ LYOTARD, 2002, p. 55.

²⁶² LYOTARD, 2002, p. 55.

os sistemas de valores estrangeiros que a eles subjazem, divulgadores do discurso colonialista centrado na ideia de atraso sócio-cultural é confrontado com o sistema de valores da tradição estética modernista brasileira, em que Rosa se inscreve como escritor e humanista, preocupado em operar uma desconstrução positiva do discurso colonial, revelando a positividade da identidade cultural brasileira capaz de sofisticar seus produtos tendo por princípio a valorização do elemento nacional, autóctone, sem entretanto descartar o elemento estrangeiro, mas sim incorporando-o ao produto artístico nacional através da tradução cultural. Considera-se que, no âmbito da literatura, a tradução/traição da tradição dos relatos de viagem operada por Rosa é significativa para a afirmação da capacidade inventiva desse escritor brasileiro, capaz de impor desvios aos modelos estrangeiros imitados, uma vez que permite a construção de textos que operam um aproveitamento de potencialidades estéticas e de sentido, desenvolvendo produtos dotados de significância para a cultura brasileira.

II.2.2 – TRÊS MIL MILHAS ATRAVÉS DO BRASIL E SEU TEMPO

Se no continente europeu do século XIX saltam aos olhos dos leitores de periódicos e obras literárias a imagem da locomotiva, símbolo da aceleração do tempo e se nesse mesmo continente os autores de ficção imprimem na arquitetura de suas narrativas a velocidade do compasso do homem moderno que é ficcionalmente representado, também nos diários de bordo, o viajante assim o faz. E como nos relatos desse período a veracidade é uma exigência, seus autores logo são tomados como heróis, por excelência, e logo, narradores possíveis, pois que viajando sempre têm muito a contar.

No Brasil da segunda metade do século XIX, Machado de Assis irá operar tanto uma crítica pontual ao descompasso do projeto modernizante em terras tupiniquins quanto um “desarme prosaico e irrefutável à heroização aventureira do viajante”²⁶³, denunciando a já incongruente celebração de tal figuração em narrativas brasileiras. Esse desarme, somado ao confronto com a imagem do narrador tido como um “eterno Adão”, bem como a sua “imersão igualmente sistemática [...] nesses solventes de que tentara se escapar, com truques diversos, a prosa romanesca brasileira da segunda metade do século XIX: o tempo, o ridículo, a mobilidade interna”²⁶⁴ torna o perfil do narrador machadiano distinto do narrador que até então figurou na prosa literária escrita neste país. O narrador de Machado de Assis é capaz de redefinir “a idéia mesma de viagem que percorre tais figurações tão frequentes na prosa de

²⁶³ SÜSSEKIND, 2000, p. 261.

²⁶⁴ SÜSSEKIND, 2000, p. 261.

ficção brasileira do século passado”²⁶⁵. Em diversos de seus textos publicados, sobretudo durante e após a escrita de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis capta a consciência histórica da sociedade brasileira do século XIX num entrave fulcral entre uma insurgente república e seus primeiros traços de modernidade e um decadente regime colonial estigmatizado pelo signo do atraso.

Flora Süssekind informa que é “nas páginas da *Revista Brasileira*, de *A semana* e de *A Estação*”²⁶⁶, em que circulam os textos machadianos no século XIX, que se pode assistir sistematicamente à “corrosão” da figuração inicial do narrador da ficção brasileira²⁶⁷. Em “A Semana” publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, ao realizar suas incursões semanais pelas “grandes questões nacionais e a pobre ocorrência do nada”²⁶⁸, Machado de Assis aborda sistematicamente as contradições do projeto moderno no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Nessa perspectiva, a imagem dos bondes cariocas será uma figurinha repetida em diversas crônicas desse período, seja a imagem do velho bonde de tração animal, seja a imagem dos bondes elétricos, cuja primeira linha foi inaugurada em 09 de outubro de 1892, ligando o bairro do Flamengo ao centro histórico da cidade. Em suas abordagens, Machado destaca a peculiaridade dos bondes cariocas de remodelar o espaço urbano brasileiro – menos reorganizando-o do que promovendo-lhe o caos – e nessa representação um enfoque substancial é dado às relações sociais que por ele também são remodeladas. Não são poucos os comentários que podem ser verificados na obra desse autor, especialmente nas crônicas, acerca da convivência nada harmoniosa entre bondes elétricos, bondes de tração animal, carroças, cavalos, burros, elites intelectuais e econômicas, comerciantes, estrangeiros e subalternos. Elisa Amorim Vieira, em *Cafés, Bondes e Carnavais*, recorda que

as contradições entre a cidade velha e a moderna passam a ser o grande tema de diversas crônicas, especialmente as que comentam as viagens nos bondes de tração animal. O ritmo dessas viagens, entrecortado por inúmeras interrupções, propicia conversas, desconversas, divagações e devaneios que contaminam o texto do *passeante cidadão* e o levam a refletir sobre o advento das máquinas e dos novos costumes, assim como sobre a perda de uma vivência do tempo que propiciava o encontro, a *conversa fiada* e o exercício da observação²⁶⁹.

²⁶⁵ SÜSSEKIND, 2000, p. 264.

²⁶⁶ SÜSSEKIND, 2000, p. 273.

²⁶⁷ SÜSSEKIND, 2000, p. 273.

²⁶⁸ ASSIS, 1996, p. 85. Crônica de 10.07.1892.

²⁶⁹ VIEIRA, 2007, 75-81.

Acerca dos bondes movidos por tração animal, a crônica de 21 de outubro de 1889 permite recuperar uma cena curiosa e corriqueira do cotidiano carioca:

Se o *bond* é dos que têm de ir por vias estreitas e atravancadas, torna-se um verdadeiro obséquio do céu. De quando em quando, pára diante de uma carroça que despeja ou recolhe fardos. O cocheiro trava o carro, ata as rédeas, desce e acende um cigarro; o condutor também e vai dar uma vista de olhos ao obstáculo. Eu, e todos os veneráveis camelos da Arábia, vulgo passageiros, se estamos dizendo alguma coisa, calamo-nos para ruminar e esperar²⁷⁰.

Os apontamentos de Vieira permitem verificar como Machado “interliga o dia-a-dia da cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX ao espaço mais amplo da tradição literária ocidental, comenta as inovações tecnológicas, as mudanças de costumes e a transformação da cidade”²⁷¹. Seus narradores não negam as dívidas desse escritor com um certo “espírito do tempo” que subjaz ao ânimo dos escritores ocidentais. Nessa época não é raro que escritores de diversos países do ocidente tomem as ruas como objeto de investigação e matéria-prima de suas criações. Vieira lê este fato como uma especificidade literária que Benjamin captou de forma monumental em suas teses acerca da figura do *flanêur*, figura que, como se sabe, se compraz em observar demoradamente os cidadãos em suas atividades cotidianas, advindo daí uma escrita cuja técnica de apreensão e representação da realidade e experiências tem por característica o registro da vida moderna do século XIX: a *flanêrie*.

Baudelaire, cuja poética será ineditamente analisada por Benjamin como obra representativa da técnica descrita, descreve o cotidiano de Paris, que à sua época constituía-se na capital da utilidade fútil, com seus cafés, bulevares, salões e avenidas frequentados por uma sociedade de espírito esqualido, cultivadora de uma estética do efêmero. O que Baudelaire registra é o cidadão francês preocupado com a experimentação do espaço e que traz no espírito o sentimento de perda de sentido da vida aguçado pela falência de um sistema de valores centrais e decadência da sociedade moderna.

Edgar Allan Poe, escritor do qual Baudelaire será o primeiro tradutor para o francês, na América do Norte, registrará também esses movimentos tortuosos da sociedade moderna. Entre os seus textos, *O homem da multidão* (1844) torna-se representativo por tematizar a paisagem e massa urbana de uma outra metrópole cuja modernização será o protótipo das inúmeras outras capitais do mundo inteiro: Londres. Como observou Benjamin, “o texto de Poe torna inteligível a verdadeira relação entre selvageria e disciplina. Seus

²⁷⁰ ASSIS, *apud*, VIEIRA, 2007, p. 78.

²⁷¹ AMORIM, 2007, p. 76.

transeuntes se comportam como se, adaptados à automatização, só conseguissem se expressar de forma automática. Seu comportamento é uma reação a choques”²⁷².

Machado de Assis, por sua vez, descreve aspectos de uma cidade americana: Rio de Janeiro: situada nos trópicos e submetida ao ritmo latino do processo de modernização. No Rio, Machado encontra mais uma possibilidade de descrever em tom lírico, otimista e nostálgico - alguns dos últimos resquícios da sua fase romântica – os traços do provincianismo peculiar à Rua do Ouvidor. Relembre-se que essa rua consiste num tema caro em seu ofício de cronista. A observação machadiana é marcada pelo minimalismo daquele que aprendeu a olhar as coisas menores e tirar delas seus proveitos. “Beneditino da história mínima” que é e “cavouqueiro da expressão oportuna”, seu exercício o obriga a viver “seis dias a espreitar os sucessos da rua, a ouvir e palpar o sentimento da cidade”²⁷³. Nesses anos em que assina a coluna de crônicas da *Gazeta*, seu olhar e consciência crítica lhe permitirá realizar alguns dos mais importantes apontamentos da época para a produção da crítica “pensadora, sincera, perseverante, elevada”²⁷⁴, idônea e urbana que se fazia sobre o Brasil daqueles tempos. Seu ofício de cronista consiste num exercício de afastamento diário da crítica que prolifera à época, qual seja, aquela exercida por partidários da adulação e da simpatia ou como diria mais tarde, motivadas pela “sede da nomeada”²⁷⁵.

Desses escritores canônicos aproximemos aqui o nosso pouco conhecido viajante vitoriano James W. Wells. Wells, por sua vez, traz na memória a imagem de Londres, capital mundial do desenvolvimento industrial, berço do primeiro capitalismo, contraditoriamente avançado e selvagem; superpovoada, injusta e repugnante, com seus 2,5 milhões de habitantes indiferentes, egoístas e mesquinhos. Ao viajar pelo Rio de Janeiro, no século XIX, Wells notará o contraste entre as cenas e tempos disjuntivos da capital inglesa e da capital brasileira. De sua temporada no Rio, podemos recuperar uma cena familiar à cidade carioca daquele tempo, uma cena que nos remete às crônicas machadianas:

Para o principiante, a cena toda é de uma novidade atordoante; imagens, sons e odores estranhos apresentam-se-lhe de todos os lados. Entramos na Rua Direita, com sua sequência de lojas e casa encardidas com sacadas, quase sempre diferentes umas das outras; aqui há deveras confusão: filas de bondes encontram-se bloqueadas, enquanto um carro de bois descarrega sua carga em alguma loja; os condutores dos bondes apelam ao carroceiro para que remova o seu carro; os passageiros enfurecem-se, ou descem e seguem a pé; o carroceiro pára seu trabalho, encara sardonicamente os condutores e, no

²⁷² BENJAMIN, 1994, p. 126.

²⁷³ ASSIS, 1994, p. 30.

²⁷⁴ CF. ASSIS, J. M. M. de. “O ideal de crítico”. In: *Crítica Literária*. v. 29. *Op. cit.*, [1865], p. 12-19.

²⁷⁵ CF. ASSIS, J. M. M. de. “O ideal de crítico”. In: *Crítica Literária*. v. 29. *Op. cit.*, [1865], p. 12-19.

íntimo, rejubila-se com a oportunidade de causar tumulto; segue-se uma discussão, o *Billingsgate** é aplicado generosamente dos dois lados; enquanto isto, a carroça permanece parada e mais bondes chegam; nenhum policial ativo aparece para dizer: ‘Circulando!’ pois este é um país de liberdade, e o carroceiro livre e independente gasta o tempo que bem lhe apetece²⁷⁶.

[...]

As ruas são sinuosas, velhas e estreitas; congestionamentos de trânsito são constantes; bondes, carros de aluguel, carroças e carruagens comprimem-se continuamente uns contra os outros, e os motoristas têm de desintrincar seus veículos da melhor maneira possível. Os condutores de bonde sentam-se resignada e pacientemente, os passageiros enfurecem-se, os carroceiros vociferam e imprecam²⁷⁷.

Sem o intuito de identificar nesta seção as singularidades literárias de cada um dos autores acima elencados – Baudelaire, Poe, Machado de Assis e James Wells – parece-nos ser possível verificar uma proximidade, ainda que tênue, no exercício de escrita dos mesmos, uma vez que todos eles tematizam o espaço que têm às vistas.

Se Machado de Assis vê no caos do transporte público um “obséquio do céu”, Wells aí enxerga o “*Billingsgate*” londrino. Parece-nos que em ambos os casos, os autores imprimem às cenas as referências discursivas de seus respectivos locais de cultura. Wells, em sua escrita tantas vezes mecânica, aí enxerga “desperdício de tempo e de energia”, quase se esquecendo de que se o tempo acelerou naquele continente de além-mar e por lá moldou o ritmo dos passos dos vitorianos, esse mesmo tempo, nos trópicos, carece do diapasão europeu e dificilmente abandonará seu ritmo latino. No fragmento do Capítulo I de *Três mil milhas através do Brasil*, acima recuperado, vê-se que Wells não perde nessa ocasião a oportunidade de traduzir o clima de desordem dessa “*Bond Street*”²⁷⁸ brasileira.

Por um lado, os apontamentos de Wells se assemelham também às observações do narrador de Poe, em *O Homem da multidão*. Wells imprime em seu texto um caráter detetivesco, numa tentativa de adivinhar através da interpretação do andar, da compleição corporal, da mímica facial, enfim, dos sinais exteriores dos transeuntes da capital, aspectos como a nacionalidade, a profissão, o estrato social, o destino e, ainda que de forma pouco elaborada, investiga as preocupações que trazem dentro de si.

* Nota do tradutor: “*Billingsgate*: Linguagem grosseira ou obscena, mercado de peixes de Londres”. WELLS, 1995, v. 1, p. 43.

²⁷⁶ WELLS, 1995, v.1, p. 43.

²⁷⁷ WELLS, 1995, v.1, p. 50.

²⁷⁸ WELLS, 1995, v.1, p. 45.

Por outro lado, assim como Machado de Assis, Wells enxerga no congestionamento do trânsito carioca um instante para “ruminar e esperar”²⁷⁹ e convida: “olhem para os passageiros nos bondes e para as pessoas que passam por nós na calçada”²⁸⁰. Nesse olhar, Wells realiza um exercício caricato, bizarro e pouco confiável de classificação: distingue pela aparência e indumentária os tipos humanos que observa: os brasileiros são os de “cartola, fraque e colarinhos brancos, devidamente ornamentados com elaboradas correntes de relógio de ouro. Botas imaculadas cobrem seus, normalmente, delicados pés; seu talhe é fino e frágil em geral, e sua tez, na maioria das vezes, é decididamente ‘biliar’”²⁸¹. Já os estrangeiros, Wells os reconhece por sua “indumentária mais fresca e aparência mais saudável”; entre eles, “corretores de todas as nacionalidades, as únicas pessoas que têm pressa na cidade; negociantes, amanuenses, ou comerciantes formam grupos de conversa e bloqueiam o estreito passeio; trabalhadores a pé, ou empurrando carrinhos de mão”²⁸². Wells verifica que a presença das damas é reservada à Rua do Ouvidor, onde estas se apresentam “em toaletes leves de verão, coloridas como borboletas”, misturadas a “homens bem vestidos, tanto nacionais como estrangeiros, políticos, profissionais e negociantes”, em suma, uma “multidão animada, polida e gentil” à inglesa, frequentadora da “biblioteca de empréstimos britânica, uma grande dádiva para os moradores e muito apreciada por eles”²⁸³.

Parece-nos haver aqui uma semelhança entre a construção desse fragmento de Wells – um inglês na América – e a construção de um fragmento do texto de Poe, em *O homem da multidão*, conto no qual o narrador americano contempla a multidão, “perto do final de uma tarde de Outono”, “sentado junto de uma ampla janela do Café D...”, localizado em uma das ruas principais de Londres – de forma similar ao que provavelmente o fez o nosso jovem viajante, não raras vezes – e verifica com seus próprios olhos quão “grande é a diferença entre uma multidão em Londres e na mais frequentada das cidades americanas”²⁸⁴.

Leia-se:

Com o decorrer do tempo, deixei de prestar atenção ao que se passava no interior do hotel e quedei-me absorto na contemplação da cena exterior.

A princípio, as minhas observações tomaram um curso abstracto e generalizante. Olhava os transeuntes em cachos, e considerava-os nas suas relações globais. Em breve, porém, desci aos pormenores e passei a

²⁷⁹ ASSIS, *apud* AMORIM, 2007, p. 76.

²⁸⁰ WELLS, 1995, v. 1, p. 45.

²⁸¹ WELLS, 1995, v.1, p. 43.

²⁸² WELLS, 1995, v. 1, p. 43.

²⁸³ WELLS, 1995, v. 1, p. 45.

²⁸⁴ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

contemplar com minucioso interesse as inúmeras variantes de figura, de traje, de aspecto, de andar, de rosto e de expressão fisionômica.
[...]

Eram sem dúvida nobres, comerciantes, advogados, lojistas, jogadores da bolsa – os eupátridas e o trivial da sociedade –, homens sem ocupação e homens activamente embrenhados nos seus assuntos pessoais, que dirigiam negócios sob sua exclusiva responsabilidade. Não me despertavam grande atenção²⁸⁵.

Muito embora o exercício que o narrador de Poe realiza em “O homem da multidão” assuma uma dimensão muito mais psicologizante, ainda que seu interesse central seja o de investigação do universo interior de um único personagem, o trajeto que o narrador realiza pela multidão rouba-lhe também a atenção para a grande massa e a descrição das formas e condições da humanidade que encontrou pelo caminho é de grande proporção no referido conto. Vemos que assim como em Wells, as observações realizadas pelo narrador de Poe na citação acima não podem ser comprovadas pela simples observação.

Verifica-se no texto de Poe a construção ardilosa da estratégia da verossimilhança entre a vida e a narrativa. Assim como na vida não podemos prever com toda certeza o desenrolar dos acontecimentos, na narrativa não é possível narrar com toda segurança e linearidade. Assim, de início, o narrador de Poe já demonstra ao leitor que havia comprovado que “há determinados segredos que não se deixam desvendar”²⁸⁶, enfatizando a veracidade da afirmação que se faz sobre um determinado livro alemão que “não se deixa ler”²⁸⁷. Poe arquiteta sua narrativa de forma a conduzir o leitor pelas mesmas vias tortuosas pelas quais andou seu narrador, levando também o leitor a perder-se pelas ruas de Londres, enfrentar a multidão e seguir de forma errante e obstinada o seu personagem, até o final do conto, ponto em que efetiva e objetivamente pôde ter essa comprovação. Esse percurso do narrador que o deixa “estranhamente excitado, surpreso, fascinado”²⁸⁸ – que também é o percurso do leitor – recria literariamente a sensação de errância que o próprio narrador sentira e confunde também os passos e cálculos do leitor que efetivamente se apropria de indagações tais como: “que estranha história [...] está inscrita naquele peito!”²⁸⁹ e também acaba por atestar objetivamente as afirmações iniciais somente ao final da narrativa quando também se depara com o velho de figura esfingética. Ao final do trajeto, malgrado o esforço de interpretação aí dispensado, o narrador de Poe descobrirá que o homem o qual persegue “por uma série de caminhos

²⁸⁵ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

²⁸⁶ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

²⁸⁷ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

²⁸⁸ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

²⁸⁹ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

tortuosos”, “recusa-se a estar só”; isso faz com que o narrador conclua que aquele se trata do “homem da multidão”, por excelência²⁹⁰, conclusão que confere circularidade à forma composicional do conto de Poe, retomando o parágrafo inicial do texto em que o narrador já havia nos alertado que, assim como um “certo livro alemão” “não se deixa ler”, “há segredos que não se deixam desvendar”²⁹¹.

Se após a sua peregrinação à procura da história que seu detentor se furta a revelar, o narrador de Poe tem a consciência de que nem tudo pode ser dito, tal consciência escapa a Wells. Wells está longe de perseguir em seus relatos abordagens psicologizantes, apresentando-se muito mais predisposto a recusar-se a entender aqueles que encontra pelo caminho, além de não demonstrar grande habilidade estrutural na construção de seus relatos. Em sua passagem pelo Rio, arrebatado pela arritmia do tempo, desalinhamento das ruas, alvoroço, mestiçagem e excentricidade da gente, miscelânea da arquitetura, opulência da paisagem, explosão de cores, esforça-se por meio da escrita para realinhar a paisagem que tem às vistas, numa tentativa de nela encontrar algo de familiar que lhe permita diminuir a sensação de estranhamento. Se consegue, em lances curtos de visão, enxergar o aspecto moderno da cidade do Rio de Janeiro, em segundos retoma seu caráter pitoresco, seu aspecto de “miscelânea de variedades”, que parece fugir ao seu horizonte de expectativas.

Não obstante essa consciência escape a Wells, a aproximação entre os textos dos dois escritores permite notar que assim como o esforço do narrador de Poe é malfadado o esforço de Wells também o é. O que Wells consegue ler ou executar, longe de trazer clareza ao seu texto, imprime também à sua escrita “tontos movimentos”²⁹². Como o narrador de *O homem na multidão*, a perseguição de Wells não o auxilia a encontrar um caminho seguro para a articulação de suas ideias; permite, isso sim, que o autor encontre-se com aspectos do seu próprio universo, traduzindo o universo brasileiro, para sua língua inglesa. Nesse exercício de perdas e ganhos, ganham seus leitores por aí conseguir ler uma parcela significativa de sua personalidade, ainda que haja aí também muitas coisas que nos escapem, que não podem ser ditas por não se deixarem ler.

Um balanço desse primeiro capítulo que Wells nos lega de suas viagens pelo Brasil permite verificar que é aí que se traduz fortemente o discurso do colonizador estrangeiro aludido por Bhabha. Nesse capítulo fica claro que James Wells não consegue enxergar o ambiente brasileiro sem reduzi-lo ao ambiente inglês, sem traduzi-lo em

²⁹⁰ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

²⁹¹ POE, s/d. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

²⁹² ROSA, 2001, p. 318.

linguagem acessível aos seus pares ingleses vitorianos deixados no continente europeu, os quais constituem o público-alvo de seu texto. Se há um esforço por parte de Wells em registrar os problemas brasileiros do século XIX, esse seu esforço, sequer ensaia uma crítica nobre e consistente, resumindo-se às suas próprias observações e anotações diarísticas sobre generalidades. Wells restringe sua atuação ao objetivo a que se propusera de início: a construção da ferrovia.

Desse modo, em seu relato, vemos que Wells dialoga com a tradição literária e escriturística do Ocidente, mas foge a uma consciência crítica significativa. Assim, se por um lado podemos ver em seus registros características similares ao “Homem da multidão” de Poe, por outro lado, ao descrever o Rio de Janeiro de Machado de Assis, podemos notar que a escrita marcada pelo tom otimista que se lê na crônica machadiana a respeito da realidade do tráfego urbano carioca é substituída pelo pouco paciente humor inglês para a desordem e o alvoroço da praça pública.

É apenas no seu Capítulo II que as duras críticas de Wells ao ambiente urbano brasileiro são relativamente amenizadas. Nesse capítulo Wells narra o momento em que ele e seus colegas de trabalho deixam o Rio e chegam à cidade de Juiz de Fora. É no trânsito entre as duas cidades que Wells finalmente confessa:

Para a maioria dos jovens, a perspectiva de uma vida selvagem de aventuras por uma imensa área de terras comparativamente desconhecidas teria sem dúvida um grande charme, e embora já tivesse estado por alguns anos no Norte do Brasil e visto muito de sua rude vida interiorana, eu não era uma exceção. Estava cheio de entusiasmo e da fascinação das idéias românticas, e disposto a enfrentar quaisquer privações com o espírito de um Mark Tapley*
²⁹³.

[...]

Sinto-me com um sentimento de exultação ao tomar consciência de que finalmente eu estava a caminho de realizar o sonho tão ansiado de minha juventude – uma longa temporada viajando pela região agreste dos trópicos. Receio que Defoe e seu *Robinson Crusoe*, o Capitão Mayne Reid* e outros escritores semelhantes sejam em grande parte responsáveis pelas idéias fantásticas que se criam nas mentes dos jovens, fazem tantos ingleses partirem pelo mundo e nos tornam uma raça tão perambulatória e o Império Britânico tão vasto²⁹⁴.

* N.T.: Personagem do romance *Martin Chuzzlewit*, de Charles Dickens. Acompanha Martin, como seu criado, durante a viagem daquele aos Estados Unidos, com uma disposição inquebrantável de achar tudo ‘divertido’, sejam quais forem as dificuldades. WELLS, 1995, v.1.

²⁹³ WELLS, 1995, v.1, p. 62.

* REID, Thomas Mayne (1818-83) – autor de romances sobre o faroeste americano (N.T.). WELLS, 1995, v. 1, p. 63.

²⁹⁴ WELLS, 1995, v.1, p. 63.

Ao chegar em Juiz de Fora, Wells é capaz de averiguar com mais exatidão a presença de elementos da urbanização ocidental, próprias ao seu universo inglês, caracterizando a paisagem que tem às vistas em um tom mais otimista. Dessa feita, rende elogios à cidade “com o aspecto organizado e próspero de tudo lá”²⁹⁵, como já pudera notar de sua primeira viagem àquela cidade três anos antes. Não obstante, ao deixarem Juiz de Fora, Wells realiza uma anotação que destoa de tudo o que até então vinha sendo descrito. No episódio em questão, as mulas que transportam as bagagens dos viajantes roubam a cena, levando embora a paz da civilização que Wells conquistara a duras penas. Note-se:

devo me alongar um pouco sobre nossa primeira experiência com as mulas, pois elas são ‘bichos’ que constituem um fator considerável em nossas experiências futuras. Quando se as olha, há um tal ar de diabrura latente nelas que, bem no fundo do coração, nós, ou pelo menos eu, não me sentia perfeitamente tranquilo²⁹⁶.

O período acima em que Wells descreve seu encontro com os animais é simbólico do tom sério-cômico que esse episódio trás em seu bojo. O episódio inicia-se com a apresentação de Antônio ao leitor. Antônio era o “guia, criado e amigo”, ‘camarada’, como ele próprio se apresenta para a equipe de engenheiros. O rapaz é encarregado de acompanhar a equipe de Wells na viagem em direção à Barra do Piraí. Logo, o sujeito jovem e de boa aparência “mostra claramente que ele não dá grande importância a seus novos patrões – eles são estrangeiros, ‘bichos’ estranhos, gente ‘do outro mundo’”²⁹⁷. Antônio “arranja” as malas da equipe “com ar profissional nas selas da carga”, utiliza para isso movimentos bruscos de torcer e retorcer as selas às mulas, ignorando não apenas o sofrimento dos animais, mas também o pedido de trégua da equipe que a esta altura já sentia pena dos quadrúpedes²⁹⁸. As mulas, por sua vez, respondiam aos maus tratos com “coice”, “empinos”, “cabriolas” e ameaças de fuga. Antônio, entretanto, ignora suas inquietações e alvoroço e solicita à equipe para subir em suas selas e seguir viagem, equívoco ao que sobrevêm consequências bizarras, as quais Wells sublinha demoradamente:

aí o mundo começa a dançar à nossa volta – casas, barrancos e cercas se misturam num vôo promíscuo. Deve ser um terremoto, ou a terra virou de cabeça para baixo; nossos capacetes vão e voltam entre nossos olhos e nuças; as mulas estão brincando de jogar bola conosco, apanhando-nos direitinho

²⁹⁵ WELLS, 1995, v. 1, p. 67.

²⁹⁶ WELLS, 1995, v. 1, p. 69.

²⁹⁷ WELLS, 1995, v. 1, p. 69.

²⁹⁸ WELLS, 1995, v. 1, p. 69.

cada vez que descemos de novo; sentimos que nossa personalidade está solta em nossas roupas enquanto balançamos violentamente para a direita e para a esquerda. De repente, meu colega parte como um corisco para o Rio de Janeiro, com os olhos vendados pelo capacete. Por sorte minha mula prefere a direção oposta; e lá vamos nós morro abaixo a uma velocidade de quebrar o pescoço; as rédeas parecem estorvos sem utilidade; é como tentar parar uma locomotiva com elas. Quando se torna possível verificar que ainda estou sobre a sela, e na terra dos vivos, ajeito-me em meu lugar e deixo o Senhor Burro tomar as rédeas da situação, e assim atravessamos a cidade em corrida desenfreada. De repente a mula para; e um impulso irresistível me faz continuar em frente sem ela. Mas, com dificuldade, resisto à tentação a tempo, já a meio caminho por cima de sua cabeça, e abraço amorosamente seu pescoço. Bom, até que não está tão mal, penso, voltando para o meu assento. Agora a mula está visivelmente desgostosa e não dá a mínima atenção aos meus meigos apelos. Eu deveria experimentar o efeito da esporra de novo, mas é melhor não piorar as coisas. Tenho um certo respeito para que as esporas não a toquem²⁹⁹.

É possível enxergar nesse episódio singulares resíduos de sátira menipeia, gênero que tanta influência exerceu sobre alguns dos títulos da melhor literatura inglesa, certamente conferidos por Wells, como *As viagens de Gulliver* de Swift e *Anatomy of Melancholy* de R. Burton³⁰⁰. Sem falar que nos remete a clássicos da literatura universal, como *A mula sem freio*, epopeia que parodia os romances de cavalaria, os testamentos paródicos como o *Testamento do burro*, exemplo da paródia sacra, *Satiricon* de Petrônio, as *Metamorfoses* (*O asno de ouro*) de Lúcio Apuleio³⁰¹ e *A mula do papa* de Alphonse Daudet³⁰².

Já no Brasil, na escrita de Machado de Assis, nossa melhor mentalidade brasileira do século XIX, encontramos cenas de burros esclarecidíssimos, que mais do que “resmungar”, como as mulas de Wells, falam e discursam brilhantemente, permitindo-nos recuperar, a contrapelo, uma profícua interlocução entre os dois autores, em que o autor brasileiro alarga o escopo interpretativo sobre as questões lançadas pelo inglês. Representativa dos textos machadianos, recheados por esses ilustres personagens, temos a crônica “Direitos dos burros”, datada de 10 de junho de 1894. Parece-nos que, nessa crônica, Machado de Assis aborda estes

²⁹⁹ WELLS, 1995, v.1, p. 69-70.

³⁰⁰ *Anatomy of Melancholy* de R. Burton segundo Northrop Frye (1973, p. 306) consiste na “maior sátira menipeia da literatura inglesa antes de Swift. Por essa razão, Frye (1973, p. 359) acredita ser mais conveniente chamar, nos tempos modernos, a menipeia de ‘anatomia’, cuja definição seria: “ANATOMIA: Forma de ficção em prosa, tradicionalmente conhecida como sátira menipeia ou à Varrão e representada pela *Anatomy of Melancholy* de Burton, caracterizada por grande variedade de assuntos e forte interesse em ideias. Em formas mais curtas, tem amiúde uma *cena* (ceia) ou simpósio como cenário, e interlúdios em verso”. A respeito Cf. SÁ REGO, 1989. O autor também estuda o livro de Burton dentro da “tradição luciânica”, ressaltando nele, entre outras características, a função da paródia.

³⁰¹ Cf. BAKHTIN, 2008, p. 12-13 e 2005, p. 113.

³⁰² Alphonse Daudet (1840-1897, França). *A mula do papa* integra sua obra mais importante intitulada *Cartas do Meu Moinho*. Cf. COSTA, Flávio Moreira da. (Org.). *Os 100 melhores contos de humor da literatura universal*. RJ: Ediouro, 2001.

animais como um subterfúgio para forjar a sua crítica social, através da sua “pena da galhofa”³⁰³. Voltando ao texto a “título de convidado”³⁰⁴, o escritor carioca narra o episódio que lhe ocorrera no dia anterior, quando “de manhã, indo ao jardim, como de costume”, achou por lá um velho burro. Naquele lugar, o narrador lembrou-se de Lucius Apuleyo que foi “por erro da bolsa do unguento convertido em asno”³⁰⁵. O narrador saúda o burro hipocritamente, “com grandes reverências”, chamando-lhe Lucius. Após muita conversa, o burro ajoelha-se aos pés do narrador e expõe o motivo de sua visita, qual seja: a de que o colunista da *Gazeta* intercedesse por sua classe, junto à imprensa, protestando para que aqueles que maltratassem animais fossem condenados pela justiça brasileira. De acordo com as palavras do burro, a sua classe da primeira gerência de 1869 “devia merecer alguma compaixão”, pois que se constituíam no extremo oposto dos “burros modernos”. Esclarece o ilustre personagem: os burros atuais “são teimosos, resistem à pancadaria”, já os da primeira gerência, entre os quais ele se inclui, são diferentes:

estamos prontos a apanhar, é o nosso destino, e eu já estou velho para aprender outro costume; mas seja com moderação, sem esse furor de cocheiros e carroceiros [...]” E acrescenta: “foram os homens que descobriram que nós éramos seus tios senão diretos, por afinidade. Pois, meu caro sobrinho, é tempo de reconstituir a família. Não nos abandone, como no tempo em que os burros eram parceiros dos escravos. Faça o nosso Treze de Maio, Lincoln dos teus maiores, segunda o evangelho de Darwin, expede a proclamação da nossa liberdade!

Não se imagina a eloquência destas últimas palavras. Cheio de entusiasmo, prometi, pelo céu e pela terra, que faria tudo. Perguntei-lhe se lia o português com facilidade; e, respondendo-me que sim, disse-lhe que procurasse a *Gazeta* de hoje. Agradeceu-me com voz lacrimosa, fez um gesto de orelhas, e saiu do jardim vagarosamente, cai aqui, cai acolá³⁰⁶.

Dessa exposição pôde-se verificar também em Machado de Assis seu diálogo com a tradição literária ocidental. Também na escrita desse autor vigem secretamente as dívidas inegáveis com Luciano de Samósata e humoristas ingleses do século XVIII, como Henry Fielding, cujo estilo é caracterizado pela fusão de elementos opostos³⁰⁷. Além do mais, pelo

³⁰³ ASSIS, 1994, *Direitos dos burros*. 10.06. 1894.

³⁰⁴ BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 76. *apud* SOUZA, 2007, p. 20.

³⁰⁵ APULEIO, 1969.

³⁰⁶ ASSIS, 1994, *Direitos dos burros*. 10.06.1894.

³⁰⁷ GOMES, 1949; GOMES, Eugenio. *Espelho contra espelho*. São Paulo: Progresso Editorial, 1949. MERQUIOR, 1972; MERQUIOR, José Guilherme. Gênero e estilo nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*. *Colóquio/Letras*, 8: 12-20, jul. 1972. Sá Rego, 1989; SÁ REGO, Enylton José de. *O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

fato de Machado de Assis assumir abertamente em seus escritos uma crítica social mordaz é capaz de neles representar as experiências dos sujeitos no espaço que habitam de forma melhor acabada do que em James Wells. A mistura dos tons sério e cômico, nessa crônica, por exemplo, confere um acento irônico e talvez sarcástico ao seu texto. Ao tratar sobre o direito dos burros, fazendo um exemplar da espécie falar e discursar brilhantemente, torna o discurso do animal envolvido pela opulência e contundência encontradas recorrentemente no discurso dos homens que também defendem seus direitos, um tema da última hora nos debates públicos de então.

Já em Wells parece-nos que a indecidibilidade do autor sobre qual tom escolher para a representação das “muitas formas e condições de humanidade”³⁰⁸ que encontra pelo caminho, inscreve nos apontamentos críticos apresentados o seu despreparo para uma observação mais amadurecida. Parece-nos ainda que o gênero discursivo do qual Wells dispõe torna ainda mais inviável a realização de críticas mais demoradas sobre os temas que o viajante aborda, tornando o seu diário inscrito na ordem do precário e do inacabado, o que tem pelo menos uma boa vantagem: a de permitir ao autor, oriundo de uma tradição acadêmica que prima pelo rigor científico dos metarrelatos, denunciar a precariedade dessa tradição, ainda que com pouca ou nenhuma consciência sobre isso.

Se no curto trajeto de James W. Wells pela cidade do Rio de Janeiro e por Juiz de Fora podemos apontar Machado de Assis como interlocutor do nosso viajante inglês, no calor da hora do século XIX, no grande trajeto que o vitoriano realiza pelo sertão de Minas Gerais, é no século XX, de forma mais pontual, através dos textos ficcionais de João Guimarães Rosa, em especial *GS:V* que as questões lançadas por James W. Wells serão melhor conscientizadas e terão melhor aproveitamento estético e de sentido, como pretendemos demonstrar nas próximas seções.

II. 2 – POÉTICA DO ESTRANHAMENTO EM *GS: V*

II. 2.1 (DES) ENCONTROS COM O ESTRANGEIRO

A representação do sertanejo no relato de viagens de James William Wells é desenvolvida a partir da ambivalência que a vigência de dois conjuntos distintos de valores produz. Essa qualidade já foi atribuída ao indivíduo brasileiro em inúmeros outros textos

³⁰⁸ WELLS, 1995, v.1, p. 34.

escritos, desde o início da colonização, seja em relatos de viajantes ou obras literárias. Ávila, ao comparar o livro de Euclides da Cunha ao livro de James Wells, já observou que, assim como em *Os sertões* também em *Três mil milhas através do Brasil*, o sertanejo ganha figurações contraditórias. Contudo, a pesquisadora nota que há no primeiro, uma

tentativa de superação de seus paradoxos argumentativos pela divisão mestiço retrógrado/mestiço degenerado, mas que se visualiza de modo magistral na imagem do sertanejo que se transforma, em segundos, de ‘desgracioso, desengonçado, torto’ em ‘titã acobreado e potente’³⁰⁹.

Conforme a autora, no livro de Wells a mesma transformação acontece. Não obstante, essa transformação não se apresenta

de forma tão evidente nem com tal força expressiva, mas de maneira dispersa e recorrente, em fragmentos, o que permite ao inglês quase que ignorar as contradições do seu texto e reiterar o discurso do dominador ao fazer, no fim do livro, um apanhado de suas experiências no Brasil³¹⁰.

Já em outro texto, em que Ávila compara o sertanejo de Wells ao sertanejo de Rosa, a pesquisadora vai além, afirmando que não apenas com relação à representação do sertanejo, mas com relação à representação do “objeto” – tudo o que entra no foco de visão do estrangeiro – ocorre um processo de suplementação no texto rosiano, do texto e discurso do narrador viajante estrangeiro:

Em lugar de ‘consertar’ a visão do estrangeiro, ocultando os defeitos do objeto observado e realçando artificialmente seus aspectos mais apresentáveis, Guimarães Rosa concentra sua atenção justamente nesses ‘defeitos’ – que, como já vimos, são todos marcados por uma ausência, por uma falta – como que se deleitando maliciosamente nesta falta, de forma a fazê-la crescer e suplantar o sistema de valores prévio que a fizera falha aos olhos dos viajantes³¹¹.

Acreditamos que, ao suplantar o sistema de valores prévio do viajante, Rosa joga magistralmente com a ambivalência inscrita nos relatos de viagens. Nesse jogo, o autor suplementa com seu discurso o discurso de James Wells, suplementa com o romance a insuficiência do relato de viagem. Seu olhar nítido, no mesmo gesto em que também opera “o

³⁰⁹ ÁVILA, 2008, p. 121.

³¹⁰ ÁVILA, 2008, p.121.

³¹¹ ÁVILA, 2008, p. 105.

desarme prosaico e irrefutável à heroicização aventureira do viajante”³¹², desarticula a lógica estigmatizante que, via de regra, impera no discurso hegemônico que entende como retrógradas e degeneradas as formas de vida dos povos dominados e tantas vezes vencidos. Logo, Rosa permite verificar que admitir os defeitos do objeto e concentrar-se nesses defeitos faz da diferença que se inscreve nos mesmos aos olhos da cultura estrangeira o sinal positivo da nossa identidade. Ao retrabalhar estes objetos, opera a defesa do elemento natural e logo, do sistema de valores locais, específico de tal objeto.

A respeito das relações entre indivíduos de culturas estrangeiras, Bauman já lembrara, em *Modernidade e Ambivalência*, que “existem amigos e inimigos. E existem estranhos”³¹³. Para o teórico, amigos são aqueles que se diferenciam dos inimigos pela relação de oposição que há entre os mesmos, “os primeiros são o que os segundos não são e vice-versa”. Os amigos encontram-se no interior do mundo em que vivemos e os inimigos no exterior desse mundo. “O exterior é negatividade para a positividade interior”. O estranho, por sua vez, rebela-se contra o “confortável antagonismo” dos amigos e inimigos³¹⁴.

Se em muitos outros textos e lugares o indivíduo estrangeiro figura como “o estranho por excelência”³¹⁵, entre os textos de Rosa tal imagem constitui-se em uma rara ocorrência. Em um episódio de *GS:V* essa imagem é formada a partir de um engano, uma confusão criada por parte dos moradores do Andrequicé que veem chegar, de passagem, um tal “Moço de fora”³¹⁶. Este, ao despontar no sertão, teria se gabado de haver conseguido chegar ao Andrequicé em vinte minutos, costeando o Rio São Francisco pelas cabeceiras, quando o tempo normal a ser gasto em tal viagem seria de um dia e meio a cavalo. Diante de tamanho despropósito, Riobaldo nos revela: “tem gente porfalando que o Diabo próprio parou, de passagem, no Andrequicé”³¹⁷.

Relembrando Bauman, mais uma vez, podemos constatar que nesse episódio, “na melhor das hipóteses, a incerteza produz confusão e desconforto”³¹⁸. A incerteza causada nos moradores acerca da procedência do “Moço de fora” confunde a “clareza cognitiva (classificatória)” dos moradores e uma vez que essa clareza se constitui em um “equivalente intelectual da certeza comportamental”, se é incerta a procedência do forasteiro, após essa sua

³¹² SÜSSEKIND, 2000, p. 261.

³¹³ BAUMAN, 1999, p. 62.

³¹⁴ BAUMAN, 1999, p. 62.

³¹⁵ BAUMAN, 1999, p. 62.

³¹⁶ ROSA, 2001, p. 05.

³¹⁷ ROSA, 2001, p. 04-05.

³¹⁸ BAUMAN, 1999, p. 62.

declaração, torna-se também incerta a sua natureza, seus atos e comportamentos³¹⁹. Bauman é pontual ao lembrar que podemos melhor constatar que ambas, clareza classificatória e certeza comportamental, seguem sempre juntas, atadas, “quando desembarcamos num país estrangeiro, quando ouvimos uma língua estrangeira, quando observamos uma conduta que nos é estranha”³²⁰. O autor lembra que essa situação gera um problema hermenêutico, isto é, não sabemos como ler uma situação e como não há a possibilidade da leitura, não é possível conferir a ela uma recepção e responsividade adequadas. Podemos até cogitar que esse problema hermenêutico tenha sido o problema de articulação encontrado pelo tal “Moço de fora”, mas essa seria, conforme Bauman mencionara, apenas “a melhor das hipóteses”³²¹. Se pensarmos que aí se inscreve a “pior das hipóteses” de Bauman, iremos verificar que há aí um outro fator que consiste em “um senso de perigo” e será fácil constatar que os estranhos são uma “ameaça”, uma “negatividade para uma positividade interior”³²². Sendo a possibilidade de chegar ao Andrequicé em 20 minutos da ordem do absurdo, para os habitantes do lugar, a natureza do tal Moço de fora é logo associada à natureza daquele que é o indefinível por excelência, pertencente à ordem dos “monstros – não apenas não classificados, mas inclassificáveis”³²³. Sem dar a entender que comunga da opinião dos moradores acerca da natureza do tal “Moço de fora”, Riobaldo, retórica e ladinamente interroga seu interlocutor: “quem sabe – sem ofensas – não terá sido, por um exemplo, até mesmo o senhor quem se anunciou assim, quando passou por lá, por prazido divertimento engraçado?”³²⁴. Na narrativa, verificamos que Riobaldo logo se dá conta do despropósito de sua pergunta e muda de assunto em mil pedidos de desculpa. Mas essa associação não nos parece tão fora de propósito, se pensamos que

os indefiníveis são todos *nem uma coisa nem outra*, o que equivale a dizer que eles militam contra *uma coisa ou outra*. Sua subdeterminação é a sua força: porque nada são, podem ser tudo. Eles põem fim ao poder ordenador da oposição e, assim, ao poder ordenador dos narradores da oposição. As oposições possibilitam o conhecimento e a ação: as indefinições os paralisam. Os indefiníveis expõem brutalmente o artifício, a fragilidade, a impostura da separação mais vital. Eles colocam o exterior dentro e envenenam o conforto da ordem com a suspeita do caos.

É exatamente isso o que os estranhos fazem.³²⁵

³¹⁹ BAUMAN, 1999, p. 62.

³²⁰ BAUMAN, 1999, p. 62.

³²¹ BAUMAN, 1999, p. 62.

³²² BAUMAN, 1999, p. 62.

³²³ BAUMAN, 1999, p. 62.

³²⁴ ROSA, 2001, p. 05

³²⁵ BAUMAN, 1999, p. 64-65.

A associação operada ora pelos moradores, ora por Riobaldo, soa-nos menos desconfortável se novamente levarmos em conta as palavras de Bauman³²⁶, quando este relembra que “a ameaça que ele [o estranho] carrega é mais terrível que a ameaça que se pode temer do inimigo”, “o estranho ameaça a própria sociação, a própria possibilidade de sociação”, “o estranho é um membro (talvez o principal, o arquetípico) da família dos *indefiníveis*”³²⁷. Quem, no imaginário de Riobaldo, seria mais indefinível que o próprio Diabo, mais estranho do que Hermógenes, seu arqui-inimigo? Relembre-se que o estranho “ao contrário dos outros inimigos “sinceros”, não se contenta em manter-se “a uma distância segura nem do outro lado da linha de batalha”, recusa-se a confinar-se à terra distante e a se afastar da nossa terra, entra no mundo da vida “sem ser convidado”³²⁸. O indefinível, para o narrador rosiano, não consiste exatamente naquele que ingressa no sertão, oriundo de outras terras. Indefinível para ele é aquele ser de natureza diversa, de morada indecisa e cuja linguagem não permite atribuir-lhe qualquer identidade, nem mesmo através de sua função precípua: a de nomear, afinal o “Diabo”, o “Demo”, o “Danador”, “Ele – o Dado, o Danado” é aquele que vige “na rua, no meio do redemunho”³²⁹ e, ao mesmo tempo, “dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos”; o diabo para Riobaldo “solapa o ordenamento espacial do mundo”, um mundo da vida ao qual ele não pertencia “‘inicialmente’, ‘originalmente’, ‘desde o início’” e por nele ingressar “questiona a atemporalidade do mundo da vida pondo em relevo a ‘mera historicidade’ da existência, sendo a “memória do *evento* da sua chegada”, um “evento histórico, mais do que um fato natural”³³⁰.

Em um outro texto: *Três mil milhas através do Brasil*, essa natureza histórica do fato se apresenta também e nos permite verificar que é de fato plausível o ato de Riobaldo e dos moradores do lugarejo que viram ingressar no sertão o tal “Moço de fora” o gesto de associar a natureza do tal moço à natureza diabólica. Leia-se:

Rodrigues contou-me um incidente divertido que ocorrera quando ele passou por Caiçara, onde eu tinha esperado pela chegada da barca da primeira vez. Ele parara diante de uma casa para pedir um copo de leite, mas como os moradores estavam todos rezando fervorosamente naquele momento, perguntou porque rezavam, já que não era dia santo; informaram-lhe que um estranho homem branco, acompanhado de um preto, tinha passado por ali naquele dia e que o homem branco, que parecia o Anticristo, chegara àquela

³²⁶ BAUMAN, 1999, p. 65.

³²⁷ BAUMAN, 1999, p. 65.

³²⁸ BAUMAN, 1999, p. 65.

³²⁹ ROSA, 2001, p. 600.

³³⁰ BAUMAN, 1999, p. 65.

terra para escravizar as pessoas e por isto estavam rezando para Nossa Senhora de alguma coisa para protegê-los contra o diabo e todas as suas maquinações. Foi assim que descobri que eu havia sido, pouco generosamente, confundido com o ‘velho cavalheiro’, embora o que eu possa ter feito inadvertidamente para levá-los a conceber essa idéia esteja totalmente além de meu entendimento³³¹.

Recuperando a mesma passagem, Ávila destaca que esta ocorrência dera-se no ponto em que a viagem de Wells já durava dois anos³³². Logo, é possível descartar a “melhor das hipóteses” levantada por Bauman e cogitar aqui que esse outro “Moço de fora” já se encontrava razoavelmente familiarizado com o ambiente local e provavelmente não teve de passar nesse episódio pelos problemas de fundo hermenêutico aos quais Bauman alude. Agora, se pensamos o episódio à luz da “pior das hipóteses” de Bauman, é possível verificar o mesmo desconforto dos moradores em relação à presença do forasteiro e a mesma associação da imagem do estrangeiro à imagem do diabo presente no texto de Rosa. Afinal, essa “parada de passagem” de Wells em Caiçara “traz para o círculo íntimo da proximidade o tipo de diferença e alteridade que são previstas e toleradas apenas à distância”³³³.

Para o universo extraverbal, Bauman cogita uma possibilidade ilusória para impedir a ocorrência de tal perigo eminente, que consistiria em um “esforço sistemático de reduzir a frequência com que surgem os problemas hermenêuticos e de aliviar o aborrecimento causado ao serem enfrentados esses problemas”. Essa possibilidade ilusória consiste na total segregação territorial e funcional, método que deveria ser aplicado “plenamente e ao máximo”. Desta forma não haveria encontros, interações ou confrontos de qualquer espécie entre indivíduos pertencentes a espaços territoriais distintos. Ocorre que, continua Bauman, os atuais problemas hermenêuticos enfrentados são produtos exatamente de tal segregação, pois que a segregação sabidamente praticada os perpetua e reproduz. Tais problemas são frutos do esforço em se “traçar fronteiras”. Como recorrentemente as fronteiras são cruzadas para fora ou para dentro, os problemas hermenêuticos persistem como uma “permanente área cinzenta”. Essa área cinzenta tem por habitantes os “estranhos”, isto é, aqueles “ainda não classificados, ou melhor, classificados por critérios semelhantes aos nossos mas ainda desconhecidos para nós”³³⁴.

Guimarães Rosa que, como diplomata, homem do sertão e viajante, viu-se inúmeras vezes ocupando a posição de forasteiro, não mede esforços ao tentar, por meio da

³³¹ WELLS, 1995, p. 65-66, v. 2.

³³² ÁVILA, 2008, p. 112.

³³³ BAUMAN, 1999, p. 65.

³³⁴ BAUMAN, 1999, p. 65.

sua poética, uma aproximação amigável à figura do estrangeiro, fazendo, em algumas passagens de seus textos, verdadeiras apologias ao estranho. Seu discurso transculturador se situa numa posição intermediária entre as diversas redes discursivas com as quais entrou em contato vida afora e com a memória discursiva do seu próprio local de cultura: qual seja, o espaço sertanejo de Minas Gerais. Como humanista, coloca a seguinte reverência no discurso daquele que se constituiu em seu principal alter-ego: “toda a vida gostei demais de estrangeiro”³³⁵. Seguindo os passos de Walnice Nogueira Galvão, em sua análise do conto “Orientação”, identificamos em *GS:V* a presença de duas figuras exemplares que nos servem aqui para efetuar a análise da consciência crítica que Rosa inscreve em seu romance e do aproveitamento no mesmo texto de elementos presentes nos relatos de viajantes estrangeiros e ainda não suficientemente abordados em obras literárias. Trata-se de “seo” Assis Wababa e Emílio Wups; o primeiro, turco, o outro, alemão. Ambos, assim como o chinês Quim do conto “Orientação”, chegam ao sertão e neles fixam residência. A construção destes dois personagens contribui para que Rosa possa pôr em evidência aspectos diversos do choque envolvendo a civilização brasileira e as civilizações estrangeiras quando estas estão frente a frente. Parece-nos que, assim como no conto “Orientação”, “não é ele [o estrangeiro] que se acultura ao novo meio”³³⁶, mas a civilização brasileira “que, bem ou mal, acaba por se aculturar a ele”³³⁷. Na senda de Galvão, acreditamos que da mesma forma que no conto “Orientação” - “antinacionalista e graciosamente anti-racista” - no romance *GS:V* “a miscigenação com o elemento alienígena não-branco [...] nos melhora”, processando-se nele também uma “fábula de aculturação às avessas”³³⁸.

Primeiramente, ressaltamos a presença de “seo” Assis Wababa, pai da moça Rosu’arda, moça pela qual Riobaldo se apaixona: “ela era estranja, turca, eles todos turcos”. Assis Wababa proprietário de “armazém grande, casa grande”, “negociante forte”, é reconhecido por todos como o “dono da venda *O Primeiro Barateiro da Primavera de São José*”, local onde de “tudo comerciava”. A Riobaldo, este sempre agradou fazendo-se “bizarro atencioso, e muito ladino”. Num almoço “em mesa” com a família de Wababa, o narrador descreve:

o que apreciei – carne moída com semente de trigo, outros guisados, recheio bom em abobrinha ou em folha de uva, e aquela moda de azedar o quiabo – supimpas iguarias. Os doces, também. Estimei seo Assis Wababa, a mulher

³³⁵ ROSA, 2001, p. 155.

³³⁶ GALVÃO, in FANTINI, 2008, p. 33.

³³⁷ GALVÃO, in FANTINI, 2008, p. 33.

³³⁸ GALVÃO, in FANTINI, 2008, p. 33.

dele, dona Abadia, e até os meninos, irmãozinhos de Rosa'uarda, mas com tamanha diferença de idade. Só o que me invocava era a linguagem garganteada que falavam uns com uns, a aravia³³⁹.

É também na casa de Assis Wababa que Riobaldo encontra abrigo, ao fugir da casa de Solerico Mendes, quando o narrador descobre que este era seu pai biológico, que se passou toda a vida por padrinho, sua recepção é por ele mesmo descrita: “em casa de seo Assis Wababa, me deram trato regozijante. No que jantei, ri, conversei”. Nessa situação, afirma Riobaldo: “aquela hora eu queria só gente estranha, muito estrangeira, estrangeira inteira!”³⁴⁰.

Na noite em que comemoravam o noivado de Rosu'arda – com “Salino Cúri, outro turco negociante, nos derradeiros meses para lá vindo” – em casa de Wababa encontramos outro viajante estrangeiro: é o alemão Emílio Wups que, naquela noite, trazia a benfazeja notícia do assentamento de trilhos de uma estrada de ferro. O turco festeja a “canjirão de vinho” ao escutar admirado o alemão narrar suas boas impressões e expectativas acerca da ideia de modernização do sertão, para o que a instalação da estrada de ferro acenava e as possibilidades de multiplicação dos lucros no comércio que a instalação da ferrovia simbolizava. Assim como a imaginação de Wababa fervilha, fervilha a de Riobaldo, que se vê em sua “ilusãozinha”, “rico, estabelecido”:

Seo Assis Wababa oxente se prazia, aquela noite, com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Currálinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor. Seo Assis Wababa se engordava concordando, trouxe canjirão de vinho. Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusãozinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade³⁴¹.

O entusiasmo de Emílio Wups e Assis Wababa contagia Riobaldo de tal forma que este se vê “num desastre de instante” tentado a acompanhar o viajante na condição de subordinado, em seus trabalhos pelo sertão, a fim de “viajar vendendo ferramentas por aí, descaroador de algodão”. No impulso deste pensamento, Riobaldo se oferece:

‘Seo Vupes, o senhor não quererá me ajustar, em seu serviço?’. Minha bestice. “*Níquites!*” – conforme que o Vupes constante exclamava. Ali nem

³³⁹ ROSA, 2001, p. 154-155.

³⁴⁰ ROSA, 2001, p. 167.

³⁴¹ ROSA, 2001, p. 169.

acabei de falar, e em mim eu já estava arrependido, com toda a velocidade. Idéia nova que imaginei: que, mesmo pessoa amiga e cortês, virando patrão da gente, vira mais rude e reprovante. Mordi boca, já tinha falado. Ainda quis emendar, garantindo que era por gracejo; mas seo Assis Wababa e o Vupes me olhavam a menos, com desconfianças, me senti rebaixado demais. A contra mim tudo contra, o só ensejo das coisas me sisava. Dali logo saí, me despedindo bem³⁴².

O assentamento dos trilhos da estrada de ferro informado por Wups constitui-se em apenas um dos vários elogios à modernização do sertão, por parte desse viajante. Relembre-se aqui a imagem que Riobaldo constrói para o viajante estrangeiro, cujo nome, - “como é mesmo que o senhor fraseia? Wusp? É. Seo Emílio Wuspes... Wupsis... Vupes”³⁴³ - , transmite pela sonoridade, como lembra Heloísa Starling, a “imagem do progresso construída pelo ronco do som dos motores em aceleração”³⁴⁴. Esse viajante alemão, que “vivia sob a disciplina da regra e reordenava o Sertão com seus olhinhos pequenos de forasteiro, capazes de metamorfosear a paisagem em espaço de múltiplas possibilidades de consumo”³⁴⁵, condensa dois aspectos distintos e divergentes que permitem pôr em perspectiva a consciência crítica de Rosa em relação à presença do estrangeiro nas terras sertanejas. Por um lado, tem-se o celebrado valor conferido ao europeu pelo indivíduo brasileiro e latinoamericano, que o concebe, via de regra, como o “indivíduo, mesmo”, indivíduo por excelência, por distinção. Como se pode notar na citação abaixo:

Ah, eh e não, alto-lá comigo, que assim falseio, o mesmo é. Pois ia me esquecendo: o Vupes! Não digo o que digo, se o do Vupes não orço – que teve, tãoamente. Esse um era estranja, alemão, o senhor sabe: clareado, constituído forte, com os olhos azuis, esporte de alto, leandrado, rosaltar – indivíduo, mesmo. Pessoa boa. Homem sistemático, salutar na alegria séria³⁴⁶.

Por outro lado, tem-se uma imagem sutilíssima em que se inscreve a consciência crítica do autor do romance à imagem celebrada pelo subalterno narrador, identificando na figura do estrangeiro uma ameaça à paisagem e formas de vida locais. Recuperando, pela memória, a imagem do alemão, que se destaca pela distinção em relação à imagem dos outros personagens, Riobaldo descreve-lhe o trabalho, verificando-se o seu foco no mercado de produtos que contribuía para a modernização da técnica agrícola capaz de transformar

³⁴² ROSA, 2001, p. 170.

³⁴³ ROSA, 2001, p. 92.

³⁴⁴ STARLING, 1999, p. 140-141.

³⁴⁵ STARLING, 1999, p. 141.

³⁴⁶ ROSA, 2001, p. 91.

bruscamente a paisagem e a cartografia locais. A estadia de Wups no sertão se resumia ao comércio. Ele não se interessava pelas questões políticas ou sociais: “fazia do comércio um instrumento eficiente para buscar vantagens econômicas e isso só lhe bastava”³⁴⁷. Veja-se que enquanto o narrador continua a manter a sua visão idealizada do estrangeiro alemão, este se aproveita da hospitalidade para proceder a atividades lucrativas, sem o menor interesse com a responsabilidade de suas ações sobre o meio em que age, seja numa esfera cultural, econômica, ambiental ou política, como sempre ocorreu nas terras brasileiras, desde a chegada dos portugueses, como nos relataram Caminha, Vespúcio, D. Manuel, por ocasião do “descobrimento”.

Hê, hê, com toda a confusão de política e brigas, por aí, e ele não somava com nenhuma coisa: viajava sensato, e ia desempenhando seu negócio dele no sertão – que era o de trazer e vender de tudo para os fazendeiros: arados, enxadas, debulhadora, facão de aço, ferramentas rógers e roscofes, latas de formicida, arsênico e creolinas; e até papa-vento, desses moinhos-de-vento de sungar água, com torre, ele tomava empreitada de armar. Conservava em si um estatuto tão diverso de proceder, que todos a ele respeitavam. Diz-se que vive até hoje, mas abastado, na capital – e que é dono de venda grande, loja, conforme prosperou. Ah, o senhor conheceu ele? Ô titiquinha de mundo! E como é mesmo que o senhor fraseia? Wusp? É. Seo Emílio Wuspes... Wupsis... Vupses. Pois esse Vupes apareceu lá, logo vai me reconheceu, como me conhecia, do Curralinho. Me reconheceu devagar, exatão. Sujeito escovado! Me olhou, me disse: – “Folgo. Senhor estar bom? Folgo...” E eu gostei daquela saudação. Sempre gosto de tornar a encontrar em paz qualquer velha conhecença – consoante a pessoa se ri, a gente se acha de voltar aos passados, mas parece que escolhidas só as peripécias avaliáveis, as que agradáveis foram. Alemão Vupes ali, e eu recordei lembrança daquelas mocinhas – a Miosótis e a Rosa’uarda – as que, no Curralinho, eu pensava que tinham sido as minhas namoradas. – “Seo Vupes, eu também folgo. Senhor também estar bom? Folgo... – que eu respondi, civilizadamente”³⁴⁸.

Encantado com a lembrança do alemão, símbolo do homem urbano, Riobaldo acolhe mais uma vez os seus cumprimentos e responde-o em tom de otimismo, vibrando pelas recordações dos tempos em que o conhecera. Adiante, após uma reverente saudação, o alemão revela os motivos da sua interpelação: o desejo de que o jagunço e seus homens lhe servissem de guias por sua viagem até São Francisco, ao que Riobaldo responde prontamente, orgulhoso da escolha do viajante:

Ele pitava era charutos. Mais me disse: – “Sei senhor homem valente, muito valente... Eu precisar de homem valente assim, viajar meu, quinze dias, sertão

³⁴⁷ STARLING, 1999, p. 141.

³⁴⁸ ROSA, 2001, p. 92.

agora aqui muito atrapalhado, gente braba, tudo...” Destampeí, ri que ri, de ouvir. Mas o mais garboso fiquei, prezei a minha profissão. Ah, o bom costume de jagunço. Assim que é vida assoprada, vivida por cima. Um jagunceando, nem vê, nem repara na pobreza de todos, cisco. O senhor sabe: tanta pobreza geral, gente no duro ou no desânimo. Pobre tem de ter um triste amor à honestidade. São árvores que pegam poeira. A gente às vezes ia por aí, os cem, duzentos companheiros a cavalo, tinindo e musicando de tão armados-e, vai, um sujeito magro, amarelado, saía da algum canto, e vinha, espremendo seu medo, farraposo: com um vintém azinhavrado no concho da mão, o homem queria comprar um punhado de mantimento; aquele era casado, pai de família faminta. Coisas sem continuação... Tanto pensei, perguntei: – “Para que banda o senhor tora?” E o Vupes respondeu: – “Eu, direto, cidade São Francisco, vou forte.” Para falar, nem com uma pontinha de dedo ele não bulia gesticulado. Então, era mesmo meu rumo – aceitei – o destinar! Daí, falei com o Sesfredo, que quis também; o Sesfredo não presumia nada, ele naquilo não tinha próprio destaque. Mas os caminhos não acabam. Tal por essas demarcas de Grão-Mogol, Brejo das Almas e Brasília, sem confrontos de perturbação, trouxemos o seu Vupes. Com as graças, dele aprendi, muito. O Vupes vivia o regulado miúdo, e para tudo tinha sangue-frio. O senhor imagine: parecia que não se mealhava nada, mas ele pegava uma coisa aqui, outra coisinha ali, outra acolá – uma moranga, uns ovos, grelos de bambu, umas ervas – e, depois, quando se topava com uma casa mais melhorzinha, ele encomendava pago um jantar ou almoço, pratos diversos, farto real, ele mesmo ensinava o guisar, tudo virava iguarias! Assim no sertão, e ele formava conforto, o que queria. Saiba-se! Deixamos o homem no final, e eu cuidei bem dele, que tinha demonstrado a confiança minha...³⁴⁹

Rosa, ao narrar o episódio de Emílio Wups, põe em relevo o ponto de vista do colonizado em seu encontro com o viajante estrangeiro, demonstrando os interesses culturais, econômicos e políticos que vigem sob a superfície de tais encontros: “Vupes não era um predador e percebia que, para atender ao seu desejo de consumo, sobreviver e desfrutar das boas coisas da vida precisava abrir um canal legítimo e estável de acesso aos bens e serviços de que necessitava”, descobrindo ‘em algum lugar uma demanda recíproca por algo que pudesse oferecer’³⁵⁰. Note-se que a escolha de Riobaldo por Wups é sintomática de suas intenções, afinal, sabendo dos perigos a que estava sujeito, tenta, à sua maneira, organizar seus homens capazes de garantir-lhe a segurança no decorrer da viagem.

Saindo do universo ficcional de Riobaldo e reingressando no universo real dos viajantes estrangeiros em curso pelo sertão mineiro, podemos ir novamente ao encontro com James Wells. Wells, que também pouco se importava “com toda a confusão de política e brigas”³⁵¹ praticadas pelos locais por onde passou, ver-se-á na mesma necessidade de cooptar homens valentes que guiarem-no pelas terras estranhas pelas quais andou. Ao cooptar tais

³⁴⁹ ROSA, 2001, p. 91-93.

³⁵⁰ STARLING, 1999, p. 141.

³⁵¹ ROSA, 2001, p. 92.

homens, o inglês tem em vista pelo menos dois objetivos práticos: o primeiro diz respeito aos percalços sofridos na viagem, de se informar com pessoas tão pouco informadas quanto ele. No sertão, as perguntas feitas pelo viajante acerca da proximidade, distanciamento, localização de estradas ou lugares é sempre respondida pela população local de forma pouco confiável, como o próprio narrador menciona em sua viagem a Neotim (Nhotim):

as respostas recebidas eram calculadas não para elucidar, mas para confundir-me [...] há sempre um número variado de léguas e o resto, o resto pode ser *um pedaço, um pedaço, alguma coisa, uma coisinha; ou mais um pouco*. Mas o pior é que, quando você já andou o que estima ser a distância calculada, e já está dolorido e cansado de cavalgar, esperando ver do alto de cada morro, ou atrás de cada curva, o seu destino, vai perguntar e informam-lhe que é aqui; ali, um pouco pra lá do morro; ou ‘siga reto que você chega lá, não tem jeito de errar o caminho; é logo ali depois da floresta adiante’; e aí você continua em frente, passa pela floresta, pelo morro, confunde-se com as encruzilhadas a cerca de cada milha, anda mais uma hora inteira, esperando talvez dar com sua destinação a qualquer momento, quase desiste, já sem ânimo, quando de súbito você vira uma curva e chega lá³⁵².

Além disso, assim como Wups, Wells vê-se diante da necessidade de manutenção de um mínimo de contato com os nativos encontrados pelo caminho, a fim de que pudesse encontrar um “canal legítimo e estável de acesso aos bens e serviços de que necessitava”. No caso de Wells, esse canal consistia no levantamento das picadas necessárias para o posterior assentamento de trilhos da sua ferrovia. É para abri-las à foices e machados que recruta os homens do sertão. Veja-se um episódio em que Wells, ao visitar o assentamento de um companheiro seu de expedição, nota que

a abertura desses caminhos em meio ao mato e às árvores ocupa necessariamente muito tempo e subordina o progresso do trabalho de levantamento propriamente dito à vegetação densa e emaranhada ou aberta e clara do local. Encontramos seus homens em plena labuta, manejando foices e machados com golpes vigorosos e eficazes e cantando em coro, cada homem tomando sua parte na não de todo desagradável melodia. Nesse trabalho, desde que se consiga que o matuto brasileiro o faça, não há lenhador que se lhe compare; ele entende e gosta do serviço mais do que ninguém. A dificuldade é induzi-lo a vir, pois ele não trabalha a soldo a menos que seja compelido pela necessidade de um pouco de dinheiro para adquirir algum requisito para si ou sua família; caso contrário, fica balançando em sua rede, fumando seu cigarro ou tocando seu violão, ou dormindo, e responde que está ‘muito ocupado’ e que talvez possa ir ‘se Deus quiser’ na semana que vem, ou na seguinte.³⁵³

³⁵² WELLS, 1995, v.1, p. 114.

³⁵³ WELLS, 1995, v.1, p. 105.

Note-se que, muito embora Wells reconheça o vigor do “matuto brasileiro”, este reconhecimento só lhe é devido em virtude da realização de um trabalho manual e de nível de elaboração primário a que Wells parece entender como sua função precípua, seguindo o todo programático de seu discurso colonialista. Vê-se que Wells não se furta a se referir ao sertanejo como subalterno, este aqui entendido nos termos de Spivak, como aquele indivíduo pertencente às “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”³⁵⁴. Quando Wells relega ao “matuto brasileiro” essa função primária, não deixa de pontuar ainda que para o desempenho dessa atividade não é tarefa fácil conseguir a adesão dos mesmos, em virtude da indolência que a maioria apresenta.

Essa perspectiva de Wells parece-nos, em todo caso, compatível com “as teorias da supremacia do branco, levantadas pelo racismo consciente ou inconsciente do século XIX”. Parece-nos que também para Wells valem as considerações de Silviano Santiago relativas ao “navegador”, “metamorfoseado em colonizador” que, uma vez investido dessa condição, “não pode mais trabalhar”³⁵⁵. Afinal,

se trabalho nobre fosse o trabalho da terra, não teria tido necessidade de deixar o campo pátrio. Estaria em perfeito acordo com o Velho do Restelo e nem viajaria. Se viajou é porque julga aviltante o trabalho sedentário, e este trabalho é destinado aos que sucumbem à sua força, aos vencidos³⁵⁶.

Assim como o navegador em terra firme, parece-nos que Wells, ao viajar pelo Brasil, também considera que ele “não pode nunca ser lavrador”, “por isso dá como naturais as regras de domínio e de sujeição”³⁵⁷ do matuto brasileiro.

Com relação à Wups e a Wababa, o que nos parece é que, assim como o primeiro, o segundo não pode ser considerado “um predador”³⁵⁸, um colonizador, a rigor. Afinal, seus interesses não estão vinculados ao desejo de “mando e poder”, como é recorrente ao viajante “metamorfoseado em colonizador”³⁵⁹. Parece-nos que, assim como Wups, Wababa também “com toda a confusão de política e brigas, por aí [...] não somava com nenhuma coisa”³⁶⁰.

³⁵⁴ SPIVAK, 2010, p. 12.

³⁵⁵ SANTIAGO, S. *Por que e para que viaja o europeu?*, 1989, p. 189-205.

³⁵⁶ SANTIAGO, S. *Por que e para que viaja o europeu?*, 1989, p. 189-205.

³⁵⁷ SANTIAGO, S. *Por que e para que viaja o europeu?*, 1989, p. 189-205.

³⁵⁸ STARLING, 1999, p. 141.

³⁵⁹ SANTIAGO, S. *Por que e para que viaja o europeu?*, 1989, p. 189-205.

³⁶⁰ ROSA, 2001, p. 92.

O entusiasmo manifestado por Riobaldo com o aspecto “industrial” da cultura destes dois personagens - para usar uma palavra tão cara a Wells - parece-nos ser o sinal de como a civilização brasileira melhora com a miscigenação com as culturas estrangeiras, nesse caso, com as culturas turca e alemã. Afinal, o desenvolvimento econômico e social que aos seus modos Wups e Wababa tinham em vista em seus comércios consistia em uma demanda que não se podia olvidar e que por isso mesmo foi tão duramente enfatizada por James Wells e seus pares viajantes estrangeiros. James Wells muitas vezes assumiu um discurso contundente ao enfatizar a indolência dos sertanejos brasileiros e a necessidade de uma maciça imigração a fim de que as nossas terras fossem melhor aproveitadas, a economia deslanchasse e as pessoas desenvolvessem melhores formas e condições de vida. Como se pode ver nas citações abaixo³⁶¹:

Majestosas estruturas antigas se encontram por toda parte no Brasil; indícios decadentes de uma passada era de prosperidade e indicação de uma fase de transição que deverá, por fim, apesar de todos os obstáculos, levar a um novo estágio de existência e à produção de indústrias mais estáveis. O potencial está lá, latente no momento, falta apenas o estímulo, e este chegará apenas quando uma onda de emigrantes, com novo sangue e energia, recolonizar este grande país, como os intrépidos portugueses de outrora o fizeram em tempos passados. Então o matuto* livre e independente terá de ocupar no mundo seu nicho de serventia e não se tornar um peso morto sobre a terra, um mandrião improdutivo e inútil como ele geralmente é hoje.

Se o país fosse abençoado com um grande fluxo de imigrantes como a República Argentina, surgiriam os meios disponíveis para desenvolver e utilizar esta rica terra, de outro modo o pequeno movimento atual deverá ser mantido às expensas contínuas do governo³⁶².

E continua, adiante:

Mas para estas pessoas, estradas, ferrovias, e comunicações aperfeiçoadas não trazem qualquer benefício material; elas continuariam vegetando como antes e mantendo seus hábitos dissolutos e improvidentes. O clamor presente no Brasil é por ‘braços’. *Existem* braços em número suficiente, mas eles são braços relutantes; uma nova raça ou sangue novo necessário é indispensável. É claro que há exceções a todas as regras, e ocasionalmente encontram-se exemplos de economia e diligência entre os habitantes do interior; mas eles são muito raros e são quase sempre membros da tão difamada raça negra³⁶³.

³⁶¹ Cf. WELLS, 1995, v.1, p. 301, 284, 174. Ademais, o episódio de um casamento na roça, - no qual nos detemos posteriormente nesse trabalho - em que um dos convidados exclama: “Oh, Deus! Eu queria ser um inglês”, ou praticamente a mesma frase repetida por outro sertanejo em *Contendas*: “os ingleses fabricam todo o dinheiro do mundo; eu queria ser inglês”, consistem em provas substanciais do elogio da civilização brasileira, em especial do sertanejo de Minas Gerais, aos estrangeiros, em especial ingleses.

* Camponês. WELLS, v.1, 1995, p. 98.

³⁶² WELLS, 1995, v.1, p. 280.

³⁶³ WELLS, 1995, v.1, p. 306.

Podemos citar quatro passagens do relato de Wells em que o viajante louva o aspecto “industrioso” dos estrangeiros que encontra no país e com os quais recorrentemente tenta comprovar o seu argumento relativo à necessidade de urgente onda de imigração: (1) em Cedro (Caetanópolis), a excelente manutenção de uma fábrica de algodão gerenciada por um “ex-operário de fábrica anglo-americana”³⁶⁴; (2) em Bagre (Felixlândia), o aspecto “educado” e “obsequioso” de Pedro Pinto, italiano proprietário de uma “indefectível venda, ou armazém geral de aldeia”³⁶⁵ (3); a diligência dos legítimos imigrantes negros, ou como quer Wells dos “negros puros”, trabalhadores por excelência³⁶⁶; (4) a caminho de Coração de Jesus, a “cordialidade” e aspecto “industrioso” de Hipólito Rodrigues Soares e sua “amável” esposa criada entre ingleses das Minas de Morro Velho³⁶⁷.

Se em *Três mil milhas através do Brasil* o viajante inglês desenvolve esse ponto de vista estereotipado acerca do povo brasileiro, em *GS:V* o entusiasmo de Riobaldo ante as perspectivas de modernização do sertão imaginadas e praticas por Wababa e Wups, parecem acenar não apenas para a desconstrução do pensamento xenofóbico, mas também para um elogio ao estrangeiro e a aculturação da civilização brasileira aos modos de vida das culturas estrangeiras.

Para voltar ao território teórico de Bauman, relembremos que, sabendo que “não há regra clara sobre o encontro de estranhos” – uma vez que a solidez das fronteiras territoriais não podem ser plenamente controladas, tornando impossível evitar o encontro com o estrangeiro – verificamos, na trilha de Bauman, duas situações, ao sabor do posicionamento ambivalente de Wells frente aos sertanejos: uma em que consideramos as situações de

³⁶⁴ Nessa fábrica, Wells elogia os operários: “que mudança a diligência e a disciplina operaram nessas pessoas”. Na cena “tudo estava em excelente ordem e método. O zumbido da maquinaria e a excelente disciplina mantida no local de trabalho era uma cena inédita de se ver no interior de Minas” WELLS, 1995, v.1, p. 180.

³⁶⁵ WELLS, 1995, v.1, p. 212.

³⁶⁶ A despeito de tudo o que tem sido escrito e dito sobre a indolência do negro, observo que no interior do Brasil o negro livre é o trabalhador; os negros puros são de longe os habitantes mais inteligentes e industriais. Eu não poderia conhecer um camarada melhor do que meu tropeiro negro, Chico; ele era habilidoso, atencioso, respeitoso, honesto e prestativo, mas preto como carvão, e quando mais preto é um negro, mas proporcionalmente confiável ele é. WELLS, 1995, v.1, p. 284.

³⁶⁷ Em Cedro, Wells reconhece um exemplar de sua espécie inglesa na fazenda do senhor Hipólito Rodrigues Soares. Trata-se de mulher: “uma mulher de aparência saudável de cerca de quarenta anos de idade; como sua casa, ela também era muito asseada. Quando a cumprimentei pela organização doméstica, soube imediatamente o segredo de um cuidado tão pouco usual, pois ela havia sido criada entre os ingleses das minas de Morro Velho. Ela disse que gostava dos ingleses e que eles sabiam como passar bem”. Em relação à Hipólito Rodrigues Wells elogia “meu anfitrião era um espécime bom, mas raro, de um brasileiro do interior corado e sadio; seu rosto honesto irradiava saúde, cordialidade, e o contentamento de uma vida industriosa”. O anfitrião lhe contou como era próspero proprietário de terra. Sobre seus anfitriões Wells conclui: “quando um viajante no Brasil, ocasionalmente, encontra pessoas tão boas quanto estas, ele será de fato duro de coração se não apreciar profundamente sua natureza e lembrar com gratidão, talvez nem tanto sua amável hospitalidade, quando o prazer e a satisfação advindos de encontrar ‘um bom camarada’”. WELLS, 1995, v.1, 287-288.

otimismo por parte de Wells, no encontro deste com os sertanejos, situações recorrentes nos relatos; outra em que se considera que Wells, ao ingressar no sertão, também tornará a sua comunicação com os sertanejos incongruente, como sempre é incongruente a comunicação entre estranhos, uma vez que “ela representa a incompatibilidade de regras que o estado confuso do estranho invoca”. Diante de tal situação, podemos pensar que Wells fará desse encontro um desencontro, como pressupõe Bauman: “se não é possível desviar-se do espaço que eles [os estranhos sertanejos] ocupam ou dividem, a melhor solução então é um encontro que não é um encontro, um encontro que finja não ser um encontro, um desencontro”³⁶⁸. Ao manter-se fiel à sua memória discursiva de inglês colonizador, Wells utiliza-se desta “arte do desencontro” para “*desetificar* a relação com o Outro”, isto é, para mais uma vez negar ao estranho uma “importância moral”, um “substituto pobre”, na avaliação de Bauman, uma vez que no desencontro, a relação de oposição entre amigos e inimigos “não é absolutamente desafiada, de modo que a integridade do mundo da vida pode ser sustentada com as simples dicotomias semânticas e comportamentais operadas ordinariamente pelos membros da comunidade”³⁶⁹. Ora, estando face-a-face dois membros de sociedades entre si estranhas, cada um, pela condição de estranhos que ocupa “reivindica o direito de ser um objeto de responsabilidade”³⁷⁰, para usar a terminologia bakhtiniana, um objeto de “responsividade” e, logo, para que as respostas às interpelações sejam adequadamente formuladas faz-se necessário não um consenso entre os dois sujeitos, mas um confronto entre dois “sujeitos de cultura”, para voltar ao termo de Bhabha; desafios precisam ser formulados à cultura estrangeira a fim de que cada uma possa entrar de fato em diálogo cultural relevante.

II. 2.2 – UM INGLÊS NO *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*

Melhor trazer esse sujeito comigo, perto mais perto, para poder vigiar, por todas as partes? Melhor, não; o melhor seria desmanchar a presença dele em definitivas distâncias.

João Guimarães Rosa

³⁶⁸ BAUMAN, 1999, p. 72.

³⁶⁹ BAUMAN, 1999, p. 72.

³⁷⁰ BAUMAN, 1999, p. 69.

“QUASE QUE, DE LEGÍTIMO LEAL, POUCO SOBRA, NEM NÃO SOBRA MAIS NADA”

Como Riobaldo, no fragmento acima, James W. Wells, por sua vez, também lamentará faltas e haja números para totalizar as faltas enumeradas por um inglês vitoriano de sua classe e formação ao deixar a moderna cidade de Juiz de Fora, embrenhando-se nos inúmeros rincões de Minas Gerais no século XIX. É ele mesmo quem nos declara fazer isso como se dissesse, ele e seus companheiros de viagem, “adeus aos confortos da civilização”³⁷¹. Ele, que fora leitor e compartilhador das ideias fantásticas de “Defoe e seu Robinson Crusoe”, do “Capitão Mayne Ried e outros escritores semelhantes”³⁷², não se considerava “uma exceção” entre “a maioria dos jovens” ao vislumbrar o “charme” “de uma vida selvagem de aventuras por uma imensa área de terras comparativamente desconhecidas”.³⁷³ Mas, se a princípio encontra-se “cheio de entusiasmo e da fascinação de idéias românticas e disposto a enfrentar quaisquer privações com o espírito de um Mark Tapley”³⁷⁴, foi só deixar Juiz de Fora para que tal espírito se recusasse a aceitar sem traumas o abrigo encontrado naquele “domicílio da sujeira, decadência e pobreza” em que se constituía Chapéu d’Uvas (Paula Lima), onde pernoitaram no ‘Hotel d’Aguiar’ cujo aspecto é averiguado por seu companheiro de viagens “com uma expressão contrita e evidente consternação” e o leva e recordar “as lembranças de uma vida de luxo na Índia”³⁷⁵, onde certamente não apenas gozou da condição de hóspede de formidáveis hotéis, mas sobretudo da condição social que o colocava na mais alta categoria dos ingleses aos olhos do império: a de colonizadores.

A estrada e os desconfortos da viagem, o aspecto de “decadência e pobreza”³⁷⁶ das vilas e lugarejos, a hospedagem em hotéis ou hospedarias de péssima qualidade ou a falta de um lugar onde se hospedar, a má alimentação, toda sorte de doenças que o acometeram pelo caminho, as travessias perigosas e a convivência obrigatória com indivíduos das classes mais baixas da hierarquia social foram alguns dos fatores que levaram ao ponto mais extremo a que poderia chegar a aversão de um inglês de sua posição nos confins inóspitos deste país. Tudo isso nos leva, inevitavelmente, ao questionamento de Riobaldo, por ocasião do encontro com seu interlocutor:

³⁷¹ WELLS, 1995, v.1, p. 69.

³⁷² WELLS, 1995, v.1, p. 63.

³⁷³ WELLS, 1995, v.1, p. 62.

³⁷⁴ WELLS, 1995, v.1, p.62.

³⁷⁵ WELLS, 1995, v.1, p.74.

³⁷⁶ WELLS, 1995, v. 1, p. 73.

Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. [...] Sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegre. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada³⁷⁷.

“MARAVILHAS GLORIONHAS” OU “OH, DEUS! EU QUERIA SER UM INGLÊS”

Como prova da safra razoável de bizarrices que Wells pôde colecionar em sua viagem, detenhamo-nos em dois fragmentos significativos do seu relato, no que diz respeito a questão do (des) encontro entre o estrangeiro em questão e os sertanejos de Minas Gerais. Em suas viagens, Wells chegou a encontrar, entre as inúmeras vilas pelas quais passou, uma aldeia em que os habitantes “não são muito de se casar”, “cada um escolhe o seu companheiro ou sua companheira, e se algum dia um padre passar por lá e eles estiverem se dando bem, então casam-se, mas a formalidade vem em segundo lugar”³⁷⁸, mas Wells nos narra também “uma festa de casamento no interior do Brasil e seus incidentes”. Nesse episódio tem-se a oportunidade de averiguar com minúcias como o sertanejo também pode, ao mesmo tempo em que celebra a presença do estrangeiro, tornar-se antipático e um desafeto ao viajante.

Ao chegar à fazenda do pai da noiva, Wells e seus companheiros de trabalho percebem entre os convidados da festa a presença de “um homem tagarela, que se encarregava sozinho de toda a conversação”. Em torno dele, outros homens fazendeiros estavam reunidos “exclamando ocasionalmente: ‘É de ver!’, ‘Com efeito!’, ‘Nhor sim!’, ‘Ora! Ora!’”³⁷⁹. O tema da discussão, descobriram àquele momento, tratar-se deles mesmos, isto é, do próprio Wells e seus companheiros viajantes, estrangeiros e ingleses. Ele “estava explicando a seus ouvintes nossa história, origem, ocupação, hábitos e costumes, salário, religião, etc., de acordo com sua opinião ou com a opinião geral”³⁸⁰. Tendo percebido a presença da equipe inglesa, o tal homem virara-se para os interpelar “gesticulando profusamente e enfatizando suas afirmações”, as quais muito embora Wells tenha avaliado como “absurdas”, eram “realmente um apanhado das idéias predominantes entre as pessoas do interior sobre nossas características principais”³⁸¹. Segue trecho do discurso:

³⁷⁷ ROSA, 2001, p. 28.

³⁷⁸ WELLS, 1995, v. 1, p. 106.

³⁷⁹ WELLS, 1995, v. 1, p. 194.

³⁸⁰ WELLS, 1995, v. 1, p. 194.

³⁸¹ WELLS, 1995, v. 1, p. 194.

‘Bem, senhores, como eu estava dizendo a vocês, esta ferrovia será uma coisa magnífica, porque todos nós seremos empregados nela e ganharemos rios de dinheiro; esses ingleses são todos ricos, e todo o dinheiro do mundo vem de seu país; sei que quando o nosso rei precisa de algum, manda buscar na Inglaterra e depois deixa os ingleses virem para cá e levarem o ouro do Brasil que não sabemos nós mesmos extrair; eu estive em Morro Velho, e os vi despachando o ouro em sacas, como fazemos com o feijão. Não é assim, Senhor Doutor?’ virando-se para mim.

‘Bem, eu nunca estive em Morro Velho’.

‘Aí, vejam, eis aqui um inglês que está ganhando tanto dinheiro que nem se importa com as fabulosas quantidades de ouro que seus compatriotas estão extraíndo das minas. Eu sei que esta ferrovia está sendo feita unicamente para carregar o ouro que eles vão cavar em alguma mina lá pelo sertão, da qual ninguém tem notícia. Ah! Eles são maravilhosos, esses ingleses, eles são muito diferentes de gente pobre como nós, e no entanto são muito honestos; eu gosto dos ingleses, pois eles nunca quebram uma promessa ou iludem os pobres, mas nós não entendemos os seus costumes; alguns dizem que são pagãos, mas isto eu não posso acreditar, pois já me disseram que eles têm igrejas em seu país. Eu mesmo vi uma delas em Morro Velho, mas ela é muito diferente das nossas, não é tão bonita e não tem santos, mas quando eles vão à missa, esses ingleses são muito solenes e bem-comportados, não conversam como a gente; só cantam e rezam. Eu já os vi botar pra fora um cachorro, pois não permitem que cães entrem em sua igreja. Não entendo a missa deles. Tenho pena de não serem cristãos, pois gosto demais deles; acredito que sejam todos brancos, porque nunca vi um homem negro entre eles. Quando jovens, eles são magros como estes doutores aqui, mas sempre engordam quando ficam velhos, pois sabem como viver bem: cerveja, vinho e aguardente todo dia, isto é que é levar uma boa vida. Oh, Deus! Eu queria ser um inglês. Olhem para estes rapazes, pois eles têm caixas cheias de dinheiro, roupas, e bebida, e comida do gosto deles; não há nada que eles queiram, que não possam ter [...]’³⁸²

Note-se que a opinião e, sobretudo, a forma desvelada que o tal homem encontra para se referir sobre os viajantes e depois se dirigir a Wells, demonstra o despreparo deste para travar um diálogo marcado pelas sutilezas da etiqueta social à qual o viajante estava acostumado. De fato, Wells não demonstrou interesse persistente acerca da extração de ouro ou outra pedra preciosa em sua viagem pelo Brasil e seguramente estava interessado em ganhar dinheiro com a construção da ferrovia. Mas a pouca consciência do orador sobre as deficiências de seus argumentos e informações a respeito dos temas sobre os quais discursava fez com que Wells se visse diante da total falta de perspectiva em travar uma conversação possível com as “pessoas lúgubres” que por ali confraternizavam. Desta feita, relata seu desconforto: “comecei a ficar sem ar, como um peixe fora d’água, e sentir-me arrepiado com

³⁸² WELLS, 1995, v. 1, p. 194-195.

a solenidade”³⁸³ (aos seus olhos a solenidade já se passara por “funérea”) vendo-se obrigado a retirar-se.

Na cena acima recuperada, a atitude do sertanejo de engrandecer a imagem do inglês no sertão e de suas aventuras vividas nesse lugar leva o “homem tagarela”, também ao seu modo, a fazer “dum traque de jumento” o “tufão da ventania. Por gosto de rebuliço”³⁸⁴. Uma vez que a opinião daquele sertanejo segue o palpite geral, este age como os demais sertanejos, que “querem por que querem inventar maravilhas glorionhas”, nas quais “eles mesmos acabam crendo e temendo”³⁸⁵. Sua expectativa remete àquela de Emilio Wups e Assis Wababa quando souberam e comemoraram a extensão de uma outra estrada de ferro até Curalinho. Suas palavras são as de Riobaldo, no mesmo episódio: “Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusãozinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade”³⁸⁶. A expressão do “homem tagarela” na cena do casamento na roça, acaba por dar o tom do estereótipo da indolência sob o qual Wells enxerga os sertanejos, ou em palavras de Bhabha, “o estereótipo do nativo fixado nas fronteiras deslizantes entre barbárie e civilidade”³⁸⁷.

Prova da recorrência de tal situação nos é dada quando Wells passa pelo Arraial de Contendas, “um pequeno povoado dado como tendo 1.000 habitantes”:

De repente, a luz que vem da porta é obscurecida por uma figura escorada, que reclina suavemente contra a ombreira da porta, frouxo como uma trouxa de roupa milhada – (Ah! eu os conheço bem, lá vêm eles) – um outro, e mais um outro, chegam, e escoram o corpo em um cantinho conveniente, ou um no outro, e logo temos uma pequena multidão em volta da porta, todos com os olhos pregados em mim e discutindo abertamente a minha aparência. Ouço a seguinte avaliação de minha pessoa: É ele o estrangeiro? Ele não é muito gordo, ou muito bonito, ou muito grande. Imagino o que é que ele come. Ele é muito rico; aquelas caixas todas dele estão cheias de dinheiro. Naturalmente, todos os estrangeiros são ricos. Os ingleses fabricam todo o dinheiro do mundo; eu queria ser inglês. Eu não, dizem que eles todos são pagãos. O que é que esse estrangeiro faz? Oh! Ele é um mascate, naturalmente. Não, acho que ele é um capitão enviado pelo governo para arrematar recrutas. A esta última sugestão, há uma movimentação e alguns dos meus espectadores acham aconselhável ir andando.

Pergunto a meus visitantes se eles querem alguma coisa.

‘Não’, respondem com apatia.

‘O que é que vocês estão esperando então?’

³⁸³ WELLS, 1995, v. 1, p. 195.

³⁸⁴ ROSA, 2001, p. 96.

³⁸⁵ ROSA, 2001, p.96.

³⁸⁶ ROSA, 2001, p. 169.

³⁸⁷ BHABHA, 2007, p. 71.

‘Nada’.

‘Para que vocês vieram?’

‘Para nada.’

‘Então vocês podiam ir embora.’

Nenhuma resposta é dada a esse pedido, mas segue-se uma concentração maior de olhares fixos, com bocas abertas, queixos caídos e corpos em todos os estágios de lassidão.

Neste momento, meu empregado Chico chega. Mesmo ele parece não ver nada de mais na minha porta abarrotada; até pede cortesmente licença para entrar. Eles abrem suas alas malcheirosas e as fecham de novo depois que ele passa. Meus visitantes são negros, mulatos e morenos, usam chapéus de palha, ou couro, ou feltro; paletós do substancial algodão caseiro de Minas, branco, colorido ou listrado; camisas e calças do mesmo material; seus pés estão descalços e alguns ornamentados com imensas esporas de ferro com rosetas, e todos eles carregam facas, grandes ou pequenas. A única maneira de livrar-me de minhas visitas intrometidas é sair de casa e entrar na venda ao lado, onde o dono tem um negócio movimentado, comerciando em pequenas quantidades de cachaça e fumo, a 40 reis a porção. Sua venda exibia a heterogênea coleção habitual de mercadorias comumente encontrada nessas vendas de interior, onde o odor râncido de bacalhau supera todos os outros perfumes. Meus visitantes de há pouco seguem-me até a loja, para ter uma visão do inglês fazendo compras. Finalmente, o meu anfitrião, tendo esgotado todas as doses possíveis de cachaça com seus fregueses, sugere um passeio pelo arraial³⁸⁸.

Nas duas cenas acima recuperadas, assim como em inúmeras outras cenas do relato, Wells escreve o discurso do sertanejo com as próprias palavras deste, ainda que o viajante aí reconheça que o discurso que se segue é apenas “*mais ou menos* o que ele falou”³⁸⁹. Note-se que esse “mais ou menos” já se faz muito pois que rompe com a narrativa do viajante para que o sertanejo narre. Verifica-se que aí o sertanejo conquista uma posição enunciativa impossível de ser conquistada no universo exterior ao texto de Wells. Acredita-se, contudo, que é muito pouco provável que Wells tenha se dado conta disso no ato de sua escrita, bem como parece-nos que Wells não se demorou em suas reflexões acerca do quão significativo se tornou nesse momento esse “mais ou menos”, com que expressa a sua incapacidade em representar a voz do sertanejo. Sabemos hoje, na trilha de Spivak, da validade dessas palavras que o viajante inglês utiliza para reconhecer o inacabamento que reveste o discurso do subalterno quando este se faz apresentar pelas palavras de um outro sujeito social, principalmente se se trata este último daquele que ocupa na hierarquia social uma posição diametralmente oposta. Afinal, “o subalterno não pode falar” e, ainda que este articule uma fala, esta não encontra um “caráter dialógico”, nem mesmo por ela não é possível haver um “processo de autorrepresentação do sujeito subalterno”, pois que “o ato de ser ouvido não ocorre”, “a fala do subalterno e do colonizado está sempre intermediada pela voz

³⁸⁸ WELLS, 1995, v. 1, p. 301.

³⁸⁹ WELLS, 1995, v. 1, p. 194. Grifo meu

de outrem”³⁹⁰. Assim, ao representar a voz do sertanejo, o viajante observador idealiza uma enunciação possível para o subalterno no sentido de que essa hipotética voz se torne apreensível para o leitor. Não obstante, se a representação da voz do sujeito marginalizado ingressa no texto, ainda que a título de suplemento, evidencia-se, no próprio texto de Wells, uma negociação entre as forças do discurso subalterno e do discurso dominante. Consta-se que no texto de Rosa essa negociação cederá o lugar para a inversão de papéis com a monumental narração riobaldiana e o silenciamento do “‘estrangeiro’, ‘homem de fora’, ‘pagão’, ‘doutor’, ‘branco’, inglês’, ‘bicho’”³⁹¹, “homem sobrevivendo, sensato, fiel como papel”³⁹², contrário àquele “muito pobre coitado”³⁹³ do narrador de *GS:V*.

SERTANEJOS, INDOLENTES (?)

Em direção a Coração de Jesus, Wells, que já começa a lamentar a quantidade de habitações encontradas “tão poucas e distantes” e a estranheza da “ausência de vida animal”³⁹⁴, hospeda-se na propriedade do Senhor Hipólito Rodrigues Soares, a quem Wells descreve como “um espécime bom, mas raro, de um brasileiro do interior corado e sadio; seu rosto honesto irradiava saúde, cordialidade, e o contentamento de uma vida industriosa”, sua residência, embora modesta, era ordenada e limpa³⁹⁵. Mais impressionado se mostra com sua esposa “uma mulher de aparência saudável de cerca de quarenta anos de idade; como sua casa, ela também era muito asseada”³⁹⁶. Wells logo veio a saber que esta “havia sido criada entre ingleses das minas de Morro Velho. Ela disse que gostava de ingleses e que eles sabiam como passar bem”³⁹⁷. Deste encontro, conclui Wells:

Quando um viajante no Brasil, ocasionalmente, encontra pessoas tão boas quanto estas, ele será de fato duro de coração se não apreciar profundamente sua natureza generosa e lembrar com gratidão, talvez nem tanto sua amável hospitalidade, quando o prazer e a satisfação advindos de encontrar ‘um bom camarada’³⁹⁸.

Mas logo adiante, em Contendas, adverte:

³⁹⁰ Cf. ALMEIDA, in SPIVAK, 2010, p. 14.

³⁹¹ WELLS, 1995, v. 2, p. 83.

³⁹² ROSA, 2001, p. 134.

³⁹³ ROSA, 2001, p. 12.

³⁹⁴ WELLS, 1995, v. 1, p. 287.

³⁹⁵ WELLS, 1995, v. 1, p. 287.

³⁹⁶ WELLS, 1995, v.1, p. 287.

³⁹⁷ WELLS, 1995, v.1, p. 287.

³⁹⁸ WELLS, 1995, v.1, p. 287-288.

As pessoas vagueavam apáticas pelas ruas, ou se apoiavam com toda a sua frouxidão nas portas ou janelas. Em todas as cidades brasileiras, mesmo nas cidades da costa, a primeira coisa que chama a atenção do recém-chegado da Europa é a quantidade de gente que se vê em toda parte, apoiada ou reclinada em atitude de preguiça total, como se seus ossos tivessem sido extraídos dos corpos. É este hábito vicioso de não fazer nada e perder tempo que torna o país tão atrasado com relação a sua capacidade produtiva³⁹⁹.

Em Barreirinhas, convida o leitor à imaginação:

[...] imagine o que o mesmo lugar poderia ser se fosse habitado por uma raça industriosa e econômica –; casas bem cuidadas em meio a jardins e flores tropicais; as estradas para as cidades próximas melhoradas, carroções fortes de fazenda para transportar para o mercado a riqueza vegetal que pode ser tão facilmente cultivada neste vale rico e fértil. Mas para estas pessoas, estradas, ferrovias, e comunicações aperfeiçoadas não trazem qualquer benefício material; elas continuariam vegetando como antes e mantendo seus hábitos dissolutos e improvidentes. O clamor presente no Brasil é por ‘braços’. *Existem* braços em número suficiente, mas eles são braços relutantes; uma nova raça ou sangue novo é necessário e indispensável. É claro que há exceções a todas as regras, e ocasionalmente encontram-se exemplos de economia e diligência entre os habitantes do interior; mas eles são muito raros e são quase sempre membros da tão difamada raça negra⁴⁰⁰.

Se o maravilhoso funcionamento de uma fábrica de algodão, em meio ao sertão, foi para Wells um episódio memorável de ordem e boa vontade, isso se lhe apresenta como um caso raro e irrepetível em suas viagens:

Tudo estava em excelente ordem e método. O zumbido da maquinaria e a excelente disciplina mantida no local de trabalho era uma cena inédita de se ver no interior de Minas. A fábrica fora montada há apenas três anos, e os lucros tinham sido tão grandes que o custo já tinha sido quase todo recuperado. Ela é um sucesso tão grande que os proprietários estavam, na época, em vias de montar mais uma em Curvelo, há algumas milhas de distância. [...] Atrás dos prédios da fábrica e do depósito havia uma longa série de casas para os trabalhadores da fábrica, homens, mulheres e crianças; suas refeições diárias eram fornecidas em um longo galpão adjunto. Eles pareciam contentes e felizes, estavam decentemente vestidos, suas pessoas e casas eram limpas, eram econômicos, trabalhadores, sóbrios e bem-comportados. Que mudança a diligência e a disciplina operaram nessas pessoas! Que diferença do habitual esbanjamento, semidesnutrição e inutilidade de suas vidas! Uma disciplina estrita e excelente era mantida, e toda conversação proibida na fábrica, exceto aquela absolutamente necessária para o serviço. Esse exemplo de administração brasileira só pode ser altamente recomendado e mostra o que realmente pode ser feito com as pessoas do campo em mãos boas e adequadas^{*401}.

³⁹⁹ WELLS, 1995, v.1, p. 301.

⁴⁰⁰ WELLS, 1995, v.1, p. 306.

* “Fiquei tão impressionado com os méritos e vantagens deste empreendimento que, quanto retornei à Inglaterra em 1876, procurei e consegui uma estimativa confiável e detalhada do custo de implantação e despesas de

Se Wells exulta ante o bom comportamento dos trabalhadores de Minas Gerais, não olvida aí as exceções à regra:

De fato, em nenhum país da América do Sul há camponeses de disposição mais pacífica do que estes de Minas Gerais; não há pronunciamentos nem revoluções ou escaramuças eleitorais por um presidente, como nas repúblicas vizinhas; mas ocasionalmente, em algumas províncias, ocorrem contendas locais pela escolha de deputados concorrentes, que às vezes terminam em incidentes fatais⁴⁰².

Adiante, no acampamento montado para o Levantamento da Seção n.º II, na Fazenda Picada, imediatamente iniciou os trabalhos e angariou seus funcionários tendo escolhido

uns poucos homens para trabalhar comigo, mas foi-me dado a entender que estavam fazendo um grande favor em entrar a meu serviço. Um homem que cochilava em um banco, em resposta à minha pergunta se ele queria ou não trabalhar para mim, deu um terrível bocejo e disse que talvez em uma semana ou duas pudesse ir, mas que agora estava muito ocupado; ele parecia ter passado uma semana dormindo⁴⁰³.

Se Wells se surpreende diante do cenário encontrado no Rio, em Juiz de Fora ou pelas estradas da hoje região da Zona da Mata, na sua terceira seção, a “tão esperada meta” para a equipe de Wells em torno do Rio São Francisco, o viajante vê frustrada a sua expectativa e afirma: “minhas loucas fantasias foram se esvaindo gradualmente; era tudo muito prosaico, e extremamente quente e abafado [...] a primeira vista do rio foi sem dúvida desapontadora”⁴⁰⁴. O aspecto desabonador da paisagem, o calor excessivo, a presença de mosquitos, a ocorrência de febres tornavam “a perspectiva de uma longa residência” na região para Wells “nada alvissareira”⁴⁰⁵. Pronto o acampamento, Wells logo terá a oportunidade de verificar outros incômodos como a necessidade de “trabalhar sobre uma mesa mal iluminada pela chama tremeluzente do pavio grosseiro do lampião rústico de óleo de mamona” e o

operação de uma fábrica destas e outras partes, ainda mais vantajosas, do interior do Brasil, e, deixando uma margem para todas as contingências adversas, os resultados mostraram não apenas um possível, mas um provável lucro de 40 a 50 por cento ao ano. Naquela época não havia mais de meia dúzia de tecelagens industriais no Brasil inteiro (agora há 62) e todas são prósperas, especialmente as do interior, onde a matéria-prima pode ser adquirida por preço mais baixo e o produto vendido por um preço melhor do que na costa, sem falar da mão-de-obra mais barata do interior.” N. A. WELLS, 1995, v. 1, p. 181.

⁴⁰¹ WELLS, 1995, v. 1, p. 181.

⁴⁰² WELLS, 1995, v. 1, p. 183.

⁴⁰³ WELLS, 1995, v. 1, p. 215.

⁴⁰⁴ WELLS, 1995, v.1, p. 218

⁴⁰⁵ WELLS, 1995, v.1, p.218

assalto da paz pela “nuvens de mosquitos, entoando uma canção furiosa em volta de sua cabeça, picando mãos, pernas, rosto, pescoço, atravessando com suas verrumas os panos ou roupas de flanela”, ou “a quantidade de gado que se juntava em volta da cabana à noite, mugindo, esfregando-se contra as quinas das paredes, e destruindo continuamente o teto de sapé”, obrigando a construir “uma cerca em volta da cabana” e, mesmo assim ter de “suportar os berros e concertos noturnos”⁴⁰⁶.

Sobre os sertanejos aí encontrados, informa-nos Wells:

Não existe indigência absoluta (o que é praticamente impossível) mas todas as pessoas são muito pobres, e com dificuldades obtêm meios suficientes para adquirir aqueles itens que suas terras não produzem. A região é tão generosamente dotada de vales úmidos e florestas e de rios que, não importa quão seca seja a estação, pode-se sempre encontrar pasto, e a agricultura floresce. A causa da pobreza vem do próprio povo, que por gerações de vidas não teve qualquer estímulo ao trabalho regular e, como todos produzem as mesmas coisas, sabem que, se a demanda dos pequenos mercados locais for ultrapassada, os preços não serão compensadores. Se a estação não foi boa, aqueles que por sorte têm algum excedente do qual dispor são recompensados por preços altos; se foi boa, eles acumulam estoques para a estação seguinte de feijões, milho, farinha, etc., mas recebem pouca compensação por seu excedente quando todos estão nas mesmas condições, e não precisam comprar ou permutar. Uma ferrovia seria um grande benefício para eles, mas eles não podem (a menos que ocorra a imigração) pagar pelas despesas de mão de obra com sua produção coletiva. São, regra geral, pessoas calmas e inofensivas, hospitaleiras para com o estranho, que é bem-vindo à acomodação e alimentação rudes que suas casas pobres podem fornecer. São bons para suas famílias, especialmente os velhos, mas as crianças crescem selvagens, mimadas e sem qualquer bom preceito moral. Os meninos seguem o exemplo de seus pais, e as meninas o de suas mães, e assim, geração após geração se passa sem que se adquiram novas idéias de progresso, e ouve-se por toda parte a resposta invariável a qualquer sugestão de inovação ou melhoria: ‘Não estamos acostumados’⁴⁰⁷.

Inscrito na ordem da indefectível ambivalência, seu discurso – por maior que seja o esforço de “estruturação/ordenação” do narrador – apenas tornará mais evidente a sua pouca consciência sobre os desvios que ocorrem em seu discurso colonizador. Afinal, “a ambivalência confunde o cálculo dos eventos e a relevância dos padrões de ação memorizados”⁴⁰⁸. Se “classificar consiste no ato de incluir e excluir” entidades e se há “entidades” que “não enviam sinais legíveis para a ação ou enviam sinais que confundem os receptores por serem mutuamente contraditórios” é justamente na indecidibilidade sobre o que incluir ou excluir que a coerção do ato classificatório se mostra insuficiente.

⁴⁰⁶ WELLS, 1995, v.1, p. 218-219

⁴⁰⁷ WELLS, 1995, v. 1, p. 236.

⁴⁰⁸ BAUMAN, 1999, p. 10.

Conforme já relembrou Bauman, o “principal sintoma de desordem [da desordem específica da linguagem, em que a ambivalência se constitui] é o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas”⁴⁰⁹. A ambivalência só é entendida como desordem por pressupor profunda ansiedade e indecisão que nos acomete, tirando do eixo nossas ideias, em virtude de não sabermos como nomear ou classificar algo, alguém, alguma situação. No caso de Wells, parece-nos que ela se manifesta por escapar-lhe a capacidade em fixar definitivamente a imagem do sertanejo brasileiro conferindo-lhe um estereótipo capaz de tornar seu discurso linear – e não tortuoso, cheio de idas e voltas, como se torna o seu. Desenredado o discurso, Wells parece ignorar como “ir adiante”⁴¹⁰, uma vez que as situações de interação com os sertanejos, sobretudo em Minas Gerais, que lhe sobrevêm, não são conforme a qualquer modelo; ele não pode se basear no sucesso ou no fracasso de suas relações passadas com tais sertanejos para calcular “com toda certeza”⁴¹¹ que a imagem que atribui a um sertanejo poderá, sem problemas, ser atribuída a outro que encontra adiante.

⁴⁰⁹ BAUMAN, 1999, p. 9.

⁴¹⁰ BAUMAN, 1999, p. 9.

⁴¹¹ BAUMAN, 1999, p. 9.

CAPÍTULO III

A CARNAVALIZAÇÃO, A FAZENDA SEMPRE-VERDE, A CASA DOS TUCANOS

A leitura de *GS:V* permite perceber que a invenção do espaço sertanejo mobiliza a representação das mil faces secretas dos seres que o povoam, seres cuja identidade e natureza se decompõem em multítons como se fora a própria escrita o sólido prismático a dispersar feixes de luz que porventura fossem capazes de guiar em linha reta a visão do leitor pelos gerais dos campos e dos seres deste sertão mítico. Nesse trabalho do autor mineiro, a dimensão inventiva o singulariza e faz com que a construção dos seus personagens permita ao leitor por vezes encontrar-se e no mais das vezes confrontar-se com aspectos da condição humana recalcados. São sentimentos inconfessáveis, passos erráticos e diversos, palavras interdidas, arrancadas do universo real em que habitamos que nos vêm à tona no ato de ler. Tais encontros/confrontos situam o leitor entre o prazer advindo do fruir do texto literário, tantas vezes poético, e a perturbação do confortável e seguro local em que o leitor se posta por trás das letras que se sucedem e fluem ordenadas pela página em branco. O que não se revela em uma leitura de relance é que nessas mesmas páginas vigem poros e rupturas que impedem o leitor de ir adiante, seguindo leitura, obrigando-o a “de-morar” em zonas de indecidibilidade. Em *GS:V*, é possível constatar como a representação de uma agência discursiva objetificada por séculos, pode se tornar “uma prática desconfortável, perturbadora, de sobrevivência e complementaridade – entre a arte e a política, o passado e o presente, o público e o privado – na mesma medida em que seu ser resplandecente é um momento de prazer, esclarecimento ou libertação”⁴¹².

III.1 RE-BELUM⁴¹³: GUERRA E CARNAVALIZAÇÃO EM *GS:V*

Aquela guerra ia durar a vida inteira?

J. G. Rosa.

⁴¹² BHABHA, 2007, p. 245.

⁴¹³ Devo ao texto “Às voltas com a aporia do mal, o redemunho”, da pesquisadora Anita Martins R. de Moraes a associação do nome de Bebelo à guerra intermitente. Diz Moraes: “Da atualização brasileira desse projeto [projeto civilizador] participa Zé Bebelo, que veio acabar com a ‘jagunçada brava’, trazer escolas e estradas, ‘tudo muito nacional’, e é personagem que traz no nome a marca da guerra intermitente – re-belum”. MORAES, 2008, p. 101.

Podemos pensar que os massacres tenham terminado – mesmo que cá ou lá se repitam, não muito longe de nós. Mas aquela partida nunca terminou, é como se continuasse ainda, ininterruptamente. Ela é o emblema perfeito e eterno da ‘zona cinzenta’ que não conhece tempo e está em todos os lugares.

G. Agamben

No campo de concentração nazista, a imprecisão da delimitação de fronteiras entre extremos, tais como: dentro e fora, vítima e algoz, bem e mal, lícito e ilícito, regra e exceção, delineou a atmosfera da situação abismal diante da qual se encontravam os prisioneiros de guerra. Essa situação configurava o inimaginável e o insensato subjacentes às formas de vida nestes espaços. Nesse cenário que retirava dos prisioneiros qualquer possibilidade de compreensão, a única saída viável consistia em tentar sobreviver e, mais que isso, “tentar sobreviver a qualquer custo, isto é, ao custo do entendimento e, também da comunicação com os outros”⁴¹⁴. Certamente era essa situação-limite, nos termos de Primo Levi, era esta “ambiguidade humana fatalmente provocada pela opressão”⁴¹⁵ que levava os prisioneiros ou a afogar-se nos primeiros dias, ou por meio unicamente da singularidade de cada indivíduo, sobreviver ao campo.

É essa mesma situação que inviabiliza qualquer dispositivo jurídico que possa pretender julgar ou condenar os sobreviventes aos massacres nazistas, instaurando sobre os casos a *impotentia judicandi*⁴¹⁶. Levi argumenta ainda que a capacidade de emitir julgamento moral, principalmente por parte dos sobreviventes aos campos de concentração, é tarefa a que todos devem se abster e da qual ele próprio se afasta categoricamente. Essa se constitui na distância que o separa da categoria de *testis* (testemunha no sentido de um terceiro entre duas partes) e o coloca na categoria de *superstes* (aquele que viveu algo e tenta relatá-lo)⁴¹⁷.

O posicionamento de Levi em seus relatos sobre sua passagem pelo *lager* ainda permanece singular. É sabido que muitos dos sobreviventes ao campo de extermínio nazista, ao serem libertados, sentiram a necessidade de escrever acerca da experiência vivenciada e sabe-se também que ao dar corpo aos seus testemunhos não escaparam à sedução de reduzir a vida vivida nesse espaço a dois blocos: “o das vítimas e o dos opressores”; sedução que os levou ao esforço de distanciar o bem e o mal, de separar os justos e os réprobos, de se separarem dos inimigos. Levi considera esse esforço uma simplificação maniqueísta que não

⁴¹⁴ GAGNEBIN, *In* AGAMBEN, 2008, p. 12-13.

⁴¹⁵ LEVI, 1990, p. 51.

⁴¹⁶ Cf. LEVI, 1990.

⁴¹⁷ Cf. AGAMBEN, 2008, p. 13.

procede. Não é difícil imaginar que essa consiste em uma operação realizada também por inúmeros leitores desses textos. Levi observa que “os jovens, sobretudo, pedem clareza, o corte nítido; sendo escassa sua experiência do mundo, eles não amam a ambiguidade”⁴¹⁸; considera ainda que “o mundo no qual se precipitava era decerto terrível, mas também indecifrável: não era conforme a nenhum modelo [...] os contendores não eram dois, não se distinguia uma fronteira mas muitas e confusas, talvez inúmeras, separando cada um do outro”⁴¹⁹. Sabe-se que o espaço do *lager* era envolvido por uma “*zona cinzenta*, com contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos. Possuía uma estrutura interna incrivelmente complicada e abrigava em si o suficiente para confundir nossa necessidade de julgar”⁴²⁰. Miklos Nyiszli, médico de origem húngara, um dos raros sobreviventes do Esquadrão Especial de Auschwitz (SS), confere-nos uma imagem exemplar da zona cinzenta a que Levi se refere. Trata-se da partida de futebol assistida por ele entre representantes do SS e representantes do *Sonderkommando*. Conforme o testemunho de Nyiszli, a partida era assistida por outros representantes de ambos “os times”. A plateia se portava “torcendo, apostando, aplaudindo, encorajando os jogadores, como se a partida se desenrolasse não diante das portas do inferno, mas num campo de aldeia”⁴²¹.

Nada semelhante jamais aconteceu, nem seria concebível, com outras categorias de prisioneiros; mas com eles, com os ‘corvos do forno crematório’, os SS podiam entrar em campo, em igualdade ou quase. Por trás desse armistício se lê um riso satânico: está consumado, conseguimos, vocês não são mais a outra raça, a anti-raça, o inimigo primeiro do Reich milenar: vocês não são mais o povo que refuta os ídolos. Nós os abraçamos, corrompemos, arrastamos para o fundo conosco. Vocês são como nós, vocês com seu orgulho: sujos de seu sangue, como nós. Também vocês, como nós e como Caim, mataram o irmão. Venham, podemos jogar juntos⁴²².

Diante da aporia que advém da perversidade instaurada na zona cinzenta do campo de concentração nazista, intelectuais e artistas do mundo inteiro são convidados a tratar o tema no sentido de que “a arte nos aponte uma resposta, mesmo que ela não saiba”⁴²³. Levi relembra o posicionamento de Liliana Cavani, diretora cinematográfica a quem foi pedido que se manifestasse de forma sucinta sobre o sentido de um filme seu, tendo ela se

⁴¹⁸ LEVI, 1990, p. 32.

⁴¹⁹ LEVI, 1990, p. 32.

⁴²⁰ LEVI, 1990, p. 36. Grifo meu.

⁴²¹ LEVI, 1990, P. 47.

⁴²² LEVI, 1990, p. 47.

⁴²³ MONTENEGRO, Oswaldo. *Metade*. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/oswaldo-montenegro/72954>>. Acesso em: 27 nov. 2009.

declarado: “somos todos vítimas ou assassinos e aceitamos estes papéis voluntariamente. Só Sade e Dostoievski compreenderam isto bem’. Disse também acreditar ‘que em todo ambiente, em toda relação, há uma dinâmica vítima-carrasco mais ou menos claramente expressa e geralmente vivida em nível não consciente’”.⁴²⁴

Esse depoimento vai ao encontro do pensamento teórico de Giorgio Agamben, para quem esta zona cinzenta, conceito que subjaz às palavras de Liliana e Nyiszli e que se manifesta explicitamente no discurso de Levi como a característica inescapável para se descrever a atmosfera específica do campo de concentração, tornou-se ubíqua. O conceito é recorrentemente recuperado pelo filósofo italiano e parece-nos exemplar para lançar luzes sobre as singularidades de outros eventos processados em outros tempos e lugares que, independente do espaço-tempo em que se situam em relação à Alemanha nazista, turvam nossa visão e dão a impressão de que foi o nosso ouvido que entortou.

Consideramos que a zona cinzenta consiste em um conceito importante ao tratamento do *corpus* escolhido para objeto desta dissertação. Afinal, associar a zona cinzenta ao texto rosiano não se trata de nenhuma novidade, principalmente se nos lembramos dos textos de Ettore Finazzi-Agrò. Este outro crítico italiano contemporâneo, que tantos retornos faz ao texto de Agamben ao realizar aproximações similares a estas que aqui se inicia. Um exemplo disso encontra-se no texto “*Pós-tudo: banimento e abandono em Grande Sertão*”, que contempla o encontro de Riobaldo com os catrumanos e a ascensão em seu espírito da mescla dos sentimentos de medo e piedade. Leia-se:

chegamos depois de um fim, de fato: um fim ambíguo, aliás, e que não encerra um sentido, não delimita um território textual, mas que, isto sim, define (sem definir) aquela zona incerta e perigosa que se abre entre o *sim* e o *não*, entre a afirmação e a interrogação, entre a certeza e a dúvida. Considero, por isso, que, para continuar lendo a narrativa rosiana, devemos assumir a nossa condição *póstuma*, isto é, de-morar nessa zona incerta, habitar esse limiar que não separa nem junta, mas que deixa, a meu ver, balançar o discurso numa latência que nenhuma de-cisão ou corte pode tornar uni-forme ou uni-voco (também porque ele é, como se sabe, um discurso frequentemente ubíquo, monológico e dialógico ao mesmo tempo)⁴²⁵.

Não se trata aqui de atestar ou refutar a posição de Finazzi-Agrò acerca desta “nossa condição póstuma”. Caso fosse assim, dir-se-ia inicialmente tratar-se de uma anúncio demasiado apocalíptica. Trata-se, isso sim, de arregimentar para este trabalho sua crítica acerca desta necessidade de se “de-morar nessa zona incerta” a fim de continuar a ler a

⁴²⁴ LEVI, 1990, p. 41.

⁴²⁵ FINAZZI-AGRÒ, 2007, p. 162. Grifos do autor.

narrativa rosiana, entendendo que Finazzi-Agrò, mesmo sem mencionar *ipsis litteris* a zona cinzenta, nas palavras de Levi, operacionaliza aí o conceito desse sobrevivente, via Agamben⁴²⁶.

De fato, no âmbito do romance de Rosa e de forma exemplar na representação do jagunço sertanejo é possível, em vários momentos do texto, verificar os contornos mal definidos dessa zona incerta que envolve o espaço da narrativa. O fragmento abaixo não nos permite ignorar também que seu narrador é seduzido pelo mesmo gesto de segregação de oposições binárias com o qual operam também muitos sobreviventes ao campo de extermínio nazista e muitos dos leitores dos relatos por estes produzidos. Note-se

que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtroz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado...⁴²⁷

Parece válido atentar que o fragmento acima transcrito do romance *GS:V* deixa clara a intenção de Riobaldo em imprimir em sua imagem pessoal uma máscara de idoneidade, de moralidade e pacificação. Essa máscara, de modo geral, será também impressa à representação de outros jagunços. Esses personagens, não raro, assumem aos olhos e discurso do narrador uma idealização romântica, sendo colocados em uma posição de avatares dos cavaleiros medievais, a “combater moinhos”, a “caminhar entre o medo e o prazer”⁴²⁸ quando, em suas aventuras por terras estranhas, atestam que seu viver é sempre muito perigoso, exigindo façanhas somente conseguidas com inteligência e coragem; atributos que eles próprios se arrogam. Essa imagem Riobaldo parece querer sempre preservada aos olhos do seu atento, ilustre e silencioso interlocutor; possivelmente para que possa ser exaurida a imagem da rebeldia, da violência e da belicosidade, grosso modo, atribuída ao jagunço em outros textos e lugares, onde recorrentemente é tido como o cangaceiro, o bandido salteador do sertão brasileiro.

Malgrado a tentativa de Riobaldo de fazer sobressair a imagem do jagunço romântico em *Grande Sertão: Veredas*, em vários momentos o seu discurso se desconstrói,

⁴²⁶ Em “*Pós-tudo: banimento e abandono em Grande Sertão*” Finazzi-Agrò cita as seguintes obras de Agamben *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995; *L’aperto: l’uomo e l’animale*. Torino. Bollati Boringhieri, 2002 e *Stato di eccezione*. Torino. Bollati Boringhieri, 2003.

⁴²⁷ ROSA, 2001, p. 307.

⁴²⁸ MARIANO, César Camargo e BARBOSA, Lula. *Dom Quixote*. Disponível em <http://www.terra.com.br/maria-rita/838521/>. Acessado em 24 de novembro de 2009.

revelando que a ambiguidade será sempre um signo da imagem que compõe não apenas de si como dos seus pares e, em especial, aqueles seus companheiros jagunços aos quais atribui características de honra, lealdade e coragem. Essa ambiguidade se inscreve na imagem do jagunço, de acordo com Vera Lúcia Andrade, “como um princípio organizador”⁴²⁹, os jagunços se comportam ora a serviço do bem, ora a serviço do mal, ora são benfeitores, ora malfeitores, ora são soldados das leis, ora suspendem essas mesmas leis. Nesses termos, recorrer às operações binárias para dar conta da representação do jagunço torna-se insatisfatório, pois, conforme Eagleton, “talvez o que esteja de fora também esteja, de alguma forma, dentro, talvez o que seja estranho seja também íntimo”⁴³⁰. Conforme ainda acrescenta Andrade, a contradição que subjaz à imagem do jagunço “erige-se em tensão: nem só bandido, nem só herói, mas bandido e herói, o jagunço em *Grande Sertão: Veredas* traz implícita em sua figura a ambiguidade que percorre o romance em muitos outros níveis”⁴³¹.

Sabe-se que as oposições binárias ligam-se diretamente às abordagens ideológicas e à peculiaridade dessas abordagens em fixar fronteiras que demarcam aquilo que é admissível e aquilo que não o é. As operações críticas realizadas no âmbito do desconstrucionismo, na tentativa de encontrar outras vias para escaparem à metafísica moderna, são capazes de relativizar o rigor dessas oposições. Quanto à realização de tais operações críticas no âmbito do romance rosiano, é facilmente possível verificar que ocorrem com frequência e, não apenas em sua obra-prima, como em vários de seus outros textos, como sendo fruto do pensamento humanista desenvolvido por toda a trajetória da sua vida pessoal e intelectual.

Nos termos de Anita Moraes, Riobaldo, que em vários momentos confessa profundo desejo de ver os pastos demarcados, vê sua narrativa “corroer as cercas”, “desmanchar fronteiras que facilitaríamos as coisas”⁴³²; tornando impossível seguir o seu conselho de “parar o bom longe do ruim, o são longe do doente, o vivo longe do morto, o frio longe do quente, o rico longe do pobre”⁴³³.

No fragmento abaixo, podemos verificar o imediatismo e praticidade beirando à barbárie na resolução de conflitos entre os sertanejos jagunços. Logo no início do romance, tem-se um Riobaldo envelhecido, ex-jagunço, ex-chefe de bando, investido da condição de grande proprietário de fazendas, no meio do sertão mineiro, a subordinar seus ex-

⁴²⁹ ANDRADE, 1991, p. 492.

⁴³⁰ EAGLETON, 2006, p. 200.

⁴³¹ ANDRADE, 1991, p. 492.

⁴³² MORAES, 2008, p. 99.

⁴³³ ROSA, 2001, p. 552.

companheiros de jagunçagem a fim de que estes lhe resguardem a paz em suas terras. Verifique-se:

mas, hoje, que raciocinei, e penso a oito, não nem por isso não dou por baixa minha competência, num fogo-e-ferro. A ver. Chegassem viessem aqui com guerra em mim, com más partes, com outras leis, ou com sobejos olhares, e eu ainda sorteio de acender esta zona, ai, se, se! É na boca do trabuco: é no tétetêtem... E sozinhozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, hei coloquei redor meu minha gente⁴³⁴.

Na cena acima recuperada do texto de *GS:V*, vê-se claramente a divisão entre chefe e subalternos, a primeira classe em sua atuação para a dominação da segunda. E, aqui, vê-se a representação de estruturas de poder que se estabelecem não apenas no sertão mineiro, mas também em todo o Ocidente. Sob o pretexto de defender-se de possíveis invasores, Riobaldo organiza seu próprio sistema de segurança baseado na perseguição ao inimigo através da violência física irrestrita, procedendo, nos moldes de uma política tradicional de manutenção da ordem através da violência, numa ampla glorificação da violência que legitima o poder daquele que o manda por em prática. Esse fragmento permite pôr em evidência uma das principais características do mandonismo, qual seja, a concepção de poder como sinônimo de violência. Riobaldo, como outros latifundiários “fazendeiros graúdos”, “todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada!”, “armados até os dentes”, em seus termos, é capaz de “por sede de suas fortes armas”⁴³⁵ a fim de defender suas propriedades rurais e seu poder sobre suas terras.

Para citarmos apenas alguns exemplos de como poder e violência se instauram no sertão mineiro real, recuperemos também nos relatos de James Wells, quando este realiza a sua última seção, “descendo o vale do São Francisco”, em Saco Grande, um episódio sintomático ocorrido em uma “fazenda pequena e isolada”, “exemplo do tipo usual da morada de sertanejos nestes distritos”. A fazenda é propriedade do Senhor Rozinho e a recepção do forasteiro é feita ao som de latidos e ganidos de cães furiosos. Assim se desenvolve o ponto alto da conversa:

‘Bem, imagine que eu, ou qualquer outro estranho, chegasse aqui e dissesse: ‘Estas terras são minhas’, e mostrasse documentos para provar o seu direito, e exigisse que o senhor se mudasse, o que o senhor faria?’
O Senhor Rozinho pensou um pouco, coçando a cabeça meditativamente*. Por fim respondeu sem emoção.

⁴³⁴ ROSA, 2001, p. 26.

⁴³⁵ ROSA, 2001, p. 150-151.

* É uma difícil operação para um matuto refletir acerca de um ponto questionável sem coçar a cabeça. N. A.

‘Eu o matava.’
‘Mas isto não seria um pecado?’
‘De jeito nenhum; seria simplesmente fazer justiça aos meus direitos, à minha família, à minha honra.’
‘É verdade’, responderam os dois desconhecidos em coro. Isto não seria pecado. Não, simplesmente uma questão de direito e negócio, e pecados não têm qualquer relação com esses assuntos.⁴³⁶

Adiante Wells nos dá mais um exemplo:

Muitos anos mais tarde estive em Minas Gerais com um homem que tinha uma concessão para os direitos exclusivos de mineração de uma grande região e especialmente de um determinado rio. Estávamos hospedados em uma grande fazenda, cujo proprietário era rico e educado. Meu companheiro informou-me que provavelmente iniciaria em breve as operações no rio. ‘Não sem o meu consentimento’, disse o fazendeiro, ‘pois o rio é meu no ponto em que atravessa a minha propriedade.’ ‘Pode ser, mas a minha concessão do governo autoriza-me a trabalhar no rio sem pedir permissão de quem quer que seja.’ ‘Pode ser, também, mas, para cada trabalhador que você trazer, trarei um camarada armado com um bacamarte. Mas vá trabalhar com sua turma, e eu não digo que não vamos chegar a um entendimento; só não tente fazer coisa alguma sem o meu consentimento.’ Meu companheiro, um ano ou dois depois, foi assassinado naquela região de modo misterioso (N. A.)⁴³⁷.

Como esse, inúmeros outros casos de desaparecimento misterioso de funcionários do governo são narrados na literatura que trata sobre o sertão norte de Minas Gerais. Uma rápida passada de olhos por escritores como Petrônio Braz⁴³⁸, Saul Martins⁴³⁹, Brasiliano Brás⁴⁴⁰, Manuel Ambrósio⁴⁴¹, Antônio Vieira Barbosa⁴⁴², todos referenciados por Maria Generosa Ferreira Souto em seu capítulo “Do sertão histórico de Petrônio Braz ao romance histórico de Georg Lukács”, parecem indicar que não apenas em Petrônio Braz, como confirmou Souto, mas também em boa parte da literatura norte mineira o “signo da modernidade recita aspectos sociológicos, como a relação entre o coronelismo, o chefe político e o povo, a interligação de poder, de mando, a força política dirigindo os destinos do município sem pensar na coletividade”⁴⁴³. Mesmo que os escritores desses trabalhos estejam longe de apresentar a genialidade de um mestre, oferecem em seus textos uma outra versão da história, uma história reinventada do sertão mineiro que deve ser contada, mas que não ingressou nos compêndios canônicos de historiografia e, assim, uma vez que tais escritos

⁴³⁶ WELLS, 1995, v. 1, p. 240-242.

⁴³⁷ WELLS, 1995, v. 1, p. 242.

⁴³⁸ Cf. BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2007.

⁴³⁹ Cf. MARTINS, Saul. Antônio Dó. A história verídica de um jagunço famoso. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1967; MARTINS, Saul. Antônio Dó. Belo Horizonte: SESC-MG, 1967.

⁴⁴⁰ BRAZ, Brasiliano. 1973. *São Francisco nos caminhos da história*. São Francisco/MG; Edição do autor, 1977.

⁴⁴¹ AMBRÓSIO, Manuel. *Manuel*. Januária, 1995.

⁴⁴² BARBOSA, 1970.

⁴⁴³ SOUTO, 2007, p. 103.

ocupam uma posição *fora* dos grandes textos literários e dos grandes textos históricos, sofrem de uma miséria crítica. É Guimarães Rosa quem monumentaliza essa outra história do norte mineiro, encenando e re-encenando magistralmente a luta dos jagunços entre si e contra os soldados do governo. Uma rápida passada de olhos por esses livros pode, por um momento, fazer-nos acreditar que tais fatos representados repousam no passado como frutos de um Brasil Colônia ou de um século XIX perdido no tempo. O fato é que, saindo do universo de papel e tinta e reingressando no sertão norte de Minas Gerais, ainda que seja em um breve itinerário, pode-se com facilidade constatar a atualidade das palavras de Affonso Ávila, ditas no calor da hora do lançamento do romance rosiano:

Nenhum escritor brasileiro, no entanto, será tão fiel à veracidade de seus motivos quanto o criador de Diadorim. Em *Sagarana*, *Corpo de Baile* e agora em *Grande Sertão: Veredas*, não são poucos os tipos colhidos ao vivo, as histórias correntes na sua região que ele transpõe para o domínio da arte. O jaguncismo, arma política de latifundiários, foi calamidade muitas vezes incrementada em Minas pelo próprio Governo, até voltas de 1930. Na zona de Lassance, onde, no povoado de Os-Porcos, nasceu Diadorim, o notável personagem de Guimarães Rosa, ainda são recordadas por pessoas mais idosas as façanhas de Zé Bebelo e Joca Ramiro, chefes de bando presentes no romance. O Capitão Fonseca, da Polícia Militar, ao qual o romancista alude de passagem, perseguiu e combateu grupos de capangas no Sertão, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, morrendo na revolução de 1930⁴⁴⁴.

Da mesma forma, ao reingressarmos no sertão norte de Minas Gerais, não é difícil constatar que em inúmeros povoados e distritos de Minas Gerais ainda há a presença de estruturas arcaicas tanto em termos de desenvolvimento social e econômico quanto em termos de desenvolvimento político. Mesmo municípios “melhor desenvolvidos” em termos de infraestrutura e circulação de capital ainda permanecem em constante diálogo com a violência praticada nos moldes do sertão de Riobaldo e Petrônio Brás.

Para citar de memória, relembro o episódio de repercussão internacional e comoção nacional ocorrido em data relativamente recente (28 de janeiro de 2004): a execução a “queima roupas” de três Auditores Fiscais do Trabalho e um motorista, todos funcionários do Estado de Minas Gerais em exercício por fazendas do Noroeste de Minas Gerais, em uma estrada rural⁴⁴⁵. Os funcionários em questão investigavam, após denúncias, a “ocorrência de trabalho em condições degradantes, com trabalhadores submetidos a longas e exaustivas

⁴⁴⁴ ÁVILA, A. 2006. Texto publicado originalmente no jornal “O Estado de São Paulo” 12/01/1957 – p. 4.

⁴⁴⁵ Auditores Fiscais: Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva; Motorista do Ministério do Trabalho e Emprego (Ailton Pereira de Oliveira). Fonte: AAFIT/MG Autor: Assessoria de Comunicação Data: 28/1/2008. Divulgado em Asteca Informa: ANO XI - Nº 129. FEV/2008. Disponível em www.astecainforma.com.br/ai/2008/200802.pdf. Acessado em 30.09.2010.

jornadas de trabalho e irregularidades trabalhistas”⁴⁴⁶. Muito embora, seis meses após a “chacina em Unaí”, como o acontecimento passou a ser tratado na mídia, o caso já tivesse sido completamente desvendado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal⁴⁴⁷. Hoje, seis anos depois, nenhum dos nove acusados, entre mandantes, intermediários e executores dos assassinados,⁴⁴⁸ foi ainda a julgamento. Referindo-se aos mandantes em questão, a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais – SINAIT, Rosângela

⁴⁴⁶ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar Site. Reportagem do diaSex, 28 de Maio de 2010 01:11. Disponível em polivanda.blogspot.com/2010/.../sobre-fim-de-13-salario.html. Acessado em 30.09.2010

⁴⁴⁷ “Chacina de Unaí – Há seis anos a notícia do assassinato dos três Auditores Fiscais do Trabalho e de um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE correu o mundo e, chocou a população pela violência, audácia e afronta ao Estado.

Seis meses depois, o crime foi desvendado. A Polícia identificou mandantes, contratantes e executores, no total de nove pessoas. Houve prisão dos acusados, e no final de 2004, a Justiça Federal decidiu que todos deveriam ir a Júri Popular. Nesse ínterim, um dos acusados de mandante do crime, foi eleito prefeito de Unaí, e adquiriu o direito de ser julgado em foro especial. Posteriormente, entendeu a Justiça que seu processo deveria ser desmembrado dos demais réus.

Uma infinidade de recursos foi apresentada pelos réus a instâncias superiores. Hoje restam dois recursos no Superior Tribunal de Justiça – STJ, que impedem a volta do processo a Minas Gerais, para que seja marcado o julgamento.

Ao longo desses seis anos, o SINAIT e dezenas de outras entidades protestam pela morosidade da Justiça e pela impunidade que isso significa.

Embora os AFTs Eratóstenes, João Batista e Nelson e o motorista Ailton não estivessem em Unaí para fiscalizar denúncias de trabalho escravo, as entidades que militam pela erradicação desta prática adotaram a data como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, instituído por lei, em homenagem aos colegas. Igualmente, o SINAIT propôs e conseguiu fazer aprovar o dia 28 de janeiro como o Dia do Auditor Fiscal do Trabalho.

“É uma data que se tornou símbolo de luta pela erradicação do trabalho escravo, cujo combate é feito diretamente pelos Auditores Fiscais do Trabalho, que foram o alvo da Chacina de Unaí. E quantas homenagens fizermos aos colegas será pouco, pois o crime foi hediondo, covarde. E tem que haver punição. É muito importante que muitas instituições, categorias, entidades, lembrem a data, e façam o vínculo da importância da punição dos culpados pela chacina, porque ontem o alvo foram os AFTs, amanhã poderá ser qualquer outro agente público”, diz a presidente do SINAIT, Rosângela Rassy.” Fonte SINAIT. Chacina de Unaí é tema de reportagem do Jornal da Record. 01.03.2010. Texto divulgado no site dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em www.afaiterj.org.br/.../1320-chacina-de-unai-e-tema-de-reportagem-do-jornal-da-record.html. Acessado em 30.09.2010.

⁴⁴⁸ “As cinco pessoas que permanecem presas são: os pistoleiros Erinaldo de Vasconcelos Silva (“Júnior”), Rogério Alan Rocha Rios e William Gomes de Miranda; o contratante Francisco Élder Pinheiro (conhecido como “Chico Pinheiro”) e o intermediário Humberto Ribeiro dos Santos. Os outros réus no caso que respondem ao processo em liberdade são: Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro e Norberto Mânica.

O prefeito de Unaí (MG), Antério Mânica (PSDB) também é acusado de ter encomendado a execução dos servidores. Contudo, Antério tem foro privilegiado por ser prefeito. Norberto e seus irmãos – Luiz Antônio e Celso – também foram flagrados explorando mão-de-obra degradante em Unaí (MG).

[...]

O inquérito da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) apresenta o incômodo causado pelas multas impostas pelos auditores, principalmente Nelson José da Silva, como motivação do crime. Nelson já havia aplicado cerca de R\$ 2 milhões em infrações à fazenda dos Mânica por descumprimento de leis trabalhistas. De 1995 a 2004, houve ao menos sete inspeções em propriedades pertencentes à família Mânica, em que foram lavrados 30 autos de infração relativos a irregularidades.

O Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi instituído por meio da Lei nº 12.064, de autoria do senador José Nery (PSol-PA), publicada no Diário Oficial da União de 29 de Outubro de 2009. A escolha da data está relacionada justamente com a Chacina de Unaí. “É uma homenagem aos colegas auditores fiscais vítimas deste crime e também a toda categoria. Com este ocorrido, tomamos consciência da falta de segurança que temos no exercício de nossas atividades”, comenta a presidente do Sinaít. Reportagem: “Chacina de Unaí (MG): impunidade continua”. Divulgado no site de Comissão Pastoral da terra. Disponível em www.coav.org.br/publique/media/Relatorio2005.pdf. Acessado em 30.09.2010.

Rassi, pronuncia: ‘eles são coronéis do século 21 e têm usado do poder para retardar os processos. Pela falta de segurança com os auditores fiscais do trabalho, desde o crime em 2004, o Estado de Minas Gerais não é autuado’⁴⁴⁹.

Vale destacar que a suposição do envolvimento do atual prefeito da cidade nos crimes cometidos não deixa de ser sintomática de como os grandes latifundiários em Minas Gerais, mesmo em um município como Unai – um dos mais importantes municípios brasileiros em matéria de produção de grãos, contando com uma das mais modernas e especializadas técnicas de colheita e plantio praticadas no país – continua a exercer forte peso político entre os poderes executivo e legislativo.

Em Minas Gerais e em outros inúmeros rincões deste país, suspeitos, sobretudo aqueles que articulam seus interesses pessoais às instâncias do poder e da política, assim como os demônios, são Legião. E assim como faltam aos brasileiros, naturalmente aqueles que ainda pensam acerca da situação política nacional, palavras para dar conta da expressão dos sentimentos de indignação pela multiplicação de cenas de natureza perversa, como essas no país, parece não haver números para totalizar a quantidade de casos como esse e muito menos para totalizar seus mortos.

Não obstante, por outro lado, é sintomático o fato de um político como Mânica ter sido eleito chefe do governo executivo no município de Unai, nas eleições de 2004, e reeleito em 2008 por absoluta maioria de votos dos eleitores locais. Ainda hoje, mesmo sob o peso de tais acusações, Mânica conta com indisfarçável aceitação no âmbito urbano e rural, no município em que se elegeu, desde populares à alta burguesia, dono de notória popularidade e credibilidade por parte de seus eleitores.

Diante disso, tanto com relação ao episódio de Rosa, de Wells ou de Unai aqui elencados é oportuno retornar à citação de Willi Bolle em *Grandesertão.br*, texto em que este ensaísta já notara que “é interessante observar como a história, seja de um indivíduo, seja de uma sociedade, pode ser conhecida melhor por meio do estudo dos sentimentos que ela oculta do que por aquilo que ela ostenta”⁴⁵⁰. Curioso ainda observar que essa observação parece ter sido escrita tendo em vista o que afirma Riobaldo em sua narrativa acerca de Zé Bebelo: “a gente sabe mais, de um homem, é o que ele esconde”⁴⁵¹.

⁴⁴⁹ Site Agência Brasil. Qui, 28 de Janeiro de 2010 11h32min. Auditores fiscais do trabalho exigem punição para acusados da chacina de Unai. Edição de Talita Cavalcante. Disponível em www.agrosoft.org.br/.../213190.htm. Acessado em 30.09.2010.

⁴⁵⁰ BOLLE, W, 2004, p. 243.

⁴⁵¹ ROSA, 2001, p. 147

Pensando nessa relação entre política, poder e violência, que se pode inferir das cenas acima, é possível ir ao encontro do pensamento de Hannah Arendt, em seu trabalho intitulado *Da Violência*. Neste trabalho a pesquisadora recupera o consenso que se estabeleceu entre os teóricos políticos da esquerda e da direita, quando afirmam que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”⁴⁵².

Afinal, a guerra e a violência, muito longe de se constituírem como práticas bárbaras ou ilegais no âmbito da política ocidental, em vários tempos e lugares têm sido as estratégias para a legitimação do poder estatal, verificando-se que, mesmo na contemporaneidade, as relações políticas se estabelecem ainda sob a relação mando-obediência.

Quando Riobaldo organiza o poder jagunço em torno das suas propriedades rurais, está aí organizando a violência; quando Rozinho insinua assassinar aquele que porventura explorasse suas terras, munido de certidão emitida pelo Estado, demonstra sua predisposição para instaurar atos violentos; o desaparecimento do companheiro de expedição de Wells, no século XIX e o assassinato dos funcionários do Estado em Unai, no século XXI, parecem-nos fragmentos de uma mesma história.

Diante das evidências entre a ligação política-violência, Arendt propõe a retomada da tradição de pensamento político greco-romano, no qual o conceito de poder está fundamentado no consentimento entre os cidadãos, isto é, entre o povo que atua no estabelecimento das leis e da justiça e não na violência, não na relação entre mando-obediência, não na identificação entre poder e domínio. Conforme Arendt, essa tradição é encontrada na Cidade-Estado ateniense e na Roma antiga⁴⁵³.

É recorrente no pensamento arendtiano esse conceito de poder fundado no apoio do povo, nos termos da *polis*, sendo que esse apoio se trata da continuação do consentimento que trouxe as leis à existência, sendo que tais leis vinculam-se ao momento fundacional das comunidades.

Já nos termos de Agamben, em *O que resta de Auschwitz*, o pensador italiano considera, de forma audaciosa, que a norma, a lei do espaço político contemporâneo não mais consiste na *polis* grega, mas no campo de concentração nazista.

⁴⁵² A autora cita: “toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência”, disse C. Wright Mills, ecoando, pode-se dizer, a definição de Max Weber do Estado como “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima”. [...] para Bertrand de Jouvenel, “a guerra apresenta-se como uma das atividades dos Estados *que pertence à sua essência*” [...] “Dar ordens e ser obedecido: sem isso, não existe Poder – na sua presença nenhum outro atributo é necessário para que exista... Aquilo sem o qual não pode existir: a sua essência é o domínio” (ARENDDT, 2004, p. 22-23).

⁴⁵³ ARENDT, 2004, p. 34.

Diz Agamben: “o campo é o espaço desta absoluta impossibilidade de decidir entre fato e direito, entre norma e aplicação, entre exceção e regra, que entretanto decide incessantemente sobre eles”⁴⁵⁴. Mesmo que persistam discordâncias entre historiadores acerca da aparição dos campos no ocidente⁴⁵⁵, pode-se verificar que a essência destes está na materialização do estado de exceção e na posterior criação de um espaço em que não é possível distinguir vida nua e norma, independente dos crimes que são cometidos, da sua denominação ou topografia específica. “O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra”⁴⁵⁶. O estado de exceção, por sua vez consiste numa figura jurídica pela qual o Poder se vale do Direito para suspendê-lo e se tornar soberano, sendo que a soberania consiste na “estrutura originária em que o direito se refere à vida e a inclui em si mesma através da sua própria suspensão”. No espaço político da modernidade, o campo surge como um evento que marca esse espaço de modo decisivo. Nesses termos, o banimento consiste na forma mais clara através da qual o estado de exceção se exprime: “aquele que é banido não é simplesmente colocado fora da lei e indiferente a ela, mas é abandonado por ela, é exposto e arriscado no limiar em que vida e direito, externo e interno se confundem”⁴⁵⁷.

Diante disso, acreditamos ser plausível pensar em um cotejo entre o campo (em especial o de extermínio nazista) e o sertão rosiano. Afinal, se o campo figura como “o novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento – ou antes, o sinal da impossibilidade do sistema funcionar sem transformar-se em uma máquina letal”, se o campo promove o “deslocamento crescente entre o nascimento (a vida nua) e o Estado-nação”, e constitui-se em um espaço de “localização deslocante”, pois que “o sistema político não ordena mais formas de vida e normas jurídicas em um espaço determinado”; se isso está correto, nos termos em que Agamben alude, o campo não nos parece muito distante daquele “espaço tempo fora do lugar, resquício de ordem superada que deve ser o mais rapidamente posta definitivamente no passado, que é a barbárie à espera da civilização”⁴⁵⁸, “lugar sertão [...] onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade”; este o mesmo “sertão que

⁴⁵⁴ AGAMBEN, 2002, p. 180.

⁴⁵⁵ “Os historiadores discutem se a primeira aparição dos campos deve ser identificada nos *campos de concentraciones* criados pelos espanhóis em Cuba, em 1896, para reprimir a insurreição da população da colônia, ou nos *concentration camps* nos quais os ingleses no início do século [século XX] amontoaram os bôeres”, AGAMBEN, 2002, p. 173.

⁴⁵⁶ AGAMBEN, *apud* GAGNEBIN, 2008, p. 9.

⁴⁵⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995, p. 34; AGAMBEN, 1995, *apud* FINAZZI-AGRÒ, 2007, p. 170.

⁴⁵⁸ MORAES, 2008, p. 100.

está em toda parte” sempre mais distante “fim de rumo, terras altas”⁴⁵⁹; nos termos de Finazzi-Agrò, “uma margem anômica e inacessível a partir da qual, todavia, constitui-se uma história e institui-se uma comunidade – uma dimensão social, enfim, regida pelo Poder e pela Lei”⁴⁶⁰; espaço em que “o homem do sertão, que seria degradado em sua miséria, ignorância e brutalidade, deve ser auxiliado ou eliminado”⁴⁶¹, sendo que a segunda alternativa – que nos reporta ao banimento, nos termos de Agamben – consiste naquela alternativa que não raro vem sendo posta em prática pelo próprio Estado.

Nos termos que aqui interessam, pode-se dizer que o campo que se funda no espaço do sertão consiste no espaço que se abre quando a violência, o conflito armado e a guerra, *a priori* considerados estratégias legais a serem empregadas pelo Estado, em conformidade com seu ordenamento jurídico, em situações de extrema necessidade, começam a se constituir em estratégias amplamente utilizadas para a legitimação do poder e, mais que isso, começam a ser encaradas como estratégias normais, legitimando uma ordem jurídica que estabelece a suspensão desta mesma ordem, que admite a violência banida pela própria ordem e funda o estado de exceção como um paradigma do governo.

Desse modo, o espaço aberto no estado de exceção consiste nesta “terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida”⁴⁶², razão porque o pensador italiano considera que o estado de exceção está estreitamente vinculado com a guerra civil, a insurreição e a resistência. Um espaço onde a lei parece não estar presente, não conseguir ingressar, mas onde, na verdade, ingressa em estado de suspensão, isto é, um espaço onde a lei não está revogada, mas excetuada, sempre dentro, ainda que fora.

Agamben relembra que no âmbito da história do Ocidente o espaço de exceção não cessa de ser instaurado desde a promulgação do *Decreto para a proteção do povo e do Estado*, por Hitler, que, como se sabe, vigorou por doze anos, durante o Terceiro Reich, suspendendo os artigos constitucionais relativos à liberdade individual. Esse gesto, símbolo do totalitarismo moderno, instaurou uma guerra civil legal que “permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”⁴⁶³.

⁴⁵⁹ ROSA, 2001, p. 03.

⁴⁶⁰ FINAZZI-AGRÒ, 2007, p. 167.

⁴⁶¹ MORAES, 2008, p. 100.

⁴⁶² AGAMBEN, 2004, p. 12.

⁴⁶³ AGAMBEN, 2004, p. 13.

Bom instante se faz para cotejar a impressão de Riobaldo de que a guerra com os “Hermógenes”⁴⁶⁴ fosse durar a vida inteira à impressão de Agamben ante o testemunho de Nyiszli acerca da partida de futebol referida no começo deste capítulo. Note-se que ambas as impressões advêm no âmbito da zona cinzenta que envolvia tanto o sertão rosiano quanto o campo de extermínio nazista. Desse cotejo também se faz pertinente tatear uma resposta à questão levantada por Riobaldo. Afinal, “aquela guerra ia durar a vida inteira?”. Reportando-nos novamente ao pensamento de Agamben, se consideramos que a inoperância da norma jurídica e a violência empregada pelo Poder, no âmbito do universo sertanejo, com intento de levar os jagunços ao extermínio são, *mutatis mutandi*, o mesmo estado de exceção que vigia no campo onde se desenrolava a partida de futebol e o extermínio nazista, pode-se dizer que, de fato, a guerra não acabou.

A esta altura é oportuno recuperar ainda mais um fragmento do texto de Finazzi-Agrò, quando este observa que

é necessário chamar atenção para o fato de que Zé Bebelo representa, no romance rosiano, um Poder externo e estranho (‘Ei, do Brasil, amigo!’) que usa a guerra e a violência – suspendendo, por isso, a sua ‘legitimidade’ – para afirmar a sua soberania sobre um ‘mundo à revelia’ [...] levando Zé Bebelo, ‘chefe cidadão’, a ‘rebolir com o sertão como dono’⁴⁶⁵.

A citação de Finazzi-Agrò funciona como um contra-exemplo para corroborar aqui o argumento de que o espaço do sertão rosiano é regido pela estrutura do campo de concentração, considerando-se que o poder utilizado por Bebelo não se constitui em um poder externo e estranho, mas em um poder presente ainda que excetuado, sempre dentro do sertão, ainda que fora dessas terras. Afinal, como já foi possível verificar, para muito além desse texto, usar a guerra e a violência como ardis para afirmar soberania não pode ser compreendido como algo característico de um poder externo e estranho ao sertão rosiano, nos termos de Finazzi-Agrò, pois que a guerra e a violência consistem *nas* estratégias de manutenção do poder em qualquer outro lugar. Afinal, “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder” e ‘a guerra apresenta-se como uma das atividades dos Estados *que pertence à sua essência*’⁴⁶⁶. Além do mais, no âmbito do modelo do espaço

⁴⁶⁴ ROSA, 2001, p. 469.

⁴⁶⁵ FINAZZI-AGRÒ, 2007, p. 170.

⁴⁶⁶ Hannah Arendt, em seu trabalho intitulado *Da Violência* afirma que o poder assim concebido já se tornou um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita. Cf. ARENDT, 2004, p. 22-23.

político da tradição democrático-revolucionária ocidental, aludido por Agamben, “romper a norma é seguir a norma”⁴⁶⁷.

No mesmo equívoco parece-nos incorrer ainda Andrade, quando de sua afirmação:

Opondo-se à Lei do Governo, à “Lei de Estado”, esta é uma lei de imposição, de jugo, o “estado de lei” de jagunçagem consiste em um acordo tácito, uma espécie de pacto de que todos participam e ajudam a resguardar. Ainda em oposição à “Lei de Estado”, que é uma lei exterior – lei para a sobrevivência do PODER – “o estado de lei” da jagunçagem é uma lei interior, nascida da necessidade de sobrevivência de TODOS do bando⁴⁶⁸.

Concorda-se aqui com Andrade quando esta sugere que a “Lei de Estado” é uma lei de cunho abstrato, em oposição ao aspecto de concretude do “estado de lei” do sistema jagunço. Não obstante, reiteramos que, muito embora não seja seguida pelos jagunços, esta não se trata de uma lei exterior ao sertão, mas uma lei aí presente mesmo que excetuada.

É Willi Bolle quem torna possível endossar esse argumento. Esse crítico, na mesma revista comemorativa aos cinquenta anos do romance de Rosa, em que foi publicado o texto aqui em foco de Finazzi-Agrò, publicou “O Brasil jagunço: retórica e poética”. Nesse seu texto, diz Bolle: “o banditismo, por enquanto, não consta dos manuais de História do Brasil”⁴⁶⁹, mas, como antecipou Euclides da Cunha, “o banditismo ‘fazia parte da disputa política oficial’” e conforme Caio Prado Jr., é no banditismo ‘que se recrutará a maior parte da força armada para a luta das facções políticas’⁴⁷⁰.

⁴⁶⁷ SAFATLE, 2008, p. 88

⁴⁶⁸ ANDRADE, 1991, p. 496

⁴⁶⁹ BOLLE, 2007, p.143

⁴⁷⁰ Oportuna lembrança a de Willi Bolle e, nos termos que aí a coloca corrobora o argumento que aqui se desenvolve. Não obstante, torna-se necessário relembrar a deficiência de sua tese exposta nesse e em outros textos do autor como *grandesertão.br*, deficiência esta já meticulosamente observada por Maria Célia Leonel e José Antonio Segatto no texto “Alegoria e política no sertão rosiano” que compõe a organização de FANTINI, 2008, p. 400-423.

A tese de Bolle em “O Brasil jagunço: retórica e poética” consiste na mesma tese presente em *Grandesertão.br*, uma de suas obra de maior fôlego acerca do texto rosiano. Essa tese polêmica consiste em que uma vez que Guimarães Rosa ao narrar “uma história de bandos de jagunços que, por volta de 1900, organizam o crime e exercem o poder no planalto central do País”, o escritor “não retrata um poder paralelo, mas o poder”, daí a conclusão sua de que *GS:V* não apenas consiste em “um retrato alegórico do País”, mas “o romance de Guimarães Rosa é o mais exato e mais lúcido retrato do Brasil”

Os críticos Leonel e Segatto atacam a forma como Bolle articula as tese de Benjamin acerca da concepção de história e drama barroco alemão, sobretudo quando este afirma que o romance se constitui em um retrato da sociedade brasileira “embora narrando a história de um indivíduo, tem também características marcantes de um romance social”; atacam a ideia de Bolle de que “Guimarães Rosa encena essa história do país por meio de fragmentos e de modo criptografado que caberia ao leitor ‘detectar, decifrar e reorganizar’, entendendo o ensaísta que “Riobaldo contaria a história da nação”; atacam a ideia de que o romance trata-se de um “mapa alegórico” do Brasil e por tudo isso comparáveis aos ensaios de formação do país elaborados por historiadores e sociólogos brasileiros. Às ideias de Bolle, Leonel e Segatto fazem dois reparos aos quais consideramos absolutamente pertinentes:

O primeiro refere-se ao fato de que a literatura e a história distinguem-se tanto pelo tipo de discurso quanto pela diferente forma de abordagem e compreensão do ser social e do processo histórico, embora ambas tenham um papel cognitivo fundamental, já que – além de produzirem conhecimento e também representações aproximativas, confluentes e complementares –, conseguem iluminar aspectos, muitas vezes velados, da realidade histórica. Portanto, o conhecimento criado pela literatura não pode ser automaticamente identificado com aquele gerado pela história. ‘O romance é o reino do

Não compartilhamos da tese de Bolle apontada no referido texto e desenvolvida no *Grandesertão.br*, com relação ao poder e à guerra em *GS:V*. É com Bhabha que concordamos ao dizer que “a combinação de regimes modernos e arcaicos de poder” “produz formas inesperadas de disciplinaridade e governamentalidade”⁴⁷¹. No sertão rosiano, verifica-se a representação da convivência pouco harmoniosa entre estruturas arcaicas e modernas de governamentalidade no país. O episódio do julgamento de Bebelo, por exemplo, põe em evidência as contradições do modelo republicano corolário da modernidade e permite por em evidência as crises e os sinais de falência da república. A agência subalterna que é representada nesse episódio é capaz de criar, no universo do romance, “um modo de representação que marginaliza a monumentalidade da história, que muito simplesmente arremeda seu poder de ser modelo”⁴⁷². Desse modo, ao trazer à cena enunciativa o discurso da jagunçagem, a narrativa de Rosa permite verificar que

detalhes não-oficiais das experiências cotidianas conferem uma multiplicidade dimensional às narrativas rosianas [...] a politonalidade não se refere ao discurso de um sujeito, mas ao de um espaço, de uma tradição que, atravessados por vozes que destoam da norma instituída, dinamizam o espaço e o discurso, na medida em que a ‘Lei’ tem sua legitimidade questionada⁴⁷³.

Considerando que no sertão a “Lei” própria à cultura oficial – compêndio de normas instituídas pelo Estado – é suspensa e excetuada, mas presente; sempre dentro, ainda que fora, o espaço do sertão, como qualquer outro espaço inserido na lógica do “capitalismo tardio”, de que nos lembra Lyotard, é capaz de “manter a lei do valor ao mesmo tempo em que mina o valor da lei”. Em outras palavras, “é capaz de perpetuar a lei simultaneamente à proclamação da fragilidade de sua legitimidade”⁴⁷⁴.

Nessa discussão, podemos analisar o que nos diz Safatle acerca do “capitalismo carnavalesco”⁴⁷⁵. O autor recupera a discussão desenvolvida desde Bakhtin acerca dos “modos de suspensão da Lei em festas anômicas da Idade Média”. Safatle relembra que, para

possível: inclui não só o real historicamente testemunhável mas o que poderia ter acontecido ou vir a acontecer’. Por conseguinte, não pode ser lida como história tal qual e, assim sendo, não pode ser identificada com retrato.

O segundo reparo concernente à historicidade da narrativa rosiana refere-se à possibilidade, levantada por Willi Bolle, de *Grande Sertão: veredas* significar o Brasil do presente. É inegável que as relações que marcaram a vida no sertão não desaparecem de todo; sobrevivem, modificadas e/ou ressocializadas, permeando a sociabilidade em extensas áreas rurais e também nos grandes centros urbanos. Ainda estão presentes e entranhadas nas instituições republicanas, intermediando suas concepções e cultura política – o clientelismo e o patrimonialismo, a violência e os desmandos são uma constante tanto no âmago como nos poros do poder. Contudo, não se pode, numa operação generalizante, deduzir que o ‘sistema jagunço’ significa ou representa as estruturas atuais do país.

⁴⁷¹ Bhabha utiliza-se, em *O local da Cultura*, Capítulo IX, do argumento de Partha Catterjee que diz que “a genealogia do poder de Foucault tem utilidade limitada no mundo em desenvolvimento” BHABHA, 2007, p. 269.

⁴⁷² BHABHA, 1998, *apud* BORGES, T. 2006, p. 92.

⁴⁷³ BORGES, T. 2007, p. 3-4.

⁴⁷⁴ SAFATLE, 2008, p. 102.

⁴⁷⁵ SAFATLE, 2008, p. 101.

Bakhtin, através do subversivo riso popular, é possível denunciar as imposturas do poder, como o próprio Bakhtin já nos alertara, “esse antiquíssimo ritual da ridicularização do supremo”, através do qual é possível combinar “a morte e o renascimento, a negação (a ridicularização) e a afirmação (o riso de júbilo)”, trata-se de um riso “profundamente universal” que determinou as formas paródicas desenvolvidas desde a Antiguidade, onde “tudo tem a sua paródia, vale dizer, um aspecto cômico, pois tudo renasce e se renova através da morte”⁴⁷⁶. Safatle relembra ainda que é necessário buscar o significado de tal duplicação irônica das estruturas de socialização na tentativa popular de subversão e ressignificação da lei social, tendências que se realizam de forma melhor acabadas nas festas anômicas, sobretudo no carnaval. Para Bakhtin, o significado de tal duplicação irônica passa pelo fato de que

as leis, proibições e restrições, que determinavam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extracarnavalesca, revogam-se durante o carnaval: revogam-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc., ou seja, qualquer outra espécie de desigualdade (inclusive a etária) entre os homens⁴⁷⁷.

Safatle recupera e endossa a problematização dessa oposição entre transgressão e respeito à Lei, que serve de guia às interpretações de Bakhtin acerca do carnaval:

à primeira vista, a redução da vida a um fluxo contínuo de formas em momentos de anomia não parece opor-se ao ordenamento jurídico. Se a relação fosse realmente de oposição, seria difícil explicar como o ordenamento jurídico é capaz de reconfigurar-se imediatamente após o período de anomia, sem que tal período implique em necessidade de reorientação dos processos de normatização. Ou seja, eles retornam tal como eram antes.⁴⁷⁸

É na senda de Bataille, em seu estudo sobre a festa, o sagrado e o erotismo, que Safatle propõe uma “solidariedade entre transgressão e interdito enunciado pela Lei”⁴⁷⁹. Ambos os autores concordam que a normatividade “aceita e regula sua própria suspensão temporária: ‘Não há interdito que não possa ser transgredido. Muitas vezes a transgressão é admitida, muitas vezes ela chega mesmo a ser prescrita’^{*480}. Ou seja, a transgressão é modo de funcionamento do vínculo social, e isso na medida em que a transgressão não é um retorno à natureza, ela se constitui em um artifício articulado pela própria Lei a fim de que a Lei

⁴⁷⁶ BAKHTIN, 2005, p. 127.

⁴⁷⁷ BAKHTIN, 2005, p. 123.

⁴⁷⁸ SAFATLE, 2008, p. 103.

⁴⁷⁹ SAFATLE, 2008, p. 103.

* Georges Bataille. *L'erotisme* (Paris, Minuit, 1960, p. 71). N. A.

⁴⁸⁰ SAFATLE, 2008, p. 103.

internalize momentos de anomia, sem com isso destruir-se. Daí Bataille poder afirmar que ‘a transgressão suspende o interdito sem suprimi-lo’⁴⁸¹.

Agamben, da mesma forma, não parecia desconhecer os pressupostos de Bataille quando, à luz de Meuli⁴⁸², propôs que “as festas anômicas [entre as quais o folclore carnavalesco] devem ser relacionadas com o estado de suspensão que caracteriza alguns institutos jurídicos arcaicos”⁴⁸³. Ao pensar na ambivalência desses sistemas, Agamben pondera:

[...] a suspensão irônica da Lei não significaria necessariamente sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é desprovida de relações com a ordem jurídica. Como se um certo ordenamento jurídico ‘socialmente pressuposto’ reconhecesse que a suspensão da lei é fenômeno interno ao próprio processo de efetivação da lei e que a alternância entre ordem e desordem não põe em xeque a coesão de formas de vida. Tal como se a lei ironizasse sua própria aplicabilidade⁴⁸⁴.

Essa problematização do conceito de carnavalização é oportuna para o estudo das relações de poder no âmbito do sertão, pois conforme Safatle, “o fato relevante aqui é como o que anteriormente estava restrito a momentos de anomia tende, na dinâmica ideológica do capitalismo contemporâneo [em que o poder não disfarça a falência das suas estruturas], a colocar-se como modo hegemônico de funcionamento da Lei”⁴⁸⁵.

A perturbadora questão colocada por Riobaldo no combate com os "Hermógenes" é representativa dessa convivência pouco harmoniosa entre estruturas arcaicas e modernas de poder, sendo emblemática de um dos mais importantes episódios do romance, pondo em relevo o caráter híbrido de Bebelo. O ingresso desse personagem no sertão permite evidenciar os paradoxos entre os símbolos do poder jagunço e do poder governamental, no âmbito do romance, bem como a maneira como o personagem joga com tais símbolos, permitindo que a narrativa, tal qual se desenvolve, ponha em evidência a viabilidade em desafiá-los. Daí acreditarmos que esse personagem consiste em um ícone do processo de carnavalização da narrativa em questão.

⁴⁸¹ SAFATLE, 2008, p. 103.

⁴⁸² MEULI, K. *Gesammelte Schriften*. Basel-Stuttgart, Schwabe, 1975. 2 v, *apud* AGAMBEN, 2004, p. 109.

⁴⁸³ AGAMBEN, *apud* SAFATLE, 2008, p. 104. Agamben tem em vista as elaborações de Bataille em *L'erotisme* (Paris, Minuit, 1960).

⁴⁸⁴ AGAMBEN, *apud* SAFATLE, 2008, p. 104. Agamben tem em vista as elaborações de Bataille em *L'erotisme* (Paris, Minuit, 1960).

⁴⁸⁵ SAFATLE, 2008, p. 104.

Entre os episódios acontecidos da Fazenda Sempre-Verde à Casa/Fazenda dos Tucanos, *GS:V* ganha ares de uma “outra cena”, em que o “não-pensado”⁴⁸⁶, a agência sertaneja, subalterna, sobretudo a jagunça, cujas ações se desenrolam em grupos armados nos confins do país, torna-se possível e tão possível que se torna monumentalmente representada por Rosa, via mímica e via carnavalização.

No suceder desses episódios desenvolve-se aquilo que para Bakhtin faz-se central no processo de carnavalização, qual seja: a “coroação bufa” e o “posterior destronamento do rei do carnaval”⁴⁸⁷. Essas são as duas ações mais significantes presente em todos os rituais carnavalescos. Para o russo, aí reside o núcleo da cosmovisão carnavalesca, qual seja “a ênfase das mudanças e transformações, da morte e da renovação”, daí o carnaval configurar-se como “a festa do tempo que tudo destrói e tudo renova”⁴⁸⁸.

Não obstante, os índices de carnavalização da literatura que podemos elencar nestes dois episódios consistem, em nossa análise, em sintomas da insuficiência do conceito de carnavalização proposto por Bakhtin. Sintomas estes que nos levam a desenvolver uma afinidade com o pensamento de Agamben, quando este revê o conceito originariamente trabalhado por Bakhtin. O que percebemos nesses episódios é que se para Bakhtin nos atos de coroação bufa e de posterior destronamento do rei do carnaval reside o “próprio núcleo da cosmovisão carnavalesca: a ênfase das mudanças e transformações”⁴⁸⁹, para nós, os episódios levam a perceber que após a carnavalização, não há qualquer mudança ou qualquer renovação. Tudo, todas as relações de poder, sobretudo, voltam à sua ordem normal, pois que não há uma reorientação dos processos normativos.

Assim, após o processo de coroação-destronamento definitivo de Bebelo em relação ao bando antes chefiado por Medeiro Vaz e Joca Ramiro, por exemplo, o que se vê é a ascensão de um outro grande chefe: Riobaldo, o então Urutu Branco, formado chefe, por semelhança ao antecessor. Além do mais, considerando que a jagunçagem mantém suas formas de poder para além do universo verbal, Riobaldo não será o último dos chefes jagunços, inúmeros outros ascenderão, nos múltiplos rincões do sertão norte mineiro, espécie de zona cinzenta onde crime e “Lei” travam, sim, um secular diálogo. Pela leitura dos

⁴⁸⁶ O discurso colonial que articula uma alteridade *interdita* é precisamente a ‘outra cena’ desse desejo europeu do século dezenove por uma consciência histórica autêntica. O ‘não-pensado’, ao longo do qual o homem colonial é articulado, é aquele processo de confusão classificatória que descrevi como a metonímia da cadeia substitutiva do discurso ético e cultural. Isto resulta na *cisão* do discurso colonial de modo que persistam duas atitudes com relação à realidade externa; uma leva a realidade em consideração enquanto a outra a recusa e a substitui por um produto do desejo que repete, rearticula a ‘realidade’ como mímica. BHABHA, 2007, p. 137.

⁴⁸⁷ BAKHTIN, 2005, p. 124.

⁴⁸⁸ BAKHTIN, 2005, p. 124.

⁴⁸⁹ BAKHTIN, 2005, p. 124.

episódios ocorridos na Fazenda Sempre-Verde e na casa dos Tucanos, entende-se que a carnavalização das relações de poder, longe de revogar a “Lei”, apenas reforça, então, a presença do seu discurso hegemônico, uma vez que autoriza o seu questionamento como uma de suas mais ardilosas estratégias de hegemonia. Na cena do julgamento podemos ver claramente como a negociação de poder entre de um lado Ramiro e demais chefes jagunços e de outro Bebelo, feito prisioneiro, nota-se monumentalmente a ironização e o arremedo crítico aos discursos e poderes jagunço e oficial, revestindo a cena de irreverência e comicidade, tornando os discursos aí inscritos passíveis de negação.

III -2.1 “FALSO, VERDADEIRO, INVENTADO”

Vida devia ser como na sala do teatro, cada um inteiro fazendo com forte gosto seu papel, desempenho. Era o que eu acho, é o que eu achava.

João Guimarães Rosa

As palavras de Riobaldo na citação acima são representativas espetacularização que o romance *GS:V* assume por ocasião da narrativa dos episódios da Fazenda Sempre-Verde e da Casa dos Tucanos. Essa citação – que no texto está localizada no início do episódio da Fazenda Sempre-Verde – dá o tom do que Riobaldo irá narrar: a grande guerra entre o bando de Joca Ramiro e o bando de Zé Bebelo e, mais tarde, a cena do grande julgamento deste último personagem. É nesse julgamento que encontramos alguns dos mais importantes rituais do processo de carnavalização no romance em questão, um processo que culmina na coroação-destronamento de Bebelo, aqui entendido como o rei do carnaval.

“O sol de alegria tanta” que brilha nos olhos de Diadorim e a sua “resumida satisfação” ao ver a tropa de Joca Ramiro chegar no É-Já, composta por “uns duzentos” homens, entre “mano-velhos baianos” e a “gente nova trazida”, simboliza o tom de festa que o ideal da guerra contra os bebelos acenava para o bando oposto⁴⁹⁰.

No É-Já destaca-se a nobreza da figura de Joca Ramiro. Ele, enquanto chefe-representante dos jagunços, encarna “o poder dominante e a verdade dominante”: “velho poder e velha verdade”. Seu “rosto sério” e “tons graves”, seu porte “magestoso, temível dos

⁴⁹⁰ ROSA, 2001, p. 348.

soberanos ou dos arautos da ‘verdade eterna’⁴⁹¹ resumem a imagem imponente de Ramiro ao ingressar na cena da festa popular ali instaurada⁴⁹²:

E Joca Ramiro. A figura dele. Era ele, num cavalo branco – cavalo que me olha de todos os altos. Numa sela bordada, de Jequié, em lavores de preto-e-branco. As rédeas bonitas, grossas, não sei de que trançado. E ele era um homem de largos ombros, a cara grande, corada muito, aqueles olhos. Como é que vou dizer ao senhor? Os cabelos pretos, anelados? O chapéu bonito? Ele era um homem. Liso bonito. Nem tinha mais outra coisa em que se reparar. A gente olhava, sem pousar os olhos. A gente tinha até medo de que, com tanta aspereza da vida, do sertão, machucasse aquele homem maior, ferisse, cortasse. E, quando ele saía, o que ficava mais, na gente, como agrado em lembrança, era a voz. Uma voz sem pingo de dúvida, nem tristeza. Uma voz que continuava⁴⁹³.

Entre os jagunços, a voz de Ramiro se faz discurso dominante, seu nome, o Nome do Pai, “único homem, par-de-frança, capaz de tomar conta deste sertão nosso, mandando por lei, de sobregoverno”, “capaz de sair por justiça e alta política, mas só em favor de amigos perseguidos”⁴⁹⁴. Mesmo em sua ausência, seu discurso e sua voz continuam presentes pela obediência dos jagunços a suas ordens e normas. Ramiro é o porta-voz oficial do “costume velho de lei”⁴⁹⁵ organizado em torno do código tácito de normas da jagunçagem.

Ainda no É-Já, na saída magistral dos cavaleiros, “a alta poeira, que demorava [...] parecia uma música tocando” e preparava o palco para outra cena. Nesta outra cena, “em festa feita”, os jagunços se colocavam em posição de guerra, pegando das armas em direção à batalha contra o bando do Bebelo. Riobaldo acompanhava Diadorim em bando de Joca Ramiro e recebia deste a ordem de seguir para a guerra com o companheiro e mais “uns quinze homens”, sob a chefia de João Curiol. A viagem seguia até a Chapada-da-Seriema-Correndo, onde os bandos se confrontaram. O confronto fez-se terrível e, mais ainda, pela “ligeireza com que aquilo veio”⁴⁹⁶. Os homens de Ramiro, ao depararem com o bando de Bebelo, “munição deles – quase nenhuma”, fez com que um a um os bebelos fossem para o chão, despencando dos cavalos. No meio do conflito, Riobaldo, ex-professor de Bebelo, ou como este preferia, “meu secretário”⁴⁹⁷, enternecido por recordações, interroga-se: “como era possível, assim, com minha ajuda, a morte dele?” Um homem daquela qualidade, o corpo

⁴⁹¹ BAKHTIN, 2008, p. 185.

⁴⁹² O tema das imagens na festa popular é aludido por Bakhtin, em seu capítulo intitulado “Formas e imagens da festa popular na obra de Rabelais”, em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*, BAKHTIN, 2008

⁴⁹³ ROSA, 2001, p. 346.

⁴⁹⁴ ROSA, 2001, p. 55.

⁴⁹⁵ ROSA, 2001, p. 364.

⁴⁹⁶ ROSA, 2001, p. 349.

⁴⁹⁷ ROSA, 2001, P. 175.

dele, a idéia dele, tudo que eu sabia e conhecia. Nessas coisas eu pensei. Sempre – Zé Bebelo – a gente tinha que pensar”. E foi por pensar que Riobaldo proferiu “falso, verdadeiro, inventado”: ‘Joca Ramiro quer esse homem vivo! Joca Ramiro quer este homem vivo! Joca Ramiro faz questão!...’, ao que “todos aprovaram”⁴⁹⁸. Em um átimo, Riobaldo pensava que era loucura o que havia feito, afinal, entregar Bebelo vivo a Ramiro era condicioná-lo a ser morto “de outro pior jeito, a fácil”. Nesse delírio, começava a atirar com o rifle “reúno”, “mosquetão de cavalaria”⁴⁹⁹, o mesmo rifle com que Riobaldo havia sido presenteado pelo chefe para o fim de guerrear com aquele bando específico. E Riobaldo pegou também as cartucheiras: “eu atirava, atirava: queria, por toda a lei, alcançar um tiro em Zé Bebelo, para acabar com ele de uma vez, sem martírio de sofrimentos”⁵⁰⁰. Naturalmente, Riobaldo foi impedido de executar Bebelo, pelos companheiros de bando. Este, por sua vez reaparece “de repente, garnisé”. Nesse momento, ingressava na cena, antes marcada por elementos e tons sérios, o traço cômico das “batalhas alegres”, para usar os termos de Bakhtin. É com essa imagem pejorativa composta por Riobaldo para caracterizar Zé Bebelo que se iniciou o processo de destronamento de Bebelo como o rei do carnaval e a partir daí várias são as investidas contra o poder de jagunço daquele chefe de bando. Bebelo é “injurado, espancado, quando termina seu reinado, da mesma forma que hoje ainda se escarnece, bate, despedaça, queima ou afoga o boneco carnavalesco que encarna o inverno desaparecido ou o ano velho (‘os alegres espantalhos’)”⁵⁰¹.

Quando aparece em cena, Bebelo porta em uma mão um punhal e na outra uma “garrucha grande”, “fogo-central”. A garrucha, ele descarregou no chão, “perto dos pés dele, mesmo”. Nisso, avançou, “aprumado, teso; de briga. Lampejou com o punhal, e esperou”⁵⁰². Bebelo esperou até o momento em que um dos jagunços de Ramiro “jogou o laço. Zé Bebelo mal ainda bateu com um pé, por se firmar, e caiu, arrastado”, sendo desarmado do punhal. Adiante, todos veem Ramiro e sua tropa chegar para proclamar a vitória, tendo o “fuzuê” se feito enorme. Novamente o subir da poeira o “pó e pó”, faz-se fechar de cortina para um novo ato, agora ao som do “buzo de corno de boi”⁵⁰³. Diadorim comemorava: ‘vencemos, Riobaldo! Acabou-se a guerra. A mais, Joca Ramiro apreciou bem que a gente tivesse pegado o homem vivo’. Riobaldo se preocupa: ‘Para que, Diadorim? Agora matam? Vão matar?’

⁴⁹⁸ ROSA, 2001, p. 351.

⁴⁹⁹ ROSA, 2001, p. 347.

⁵⁰⁰ ROSA, 2001, p. 352.

⁵⁰¹ BAKHTIN, 2008, p. 172.

⁵⁰² ROSA, 2001, p. 352-353.

⁵⁰³ ROSA, 2001, p. 353.

João Curiol é quem responde – ‘Matar não. Vão dar julgamento’. Curiol, explicando-se, disse que Bebelo

foi defrontar com Joca Ramiro, e, assim agarrado preso, do jeito como desgraçado estava, brabo gritou: – Assaca! Ou me matam logo, aqui, ou então eu exijo julgamento correto legal!... e foi. Aí Joca Ramiro consentiu, apraz-me, prometeu julgamento já...”⁵⁰⁴

Note-se que Bebelo, mesmo estando, até então, investido da sua condição de chefe de bando de jagunços no sertão, não se abstém de recuperar o mais simbólico ritual jurídico do universo urbano. Certamente que o tribunal é aludido por ele nesse momento como sendo um direito que lhe assiste em virtude de saber que estava à mercê da apócrifa lei jagunça. Conforme Walnice Nogueira Galvão já havia analisado, na composição do personagem Bebelo – que outrora, após o combate vencido contra o bando de Hermógenes “elogiou a lei, deu viva ao governo, para perto futuro prometeu muita coisa republicana”⁵⁰⁵, ao pleitear o tão sonhado cargo de “Deputado” – mesclam-se atributos pessoais que representam a modernidade, como: “a inteligência, o desejo de instruir-se e a visão nacional” e atributos pessoais que representam o poder da jagunçagem, como: “a valentia em primeiro lugar, a sede de poder pessoal, a utilização dos recursos habituais para cumprir seus intentos”⁵⁰⁶. Não é difícil perceber a correção do pensamento de Bebelo quando este afirma que no caso de conseguir cumprir sua intenção de “liquidar com os jagunços, até o último, relimpar o mundo da jagunçada braba”, “o Governo lhe repraz e lhe premeia”⁵⁰⁷. Em outras palavras, se Bebelo consegue finalmente recuperar a sua influência entre os representantes do poder oficial, se ele consegue “se reengraçar com os soldados”⁵⁰⁸, ele entra “direito na política”⁵⁰⁹. Bebelo investir-se-ia então de uma função pública com interesses que, na verdade, diziam respeito a uma conquista pessoal. Nota-se então que a maior estratégia que Bebelo consegue vislumbrar para cumprir esse seu intento consistia no ardil de usar “jagunços para acabar com jagunços”, isto é, forjar uma legitimação para a prática da violência como estratégia de poder.

Para Heloisa Starling, esse evento representa para Bebelo, “sua melhor chance de conseguir uma identidade, claramente estabelecida e oficialmente reconhecida, abandonando,

⁵⁰⁴ ROSA, 2001, p. 354.

⁵⁰⁵ ROSA, 2001, p. 182.

⁵⁰⁶ GALVÃO, 1972, p. 65.

⁵⁰⁷ ROSA, 2001, p. 176.

⁵⁰⁸ ROSA, 2001, p. 473.

⁵⁰⁹ ROSA, 2001, p. 176.

de uma vez pra sempre, a condição de forasteiro”⁵¹⁰. Contudo, sua empreitada de modernizar o sertão é frustrada, suas ações são inibidas pela força das potentes chefias sertanejas, uma política ainda movida pelas engrenagens das estruturas arcaicas das formas de poder que remontam ao mandonismo e ao coronelato.

A respeito desse personagem que traz no nome a marca da guerra intermitente – Bebelo/Re-belum⁵¹¹ -- Heloisa Starling já confirmou que ele nunca se afastou deste seu modelo político de orientar suas ações para a persecução de interesses individuais, ‘ainda que para viabilizá-lo precisasse converter violência em técnica de extermínio’⁵¹². Confirmamos a cena abaixo:

Tinha sido aquilo: Joca Ramiro chegando, real, em seu alto cavalo branco, e defrontando Zé Bebelo a pé, rasgado e sujo, sem chapéu nenhum, com as mãos amarradas atrás, e seguro por dois homens. Mas, mesmo assim, Zé Bebelo empinou o queixo, inteirou de olhar aquele, cima a baixo. Daí disse:

– ‘Dê respeito, chefe. O senhor está diante de mim, o grande cavaleiro, mas eu sou seu igual. Dê respeito!’

– ‘O senhor se acalme. O senhor está preso...’ – Joca Ramiro respondeu, sem levantar a voz. Mas, com surpresa de todos, Zé Bebelo também mudou de toada, para debicar, com um engraçado atrevimento:

– ‘Preso? Ah, preso... Estou, pois sei que estou. Mas, então, o que o senhor vê não é o que o senhor vê, compadre: é o que o senhor vai ver...’

– ‘Vejo um homem valente, preso...’ – aí o que disse Joca Ramiro, disse com consideração.

– ‘Isso. Certo. Se estou preso... é outra coisa...’ – ‘O que, mano velho?’

‘... É, é o mundo à revelia!...’ – isso foi o fecho do que Zé Bebelo falou. E todos que ouviram deram risadas.⁵¹³

Rifle, cartucheira, punhal; Bebelo caído ao chão e arrastado pelo bando de Ramiro; Bebelo sem chapéu nenhum e a imponência de Ramiro, em cavalo branco, “chegando real”, marcam a cena de coroação-destronamento de Bebelo em *GS:V*. Conforme Bakhtin,

todos os momentos do próprio ritual, os símbolos do poder que se entregam ao coroadado e a roupa que ele veste tornam-se ambivalentes, adquirem o matiz de uma alegre relatividade, tornam-se quase acessórios (mas acessórios rituais); o valor desses elementos se torna biplanar (como símbolos reais do poder, ou

⁵¹⁰ STARLING, 1998, p. 125

⁵¹¹ MORAES, 2008, p. 101

⁵¹² STARLING, 1999, p. 146, *apud* MORAES, 2008, p. 101

⁵¹³ ROSA, 2001, p. 356

seja, no mundo extracarnavalesco, eles são monoplanares, absolutos, pesados e monoliticamente sérios.⁵¹⁴

Zé Bebelo, o “rei do carnaval”, ao ser destronado, “é despojado de símbolos do poder”⁵¹⁵, tais como as armas e o cavalo. Após isso, segue-se o ritual de “louvor e injúria”⁵¹⁶. Na cena recuperada acima, esse ritual se apresenta a nós imediatamente pelas palavras dos próprios personagens Bebelo e Ramiro. Contudo, o ritual de “louvor e injúria” vai além das palavras em si. Conforme Bakhtin, “o louvor-injúria refere-se tanto ao todo como a cada fenômeno, por mais insignificante que seja (pois nenhum deles é tomado isoladamente do todo)”. Bakhtin diz ainda que: “tudo o que existe – o todo como cada uma das suas partes – está em fase de devir, e, portanto é risível (como tudo em devir), mas deve constituir o objeto de gracejos alegres”⁵¹⁷. Bebelo, feito prisioneiro, mesmo reduzido a uma das categorias mais baixas na hierarquia social, diz a Ramiro: “eu sou seu igual”. Bebelo diz isso por acreditar que não há diferenças entre os dois e, assim, ironiza a posição de Ramiro como chefe do bando que o capturara e vencera o conflito. E é por achar isso que Bebelo se indigna com a sua prisão e conclui: “é o mundo à revelia”⁵¹⁸. A sua conclusão se apresenta aos olhos, ouvidos e lábios da plateia como um alegre gracejo, capaz de provocar entre todos o riso carnavalesco dirigido “contra o supremo”⁵¹⁹.

Esse riso, ainda que reverbere apenas por poucos instantes, permite verificar como as “grosserias-destronamento” praticadas por Bebelo exercem influência também sobre “o velho poder, sobre o mundo agonizante”⁵²⁰. Aí está o contraste entre o tom sério da imagem do poder tradicional do código de honra dos jagunços e a profanação a este código de honras e a todo o sistema de valores e leis que regem as ações dos sertanejos. É Bebelo, o rei do carnaval, quem agora faz ingressar na cena as injúrias e o riso carnavalesco contra “a autoridade suprema, contra o *rei*” – entenda-se, o *rei* dos jagunços no universo extracarnavalesco do sertão norte-mineiro representado no romance. É Bebelo quem, ao ridicularizar as ações de Joca Ramiro, torna-se o arauto da tentativa de implantação de uma nova ordem política nos sertões. O que nos parece é que aí também as suas ridicularizações

⁵¹⁴ BAKHTIN, 2005, p. 124-125.

⁵¹⁵ BAKHTIN, 2005, p. 125.

⁵¹⁶ N. A.: “Constatamos que a injúria é o contrário do elogio. O vocabulário da praça pública em festa injuria, louvando, e elogia, injuriando”. [...] O louvor ou a injúria podem predominar: um está sempre prestes a transformar-se no outro. O elogio contém implícita a injúria, ele está prenhe da injúria e, inversamente, a injúria está prenhe do elogio. BAKHTIN, 2008, p. 364.

⁵¹⁷ BAKHTIN, 2008, p. 365.

⁵¹⁸ ROSA, 2001, p. 356.

⁵¹⁹ BAKHTIN, 2005, p. 127.

⁵²⁰ BAKHTIN, 2005, p. 172.

não são pessoais, antes, pelo contrário, “elas são universais e, definitivamente visam sempre as coisas elevadas”⁵²¹. Bebelo ironiza o poder e a verdade dominantes, mostrando ao bando de Ramiro aquilo que não são capazes de encontrar com seus próprios olhos, pois que “não se veem no espelho do tempo, assim como também não veem o seu ponto de partida, seus limites e fins, sua face velha e ridícula, a estupidez de suas pretensões à eternidade e à imutabilidade”⁵²². De fato quando Bebelo profere: “é o mundo à revelia”⁵²³, Ramiro segue com seu rosto sério e tons graves, enquanto “os espectadores há muito tempo já estão rindo”⁵²⁴, ainda que este riso, nem de longe, seja capaz de destituir-lhe a soberania.

Bakhtin nos fala das quatro categorias imprescindíveis no processo de carnavalização, quais sejam: o livre contato familiar entre os homens, as excentricidades, as *mésalliances* e a profanação. Essas são categorias que se “formaram e viveram ao longo de milênios entre as mais amplas massas populares da sociedade europeia. Por isso foram capazes de exercer enorme influência na literatura em termos de forma e formação dos gêneros”⁵²⁵. Segundo Mikhail Bakhtin, todas as quatro categorias foram transpostas para a literatura ao longo dos tempos, “especialmente para a linha dialógica de evolução da prosa artística romanesca”⁵²⁶. Vejamos como elas estão, em maior ou menor grau, presentes no romance rosiano.

O livre contato familiar entre os homens permite que no romance aconteça o encontro dos homens na “praça pública carnavalesca” sem que entre eles possam ser destacadas diferenças de classes, gêneros ou qualquer hierarquia vigente no universo extracarnavalesco. Afinal, conforme Bakhtin,

o carnaval é um espetáculo sem ribalta e sem divisão entre atores e espectadores. No carnaval todos são participantes ativos, todos participam da ação carnavalesca. Não se contempla e, em termos rigorosos, nem se representa o carnaval mas vive-se nele, e vive-se conforme as suas leis enquanto estas vigoram, ou seja, *vive-se uma vida carnavalesca*. Esta é uma vida desviada da sua ordem habitual, em certo sentido uma ‘vida às avessas’, um ‘mundo invertido’ (*monde à l’envers*)⁵²⁷.

O julgamento de Bebelo parece-nos um dos mais contundentes exemplos do ambiente da “praça pública” carnavalesca em *GS:V*. Esse julgamento ocorre no “eirado” da

⁵²¹ BAKHTIN, 2005, p. 172.

⁵²² BAKHTIN, 2005, p. 172.

⁵²³ ROSA, 2001, p. 356.

⁵²⁴ BAKHTIN, 2005, p. 185.

⁵²⁵ BAKHTIN, 2005, p. 124.

⁵²⁶ BAKHTIN, 2005, p. 124.

⁵²⁷ BAKHTIN, 2005, p. 123.

Fazenda Sempre-Verde onde Bebelo, “o rei destronado”, “torna-se escravo”⁵²⁸. Bebelo é humilhado em praça pública, posto em cima de um cavalo preto e levado para um grande cortejo em que Ramiro exhibe a conquista adquirida com a “guerra”. Joca Ramiro

fazia questão de navegar três léguas a longe com acompanhamento de todos os jagunços e capatazes e chefes, e o prisioneiro levado em riba dum cavalo preto, e todas as tropas, com munição, coisas tomadas, e mantimentos de comida, rumo do Norte – tudo por glória. O julgamento, também. Estava certo? Saímos, de trabuz. No naquele, a gente podia ver resenho de toda geração demontadas. Zé Bebelo lá ia, rodeado por cavaleiros de guarda, pessoal de Titão Passos, logo na cabeça do cortejo. Ia com as mãos amarradas, como de uso? Amarrar as mãos não adiantava. Eu não quis ver. Me dava travo, me ensombrecia. Fui ficando para trás. Zé Bebelo, lá preso demais, em conduzido⁵²⁹.

Ao chegar à Fazenda Sempre-Verde, cujo aspecto magestoso relembra a casa-grande das fazendas coloniais, Riobaldo descreve:

A Fazenda Sempre-Verde era a casa enorme, viemos saindo da estrada e entrando nas cheganças, os currais-de-ajuntamento. Aquele mundo de gente, que fazia vulto. Parecia um mortório. Antes passei, apanhou a porteira, aí fomos enchendo os currais, com tantos os nossos cavalos. A casa-de-fazenda estava fechada. – “Não carece de se abrir... Não carece de se abrir...” – era uma ordem que todos repetiam, de voz em voz. Ave, não arrombassem, aquilo era de amigos, o doutor Mirabô de Melo, mesmo ausente. Esbarramos no eirado, liso, grande, de tanto tamanho. Aí tinham apeado Zé Bebelo do cavalo, ele estava com as mãos amarradas, sim, mas adiante do corpo, feito algemas. – “Ata amarra os pés também!” – algum enfezado gritou. Outro se chegou, com uma boa peia, de couro de capivara. Que era que aquela gente pensavam? Que era que queriam? Doideira de todos. Daí, Joca Ramiro, Só Candelário, o Hermógenes, o Ricardão, Titão Passos, João Goanhá, eles todos reunidos no meio do eirado, numa confa. Mas Zé Bebelo não estava aperreado. Tomou corpo, num alteamento – feito quando o peru estufa e estoura – e caminhou, em direitura. Que que pequeno, era bom: homem às graças. Caminhou, mesmo. – “Oxente!” Para diante de Joca Ramiro, no meio do eirado, tinham trazido um mocho, deixado botado lá; era um tamborete de tripés, o assento de couro. Zé Bebelo, ligeiro, nele se sentou. – “Oxente!” – se dizia⁵³⁰.

Na Fazenda Sempre-Verde, a reunião dos jagunços dava o tom das *mésalliances* carnavalescas, isto é, da “livre relação familiar” que “estende-se a tudo: a todos os valores, idéias, fenômenos e coisas. Entram nos contatos e combinações carnavalescas todos os elementos antes fechados, separados e distanciados uns dos outros pela cosmovisão

⁵²⁸ BAKHTIN, 2005, p. 173.

⁵²⁹ ROSA, 2001, p. 358.

⁵³⁰ ROSA, 2001, p. 359-360.

hierárquica extracarnavalesca”⁵³¹. Entram em contato todos os chefes de bando e todos os jagunços, mesmo aqueles que se viam na vida extracarnavalesca em posições radicalmente opostas como Riobaldo e Hermógenes: “a jagunçama veio avançando, feito um rodear de gado – fecharam tudo, só deixando aquele centro, com Zé Bebelo sentado simples e Joca Ramiro em pé, Ricardão em pé, Só Candelário em pé, o Hermógenes, João Goanhá, Titão Passos, todos!”⁵³².

Quanto à *excentricidade*, esta pela qual se pauta “um novo modus de relações mútuas do homem com o homem” e pela qual “é possível opor-se às onipotentes relações hierárquico-sociais da vida extracarnavalesca”⁵³³ destaca-se, naturalmente, o personagem Zé Bebelo. Afinal, assim como no carnaval “quando surge o protagonista da ação cômica, todos os personagens presentes (o coro) põem-se a rir”. Quando Bebelo começa a falar é capaz de arrancar à plateia, membros do bando de Ramiro, satíricas risadas. É através do seu comportamento excêntrico que nos são oferecidas, através da cena do julgamento, as visões dos “aspectos ocultos da natureza humana”, seja por ocasião do comportamento do próprio Bebelo, ou através da ressonância desse comportamento em cada um dos jagunços presentes:

Aquilo, sim, que sendo um atrevimento; caso não, o que, maluqueira só. Só ele sentado, no mocho, no meio de tudo. Ao que, cruzou as pernas. E:

– “Se abanquem... Se abanquem, senhores! Não se vexem...” – ainda falou, de papeata, com vênias e acionados, e aqueles gestos de cotovelo, querendo mostrar o chão em roda, o dele.

Arte em esturdice, nunca vista. O que vendo, os outros se franziram, faiscando. Acho que iam matar, não podiam ser assim desfeiteados, não iam aturar aquela zombaria. Foi um silêncio, todo. Mandaram a gente abrir muito mais a roda, para o espaço ficar sendo todo maior. Se fez.

Mas, de repente, Joca Ramiro, astuto natural, aceitou o louco oferecimento de se abancar: risonho ligeiro se sentou, no chão, defronte de Zé Bebelo. Os dois mesmos se olharam. Aquilo tudo tinha sido tão depressa, e correu por todos um arruído entusiasmado, dando aprovação. Ah, Joca Ramiro para tudo tinha resposta: Joca Ramiro era lorde, homem acreditado pelo seu valor⁵³⁴.

É entre provocações mútuas, entre “louvores e injúrias”, entre “grosserias-destronamento” que cresce a excentricidade de Bebelo. Trata-se de uma cena absolutamente teatral, em que Riobaldo, ao narrar os fatos lembrados confere atenção aos olhares, gestos, posições, discursos e linguagem de cada um dos depoentes, sobretudo dos chefes, até chegar à

⁵³¹ BAKHTIN, 2005, p. 123.

⁵³² ROSA, 2001, p. 360.

⁵³³ BAKHTIN, 2005, p. 123.

⁵³⁴ ROSA, 2001, p. 160-161.

conferência do seu próprio discurso, que é capaz de reorientar todo o processo e toda a composição de imagens que vinha sendo construída até então:

Tirei fôlego de fôlego, latejei. Sei que me desconheci. Suspendi do que estava:

—... A guerra foi grande, durou tempo que durou, encheu este sertão. Nela todo o mundo vai falar, pelo Norte dos Nortes, em Minas e na Bahia toda, constantes anos, até em outras partes... Vão fazer cantigas, relatando as tantas façanhas... Pois então, xente, hão de se dizer que aqui na Sempre-Verde vieram se reunir os chefes todos de bandos; com seus cabras valentes, montoeira completa, e com o sobregoverno de Joca Ramiro – só para, no fim, fim, se acabar com um homenzinho sozinho – se condenar de matar Zé Bebelo, o quanto fosse um boi de corte? Um fato assim é honra? Ou é vergonha?...”

– “Para mim, é vergonha...” – o que em brilhos ouvi: e quem falou assim foi Titão Passos.

– “Vergonha! Raios diabos que vergonha é! Estrumes! A vergonha danada, raios danados que seja!...” – assim; e quem gritou, isto a mais, foi Sô Candelário.⁵³⁵

[...]

– ... A ver. Mas, se a gente der condena de absolvido: soltar este homem Zé Bebelo, a mãvazias, punido só pela derrota que levou – então, eu acho, é fama grande. Fama de glória: que primeiro vencemos, e depois soltamos...” ; em tanto terminei de pensar: que meu receio era tolo: que, jagunço, pelo que é, quase que nunca pensa em reto: eles podiam achar normal que da banda de cá os inimigos presos a gente matasse, mas apreciavam também que Zé Bebelo, como contrário, tivesse deixado em vida os companheiros nossos presos. Gente airada...

– “... Seja fama de glória! Só o que sei... Chagas de Cristo!...” – eta Sô Candelário tornou a atalhar. Desadorou-se! Senhor de bofe bruto, sapateou, de arrompe: os de perto se afastando, depressa, por a ele darem espaço. Agora o Hermógenes havia de alguma coisa dizer? O Hermógenes experimentava os dentes nos beijos. Ricardão fazia que cochilava. Sô Candelário era de se temer inteiro.

Somente que, em vez do trestampo, que a gente esperasse, e que ninguém bridava, ele Sô Candelário espiou para cima, às pasmas, consoante sossegado estúrdio recitou, assim em tom – a bonita voz, de espírito:

– “... Seja a fama de glória... Todo o mundo vai falar nisso, por muitos anos, louvando a honra da gente, por muitas partes e lugares. Hão de botar verso em feira, assunto de sair até divulgado em jornal de cidade...” – Ele estava mandarino, mesmo.

Aí eu pensei, eu achei? Não. Eu disse. Disse o verdadeiro, o ligeiro, o de não se esperar para dizer: – “... E, que perigo que tem? Se ele der a palavra de

⁵³⁵ ROSA, 2001, p. 385.

nunca mais tornar a vir guerrear com a gente, decerto cumpre. Ele mesmo não há de querer tornar a vir. É o justo. Melhor é se ele der a palavra de que vai- s'embora do Estado, para bem longe, em desde que não fique em terras daqui nem da Bahia..." – eu disse; disse mansinho mãe, mansice; caminhos de cobra⁵³⁶.

Ao final, Riobaldo conquista grande adesão da plateia. Um dos principais elementos manipulados por Riobaldo durante esse discurso consiste na sua própria linguagem, com a qual defende o "código de honra" dos jagunços pautado por noções de bravura e justiça. O abuso que faz do louvor e da injúria leva-nos à conclusão já tomada por Bakhtin:

Quando se ultrapassa um certo limite nas relações entre certas pessoas e que elas se tornam perfeitamente íntimas e francas, esboça-se uma mutação no emprego ordinário das palavras, uma destruição da hierarquia verbal; a linguagem se reorganiza num tom novo, francamente familiar; as palavras afetuosas parecem convencionais e falsas, apagadas, unilaterais e sobretudo incompletas; a sua coloração hierárquica torna-as inapropriadas à livre familiaridade que se instaurou, e por isso todas as palavras banais são banidas e substituídas ou por palavras injuriosas, ou por palavras criadas a partir do seu tipo e modelo. O louvor e a injúria aí se mesclam numa unidade indissociável [...]. Parece que a velha praça pública retoma vida nos diálogos trocados em casa, a intimidade toma emprestados os tons da antiga familiaridade, abolindo todas as fronteiras entre os homens⁵³⁷.

Após o discurso de Riobaldo, Bebelo consente imediatamente com a proposta feita:

– "Tenho uns parentes meus em Goiás..." – Zé Bebelo falou, avindado de repente. E falou quando não se aguardava, e também assim com tanta vontade de falar, que alguns muito se riram. Eu não ri. Tomei uma respiração, e aí vi que eu tinha terminado. Isto é, que comecei a temer. Num esfrio, num átimo, me vesti de pavor⁵³⁸.

Bebelo que até aí postava grandioso na cena do julgamento, apequena-se cada vez mais, até o momento em que Joca Ramiro recupera todo o prestígio que lhe é atribuído pelos jagunços sobre o seu comando e propõe a palavra final: imponente, colosso. Nesse instante, Ramiro pusera fim ao processo de coroação-destronamento e ao ritual carnavalesco:

Zé Bebelo, acabando nas palavras, ali sentadinho ficou, repequeno, pequenininho, encolhido ao mais. Já um pouco descabelado. Era uma bolinha de gente. Fechou-se um homem.⁵³⁹

[...]

⁵³⁶ ROSA, 2001, p. 385-387.

⁵³⁷ BAKHTIN, 2008, p. 369.

⁵³⁸ ROSA, 2001, p. 387.

⁵³⁹ ROSA, 2001, p. 392.

Joca Ramiro ia decidir! Sobre o simples, o Hermógenes ainda ia se debruçar, para um dizer em orelha. Mas Joca Ramiro encurtou tudo num gesto. Era a hora. O poder dele veio distribuído endireito em Zé Bebelo. O quando falou:

– “O julgamento é meu, sentença que dou vale em todo este norte. Meu povo me honra. Sou amigo dos meus amigos políticos, mas não sou criado deles, nem cacundeiro. A sentença vale. A decisão. O senhor reconhece?”

– “Reconheço” – Zé Bebelo aprovou, com firmeza de voz, ele já descabelado demais. Se fez que as três vezes, até: – “Reconheço. Reconheço! Reconheço...” – estrepes estalos de gatilho e pinguelo – o que se diz: essas detonações.

– “Bem. Se eu consentir o senhor ir-se embora para Goiás, o senhor põe a palavra, e vai?”

Zé Bebelo demorou resposta. Mas foi só minutozinho. E, pois:

– “A palavra e vou, Chefe. Só solicito que o senhor determine minha ida em modo correto, como compertence.”

– “A falando?”

– “Que: se ainda tiver homens meus vivos, presos também por aí, que tenham ordem de soltura, ou licença de vir comigo, igualmente...”

Ao que Joca Ramiro disse: – “Topo. Topo.”

– “... E que, tendo nenhum, eu viaje daqui sem vigia nenhuma, nem guarda, mas o senhor me fornecendo animal-desela arreado, e as minhas armas, ou boas outras, com alguma munição, mais o de-comer para os três dias, legal...”

Ao que aí Joca Ramiro assim três vezes: – “Topo. Topo!”

– “... Então, honrado vou. Mas, agora, com sua licença, a pergunta faço: pelo quanto tempo eu tenho de estipular, sem voltar neste Estado, nem na Bahia? Por uns dois, três anos?”

– “Até enquanto eu vivo for, ou não der contra-ordem...” – Joca Ramiro aí disse, em final. E se levantou, num de repente. Ah, quando ele levantava, puxava as coisas consigo, parecia – as pessoas, o chão, as árvores desconstruídas. E todos também, ao em um tempo – feito um boi só, ou um gado em círculos, ou um relincho de cavalo. Levantaram campo. Reinou zoeira de alegria: todo o mundo já estava com cansaço de dar julgamento, e se tinha alguma certa fome.⁵⁴⁰

Pouco tempo depois, passados os momentos de maior carnavalização das relações de poder e passada também a festa em praça pública realizada em honra a Ramiro, Riobaldo faz-se cronista de costumes e nos oferece a sua visão acerca do julgamento.

⁵⁴⁰ ROSA, 2001, p. 393-394.

Depois de Paracatu, é o mundo... Zé Bebelo ido, sei lá bem porque, tirava meu poder de pensar com a idéia em ordem, e eu sentia minha barriga demais cheia, demais de tantas comidas e bebidas. Só o que me consolava era ter havido aquele julgamento, com a vida e a fama de Zé Bebelo autorizadas. O julgamento? Digo: aquilo para mim foi coisa séria de importante. Por isso mesmo é que fiz questão de relatar tudo ao senhor, com tanta despesa de tempo e minúcias de palavras. – “O que nem foi julgamento legítimo nenhum: só uma extração estúrdia e destrambelhada, doideira acontecida sem senso, neste meio do sertão...” – o senhor dirá. Pois: por isso mesmo. Zé Bebelo não era réu no real! Ah, mas, no centro do sertão, o que é doideira às vezes pode ser a razão mais certa e demais juízo! Daquela hora em diante, eu cri em Joca Ramiro. Por causa de Zé Bebelo. Porque, Zé Bebelo, na hora, naquela ocasião, estava sendo maior do que pessoa. Eu gostava dele do jeito que agora gosto de compadre meu Quelemém; gostava por entender no ar. Por isso, o julgamento tinha dado paz à minha idéia – por dizer bem: meu coração. Dormi, adeus disso. Como é que eu ia poder ter pressentimento das coisas terríveis que vieram depois, conforme o senhor vai ver, que já lhe conto?⁵⁴¹

Por essa análise de Riobaldo podemos ver que este possui consciência, ainda que pouca, acerca da incongruência da instauração de um julgamento nos confins do sertão, pelos próprios jagunços, antecipando as réplicas do seu interlocutor. Afinal, os jagunços são aqueles que aos olhos dos verdadeiros tribunais estão, categoricamente, “fora da lei”.

O que Riobaldo não percebeu é que o episódio aí desenrolado faz-se uma espécie de duplo paródico do consagrado julgamento ocidental e por isso mesmo é capaz de ironizar e profanar esse mesmo julgamento. Relembre-se que a *profanação* para Bakhtin consiste em um “jogo com símbolos do poder supremo”⁵⁴² e que ela “é formada pelos sacrilégios carnavalescos”⁵⁴³. Daí o fato de que em todo o episódio, Bebelo se dirige ironicamente a Ramiro, chegando a afirmar a igualdade que acredita haver entre ambos.

Marli Fantini já observara que

o julgamento termina com a libertação de Zé Bebelo e a condenação da ‘lei’ decretada pelos ‘velhos costumes’ dos senhores de terras. A cosmovisão carnavalesca* que impera nesse cenário transforma o mundo regido pelas inflexíveis e hegemônicas leis do latifúndio em um mundo desconcertado, um ‘mundo à revelia’, segundo a expressão de Zé Bebelo. (p. 265) Reduzido à condição subalterna e condenado a ser, como os demais jagunços, um ‘homem muito provisório’, sem nome próprio, sem direito a voz e voto, Riobaldo,

⁵⁴¹ ROSA, 2001, p. 400.

⁵⁴² BAKHTIN, 2005, p. 125.

⁵⁴³ BAKHTIN, 2005, p. 123.

* N. A. O jogo, a festa, o riso, a excentricidade, os limites nebulosos entre sanidade e loucura, entre morte e renovação, entre sagrado e profano, a ambivalente relatividade de tudo, o mundo às avessas ou à revelia são princípios que regem a ‘cosmovisão carnavalesca’, no sentido que lhe confere Mikhail Bakhtin. Essa cosmovisão faz da arena onde o ocorre o julgamento de Zé Bebelo um espaço de interatividade e desierarquização, aberto a mudanças e ao vir-a-ser. Ver em BAKHTIN, 2005.

entretanto, intervém, com uma fala impactante e renovadora, no discurso sentencioso de Joca Ramiro, produzindo assim uma reviravolta do julgamento. Bebelo é libertado, e doravante os grandes chefes iniciam guerras fratricidas que desembocam no assassinato de Ramiro, o maior e mais poderoso dentre os chefes jagunços. Essa morte é entendida por Riobaldo como o fim do sistema jagunço e suas 'leis'. Como vimos, é deste a palavra de ordem agenciadora da pulverização de uma ordem histórica cristalizada pela oligarquia rural do sertão-mundo, o que se faz patente neste sentenciamento riobaldiano: 'Joca Ramiro morreu como o decreto de uma lei nova'⁵⁴⁴.

Após esse episódio do julgamento, o próximo episódio significativo do livro é aquele que se desenvolve na Guararavacã do Guaicuí, lugar onde Riobaldo descobre a natureza do amor que sente por Diadorim, a filiação deste a Joca Ramiro e onde tem a notícia da morte de seu companheiro e de mais uns 15, à traição, em Jerara, pelas mãos de Hermógenes, Ricardão e seus numerosos homens. Nesse episódio, ascende à chefia um outro grande chefe, quem seja: Medeiro Vaz, aquele que “nunca perdia guerreiro”, “homem sobre o sisudo, nos usos formado” que “não gastava as palavras”⁵⁴⁵. Medeiro Vaz demonstra toda uma majestade e bravura em sua chefia, sobretudo nos planos de atravessar o Liso do Sussuarão, o lugar onde Hermógenes, “um dos dois Judas”, “possuía sua maior fazenda, com os muitos gados, lavouras”. Lá “morava sua família dele legítima, de raça – mulher e filhos”⁵⁴⁶. O Liso do Sussuarão, que “não concedia passagem a gente viva”, era o “raso pior havente”, “um escampo dos infernos”⁵⁴⁷. A execução desse plano era o desejo maior de Medeiro Vaz, não obstante, o plano fora interrompido. Em meio a tudo isso, o novo chefe sucumbia gradualmente, com o desenvolver de uma doença que o acompanhara por tempos, cujo nome não nos é oferecido na narrativa. Riobaldo informa-nos que já pelos idos do combate com “tenente Plínio”, “Medeiro Vaz acusava doença a quase acabada – no peso do fôlego e no desmancho dos traços. Estava amarelo almecegado, se curvava sem querer, e diziam que no verter água ele gemia”⁵⁴⁸. E foi no momento em que passaram por Marcavão, já ao norte, nas imediações do rio do-Sono, numa noite de tempestades que “Medeiro Vaz morreu, naquele país fechado”⁵⁴⁹. E na sua expiação, falando só por “pedacinhos de palavras”, Medeiro Vaz escolhe Riobaldo para dar prosseguimento aos seus trabalhos de chefia. Nessa ocasião, Riobaldo viu seu nome “no lume dele”. Medeiro Vaz “quis levantar a mão para me apontar. As veias da mão... Com que luz eu via? Mas não pôde. A morte pôde

⁵⁴⁴ FANTINI, 2008, p. 257-258.

⁵⁴⁵ ROSA, 2001, p. 35.

⁵⁴⁶ ROSA, 2001, p. 43.

⁵⁴⁷ ROSA, 2001, p. 40.

⁵⁴⁸ ROSA, 2001, p. 84.

⁵⁴⁹ ROSA, 2001, p. 102.

mais. Rolou os olhos”⁵⁵⁰. Mas Riobaldo não queria ser chefe. E no seu não querer, vê Bebelo chegar ao sertão novamente. Bebelo, em prosa retumbante, profere: “– ‘Vim de vez!’ – ele disse; disse desafiando, quase”⁵⁵¹. Com a chegada de Bebelo são reiniciados os rituais do processo de carnavalização.

– “Vim cobrar pela vida de meu amigo Joca Ramiro, que a vida em outro tempo me salvou de morte... E liquidar com esses dois bandidos, que desonram o nome da Pátria e este sertão nacional! Filhos da égua...” – e ele estava com a raiva tanta, que tudo quanto falava ficava sendo verdade. – “Pois, então, estamos irmãos... E esses homens?”⁵⁵²

Os urucuianos não abriram boca. Mas Zé Bebelo rodeou todos, num mando de mão, e declarou forte o seguinte:

– “Vim por ordem e por desordem. Este cá é meus exércitos!...” Prazer que foi, ouvir o estabelecido. A gente quisesse brigar, aquele homem era em frente, crescia sozinho nas armas.

Veza de Marcelino Pampa dizer:

– “Pois assim, amigo, por que é que não combinamos nosso destino? Juntos estamos, juntos vamos.”

– “Amizade e combinação, aceito, mano velho. Já, ajuntar, não. Só obro o que muito mando; nasci assim. Só sei ser chefe.”

Sobre curto, Marcelino Pampa cobrou de si suas contas. Repuxou testa, demorou dentro dum momento. Circulou os olhos em nós todos, seus companheiros, seus brabos. Nada não se disse. Mas ele entendeu o que cada vontade pedia. Depressa deu, o consumado:

– “E chefe será. Baixamos nossas armas, esperamos vossas ordens...” Com coragem falou, como olhou para a gente outra vez.

– “Acordo!” – eu disse, Diadorim disse, João Concliz disse; todos falaram: – “Acordo!”

Aí Zé Bebelo não discrepou pim de surpresa, parecia até que esperava mesmo aquele voto. – “De todo poder? Todo o mundo lealda?” – ainda perguntou, ringindo seriedade. Confirmamos. Então ele quase se aprumou nas pontas dos pés, e nos chamou: – “Ao redor de mim, meus filhos. Tomo posse!” Podia-se rir. Ninguém ria. A gente em redor dele, misturando em meio nosso os cinco homens do Urucuia. Adiante: – “Pois estamos. É o duro diverso, meu povo”⁵⁵³.

⁵⁵⁰ ROSA, 2001, p. 104.

⁵⁵¹ ROSA, 2001, p. 118.

⁵⁵² ROSA, 2001, p. 119.

⁵⁵³ ROSA, 2001, p. 119-120.

Na Fazenda/Casa dos Tucanos o bando de Bebelo é pego de tocaia pelos homens de Hermógenes. Bebelo, por sua vez, a fim de “engordar com o Governo e ganhar galardão na política”, aborda Riobaldo, para falar-lhe em segredo, pouco e baixo em “uma voz de combinação”, revólver “pronto na mão”, em meio ao “constante revirar e remexer da guerra”⁵⁵⁴. Nesse instante, Bebelo impinge Riobaldo ao desenvolvimento de um texto que não lhe pertence: a escrita dos “bilhetes – missiva para o senhor oficial comandante das forças militares, outro para o excelentíssimo da comarca de São Francisco, outro para o presidente-da-câmara de Vila Risonha, outro para o promotor”, ato em que o “cerrar com fecho formal: Ordem e Progresso, viva a Paz e a Constituição da Lei!” indica a materialização, por parte de Riobaldo, de um gesto, uma voz e uma palavra que não são seus. Esse episódio constitui-se em uma ilustração da identidade híbrida de Zé Bebelo como representante da lei dos jagunços e informante do Estado de Lei, outrora Zé Bebelo Vaz Ramiro, agora “*José Rebelo Adro Antunes, cidadão e candidato*”⁵⁵⁵. Nesse momento, Riobaldo vê-se tomado pela dúvida acerca da lealdade de Bebelo:

– “Que é? Que é lá?!” – ele me perguntou. Devia ter me deduzido, dos meus olhos, mesmo melhor do que o que eu sabia de mim.

– “A pois... Por que é que o senhor não se assina, ao pé: *Zé Bebelo Vaz Ramiro*... como o senhor outrora mesmo declarou?...” – eu cacei contra, reperguntando.⁵⁵⁶

Ramiro morreu como um “decreto de uma lei nova”⁵⁵⁷. Esta nova lei, ao ingressar no sertão, primeiramente imiscui-se ao poder paralelo em que se constitui a jagunçagem. Na tentativa de travar um diálogo entre as tradições velha e nova, Bebelo assume um discurso ambivalente, que ainda transita entre duas águas, para poder, de fato, aos poucos afirmar o seu desejo de entrar na política.

Ato visível, que ele esteve pego, no usual de seu modo, assim, de se espantar no ar. Conheci. Às vezes, também, um traiçoa, sem nem saber o que é que está produzindo-às falsas hajas! Mas ele não tinha surpreendido a verdade do meu indagar, a expedição de minha dúvida. Conforme, prazido consigo, recachou, e me disse, me engambelando:

– “Ah, hã-an... Também pensei. Tanto que pensei; mas, não se pode... Muito alta e sincera é a devoção, mas o exato das praxes impõe é outras coisas: impõe é o duro legal...”⁵⁵⁸

⁵⁵⁴ ROSA, 2001, p. 343.

⁵⁵⁵ ROSA, 2001, p. 345-346.

⁵⁵⁶ ROSA, 2001, p. 468.

⁵⁵⁷ ROSA, 2001, p. 420.

⁵⁵⁸ ROSA, 2001, p. 368.

[...]

Arre então, quando eu experimentei os gumes dos meus dentes, e terminei de escrever o derradeiro bilhete, eu estive todo tranquilizado e um só, e insensato resolvido tanto, que mesmo acho que aquele, na minha vida, foi o ponto e ponto e ponto. E entreguei o escrito a Zé Bebelo – minha mão não espargiu nenhum tremor. O que regeu em mim foi uma coragem precisada, um desprezo de dizer; o que disse:

– “O senhor, chefe, o senhor é amigo dos soldados do Governo...”

E eu ri, ah, riso de escárnio, direitinho; ri, para me constar, assim, que de homem ou de chefe nenhum eu não tinha medo. E ele se sustou, fez espantos.

Ele disse: – “Tenho amigo nenhum, e soldado não tem amigo...” Eu disse: – “Estou ouvindo.”

Ele disse: – “Eu tenho é a Lei. E soldado tem é a lei...” Eu disse: – “Então, estão juntos.”

Ele disse: – “Mas agora minha lei e a deles são às diversas: uma contra a outra...”

Eu disse: – “Pois nós, a gente, pobres jagunços, não temos nada disso, a coisa nenhuma...”

Ele disse: – “Minha lei, sabe qual é que é, Tatarana? É a sorte dos homens valentes que estou comandando...” Eu disse: – “É. Mas se o senhor se reengraçar com os soldados, o Governo lhe repraz e lhe premeia. O senhor é da política. Pois não é? Õ gente – deputado...”

Ah, e feio ri; porque estava com vontade. Aí pensei que ele fosse logo querer o a gente se matar. A sorte do dia, eu cutucava. Mas ruim não foi. Zé Bebelo só encurtou o cenho, no carregoso. Fechou a boca, pensou bem.

Ele disse: – “Escuta, Riobaldo, Tatarana: você por amigo eu tenho, e te apreço, porque vislumbrei tua boa marca. Agora, se eu achasse o presumido, com certeza, de que você está desconcordando de minha lealdade, por malícias, ou de que você quer me aconselhar canalhagem separada, velhaca, para vantagem minha e sua... Se eu soubesse disso, certo, olhe...” Eu disse: – “Chefe, morte de homem é uma só...”

Eu tossi. Ele tossiu.

Diodolfo, correndo vindo, disse: – “O Jósio está morrendo, com um tiro no pescoço, lá dele...”

Alaripe entrou, disse: – “Eles estão querendo pôr mãos e pés no chiqueiro e na tulha. Se assanham!”

Eu disse: – “Dê as ordens, Chefe!” Eu disse gerido; eu não disse copiável. Sei que Zé Bebelo sorriu, aliviado.

Zé Bebelo botou a mão no meu ombro; era o da banda do braço que doía. – “A vamos, a vamos, com macacos e bananas! A cá, na sala-de-jantar, meu filho...” – ele instou. À janela. Agachei, e escorei meu rifle, arma capital. Agora, era obrar. E aqueles sujeitos estavam loucos?⁵⁵⁹

Note-se que a tentativa de Bebelo de pôr em diálogo a tradição sertaneja e jagunça com a tradição do poder estatal só pode desaguar na instauração de um confronto. Quando Riobaldo confronta Bebelo duramente na cena acima, não se trata apenas de um confronto pessoal, trata-se de um confronto com toda uma tradição que para legitimar-se no sertão necessita abolir com estruturas sociais arcaicas tais e quais as estruturas do poder jagunço, simbolizadas por Riobaldo e os demais homens do bando.

A gente sabe mais, de um homem, é o que ele esconde. – “Ah: o *Urutu Branco*: assim é que você devia se chamar... E amigos somos. A ver, um dia, a gente vai entrar, juntos, no triunfal, na forte cidade de Januária...” – aprontado ele falou. Ao que resposta não dei. Amigo? Eu, ali, do lado de Zé Bebelo; mas Zé Bebelo não estava do lado de ninguém. Zé Bebelo – cortador de caminhos. Amigo? Eu era, sim senhor. Aquele homem me sabia, entendia meu sentimento. A ser: que entendia meu sentimento, mas só até uma parte – não entendia o depois do-fim, o confrontante. Assemelhado a ele, pensei. Pensei: eu visse que traindo ele estivesse, ele morria. Morria da mão de um amigo. Jurei, calado⁵⁶⁰.

Note-se que se até esse momento Bebelo constituiu-se para Riobaldo em um guia, que o auxiliou nas artes do bom navegar pelas “altas idéias”, para usar suas próprias palavras, agora, desliga-se de seu guia, num processo que o leva à autonomia do exercício de seu pensar, em direção ao autocontrole e autoconhecimento:

Agora, pois. Mas agora não tinha outro jeito. Ah? Mas, aí, nem sei, eu não estava mais aceitando os olhos de Zé Bebelo me olhar. “No mundo não tem Zé Bebelo nenhum... Existiu, mas não existe... Nem nunca existiu... Tem esse chefe nenhum... Tem criatura nem visagem nenhuma com essa aparência presente nem com esse nome...” – eu estabeleci, em mansas idéias. Aceitei os olhos dele não, agarrei de olhar só para um lugarzinho, naquele peito, pinta de lugar, titiquinha de lugar – aonde se podia cravar certa bala de arma, na veia grossa do coração... Imaginar isso, no curto. Nada mais nada. Tive medo não. Só aquele lugarzinho mortal. Teso olhei, tão docemente. Sentei em cima de um morro de grandes calmas?⁵⁶¹

Não obstante sinta como nunca sentira a sua vontade de afirmação pessoal face a Bebelo, essa afirmação é feita por Riobaldo de forma invertida, fazendo-se negação. Essa

⁵⁵⁹ ROSA, 2001, p. 474.

⁵⁶⁰ ROSA, 2001, p. 477.

⁵⁶¹ ROSA, 2001, p. 495.

negação exige de Bebelo um esforço de decifração das verdadeiras palavras camufladas por trás daquelas trazidas à luz do discurso de Riobaldo. Esse esforço de decifração que a enunciação de Riobaldo provoca é capaz de instaurar em Bebelo uma “desconfiança perturbada”, “inquietações” e “especulações” de toda sorte. Note-se:

Eu estava estando. Até, quando minha tosse ouvi; depois ouvi minha voz, que falando a dável resposta:

– “Pois é, Chefe. E eu sou nada, não sou nada, não sou nada... Não sou mesmo nada, nadinha de nada, de nada... Sou a coisinha nenhuma, o senhor sabe? Sou o nada coisinha mesma nenhuma de nada, o menorzinho de todos. O senhor sabe? De nada. De nada... De nada...”

Ao dito, falei; por quê? Mas Zé Bebelo me ouviu, inteiramente. As surpresas. Ele expôs uma desconfiança perturbada. Esticou o beijo. Bateu três vezes com a cabeça. Ele não tinha medo? Tinha as inquietações. Sei disso, soube, logo. Assim eu tinha acertado.⁵⁶²

É Bakhtin quem nos diz que:

Em todas as imagens da festa popular, a negação jamais tem um caráter abstrato, lógico. Não é o nada que se encontra por trás dela, mas uma espécie de objeto às avessas, de objeto denegrido, uma inversão carnavalesca. A negação remaneja a imagem do objeto denegrido, muda principalmente sua situação no espaço, tanto do objeto inteiro como de suas partes; transporta-o inteiro para os infernos, põe o baixo no lugar do alto, ou o traseiro no lugar do dianteiro, deforma as proporções espaciais do objeto, exagerando desmesuradamente um único de seus elementos em detrimento dos outros, etc.⁵⁶³.

No discurso de Riobaldo acima recuperado vê-se que a injúria que Riobaldo atribui a si próprio constitui-se, na alma de Bebelo, em uma “desconfiança perturbada”; já na cena abaixo recuperada vê-se bem como o elogio que Bebelo dirige a Riobaldo é tomado por este último sob suspeitas:

Zé Bebelo então se riu, modo generoso. Adiantava? Ainda falou: – “Ah, qual, Tatarana. Tu vale o melhor. Tu é meu homem!...” – para alargamentos. Murmurei o sosso de coisa, o que nem era palavras. – “A bem, vamos animar esses rapazes...” – amém, ele disse, espetaculava. Daí despartamos, eu para a cozinha, ele para a varanda. O que eu tinha feito?⁵⁶⁴

⁵⁶² ROSA, 2001, p. 495.

⁵⁶³ BAKHTIN, 2008, p. 360.

⁵⁶⁴ ROSA, 2001, p. 496.

As suspeitas levantadas de ambas as partes tornam ainda mais sistemático o desgaste da relação de amizade e segurança que a presença de um acarretava ao outro. É sobre elas que Riobaldo se detém:

Não por saber – mas somente pelo querer – eu tinha marcado. Agora, ele ia pensar em mim, mas meditado muito. Achei. Agora, ele ia não poder trair, simples, mas havia de raciocinar as vezes, dar de rédea para trás – do avançado para traição. A certa graça, a situação dele, aparvada. Eu estava com o bom jogo⁵⁶⁵.

Crescendo nessa certeza, Riobaldo segue jagunçando, até pronunciar seguro, certo de si:

-- “Quem é que é o Chefe?!” – repeti.

Me olharam. Saber, não soubessem, não podiam como responder: porque nenhum deles não era. Zé Bebelo ainda fosse? Esse pardejou. E, o João Goanhá, eu vi aquele mestre quieto se mexer, em quente e frio, diante das minhas vistas-nem não tinha ossos: tudo nele foi encurtando medidagesto, fala, olhar e estar. Nenhum deles. E eu – ah – eu era quem menos sabia – porque o Chefe já era eu. O Chefe era eu mesmo! Olharam para mim.

--“Quem é qu’...”

E... Ao que o pessoal, os companheiros todos, convocados, fechavam roda. Eu felão.

[...]

Eu sabia do respirar de todos. Durasse mais, aquilo eu já largava, por me cansar, por estar achando cacete. Minha vontade estroina de paliar: – Seu Zé Bebelo, velho, tu me desculpe... – eu calei. Zé Bebelo se encolheu um pouco, só. Aí ele não tremeu, no sucinto dos olhos.

-- “A rente, Riobaldo! Tu o chefe, chefe, é: tu o Chefe fica sendo... Ao que vale!...” – ele dissezinho fortemente, mesmo mudado em festivo, gloriando um fervor. Mas eu temi que ele chorasse. Antes, em rosto de homem e de jagunço, eu nunca tinha avistado tantas tristezas.

-- “Sendo vós, companheiros...” – eu falei para em volta.

Tantos, tantos homens, os nos rifles, e eles me aceitavam. Assim aprovaram. O Chefe Riobaldo. Aos gritos, todos aprovavam. Rejuravam, a pois. A esses resultados. No que eram com solenidade, sinceridade. Tudo dado em paz⁵⁶⁶.

[..]

Ao fim, depois que João Goanhá me aprovou, revi os aspectos de Zé Bebelo. Acertar com ele.

⁵⁶⁵ ROSA, 2001, p. 495-496.

⁵⁶⁶ ROSA, 2001, p. 624.

-- “O senhor, agora...” – eu quis dizer.

- “Não, Riobaldo...” – ele me atalhou. – “Tenho de tanger urubu, no m’embora. Sei não ser terceiro, nem segundo. Minha fama de jagunço deu o final...”

Daí, riu, e disse, mesmo cortês: -- “Mas, você é o outro homem, você revira o sertão... Tu é terrível, que nem um urutu branco...”

O nome que ele me dava, era um nome, rebatismo desse nome, meu. Os todos ouviram, romperam em risos. Contanto que logo gritavam, entusiasmados: -- “O Urutu-Branco! Ei, o Urutu-Branco!...”⁵⁶⁷

Encerrando definitivamente o processo de coroação-destronamento de Bebelo, no romance, Riobaldo narra:

Vai, e eu, por um raio de momento, eu tinha concebido que carecesse de tirar a vida a Zé Bebelo, por maior sossego de meu reger, no futuramente; e agora eu estava quase triste, com pena de ver que ele ia-s’embora. O divertido havia de ser, sim isso, de levar Zé Bebelo comigo, de sotenente, através desse através. Ah, homem como aquele, não se matava. Homem como aquele, pouco obedecia. A ele mandei fornecer mais um cavalo, e um cargueiro – com mantimento, coisas, munição melhor. Dali a hora, mesmo, ele pegou caminho. Para o sul. Vi quando ele se despediu e tocou – com o bom respeito de todos; e fiquei me lembrando daquela vez, de quando ele tinha seguido sozinho para Goiás, expulso, por julgamento, deste sertão. Tudo estava sendo repetido. Mas, da vez dessa, o julgamento era ele, ele mesmo, quem tinha dado e baixado. Zé Bebelo ia s’embora, conseqüentemente. Agora, o tempo de todas as doideiras estava bicho livre para principiar⁵⁶⁸.

Finalmente, é possível ler nos fragmentos dos dois episódios as três grandes peculiaridades das variantes dos gêneros sério-cômico, pertencentes à tradição da literatura carnalizada: (1) A *atualidade* permite que se verifique no romance o ingresso de um tema comum no âmbito do lugar sertão real que serve de matéria-prima para a representação das cenas: qual seja, a guerra entre os grupos de jagunços e entre estes e os soldados do governo. A partir daí Rosa confere novo tratamento à realidade, realizando-se no texto literário a sua reinvenção do cotidiano sertanejo, a sua “interpretação, apreciação e formalização da realidade”; este fato abole a distância épica ou trágica presente em gêneros sérios. “Os heróis míticos e personalidades históricas do passado [os grandes chefes jagunços] são deliberada e acentuadamente atualizados, falam e atuam na zona de um contato familiar com a atualidade inacabada”, a exemplo dos grandes chefes jagunços como Bebelo. (2) A *experiência* e a *fantasia livre* de Riobaldo, sobretudo no ato da narração em si, em que se inscreve a

⁵⁶⁷ ROSA, 2001, p. 625.

⁵⁶⁸ ROSA, 2001, p. 626.

especificidade de Rosa em reinventar a dicção literária, tornando-a absolutamente criativa e original e distanciando-se de formas tradicionais de representação de lendas. Bakhtin pontua que a lenda quando ingressa em tais textos ingressa a título de ridicularização. Até aí concordamos com o teórico. Entretanto, se Bakhtin afirma que a ridicularização aí ingressa como mecanismo “cínico-desmascarador”, acreditamos, como ensina Safatle (2008) que à altura do século XX em que Rosa escreveu a sua narrativa já não havia mais o que se “desmascarar”, e o mecanismo torna-se mais de abordagem da razão cínica que rege as estruturas da lenda, ou do metarrelato, para utilizar o termo de Lyotard. (3) A *pluralidade de estilos* e a *variedade de vozes* identificadas por Bakhtin inscrevem-se no romance sobretudo através da ascensão da agência subalterna. Essa agência entra em confronto com outras vozes sociais criticamente arremedadas na narrativa de Riobaldo. Razão pela qual advogamos em favor da presença de uma discursividade interna no romance rosiano que se apresenta tanto como renúncia a um universo ficcional monologizante, quanto como uma mímica deste mesmo universo. Todos os três aspectos elencados conferem novos aspectos aos gêneros literários do Ocidente. Nessa perspectiva, o romance de Rosa torna-se representativo seja por meio da renovação da imagem artístico-literária, seja por meio da renovação do discurso em si. Os três aspectos, como também frisou Bakhtin, deixam clara “a enorme importância desse campo da literatura antiga para a evolução do futuro romance europeu e da prosa literária, que gravita em torno do romance e se desenvolve sob a sua influência”⁵⁶⁹ gerando três raízes básicas de desenvolvimento do romance: a épica, a retórica e a carnavalesca.

De fato, o carnaval que, como bem salientou o pensador russo, consiste em “um dos problemas mais complexos e interessantes da história da cultura”, atravessou séculos desde a sociedade primitiva do homem à atual sociedade pós-moderna e se constitui numa

forma sincrética de espetáculo de caráter ritual, muito complexa, variada, que sob base carnavalesca geral, apresenta diversos matizes e variações dependendo da diferença de épocas, povos e gestos carnavalescos. Essa linguagem exprime de maneira diversificada e, pode-se dizer, bem articulada (como toda linguagem) uma cosmovisão carnavalesca uma (porém complexa), que lhe penetra todas as formas. Tal adequação para a linguagem verbal, especialmente para a linguagem dos conceitos abstratos, no entanto, é suscetível de certa transposição para a linguagem cognata, por caráter concretamente sensorial, das imagens artísticas, ou seja, para a linguagem da literatura⁵⁷⁰.

⁵⁶⁹ BAKHTIN, 2005, 108.

⁵⁷⁰ BAKHTIN, 2005, p. 122.

Ambos os episódios permitem verificar a ambivalência do discurso do poder oficial deixando clara a intenção de Rosa em desafiar a “razão cínica”⁵⁷¹ que, inscrita no discurso do poder ocidental, não disfarça sua irracionalidade, ao legitimar aquilo que suspende a legalidade, mas antes, apresenta o irracional como estrutura normativa racional. A exemplo disto, a situação de proscricção a que o Estado abandona grupos minoritários, postos ao largo de seus direitos prescritos na “Lei”; grupos que sobrevivem em constante situação de risco, em função da suspensão de direitos civis. Conforme se infere da denúncia de Riobaldo, em *GS:V*, à situação de abandono a que o estrato subalterno do sertão é relegado. Afinal, conforme Finazzi-Agrò, tais sertanejos

ficam numa situação de anomia em relação ao território que, apesar de tudo, ocupam [...] lugar continuamente aberto do degredo, espaço do banimento e do abandono, pátria, finalmente, de um direito bandido (jagunço), em que a lei vige apenas em sua própria suspensão ou em sua ambígua caricatura (como o julgamento de Zé Bebelo) [...] ⁵⁷².

Diante do exposto, alguns dos fatos que parecem mais incomodar inclusive alguns dentre os teóricos e críticos arregimentados para a construção deste capítulo, consiste nas evidências da manutenção das práticas de violência e guerra para a legitimação do poder oficial no âmbito da modernidade e da pós-modernidade, tempos em que todos os ideais humanísticos e civilizatórios já foram debatidos suficientemente para que as relações políticas fossem pautadas pela fundação e manutenção das normas intersubjetivamente constituídas, em que a prática da violência ou da guerra fossem resguardadas a momentos de absoluta necessidade, de absoluta exceção, o que de fato não ocorre, tendo, nos termos de Walter Benjamin, a tradição dos oprimidos nos ensinado que “o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral”⁵⁷³. Desenvolvendo-se, nos termos de Safatle, uma racionalidade que, se legitima através da sua própria irracionalidade, operando a erosão da substancialidade normativa da vida social, estabilizando situações que, em outras circunstâncias, seriam consideradas situações típicas e insustentáveis de crise e anomia⁵⁷⁴.

⁵⁷¹ Em Safatle (2008), o cinismo é apreendido em uma tripla perspectiva que visa fazer convergir crítica da razão, teoria da ideologia e análise das modificações das dinâmicas de socialização e individuação nas sociedades capitalistas contemporâneas.

⁵⁷² FINAZZI-AGRÒ, 2007, p.169.

⁵⁷³ BENJAMIN, 1987, p. 226.

⁵⁷⁴ SAFATLE, 2008.

VONTADE DE FIM

Esta dissertação se constituiu em uma discussão acerca das relações de força que se articulam na escrita literária no momento em que esta tem de se medir direta ou indiretamente com questões da ordem do poder. Refletiu-se acerca de uma narrativa que é capaz de remontar as engrenagens que ordenam e movem tanto narrativas historiográficas oficiais, quanto as narrativas literárias tradicionais. Considerou-se que a escrita de *GS:V* ao vir à tona é capaz não apenas de desenredar tais narrativas, mas também de desafiar os poderes e as "Leis" que a elas subjazem. Verificou-se como a inscrição nos textos ficcionais de João Guimarães Rosa de sua aguda consciência crítica permitiu ao autor realizar em sua obra-prima um melhor aproveitamento das especificidades e potencialidades estéticas e de sentido jacentes em relatos de viagens, o que foi determinante para que o romance em questão se apresentasse como produto artístico em que a representação do modelo literário europeu se tornasse menos dependente da representação europeia canônica reprodutora do estereótipo com que o elemento autóctone brasileiro foi recorrentemente representado por artistas estrangeiros.

Dessa forma, ao traduzir ou retraduzir a imagem que sobre o sujeito brasileiro textualizou o viajante estrangeiro, o autor brasileiro (re) traduziu não apenas um ponto de vista, mas operou em tais textos uma tradução cultural. Considerou-se que essa operação permite ao escritor a reconstrução de um processo discursivo significativo capaz de reorientar os passos da produção literária nacional, inaugurando-lhe novas rotas no que compete ao 'processo que postula a significação como uma produção sistêmica situada dentro de determinados sistemas e instituições de representação – ideológicos, históricos, estéticos, políticos'⁵⁷⁵. Identificou-se como prova desse argumento a curiosa inversão de papéis que João Guimarães Rosa opera entre o sujeito soberano (este que se apresentou pela historiografia oficial com a máscara ambivalente de viajante estrangeiro e colonizador), feito narrador possível pela literatura tradicional brasileira até a segunda metade do século XIX e a do subalterno sertanejo, silenciado (pois que para ele não há agência válida institucionalmente) banido pela lei e proscrito no sertão mineiro.

A partir daí, verificou-se ainda que em *GS:V* ocorre uma operação inversa àquela desenvolvida no texto de *Ésquilo*. Se a ação de incorporação do segundo ator no drama por este autor, muito embora tenha passado imediatamente "impune", ou "pudorosamente" pela

⁵⁷⁵ BHABHA, 1984, p. 98. *apud* MENESES DE SOUZA, 2004, p. 117.

história, foi, posteriormente, repetida “por multidões de aparências futuras: Hamlet, e Fausto, e Sigismundo, e Macbeth, e Peter Gynt, e outros que nossos olhos ainda não podem discernir”⁵⁷⁶, como porventura tivesse anunciado um “espectador profético” diante do teatro grego, em *GS:V*, ao se inverter as posições de dominador e subalterno, tal diálogo direto é interrompido, mas não cessa, nem por isso, o diálogo no texto rosiano. Esse diálogo será feito em muitos outros e sutis níveis de construção discursiva.

Foi pensando nesse dialogismo e no caráter de resposta que *GS:V* apresenta em relação à tradição literária do século XIX e conseqüentemente à tradição dos relatos de viagem que foi possível ir ao encontro do pensamento de Ávila (2008) quando esta concorda com a tese de Sússekind (2000) de que é “num jogo de contrastes e imitações entre a prosa de ficção e literatura de viagem, descritivismo e paisagismo” que “essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX”, no Brasil, “parece se destacar com maior nitidez”⁵⁷⁷ – e propõe que “vários autores da literatura mineira do período pós-colonial escreveram seus títulos em caráter de resposta ou mesmo sob a influência dos relatos estrangeiros sobre Minas Gerais”⁵⁷⁸.

Considerando que, como ensina Bakhtin, “nem sempre ocorre imediatamente a seguinte resposta em voz alta ao enunciado logo depois de pronunciado”⁵⁷⁹ acredita-se que João Guimarães Rosa – ainda que ao escrever *GS:V* tenha-nos conferido uma “resposta retardada”, como quer Bakhtin, ou ainda que tal resposta se apresente como uma “delonga”, como quer Ávila – ao assumir o bastão da literatura brasileira trocado com Machado de Assis e enfatizar, à sua maneira a “perda da aura das histórias de viagem”⁵⁸⁰, opera em sua escrita literária, através de uma “racionalidade mímica”, um aproveitamento de potencialidades estéticas e de sentido jacentes em tais relatos e até então não conscientizados ou aproveitados⁵⁸¹, desenvolvendo uma narrativa dotada de inventividade e significância sem par para a cultura brasileira. A fim de evidenciar esse diálogo de Rosa com a tradição do relato de viagens é que se abordou a obra *Três mil milhas através do Brasil* (1995), de James William Wells, argumentando que, uma vez que esse autor se constitui em um sujeito pré-determinado, viajante estrangeiro explorando os confins inóspitos do país, poderia então ocupar o local que lhe reserva Guimarães Rosa em sua narrativa, qual seja, o obscurecido lugar do interlocutor de Riobaldo, que consiste na imagem do viajante estrangeiro em trânsito

⁵⁷⁶ BORGES, 2000, p. 121

⁵⁷⁷ SÚSSEKIND, 2000, p. 20

⁵⁷⁸ ÁVILA, 2008, 102

⁵⁷⁹ BAKHTIN, 2003, p. 272

⁵⁸⁰ SÚSSEKIND, 2000, p. 278.

⁵⁸¹ BAKHTIN, 2006, p. 363-364

pelo sertão. Notou-se que em Wells este, ao representar o sertanejo brasileiro o identifica a partir de aspectos estereotipados específicos do discurso colonial.

Não obstante, verifica-se que, de forma contingente e pouco consciente para o relator vitoriano, aí ingressa uma imagem ambivalente que ora demonstra o encantamento do inglês com as formas de vida que encontra pelo caminho, ora a indolência do sertanejo. Em Rosa, pode-se notar que ao permitir a Riobaldo que narre a história do sertanejo em (des) encontro com o viajante estrangeiro, o autor pôde, ao (re) traduzir o olhar forasteiro, “deleitar-se maliciosamente” nas faltas outrora aludidas pelo viajante e torná-las sinais positivos da identidade cultural brasileira. A partir daí considerou-se que, muito embora Wells não ganhe uma presença plástica no discurso rosiano, este ingressa no romance, em diálogo com o narrador Riobaldo, como uma “presença negativa”, uma imagem “fantasmática”⁵⁸². Partindo desse pressuposto, acreditamos que do diálogo, no sentido Bakhtiniano, entre Riobaldo e James W. Wells, longe de permitir-nos visualizar um consenso, é possível daí inferir um confronto. Confronto que está dentro e ao mesmo tempo fora dos limites do texto rosiano, por recuperar não apenas o secular diálogo entre literatura e relato de viagem mas também por recuperar o processo de desenvolvimento do narrador de ficção no Brasil.

A perspectiva narrativa adotada por João Guimarães Rosa leva a perceber como, ao operar a remontagem das engrenagens que movem a historiografia oficial e a literatura em prosa brasileira tradicional, a invenção/representação de uma agência discursiva subalterna não validada institucionalmente e por isso mesmo, não tornada possível no universo real, se processa a ironização e o arremedo crítico ao discurso falocêntrico dos representantes do poder, no universo de *GS:V*. Emergindo como sujeitos inapropriados, nos termos de Bhabha (2007), os sertanejos rosianos, em especial Riobaldo e Bebelo, permitem entrever o processo da carnavalização literária em *GS:V*, capaz de evidenciar que muito embora no sertão de Rosa em tantos aspectos similar ao sertão mineiro real, o processo de instituição-suspensão da “Lei”, longe de revogá-la, como propôs Bakhtin (2005, 2008) é capaz de reafirmar sua presença no espaço sertanejo, ainda que esta se constitua numa presença excetuada, peculiar ao estado de exceção, como propõe Agamben (2004, 2008).

⁵⁸² DAIBERT, 1995

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 Bibliografia de João Guimarães Rosa:

ROSA, J. *Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. *J. Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

_____. *Estas Estórias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *Grande sertão: veredas*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

_____. *Tutaméia: Terceiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Ave, Palavra*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Noites do Sertão*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____. *Sagarana*. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

_____. *Primeiras Estórias*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. *Manuelzão e Miguilim*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

_____. *No Urubuquaquá, no Pinhém*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. *Corpo de Baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, vol. 1, 1956.

6.2 Bibliografia específica sobre João Guimarães Rosa

ANDRADE, Vera Lúcia. Conceituação de Jagunço e Jagunçagem em *Grande Sertão: Veredas*. In: COUTINHO, Eduardo de Faria (Org.). *Guimarães Rosa*. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1991.

ARRIGUCCI JR., Davi. *O mundo misturado: romance e experiência em Guimarães Rosa*. Novos estudos. N.º 40. São Paulo: CEBRAP, 1994, p. 7-29.

ÁVILA, Affonso. A autenticidade em Guimarães Rosa. In: *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 7-8, Maio. 2006. Edição especial Guimarães Rosa, 50º *Grande Sertão: veredas*.

AVILA, M. C. A. *O retrato na rua - memórias e modernidade na cidade planejada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BOLLE, Willi. *O Brasil jagunço: retórica e poética*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. N.º 44. São Paulo: Editora 34, Fevereiro 2007. p. 141-158.

BORGES, Telma. Negros e prostitutas: minorias que fazem história na literatura de Guimarães Rosa. In: OLIVA, Osmar Pereira. (Org.). *Escritores mineiros e contemplações de Minas*. 1 ed. Montes Claros: Unimontes, 2007, v. único, p. 171-185.

_____. *Os bastardos do sertão rosiano*. In: XI Encontro Regional da ABRALIC: Literatura e outros saberes, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www>.

COUTINHO, Eduardo. (Org.). Monólogo-diálogo: a técnica híbrida de *Grande Sertão: Veredas*. Em busca da terceira margem: ensaios sobre o *Grande Sertão: Veredas*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1993, p. 61-70. (Casa de Palavras, 13).

_____. *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Coleção Fortuna Crítica, 1983.

FANTINI, Marli (Org.). *A poética migrante de Guimarães Rosa*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008. v. 1. 448 p.

_____. Meio Ambiente e Literatura. (Org.). BRANDÃO, Luiz Alberto SCARPELLI, Marli de Oliveira Fantini, OTTE, Georg. In: *Aletria*: Revista de estudos de literatura. Poéticas do Espaço. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 188-206

_____. Guimarães Rosa no 50º de *Grande Sertão: Veredas* In: FANTINI, M.; DUARTE, C. L.; ÁVILA, Myriam de Araújo (Orgs.). *O eixo e a roda*: Revista de Literatura Brasileira (Especial Guimarães Rosa). 12. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006. v. 1. p. 33-54.

_____. *Guimarães Rosa: Fronteiras, margens, passagens*. São Paulo: Senac; Ateliê, 2004.. 1. ed. São Paulo: Senac/Ateliê, 2005. v. 1. 292 p.

_____. Águas turvas, identidades quebradas: hibridismo, heterogeneidade, mestiçagem & outras misturas. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 159-180.

_____. *Fronteiras em falso: a poética migrante de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 248 p.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. Pós-tudo: banimento e abandono no Grande Sertão. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. N.º 44. São Paulo: Editora 34, Fevereiro 2007, p. 159-172.

_____. *Um lugar do tamanho do mundo: tempos e espaços da ficção de João Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Mínima Mímica: ensaios sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Os patamares da fabulação. In: *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 32, Maio, 2006. Edição especial Guimarães Rosa, 50º *Grande Sertão: veredas*.

LORENZ, Günter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1. p. 27-61.

MORAES, Anita. M. R. de. Às voltas com a aporia do mal, o redemunho. In: *Cerrados: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura. Literatura e Presença*. Guimarães Rosa. Brasília: UnB, 2008, p. 93-107.

MORAIS, Márcia. M. *Sujeito e Discurso*: algumas considerações sobre a análise do discurso do narrador em “Grande Sertão: Veredas”. s/d. Disponível em: <http://http://www.ich.pucminas.br/posletras/Producao%20docente/Marcia/Falar%20de%20sujeito%20e%20discurso.pdf>. Acessado em 12.05.2007

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. A viagem em Guimarães Rosa: Espaços nômades entre identidade e alteridade. In. *Cerrados: revista do programa de pós-graduação em literatura. Literatura e presença / Guimarães Rosa*. n. 25. ano 17. Brasília: UNB, 2008, p. 29-40.

SELIGMANN-SILVA, M. “Testemunho e a Política da Memória: O Tempo depois das Catástrofes”. In: *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n.º. 30, p. 31-78, jun. São Paulo: PUC, 2005.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Lembranças do Brasil: Teoria, Política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

SUPLEMENTO LITERÁRIO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Maio. 2006. Edição especial Guimarães Rosa, 50º *Grande Sertão: veredas*.

6.3 Bibliografia Geral

AAFIT/MG Autor: Assessoria de Comunicação Data: 28/1/2008. Divulgado em Asteca Informa: ANO XI - N.º 129. FEV/2008. Disponível em www.astecainforma.com.br/ai/2008/200802.pdf. Acessado em 30.09.2010.

ABDALA JR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: Mestiçagem, hibridismo & outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ADORNO, T. W. *Minima Moralia*. Trad. Guido de Almeida. São Paulo: Ática, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. Coleção: Estado de Sítio. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

_____. *Estado de exceção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. Qui, 28 de Janeiro de 2010 11h32min. *Audidores fiscais do trabalho exigem punição para acusados da chacina de Unai*. Edição de Talita Cavalcante. Disponível em www.agrosoft.org.br/.../213190.htm. Acessado em 30.09.2010.

APULEIO. O Asno de Ouro. Introdução, notas e tradução Ruth Guimarães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1969.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Fonte digital: Ministério da Cultura. Fundação BIBLIOTECA NACIONAL Departamento Nacional do Livro. <http://www.bn.br/>, 2006. Disponível em www.ebooksbrasil.org. Acessado em 25-04-2008.

_____. O ideal de crítico. In: *Críticas Literárias, críticas teatrais*. Obras Completas. v. 06. São Paulo: Formar, s/d, p.12-19.

ARENDDT, Hannah. *Da violência*. Trad. Maria Claudia Drummond. Sabotagem: 2004. Disponível em <<http://www.sabotagem.revolt.org>>, s/d. Acessado em 05.10.2009.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Problemas da Poética de Dostoievski*. Trad. BEZERRA, Paulo. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. BERNARDINI, Aurora Fornoni et al. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. BEZERRA, Paulo, 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2008.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. impressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BAUDELAIRE, C. *Sobre a modernidade*. Org. TEIXEIRA, C. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7ª Ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. *Obras escolhidas III: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Jorge Luiz. O pudor da história. In: *Outras Inquisições*. 12ª Ed. Obras Completas, volume III. São Paulo: Globo, 2000. p. 120-123.

BORGES, Telma. *A escrita bastarda de Salman Rushdie*. 2006. 247 f. Tese. (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no velho mundo. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de Holanda et al. *História geral da civilização brasileira*. 11ª Ed. Tomo III. Volume 1. O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COAV. *Chacina de Unai (MG): impunidade continua*. Divulgado no site de Comissão Pastoral da terra. Disponível em www.coav.org.br/publique/media/Relatorio2005.pdf. Acessado em 30.09.2010

COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DAIBERT, Arlindo. *Caderno de Escritos*. Org. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR Site. *Reportagem do dia*. sex, 28 de Maio de 2010 01:11. Disponível em polivanda.blogspot.com/2010/.../sobre-fim-de-13-salario.html. Acessado em 30.09.2010.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2. ed. Tradução de Mirian Chnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas. In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Org.). *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 260-284.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*, 3. Ed. Tradução: DUTRA, Waltensir. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELLER, C. *O segundo Sol*. Composição Nando Reis. Disponível em <http://letras.terra.com.br/cassia-eller/12570/>. Acessado em 30.04.2010.

ESCOSTEGUY, Ana C. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latinoamericana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FRANCHETTI, Paulo; PÉCORRA, Alcyr. *Caetano Veloso: Literatura Comentada*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1990.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. "A ética, o legítimo e o legal". Rio de Janeiro: Revista Forense, vol. 335.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Trad. Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª Ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIL, Christopher. Introdução. In: WELLS, J. W. *Três mil milhas através do Brasil*. Trad. de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 2. 1995, p. 21-32.

LEVI, Primo. A zona Cinzenta. In: *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Nos caminhos do texto*. s/d. Disponível em http://www.mshs.univ-poitiers.fr/crla/contenidos/Archivos/filologica/filologic_6.pdf. Acessado em 15.02.2010.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LÖWY, Michael. *A escola de Frankfurt e a modernidade*. Trad. MOURA, Murilo Marcondes de. s/d. Disponível em <http://letrasuspdownload.wordpress.com/category/michael-lowy/>. Acessado em 30.09.2009.

MACHADO DE ASSIS, J. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Fonte digital: Ministério da cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. 2006. Disponível em <http://www.bn.br>. Acessado em 30.04.2007.

_____. *A Semana*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática, 1994.

MARIANO, César Camargo e BARBOSA, Lula. *Dom Quixote*. s/d. Disponível em <http://www.terra.com.br/maria-rita/838521/>. Acessado em 24.11.2009.

MARTINS, Roberto Borges. A Minas de James Wells. In: *Três mil milhas através do Brasil*. Trad. Myriam Ávila. v. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2.v. 83 ilust.

MONTENEGRO, Oswaldo. *Metade*. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/oswaldomontenegro/72954>>. s/d. Acesso em: 27.11. 2009.

MORICONI, Ítalo. *A problemática do pós-modernismo na literatura brasileira: uma introdução ao debate*. 2004. Disponível em <http://http://www.filologia.org.br/abf/volume3/numero1/02.htm>. Acessado em 30.09.2009.

MUSIL, Robert. *O homem sem qualidades*. Trad. Lya Luft e Carlos Abbenseth. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PESSOA, Fernando. *Obra poética II: Poemas de Alberto Caeiro*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

POE, E. A. *O homem da multidão*. Disponível em <http://contosdoubtral.cjb.net>. Acessado em 30.09.2010.

RIBEIRO, Marília Andrés. *O modernismo Brasileiro: arte e política*. Uberlândia: ArtCultura, v. 9, n. 14, p. 115-125, jan.-jun. 2007.

REGO, Enylton José de Sá. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica*. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

SCHWARZ, Roberto. "As Idéias Fora do Lugar". In: *Ao Vencedor as Batatas: Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro*. 2ª Reimpressão. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2000, pp. 9-31.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo. 2008.

SANTIAGO, S. Por que e para que viaja o europeu? In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 189-205.

_____. A permanência do discurso da tradição no modernismo. In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 94-123.

_____. O narrador pós-moderno. In: *Nas malhas da letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

_____. O entre-lugar do discurso latinoamericano. In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 11-28.

_____. Apesar de dependente, universal. In: *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 13-24.

SINAIT. *Chacina de Unai é tema de reportagem do Jornal da Record*. 01.03.2010. Texto divulgado no site dos Auditores-Fiscais do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em www.afaiterj.org.br/.../1320-chacina-de-unai-e-tema-de-reportagem-do-jornal-da-record.html Acessado em 30.09.2010.

SOUTO, Maria Generosa Ferreira. *Do sertão histórico de Petrônio Braz ao romance histórico de Georg Lukács*. In: OLIVA, Osmar Pereira. (Org.). *Escritores mineiros e contemplações de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2007. p. 101-116.

SOUZA, Eneida Maria de. *Tempo de pós-crítica*. São Paulo: Cenários e veredas, 2007.

_____. Saberes Narrativos. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 56-66, 1º sem. 2004.

_____. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: UFMG. 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* TraD. Sandra Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. Organização Benjamin Abdala Júnior. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 113-134.

SÜSSENKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Adaptação de Clarice Lispector. Rio de Janeiro: JPA, 2008.

TIBURI, Márcia. "Política, Mulheres e Filosofia". Originalmente publicado em *Educação e Sociedade: Perspectivas Educacionais no século XXI*. Organizadoras: Rita Gonçalves, Lia Viero, Elisabeth Medeiros, Maria Joaneete Silveira. Santa Maria: Unifra, 2006.

TODOROV, T. Prefácio à edição francesa. In: BAKHTIN, M. M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra, 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. XIII-XXXII.

VIEIRA, Elisa Amorim. Cafés, bondes e carnavais. In: *Aletria*: revista de estudos de literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 75-81.

WELLS, J. W. *Três mil milhas através do Brasil*. Trad. de Myriam Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2.v. 1995.